

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

**O “novo” ciclo ideológico do desenvolvimento:  
A reconstrução do projeto político burguês e as estratégias de  
desenvolvimento econômico e social no Brasil**

Cézar Henrique Miranda Coelho Maranhão

Recife  
2009

# **Livros Grátis**

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Cézar Henrique Miranda Coelho Maranhão

**O “novo” ciclo ideológico do desenvolvimento:  
A reconstrução do projeto político burguês e as estratégias de  
desenvolvimento econômico e social no Brasil**

Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção ao título de Doutor em Serviço Social.

Orientadora: Prof. Dr<sup>a</sup> Ana Elizabete Mota.

Recife  
2009

Maranhão, Cezar Henrique Miranda Coelho

O “novo” ciclo ideológico do desenvolvimento : a reconstrução do projeto político burguês e as estratégias de desenvolvimento econômico e social no Brasil / Cezar Henrique Miranda Coelho Maranhão. – Recife : O Autor, 2009.

373 folhas.

Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA.Serviço Social, 2009.

Inclui bibliografia.

1. Ideologia. 2. Elites (Ciências Sociais). 3. Classes sociais. 4. Desenvolvimento econômico Aspectos sociais. I. Título.

364.144 CDU (17. ed) UFPE

361 CDD (22.ed.) CSA2010 - 027

Cézar Henrique Miranda Coelho Maranhão

Tese de doutorado:

**O “novo” ciclo ideológico do desenvolvimento:  
A reconstrução do projeto político burguês e as estratégias de  
desenvolvimento econômico e social no Brasil**

Aprovado pela comissão examinadora em 15 de Maio de 2009

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Ana Elizabete Mota  
(Orientadora)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Elaine Rosseti Behring  
(Examinadora externa)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Cristina Soares Paniago  
(Examinadora externa)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Angela Santana do Amaral  
(Examinadora interna)

---

Prof. Dr. Denis Bernardes  
(Examinador interno)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE DOUTORADO

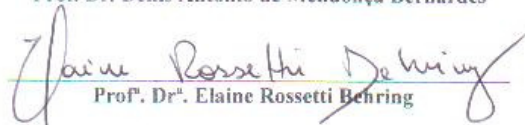
Ata da Defesa de Tese do Curso de Doutorado em Serviço Social, realizada no Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco. Às quinze horas do dia quinze de maio do ano de dois mil e nove, no Anfiteatro do Centro de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Pernambuco, em sessão pública, teve início a Defesa de Tese intitulada: **"O NOVO CICLO IDEOLÓGICO DO DESENVOLVIMENTO: A RECONSTRUÇÃO DO PROJETO POLÍTICO BURGUEZ E AS ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL NO BRASIL"**, de autoria do Doutorando **Cézar Henrique Miranda Coelho Maranhão**, o qual já havia preenchido todas as demais condições exigidas para obtenção do Grau de **Doutor em Serviço Social**. A Banca Examinadora aprovada pelo Colegiado do Curso e homologada pela Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, processo número **23076.008796/2009-15**, foi constituída pelos seguintes Professores: **Ana Elizabete Simões da Mota Fernandes**, Doutora em Serviço Social, Orientadora e Examinadora Interna; **Angela Santana do Amaral**, Doutora em Serviço Social, Examinadora Interna; **Denis Antônio de Mendonça Bernardes**, Doutor em História, Examinador Interno; **Elaine Rossetti Behring**, Doutora em Serviço Social, Examinadora Externa; **Maria Cristina Soares Paniago**, Doutora em Serviço Social, Examinadora Externa; **Edelweiss Falcão de Oliveira**, Doutora em Serviço Social, Suplente Interna; **Sergio Afrânio Lessa Filho**, Doutor em Ciências Sociais, Suplente Externo. Na qualidade de Orientadora, a **Dr.ª Ana Elizabete Simões da Mota Fernandes** presidiu os trabalhos e após as devidas apresentações, convidou o candidato a discorrer sobre o conteúdo da Tese. Concluída a apresentação, o candidato foi argüido pela Banca Examinadora, que após as devidas considerações finalizou os trabalhos e decidiu *aprovar*..... a Tese com as seguintes menções: **Dr.ª Ana Elizabete Simões da Mota Fernandes: *Aprovado*.....; Dr.ª Angela Santana do Amaral: *Aprovado*.....; Dr. Denis Antônio de Mendonça Bernardes: *aprovado*.....; Dr.ª Elaine Rossetti Behring: *aprovado*.....; Dr.ª Maria Cristina Soares Paniago: *aprovado*.....**. E para finalizar, lavrei a presente ata que será assinada por mim e por quem de direito. Recife, 15 de maio de 2009.

BANCA:

  
Prof.ª Dr.ª Ana Elizabete Simões da Mota Fernandes


  
Prof.ª Dr.ª Angela Santana do Amaral

  
Prof. Dr. Denis Antonio de Mendonça Bernardes

  
Prof.ª Dr.ª Elaine Rossetti Behring

  
Prof.ª Dr.ª Maria Cristina Soares Paniago

DOUTOR:

  
Cézar Henrique Miranda Coelho Maranhão

## **Agradecimentos**

A construção desta tese não foi apenas o momento solitário da escrita, mas também um processo coletivo que possibilitou a rica síntese de debates, discussões e troca de idéias compartilhadas ao longo desses anos. Por isso, este espaço é reservado para os devidos agradecimentos àqueles que contribuíram e incentivaram de maneira direta ou indireta para o desenvolvimento deste trabalho.

À minha Família: meus pais Lídice e Cézar; e meus irmãos Eduardo e Marília pelo incentivo e apoio ao desenvolvimento de meus estudos mesmo nas horas de ausência.

Ao meu grande amor Haidée Rodrigues pela sua cumplicidade, paciência e carinho sempre presentes e pela ajuda imprescindível na revisão e materialização deste trabalho.

À minha amiga e orientadora Ana Elizabete Mota, pessoa que representa um verdadeiro divisor de águas na minha vida intelectual, e a quem tenho uma impagável dívida de gratidão. Se há algo de substancial nesta tese é obra de suas ricas e inestimáveis contribuições.

Ao meu velho amigo e camarada de lutas Marcelo Sitcovsky pelos nossos indispensáveis debates teóricos movidos sempre pela amizade sincera.

Às professoras e estudantes que compõem o Grupo de Estudos e pesquisas sobre Trabalho – GET, núcleo de pesquisa da UFPE no qual fiz parte por mais de dez anos e que me abriu grandes oportunidades de crescimento intelectual.

À minha amiga Ângela Amaral pelo apoio incondicional e pelas indicações bibliográficas sempre muito pertinentes. Às amigas Cláudia Gomes, Marieta Koike, Miriam Padilha, Laura Arrazolla e Roberta Uchôa pelos incentivos e pela torcida.

Às grandes amizades que fiz no doutorado sanduíche da UFRJ: Fernando Velloso, Rodrigo Castelo, Ranieri Carli, Henrique André Wellen e Carlos Montañó.

Aos meus amigos e companheiros: o carioca Elias Azevedo e o paulista Fernando Leitão Rocha Júnior um corintiano de Franco da Rocha – SP que com sua simplicidade e dedicação à luta política ofereceu importantes contribuições ao meu crescimento intelectual e humano.

Ao professor José Paulo Netto pelas aulas na UFRJ e por algumas indicações teóricas importantes que nortearam o desenvolvimento deste estudo.

E por fim, ao CNPq e à CAPES pelas bolsas de doutorado imprescindíveis para o processo de construção desta tese.

*“É certo que deixamos de ser, em nossos dias, o engenho e a “casa grande e senzala” do passado, para nos tornarmos a empresa, a usina, o palacete e o arranha-céu; mas também o cortiço, a favela, o mocambo, o pau-a-pique, mal disfarçados, aqui e acolá, por aquele moderno sem que minorias dominantes e seus auxiliares mais graduados se esforcem com maior ou menos sucesso por acompanhar aproximadamente, com o teor de suas atividades e trem de vida, a civilização dos nossos dias. Essencialmente, contudo, com as adaptações necessárias determinadas pelas contingências do nosso tempo, somos o mesmo passado. Senão quantitativamente, na qualidade. Na substância, diria a metafísica aristotélica. Embora em mais complexa forma, o sistema colonial brasileiro se perpetuou e continua muito semelhante”.*

*Caio Prado Júnior*



## RESUMO

Esta tese de doutorado constitui um estudo sobre a relação entre as atuais estratégias de desenvolvimento econômico e social e a reprodução da dominação burguesa no Brasil contemporâneo. O estudo parte do pressuposto de que um dos pilares para a construção da dominação burguesa no Brasil foi a configuração de um ciclo ideológico do desenvolvimento. Ao longo do processo de industrialização esse conjunto de ideologias anunciava uma modernização capitalista que trazia consigo promessas como a universalização do trabalho assalariado, a ampliação da cidadania e a redução das desigualdades. Foi através desse “ciclo ideológico do desenvolvimento” que as diversas frações da burguesia local e internacional, por um lado soldaram seus interesses específicos em torno de um projeto político comum e, por outro, obtiveram a direção ideológica sobre os destinos políticos e econômicos da modernização brasileira. Porém, com o período de mundialização do capital e as decorrentes transformações societárias, que se desenrolam a partir das décadas de 80 e 90, as antigas promessas desenvolvimentistas passam a se chocar com a nova configuração do circuito de acumulação capitalista. Abre-se um período de mundialização capitalista que sob a direção da nova oligarquia financeira deve negar suas antigas promessas modernizadoras e construir as mudanças necessárias para a intensificação da dinâmica expropriadora e destrutiva do capital. Contraditoriamente, nessa nova conjuntura histórica, a burguesia e seus intelectuais são desafiados a desenvolverem novas promessas que, ao articularem-se com a atual dinâmica capitalista, busquem renovar o potencial aglutinador e universalizador da ideologia burguesa do desenvolvimento. A tese principal do estudo é que existe atualmente um esforço da burguesia internacional e local para criar um “novo ciclo ideológico do desenvolvimento” adequado a nova fase capitalista e que logre renovar o quadro de dominação burguesa no Brasil. Para empreender o estudo foram realizadas pesquisas teóricas que recuperam a importância do tema ao longo da formação social brasileira e uma pesquisa documental com organismos internacionais (ONU, CEPAL e Banco Mundial), instituições de classe (CNI), órgãos governamentais (CDES) e programas de governo (PAC). A apreciação do material demonstrou o esforço dos diversos intelectuais orgânicos da burguesia para renovar as promessas de desenvolvimento construindo estratégias compatíveis com a atual dinâmica de superexploração do trabalho, de avanço no potencial expropriador do capital e de intervenção pontual do Estado. As análises indicam o potencial aglutinador e a forte confluência de diversas frações da burguesia e de setores sindicais e populares em torno das novas propostas de desenvolvimento econômico e social. Entre outras considerações, a principal conclusão do trabalho aponta para uma mudança na forma de dominação de classe no nosso país indicando uma forte tendência de consolidação da hegemonia burguesa no Brasil.

Palavras-chave: Ideologia, dominação de classe e estratégias de desenvolvimento econômico e social.

## ABSTRACT

This doctorate theory constitutes a study about the relationship between the current strategies of economical and social development and the reproduction of the bourgeois dominance in contemporary Brazil. The study starts from the presupposition that one of the pillars for the construction of the bourgeois dominance in Brazil was the configuration of an ideological cycle of development. Along the industrialization process that group of ideologies announced a capitalist modernization that brought with itself promises as the universal paid work, the enlargement of citizenship and the reduction of the inequalities. It was through that ideological "cycle of development" that several fractions of local and international bourgeoisie, on one side welded their specific interests around a common political project and, on the other hand, they obtained the ideological direction on the political and economical destinies of Brazilian modernization. However, with the period of globalization of capital and the current social transformations, they are developed from the decades of 80 and 90; the old developing promises start to collide with the new configuration of capitalist accumulation circuit. It starts a period of a globalized capitalism that under the direction of the new financial oligarchy must deny their old modernized promises and build the necessary changes for the intensification of expropriator and destructive dynamics of the capital. Contradictorily, in that new historical conjuncture, the bourgeoisie and their intellectuals are challenged to develop new promises, as they articulate with the current capitalist dynamics, they try to renew the agglutinative and universal potential of the bourgeois ideology of development. The main theory of this study is that there is nowadays an effort from the international and local bourgeoisie to recreate an ideology of development suitable to the new capitalist phase and that achieves to restore the picture of bourgeoisie dominance in Brazil. To undertake the study they were accomplished theoretical researches that recover the importance of the theme along the Brazilian social formation and a documental research with international organisms (UN, CEPAL and World Bank), class institutions (CNI), governmental organs (CDES) and governmental programs (PAC). The appreciation of the material has demonstrated the effort of several bourgeois intellectuals to renew the development promises by building compatible strategies with the current dynamics of overexploitation of the work, the progress on the potential expropriator of capital and punctual intervention of the State. The analyses indicate the agglutinative potential and the strong confluence of several fractions of the bourgeoisie and from the syndical sections and people around the new proposals of economical and social development. Among other considerations, the main conclusion of this work points at a change in the form of class dominance in our country indicating a strong tendency of consolidation of the bourgeoisie hegemony in Brazil.

Key-words: Ideology, class dominance and strategies of economical and social development.

## RESUMEN

Esta tesis de doctorado presenta un estudio sobre la relación entre las actuales estrategias de desarrollo económico y social y la reproducción de la dominación burguesa en Brasil contemporáneo. El estudio parte de la premisa de que uno de los pilares para la construcción de la dominación burguesa en Brasil fue la configuración de un ciclo ideológico del desarrollo. A lo largo del proceso de industrialización ese conjunto de ideologías anunciaba una modernización capitalista que traía consigo promesas como la universalización del trabajo asalariado, la ampliación de la ciudadanía y la reducción de las desigualdades. Fue a través de ese “ciclo ideológico del desarrollo” que las diversas fracciones de la burguesía local e internacional, por un lado unieron sus intereses específicos alrededor de un proyecto político común y, por otro lado, obtuvieron la dirección ideológica sobre los destinos políticos y económicos de la modernización brasileña. Sin embargo, con el período de mundialización del capital y las consecuentes transformaciones sociales, que se desarrollaron a partir de las décadas de los 80 y 90, las antiguas promesas desarrollistas entran en conflicto con la nueva configuración del circuito de acumulación capitalista. Se abre así un período de mundialización capitalista que bajo la dirección de la nueva oligarquía financiera debe negar sus antiguas promesas modernizadoras y construir las mudanzas necesarias para la intensificación de la dinámica expropiadora y destructiva del capital. Contradictoriamente, en esa nueva coyuntura histórica, la burguesía y sus intelectuales son desafiados a desarrollar nuevas promesas que, al articularse con la actual dinámica capitalista, buscan renovar el potencial aglutinador y universalizador de la ideología burguesa del desarrollo. La tesis principal de este estudio es que actualmente existe un esfuerzo de la burguesía internacional y local para recrear una ideología del desarrollo adecuada a la nueva fase capitalista y que logre restaurar el cuadro de dominación burguesa en Brasil. Para emprender el estudio fueron realizadas investigaciones teóricas que recuperan la importancia del tema a lo largo de la formación social brasileña y una investigación documental con organismos internacionales (ONU, CEPAL y Banco Mundial), instituciones de clase (CNI), órganos gubernamentales (CDES) y programas de gobierno (PAC). La apreciación del material, demostró el esfuerzo de los diversos intelectuales orgánicos de la burguesía para renovar las promesas de desarrollo construyendo estrategias compatibles con la actual dinámica de superexplotación del trabajo, de avance en lo potencial expropiador del capital y de la intervención puntual del Estado. Los análisis indican el potencial aglutinador y la fuerte convergencia de diversas fracciones de la burguesía y de sectores sindicales y populares alrededor de las nuevas propuestas de desarrollo económico y social. Entre otras consideraciones, la principal conclusión del trabajo apunta para una mudanza en la forma de la dominación de clase en nuestro país, indicando una fuerte tendencia de consolidación de la hegemonía burguesa en Brasil.

Palabras-clave: Ideología, dominación de clase y estrategias de desarrollo económico y social.

## SUMÁRIO

---

<b>INTRODUÇÃO</b>	13
-------------------	----

---

<b>CAPÍTULO 1 – IDEOLOGIA E DOMINAÇÃO DE CLASSE: A CONSTRUÇÃO DOS CICLOS IDEOLÓGICOS DO DESENVOLVIMENTO NO BRASIL</b>	19
---	----

---

1.1. A função e a importância da ideologia para a reprodução social	20
---	----

---

1.2. A especificidade da revolução brasileira e a particularidade da cultura política burguesa	33
--	----

---

1.3. A particularidade da dominação burguesa no Brasil e a construção dos ciclos ideológicos do desenvolvimento	38
---	----

---

<b>CAPÍTULO 2 – A CULTURA POLÍTICA BURGUESA E A CONSTRUÇÃO DOS CICLOS IDEOLÓGICOS DO DESENVOLVIMENTO NO BRASIL</b>	49
--	----

---

2.1. As Interpretações sociológicas sobre a classe dominante brasileira: Existe uma fragilidade da burguesia brasileira?	49
--	----

---

2.2. As interpretações do PCB e o mito prometéico da burguesia nacional	60
---	----

---

2.3. Gênese e formação da burguesia brasileira: as determinações histórico-concretas da cultura política burguesa no Brasil.	66
--	----

---

2.3.1. O surgimento do mercado capitalista moderno no Brasil	72
--	----

---

2.4. O processo de industrialização retardatária e as origens da ideologia do desenvolvimento	89
---	----

---

2.4.1. Roberto Simonsen – intelectual orgânico da burguesia e o primeiro ideólogo do desenvolvimento	94
--	----

---

2.5. A fase de industrialização intensiva e a maturidade da ideologia do desenvolvimento	103
--	-----

---

2.5.1. A CEPAL e a teoria do subdesenvolvimento	111
2.5.2. A CNI e a continuidade do legado de Simonsen	117
2.5.3. O ISEB: a fábrica de ideologias do desenvolvimento	121
2.6. O ciclo ideológico do desenvolvimento e a orientação das políticas governamentais	127
2.6.1. O Grupo misto BNDE-CEPAL: O Estado brasileiro financiando o desenvolvimento capitalista	129
2.6.2. O Plano de Metas de JK, a SUDENE e o auge da ideologia desenvolvimentista no Brasil	131
2.7. Celso Furtado, o mito do desenvolvimento e a hegemonia não-realizada: a quebra do consenso na direção do projeto burguês	136
2.8. A autocracia burguesa e a doutrina de “segurança nacional e desenvolvimento”	142
2.8.1. Programa de Ação Econômica do governo: 1964-1966	144
2.8.2. Diretrizes de Governo: 1967	145
2.8.3. Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social: 1967 – 1976	145
2.8.4. Programa Estratégico de Desenvolvimento: 1968 - 1970	145
2.8.5. Metas e bases para a ação do governo: 1970 – 1971	146
2.8.6. Plano Nacional de Desenvolvimento: 1972 – 1974	147
2.8.7. II Plano Nacional de Desenvolvimento 1975 – 1979	148
2.8.8. III Plano Nacional de Desenvolvimento: 1980 - 1985	148
2.9. O saldo histórico da revolução burguesa e o sentido concreto do projeto de desenvolvimento capitalista no Brasil	150
<b>CAPÍTULO 3 – DA “DESTRUIÇÃO CRIADORA” A “PRODUÇÃO DESTRUTIVA”: TRANSFORMAÇÕES CAPITALISTAS E A READEQUAÇÃO DA IDEOLOGIA BURGUESA</b>	162
3.1. “Destrução criadora” ou “Produção destrutiva”?	162
3.2. A mundialização financeira e a nova fase do imperialismo no século XXI	176
3.2.1. A raiz concreta da ideologia neoliberal: a internacionalização do capital portador de juros	177
3.2.2. A fusão dos interesses burgueses sob a hegemonia do capital financeiro	191
3.2.3. A nova fase imperialista e a intensificação das expropriações capitalistas	196

**CAPITULO 4 – EM BUSCA DO CONSENSO: A CONSTRUÇÃO DE UM  
NOVO CICLO IDEOLÓGICO DO DESENVOLVIMENTO E  
A RENOVAÇÃO DAS PROMESSAS BURGUESAS.**

	214
4.1. As contradições da nova fase imperialista e a quebra do consenso neoliberal	214
4.2. Os organismos multilaterais e a necessidade de construção de um novo consenso ideológico burguês	218
4.3. A Organização das Nações Unidas seus intelectuais e a busca por uma nova concepção de “desenvolvimento”	221
4.4. O Grupo Banco Mundial e a conciliação entre o ajuste neoliberal e as novas diretrizes internacionais para o desenvolvimento	236
4.5. A CEPAL no Século XXI: da teoria do subdesenvolvimento à transformação produtiva com equidade.	257
4.6. Em busca do consenso perdido: a construção de um “novo” ciclo ideológico do desenvolvimento e a “contra-revolução permanente” no Brasil	266
4.6.1. A CNI e o mapa estratégico da indústria: em busca das novas ações de desenvolvimento econômico e social	288
4.6.2. O Conselho do novo Pacto Social: O CDES e a criação de uma agenda de desenvolvimento econômico e social no Brasil	310
4.6.3. O Programa de Aceleração do Crescimento – PAC	319
<b>CONCLUSÕES</b>	339
<b>REFERÊNCIAS</b>	356
<b>ANEXOS</b>	372

## INTRODUÇÃO

Esta tese constitui um estudo crítico sobre a relação existente ao longo da história e principalmente na atualidade entre estratégias de desenvolvimento e dominação burguesa no Brasil.

A motivação por essa temática é o resultado do acúmulo reunido durante minha trajetória de estudante/pesquisador e está relacionada diretamente com inquietações suscitadas pela minha dissertação de mestrado, finalizada no ano de 2002. Naquela oportunidade, ao estudar a nova configuração do padrão de proteção social brasileira configurada pelo avanço de programas sociais baseados nas estratégias de renda mínima, uma questão me chamou a atenção: diante do aumento das contradições capitalistas e da deslegitimação da política do Consenso de Washington, os organismos internacionais, como o Banco Mundial, passaram a defender uma nova concepção de desenvolvimento que, por sua vez, trazia consigo novas estratégias de desenvolvimento humano e social, tais como: bancos de crédito popular, políticas de desenvolvimento local, estratégias de economia solidária, entre outras. Dessas observações passei a desenvolver uma hipótese preliminar de estudo: As novas políticas de intervenção estatal estavam sendo baseadas numa nova concepção de desenvolvimento econômico e social construída e socializada pelos organismos internacionais e assumida pelos diversos setores da sociedade brasileira. Essa nova concepção de desenvolvimento seria a nova estratégia ideológica para substituir o consenso de Washington por um novo consenso burguês? Mas que nova concepção de desenvolvimento era essa? Como ela está sendo desenvolvida e socializada? Qual o papel dela para a reconfiguração do projeto político da burguesia? A partir dessas indagações é que passei a estudar a função social exercida pela ideologia desenvolvimentista ao longo do processo histórico brasileiro e as determinações que compõem as novas concepções e estratégias de desenvolvimento humano e social tecidas pelas diversas organizações e entidades da sociedade civil e do Estado brasileiro.

Neste estudo parte-se do pressuposto de que um dos pilares para a construção da dominação burguesa no Brasil foi a elaboração e socialização de uma ideologia do desenvolvimento. Esta ideologia ao socializar o projeto particular da burguesia brasileira universalizou as promessas de modernização e melhoria nas condições de vida e trabalho de toda a população. Foi assim que a burguesia brasileira, em estreita vinculação com os capitalistas internacionais, logrou conduzir a revolução burguesa no Brasil. Uma espécie de “revolução” muito peculiar, quando comparada as outras vias de desenvolvimento capitalista. Aqui, como na Alemanha e na Itália, não se desenvolveram processos de radical ruptura com o passado.

Diferentemente dos países centrais a revolução burguesa brasileira paga um pesado tributo ao passado colonial e escravista. Nossa modernização trouxe muitos frutos para o crescimento econômico e industrial, no entanto, as antigas promessas de universalização do trabalho assalariado e ampliação da cidadania não tiveram o mesmo êxito. No processo de “modernização conservadora” (Fernandes, 1976) a burguesia brasileira mostrou-se incapaz de superar a condição de subordinação aos interesses imperialistas. Como diria Florestan Fernandes (Idem), ao manter o seu traço de “heteronomia” a burguesia brasileira foi obrigada a repetir ao longo da história uma cultura política contra-revolucionária e antidemocrática, que continuamente realiza *transições pelo alto*, negando a participação da massa trabalhadora nos espaços de decisão do Estado e nos ganhos econômicos do processo de modernização.

Ao longo da história dos projetos de classe os mitos criados pela ideologia dominante têm exercido forte influência sobre as mentes dos homens e orientado suas escolhas cotidianas. No Brasil, um mito em especial tem tido um papel fundamental, ao longo da história das lutas de classes, na condução do projeto político burguês. O mito do desenvolvimento tem continuamente logrado conduzir os destinos de toda a nação através de seus estreitos limites. Como afirma Celso Furtado (1974) a ideologia do desenvolvimento tem se apresentado como um farol a iluminar e conduzir o projeto de classe da burguesia tupiniquim. Não poderia ser diferente num país em que os ganhos civilizatórios da sociedade capitalista esbarraram na posição subalterna do país



no circuito internacional de valorização do capital. Mas se essa ideologia do desenvolvimento tem logrado iluminar os caminhos da burguesia, ela também serve para ofuscar os outros projetos de classe que disputam os destinos da nação brasileira.

É no sentido de contribuir na tentativa de desvendar as atuais determinações da nova ideologia do desenvolvimento econômico e social que este assenta os objetivos e a relevância deste estudo. Esperamos com isso também contribuir para o desafio coletivo de iluminar o campo de visão dos projetos alternativos à ideologia dominante.

Vivemos numa época de extrema confusão de conceitos e significações. Uma confusão que longe de representar algo fortuito ou casual simboliza uma intencional forma de dominação de classe. Hoje, os mais diferentes espectros políticos têm assumido palavras e conceitos como *sustentabilidade*, *equidade*, *capital humano*, etc. Até mesmo governos de esquerda como o de Hugo Chaves, ou intelectuais relacionados ao pensamento crítico brasileiro, como Chico de Oliveira<sup>1</sup>, têm utilizado conceitos como o de *desenvolvimento local* para expressar seu “antagonismo” aos projetos de mundialização capitalista. No entanto, o peso heurístico desses conceitos formulados pelos tecnocratas dos organismos multilaterais e outros ideólogos burgueses, mais obscurecem do que clareiam a construção de uma análise crítica que possibilite a construção de um projeto de desenvolvimento alternativo. O peso ideológico das atuais formulações burguesas sobre as novas estratégias e políticas de desenvolvimento enevoa a força heurística das análises críticas ao se impor como única saída para o desenvolvimento econômico e social dos países periféricos. No nosso entendimento esta constatação mostra que as estratégias de desenvolvimento figuram como um dos pilares para a atual tentativa de consolidação da hegemonia burguesa no Brasil.

Atualmente, é inegável o êxito da burguesia brasileira na condução de seu projeto de dominação política. A questão que se coloca é a abertura, nesses primeiros anos do século XXI, da possibilidade histórica da burguesia brasileira produzir um consenso espontâneo das demais classes e grupos sociais em

---

<sup>1</sup> Me refiro aqui ao artigo: OLIVEIRA, Francisco. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo: Polis; Programa Gestão pública e cidadania EASP/FGV, 2001.

torno de seu projeto político. Ao agregar seus antigos opositores ao campo do governo a burguesia brasileira e seus aliados históricos abriram as condições para desenvolver um projeto hegemônico. Um projeto que para além da aliança interburguesa do governo FHC, agora realiza uma articulação política bem maior, ao unir na mesma frente legítimas lideranças sindicais e conhecidos representantes do capital financeiro. Mas para lograr êxito na construção de sua hegemonia um dos desafios do “novo bloco dirigente” burguês é socializar com as demais classes as novas promessas de crescimento econômico e desenvolvimento social. É nessa tentativa de recompor as antigas promessas de desenvolvimento destruídas pela própria lógica de acumulação capitalista que radica o objeto de estudo desta tese. A hipótese que se abre é que um dos pilares de sustentação da hegemonia burguesa no Brasil atual se acha inscrito na reconstrução de um “novo ciclo ideológico do desenvolvimento” que visa apresentar o projeto de classe da burguesia brasileira como única saída viável para a retomada do crescimento e dos ganhos civilizatórios.

Com o objetivo de apresentar o conjunto de análises dados e conclusões da pesquisa organizamos a exposição do trabalho da seguinte forma.

No primeiro capítulo, apresentamos de maneira geral a tese central de nosso trabalho. Primeiramente trabalhamos com a concepção marxiana de ideologia destacando a sua característica geral de universalizar os interesses de classe na orientação das escolhas cotidianas dos indivíduos. A seguir apresentamos como nas particularidades do capitalismo periférico brasileiro a burguesia brasileira e seus intelectuais orgânicos vão apropriar-se da ideologia desenvolvimentista para universalizar seus interesses e conduzir o processo histórico de industrialização brasileira. E finalmente na realidade atual de crise das ideologias neoliberais analisamos o esforço dos intelectuais orgânicos da burguesia para construir um novo ciclo ideológico do desenvolvimento e socializar novas promessas burguesas com o objetivo de renovar seu potencial de coesão social em torno da dinâmica de valorização do capital. No segundo capítulo, realizamos uma análise sobre a forma particular que a burguesia brasileira construiu e socializou ao longo da história seu projeto particular de classe. Neste capítulo destaca-se a situação concreta do Brasil enquanto país periférico e de industrialização tardia e também os processos históricos que

levaram a burguesia brasileira, em articulação com o imperialismo, desenvolver nesse ambiente político e econômico uma cultura contra-revolucionária e antidemocrática. No capítulo também apresentamos a tese de que a edificação e socialização de um *ciclo ideológico do desenvolvimento* foi um dos pilares para a construção das promessas burguesas e para a universalização de seu projeto particular de classe no Brasil durante a fase expansiva do capital.

Finalmente, no terceiro capítulo, realizamos uma exposição sobre o debate teórico em torno da nova fase de “produção destrutiva” do capital que intensificou a contradição entre produção capitalista e satisfação das necessidades humanas ativando, com isso, os limites civilizatórios do sistema produtor de mercadorias. No mesmo sentido apontamos para uma nova etapa do imperialismo com a mundialização do capital e a intensificação dos processos de expropriação do capital. Nessas condições também realizamos uma análise sobre o poder econômico do capital portador de juros e sobre a atual capacidade de aglutinação política das diversas frações da burguesia sob a hegemonia da oligarquia financeira mundial. Logo após apontamos como a nova oligarquia financeira mundial desenvolve uma luta política acirrada contra as barreiras que controlam o apetite “rentista” por lucros. No mesmo processo traçamos algumas linhas argumentativas sobre como a nova política da oligarquia financeira se articula nos anos 90 com a cultura política contra-revolucionária da burguesia brasileira para destruir todos os parques ganhos políticos conquistados pela classe trabalhadora no Brasil. Mostramos ainda, como nos anos 2000 a burguesia brasileira inflexiona seu padrão de dominação política instituindo uma ampla aliança com a aristocracia sindical brasileira para formar um “novo bloco dirigente”. Finalmente, com a apresentação e análise dos documentos da ONU, CEPAL, Grupo Banco Mundial, CNI, CDES e PAC procuramos demonstrar como o projeto empreendido pelos organismos internacionais que elaboram uma nova concepção de desenvolvimento econômico e social se articulará com a necessidade do “novo bloco dirigente” recompor as promessas burguesas de desenvolvimento econômico e social com o objetivo de sustentar um dos pilares da tentativa de construção da hegemonia burguesa no Brasil do século XXI.

Com o estudo espera-se colaborar com as análises atuais de pesquisadores, estudantes, professores e profissionais que elaboram pesquisas acadêmicas nas áreas de desenvolvimento econômico, planejamento estatal e políticas sociais. Espero também que as análises reunidas aqui contribuam para a difícil tarefa de analisar a complexidade dos processos sociais brasileiros e ofereça uma pequena contribuição ao grande desafio histórico de reconstrução do projeto socialista no Brasil. Para realizarmos tal tarefa coletiva é de fundamental importância que comecemos pela negação do atual consenso em torno das novas promessas burguesas que se apresentam neste início de século.

## Capítulo 1 – Ideologia e dominação de classe: a construção dos ciclos ideológicos do desenvolvimento no Brasil

“Quando eu uso uma palavra, – Humpty Dumpty disse com certo desprezo – ela significa o que eu quiser que ela signifique... Nem mais nem menos.

– A questão é – disse Alice – se você *pode* fazer as palavras significarem tantas coisas diferentes.

– Ao fitar Alice respondeu Humpty Dumpty: A questão é quem manda... E eis tudo.”

*Lewis Carroll – Alice no país das Maravilhas*

Nos dias atuais o discurso em torno das políticas de desenvolvimento econômico, associado a diretrizes como “desenvolvimento local” ou “combate à pobreza”, tem sido propagado por diversas organizações multilaterais como o único caminho viável para a superação da pobreza e a inserção dos países periféricos no novo mundo “globalizado”. Tendo como objetivo principal renovar o ideário de desenvolvimento e crescimento econômico perdido com o período neoliberal, desde fins da década de 90 que o discurso sobre um novo tipo de “desenvolvimento” vem gradativamente ocupando um papel de destaque no debate público em torno das alternativas políticas para a concentração de renda, o desemprego e a situação de miséria da periferia capitalista. Seja nos relatórios do Banco Mundial sobre as “estratégias de combate à pobreza”, nas pesquisas da ONU sobre o “desenvolvimento social e humano” ou nos documentos da CEPAL sobre as “transformações produtivas com equidade”, o discurso em torno das estratégias de desenvolvimento assume um lugar de destaque na América Latina oferecendo novas promessas de superação do atraso econômico e de resolução da dívida social acumulada nos países periféricos.

Nesse estudo partimos da análise de que a expansão do discurso sobre as novas estratégias de desenvolvimento responde a uma necessidade das burguesias internacional e nacionais reconstruírem o potencial ideológico de condução das alternativas econômicas e políticas que se abrem para os países periféricos no século XXI. Tendo em vista o desgaste da ideologia neoliberal das últimas décadas a recuperação das promessas de

desenvolvimento econômico e social torna-se um elemento fundamental para a continuidade do projeto político da burguesia internacional. Assim, o que está em jogo atualmente é a capacidade das classes dominantes reconstruírem um conjunto de estratégias de desenvolvimento econômico e social compatíveis com a atual dinâmica de acumulação do capital.

Nesse sentido para analisarmos o conteúdo específico das novas promessas ideológicas de desenvolvimento econômico e social faz-se necessário recuperarmos a importância das elaborações ideológicas como parte fundamental na reprodução de qualquer sociedade. Assim, nessa primeira parte do estudo procederemos a uma breve recuperação do sentido e da importância da categoria marxiana de ideologia com o claro objetivo de prepararmos o terreno teórico para posteriormente trabalharmos a particularidade de um dos pilares de consolidação e renovação da dominação burguesa no Brasil contemporâneo: a ideologia do desenvolvimento.

### **1.1 – A função e a importância da ideologia para a reprodução social**

Na Itália conta-se uma antiga lenda romana de que ainda no século VI a.c. um cônsul, chamado Menênio Agrippa<sup>2</sup>, ao saber que alguns escravos haviam começado uma rebelião e ocupado o Monte Sagrado reuniu os cidadãos e proferiu um discurso moderado e pacificador no qual defendia enfaticamente que cada grupo tem seu próprio lugar no grande organismo social. Segundo o discurso do cônsul romano as camadas inferiores da sociedade devem obter sua satisfação individual através da glória de toda a sociedade e apesar de sua inferioridade devem ser consideradas igualmente importantes para o funcionamento do organismo a que pertencem. De acordo com a lenda ao ouvirem essas palavras do cônsul os que protestavam se comoveram tanto com o discurso harmonioso e aglutinador que imediatamente abandonaram sua postura de desafio e rebeldia coletiva e retornaram aos seus postos de trabalho.

---

<sup>2</sup> Esse pequeno conto está reproduzido em MESZAROS, Istvan. **Filosofia, ideologia e ciência social**. São Paulo: Boitempo, 2008.

Apesar de possuir mais de dois mil anos de existência essa antiga lenda romana exemplifica com exatidão o papel aglutinador e unificador de certos valores morais e concepções de mundo que adquirem a função social de reestabelecer, ao longo dos processos históricos, os ajustamentos necessários para a reprodução bem-sucedida da exploração de uma classe social sobre o conjunto da sociedade. Essa capacidade de reunir um conjunto de valores, tradições e culturas que visam orientar as alternativas de cada membro da sociedade com o objetivo de garantir a coesão social é precisamente o que denominamos neste estudo de *ideologia*.

Desde o surgimento da exploração do homem pelo homem e, com isso, das classes sociais, os antigos valores morais, tradições e culturas construídas pelas sociedades primitivas com o objetivo de manter a coesão social são continuamente subordinados aos interesses particulares dos grupos sociais que passam a disputar o controle da produção material. A ideologia, nesse sentido, de instrumento tradicional da coesão social de toda a comunidade, assume gradativamente no decorrer da história uma característica específica transformando-se na “consciência prática inevitável das sociedades de classe”. (MESZAROS, 2004, p. 65). Assim, nas sociedades de classe a antiga capacidade de orientar as ações dos indivíduos através da tradição, da moral, dos costumes, em nome do bem-estar coletivo da sociedade assume a condição de reiterado confronto entre as idéias particulares das classes fundamentais em busca da apropriação privada e do controle dos meios de produção social.

Longe das concepções que a tratam apenas como uma “falsa consciência”, ou como uma espécie de ilusão dos indivíduos mal-orientados, na verdade, a ideologia é uma forma específica de *consciência social* que, nascida da posição em que as classes ocupam na produção material, se espraia por todos os poros da sociedade e tem como função orientar os indivíduos e grupos sociais nas suas escolhas cotidianas na sociedade. (MESZAROS, 2004). Como advertiam Marx e Engels (1999) a consciência social não é uma abstração, ela remete sempre às determinações histórico-concretas do ser consciente.

Como ressaltou Lukács (1969, p. 40), o marxista italiano Antonio Gramsci estava correto ao afirmar que no interior das sociedades de classe a categoria ideologia possui dois significados diferentes. Por um lado, ideologia em seu conteúdo geral é a forma histórica das classes sociais fundamentais organizarem suas análises e pensamentos em torno de uma concepção própria de mundo que viabiliza respostas às contradições e conflitos sociais presentes na sociedade. Nesse sentido é que Marx afirma que cada classe social produz sua ideologia, ou seja, sua concepção de mundo que visa ordenar e orientar a sua atividade prática sobre o real. Por outro lado, nas sociedades de classe a categoria ideologia pode se referir também à universalização de uma concepção particular de mundo, que ao se assentar nos valores estritamente conservadores da classe dominante pode limitar ou distorcer determinações importantes da realidade concreta. Ou seja, a classe dominante, comprometida com a manutenção da ordem, ao socializar com as outras classes o seu projeto político particular apresentando-o como universal tende a distanciar as análises sobre as contradições sociais de sua verdadeira essência.

A função social da ideologia estaria assim primeiramente ligada à crescente necessidade das classes sociais ultrapassarem as meras impressões empíricas e cotidianas produzindo gradativamente uma concepção de mundo que oferece coerência e sentido às suas ações práticas na sociedade. Como afirma Meszaros (2004) os interesses contraditórios das classes sociais fundamentais que se desenvolvem ao longo da história e se entrelaçam conflituosamente nos diversos modos de produção passam a se manifestar também no plano da consciência social. O confronto entre as classes nascido na produção material dá origem a uma grande diversidade de discursos e defesas de perspectivas valorativas nas quais as principais classes sociais se inter-relacionam e realizam, de acordo com um determinado período histórico, confrontos mais ou menos abertos com o objetivo de articular uma concepção própria e abrangente do mundo.

Mas a essa característica da ideologia, inerentemente ligada ao confronto das diversas concepções de mundo das classes sociais, deve-se incluir outra característica importante. Uma determinação histórica que está presente na conhecida afirmação de Marx e Engels (1999, p. 72): “as idéias da



classe dominante são, em cada época, as idéias dominantes; isto é, a classe que é a força material dominante é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante.” Ou seja, ao mesmo tempo em que as classes dominantes de cada época criam as condições materiais para a exploração e reúnem em torno de si uma concepção coerente de mundo elas também devem criar condições para que a sua ideologia particular seja universalizada com as demais classes. Assim, as classes dominantes de cada época devem se esforçar para cooptar antigas concepções tradicionais e ao mesmo tempo criar novos valores que passem a ser aceitos como “naturais” e “eternos” com o objetivo de manterem e reproduzirem a sua condição de exploradores do trabalho alheio. Numa passagem de *A ideologia alemã* Marx e Engels esclarecem que a condição social de classe exploradora exige também a produção e disseminação de valores e idéias que unifiquem toda a sociedade.

Os indivíduos que constituem a classe dominante possuem, entre outras coisas também consciência e, por isso, pensam; na medida em que dominam como classe e determinam todo o âmbito de uma época histórica, é evidente que o façam em toda a sua extensão e, conseqüentemente, entre outras coisas, dominem também como pensadores, como produtores de idéias; que regulem a produção e a distribuição das idéias de seu tempo e que suas idéias sejam, por isso mesmo, as idéias dominantes da época. (MARX; ENGELS, 1999, p. 72).

Em resumo, através das condições postas pela organização da vida material os membros da classe dominante reproduzem não apenas formas cotidianas e imediatas de pensar e agir, mas são obrigados a elaborar e socializarem uma concepção de mundo própria, ou seja, um conjunto de novos valores morais, culturais e políticos. Esses valores ao serem gradativamente universalizados com todos os membros da sociedade garantem que a ideologia dominante oriente as alternativas cotidianas dos indivíduos aprofundando as escolhas necessárias para fortalecer a coesão e a reprodução de todo o modo de produção. Nesse sentido é que Marx e Engels (1999, p. 74) ao analisarem a forma com que a burguesia adquiriu a condição de classe dominante no mundo moderno afirmam que

[...] cada nova classe que toma o lugar da que dominava antes dela é obrigada, para alcançar os fins a que se propõe, a apresentar seus interesses como sendo o interesse comum de todos os membros da sociedade, isto é, para expressar isso mesmo em termos ideais: é obrigada a emprestar as suas idéias a forma de universalidade, a apresentá-las como sendo as únicas racionais, as únicas universalmente válidas.

Ao longo da história, com o desenvolvimento da divisão social do trabalho, a tarefa de elaborar e universalizar essas representações adequadas à classe dominante são gradativamente assumidas por especialistas como: filósofos, juristas, pensadores, poetas, educadores, padres, etc. Ou seja, “ideólogos ativos” ou, como quer Gramsci (2000), “intelectuais”<sup>3</sup> que passam a adquirir a função específica de pensar, organizar e socializar as concepções de mundo dominantes em cada período histórico. Como afirma o marxista italiano,

Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si, ao mesmo tempo organicamente, uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência de sua própria função, não apenas no campo econômico, mas também no social e político. (GRAMSCI, 2000, p. 15, grifos nossos).

Mais do que isso, segundo Gramsci (2000), a classe dominante que almeja adquirir a condição de dirigente deve não só desenvolver seus próprios *intelectuais orgânicos*, responsáveis em elaborar uma nova concepção de mundo, mas também construir estratégias para reunir, em torno dos ideais de progresso, liberdade e igualdade, *intelectuais tradicionais*, ou seja, pensadores e educadores ligados a outras épocas e grupos sociais (como padres, professores, filósofos etc.). Por isso, tanto a construção de seus próprios intelectuais orgânicos como a cooptação dos intelectuais tradicionais configura-se como uma das principais estratégias na busca pela socialização e universalização dos interesses burgueses.

Assim, por possuir essa função social importante de reprodução das condições de exploração apresentando, através de seus intelectuais, as idéias

---

<sup>3</sup> Sublinhe-se que por isso para Gramsci (2000, p. 18) “[...] seria possível dizer que todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais”.

e valores particulares da classe dominante como as idéias universalmente válidas de uma época, a *ideologia* possui também uma característica de mistificação de alguns elementos da realidade. Essa caracterização explica o motivo pelo qual Marx irá afirmar que muitas das idéias dominantes aparecerem ao longo da história de “cabeça para baixo como numa câmara escura”. (1999, p. 37).

O fato é que para universalizar sua concepção particular de mundo com toda a sociedade as classes dominantes, mesmo sem perceber, muitas vezes reproduzem ideologias que ora limitam e ora mistificam o acesso à totalidade concreta. Segundo Meszaros (2004), precisamente por causa do imperativo de assegurar a compatibilidade entre os interesses dominantes e as tendências intelectuais adotadas, as estratégias ideológicas devem ser sustentáveis não como reflexo necessariamente verdadeiro do mundo social, mas como discurso plausível e aceitável pelo conjunto da sociedade, que atenua os conflitos existentes e eternize os parâmetros das relações sociais existentes. Seja com o recurso ao discurso aglutinador da religião, que na idade média pretendia universalizar na figura de Deus a dominação feudal, ou, mais tarde, na defesa positivista da neutralidade axiológica da ciência social, a ideologia dominante deve ao elaborar concepções sobre a realidade social encontrar também caminhos para apresentar as idéias dominantes como únicas realmente válidas. Assim, cada modo de produção, com suas formas de alienações específicas, oferecerá as condições concretas para o desenvolvimento de formas particulares de universalização da ideologia dominante. Nesse processo, muitas vezes os “intelectuais”, estreitamente ligados a concepção de mundo da classe dominante, mesmo perseguindo um conhecimento que se aproxime ao máximo da realidade concreta acabam por reproduzir a mera aparência alienante do fenômeno social limitando ou mesmo mistificando partes da realidade social existente em nome de sua concepção e de seu ponto de vista comprometido com a conservação.

Para Marx então a distorção ideológica não se reduz a uma racionalização grosseira, cínica, tosca da realidade por parte dos interesses das classes e grupos dominantes. A concepção marxiana de ideologia está longe de uma visão conspiratória da realidade. A mistificação da realidade por parte de uma

ideologia dominante responde muito mais às limitações próprias da concepção de classe apreendida por um determinado indivíduo, do que pelo falseamento intencional e canhestro da realidade. Como explica Leandro Konder (1965, p. 75),

Dada a divisão da sociedade em classes, a consciência se vê premida por duas exigências de ordem diversa: de um lado, ela experimenta a necessidade de conhecer o real tal como ele é, para poder proporcionar um aprofundamento do domínio humano sobre a realidade e para melhor assegurar a vida e a afirmação do homem; por outro lado, a consciência parte de uma situação de desunião institucionalizada entre os homens. E é contrariada no atendimento à primeira exigência por outra exigência, esta ligada a poderosa carga de interesses particulares estratificados que não se beneficiam da máxima compreensão possível do real em um momento dado.

A socialização da ideologia particular da classe dominante reproduz de tal maneira a consciência prática de uma época e se espraia com tal força pelas várias esferas da vida social que para o indivíduo criado e educado sob tais condições culturais a ideologia dominante passa a assumir a aparente condição de verdade universalmente válida e a influir decisivamente nas escolhas cotidianas. Neste sentido, segundo Meszaros (2004), as ideologias dominantes da ordem social estabelecida desfrutam de uma posição privilegiada em relação a todas as outras variedades ideológicas presentes nas classes subalternas. Para o autor, as classes dominantes assumem sempre uma atitude positiva para com as relações de produção dominantes, assim como os mecanismos auto-reprodutivos fundamentais da sociedade, e, além disso, podem contar, em suas confrontações ideológicas com todo o apoio das instituições econômicas, culturais, e políticas da ordem social. E, por isso, podem estipular a “praticabilidade” e “aceitabilidade” de uma determinada ideologia. Como sublinha Meszaros (2004, p. 233)

Assim, não é acidental que as ideologias dominantes insistam nas insuperáveis virtudes do “pragmatismo” e da “engenharia social gradual”, rejeitando (no mais da vezes, pela simples atribuição de algum rótulo exorcizante) todas as formas de “síntese total” ou de “holismo” [...] dada sua posição privilegiada na ordem social prevalecente, elas podem ditar as condições e regras gerais do próprio discurso ideológico.

Em seus textos Marx (1987-88) analisa que por possuir sempre uma vinculação com a forma de organização material da sociedade a ideologia dominante passa a assumir a condição de um pensamento espontâneo e cotidiano, ou seja, passa a forjar o “senso comum” da sociedade, subordinando a ideologia dos outros grupos e classes sociais e, freqüentemente, orientando as escolhas dos indivíduos.

Sobre as diferentes formas de propriedade, sobre as condições sociais erige-se maneiras de pensar e concepções de vida distintas e peculiarmente constituídas. A classe inteira os cria e os forma sobre a base de suas condições materiais e das relações correspondentes. O indivíduo isolado, que as adquire através da tradição e da educação, poderá imaginar que constituem os motivos reais e o ponto de partida de sua conduta. (MARX, 1987-88, p. 26).

Por estes motivos as mistificações ideológicas criadas pela classe dominante de cada época histórica são na maioria dos casos parciais<sup>4</sup>, elas distorcem as proporções da visão de conjunto e deformam o sentido global do movimento de uma totalidade, no entanto respeitam a riqueza dos fenômenos mais imediatos. Por isso, mesmo ideólogos que possuem elaborações estreitamente ligadas ao horizonte da burguesia como Hegel, Adam Smith, David Ricardo e até mesmo Balzac conseguiram captar importantes elementos para o conhecimento crítico da sociedade capitalista. Mas, ao mesmo tempo, o pensamento desses intelectuais ao limitar-se aos estreitos horizontes da classe dominante de sua época mistificam os elementos da totalidade social que poriam em xeque a ordem social que pretendem conservar.

Assim, o que determina a natureza da ideologia, acima de tudo, é o imperativo de se tornar – através de um determinado ponto de vista da classe dominante – a consciência prática universal de uma época. A ideologia dominante de uma época não se guia por proposições teóricas abstratas, mas sim por orientações práticas baseadas no período histórico e nas condições

---

<sup>4</sup> Claro que no interior dos grupos que assumem a função de intelectuais da classe dominante podem existir alguns meros “sofistas”, ou seja, mistificadores intencionais da realidade, mas tais pensadores e suas teorias não costumam ganhar muito crédito e aceitação coletiva ou quando ganham têm uma importância bem limitada no tempo histórico.

concretas de atuação e de correlação de forças entre as classes sociais. É a orientação prática da realidade concreta sobre a qual vai atuar que define o tipo de racionalidade e o discurso ideológico mais apropriado para a classe dominante universalizar sua concepção de mundo. É por isso que Meszaros (2004, p. 67) afirma que “[...] as principais ideologias levam a marca muito importante da *formação social* cujas práticas produtivas dominantes elas adotam como definitivo quadro de referência”. Só assim é que as formas ideologicamente dominantes da consciência social podem ter implicações práticas de longo alcance em todas as suas variedades, na arte, na literatura, assim como na filosofia, na teoria social, ou no planejamento governamental.

Por isso, é importante sublinhar aqui que todo esse processo que possibilita às classes sociais tomarem consciência de sua situação na sociedade e construírem ideologias, universalizando valores particulares com as demais classes, responde a determinações bem particulares a cada época histórica e a cada modo de organização da produção social. Mesmo as classes dominantes de uma mesma época não podem ser colocadas no mesmo plano. Cada período histórico e cada realidade econômica e social possibilitarão condições específicas para a construção e universalização da ideologia e da dominação de classe.

Em sua particularidade histórica o modo de produção capitalista trouxe consigo novas relações sociais entre as classes. A nova dinâmica capitalista de exploração do trabalho produziu fortes implicações para a dinâmica de dominação de classe e, conseqüentemente, para a forma de socialização da ideologia dominante. Se, por um lado, o desenvolvimento capitalista – com seu rápido desenvolvimento das forças produtivas e ampliação do mercado mundial – abriu cada vez mais possibilidades para a humanidade acessar as múltiplas determinações da realidade concreta (através do desenvolvimento científico) por outro lado, o capitalismo instituiu uma nova forma de alienação dos processos sociais: o “fetichismo da mercadoria”, que renovou o potencial de mistificação ideológica através da reificação da totalidade social<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup> Sob a sociedade burguesa todas as esferas da vida social giram em torno de um ente *coisificado* chamado mercado. A universalidade da forma mercantil condiciona tanto no plano material como no plano subjetivo, uma abstração do trabalho humano que se objetiva nas mercadorias. Pelas demandas constantemente exigidas pela autovalorização do capital e pela

Em sua obra *Reforma ou Revolução* Rosa Luxemburgo, ao criticar a posição dos reformistas que pretendiam libertar a exploração do trabalho através de decretos políticos resumiu precisamente a forma particular de dominação capitalista.

O que distingue a sociedade burguesa das outras sociedades de classe – da sociedade antiga e da ordem social da idade média – é precisamente o fato de que a dominação de classe não repousa sobre “direitos adquiridos”, mas sobre relações econômicas reais; o fato de o trabalho assalariado não ser uma relação jurídica, mas uma relação puramente econômica. Em nosso sistema jurídico não há uma única fórmula legal que imponha a atual dominação de classe. (LUXEMBURGO, 1999, p. 50)

Enquanto nas sociedades pré-capitalistas a exploração do trabalho torna-se uma realidade visível na cotidianidade das relações de produção e a dominação de classe é garantida principalmente através de imposições jurídicas e pela dominação ideológica, na sociedade capitalista a exploração do trabalho alheio adquire configurações bem mais complexas. No modo de produção capitalista a própria configuração das relações sociais de produção obscurece o sentido concreto da exploração do trabalho assalariado encobrendo-a com uma aparência de liberdade e igualdade de condições. Em outras palavras, as relações sociais de produção capitalistas, com seu inerente caráter fetichista e reificador<sup>6</sup>, oferecem um fundamento material para que as diversas mistificações ideológicas da burguesia, representadas principalmente pela defesa da liberdade, da igualdade e da fraternidade, possa ser universalizada com as demais classes, obscurecendo, ao nível da aparência

---

contínua mecanização do processo produtivo, o trabalho humano deve ser continuamente quantificado e calculado com base no tempo de trabalho médio para se produzir as mercadorias. Esse tipo de razão, que é a base da racionalidade mercantil, baseada na quantificação do cálculo e na imediatividade da empiria, é chamada de *razão instrumental*. Segundo Konder (2002), essa racionalidade, típica do período burguês decadente, sacrifica os sujeitos humanos na expressão de suas qualidades individuais e na capacidade de perceber a riqueza da diversidade das coisas por eles mesmos produzidas e as relações sociais que daí resultam. Para o filósofo brasileiro, A dinâmica do sistema criado pelo capitalismo tende a destruir todos os valores intrinsecamente qualitativos, o fundamento das convicções dos homens. (...) O que realmente importa é o rendimento mensurável, é o pretense valor que se traduz num preço.” (KONDER, 2002, p. 61).

<sup>6</sup> Para um aprofundamento sobre as determinações da reificação como forma de alienação típica da sociedade capitalista ver: Netto, José Paulo. **Capitalismo e reificação**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

imediate, seu real sentido histórico: a instauração de uma nova forma de exploração do trabalho e dominação de classe.

É sob essas condições histórico-concretas do modo de produção capitalista e sua forma de alienação reificadora do real que a burguesia se configurou como a primeira classe social que nascida na condição de dominada logrou atingir a condição de classe dominante. Ao construir através de seus intelectuais orgânicos uma concepção própria de mundo e socializá-la com as demais classes e setores tradicionais tornando-a uma “verdade” universalmente válida, a burguesia impôs sua ideologia particular ao conjunto da sociedade e conduziu uma revolução política e social que mudou de cima a baixo as relações sociais de produção. Nessa qualidade é que a célebre frase de Marx e Engels no Manifesto do Partido Comunista encontra seu sentido pleno: “A burguesia desempenhou na história um papel eminentemente revolucionário”. (1998, p. 07). E fez isso despojando a sociedade de todas as relações feudais que emperravam o desenvolvimento do capital, sobrepondo a ela uma nova forma de dominação política e ideológica baseada na reificação das relações sociais.

A burguesia onde conquistou o poder, destruiu todas as relações feudais, patriarcais, idílicas. Rasgou sem compunção todos os diversos laços feudais que prendiam o homem aos seus “superiores naturais” e não deixou entre homem e homem outro vínculo que não o frio interesse, o do insensível pagamento em dinheiro. (MARX; ENGELS, 1998 p. 07).

Mas os processos econômicos, políticos e ideológicos que possibilitaram à burguesia assumir a condição de classe dominante não se processaram da mesma maneira em todos os países. As características históricas específicas de cada formação econômica e social definiram uma cultura política e uma forma de universalização ideológica particular ao conjunto das frações burguesas de cada país.

O longo e difícil processo histórico de constituição da burguesia enquanto classe dominante já foi suficientemente analisado por diversos



teóricos marxistas<sup>7</sup>. Para os fins específicos desse trabalho o que importa sublinhar é que as particularidades do processo de revolução burguesa e o posterior desenvolvimento do capitalismo, em cada formação social e em cada época histórica, incidirão fortemente sobre as características da dominação ideológica capitalista. Trata-se aqui de reconhecer que a forma de exploração e dominação burguesa, enquanto universalidade mundialmente consolidada, responde por dinâmicas particulares a cada formação social que, por sua vez, são influenciadas por múltiplas determinações, tais como: o desenvolvimento das forças produtivas de cada país, o período histórico de irrupção da industrialização, a correlação de forças entre as classes sociais presentes, a cultura herdada de formações sociais anteriores, o embate entre as forças políticas reacionárias e as forças da transformação, os laços que interligam o país ao centro do capitalismo mundial.

Por isso, sob as condições históricas específicas a cada formação social a burguesia deve criar e recriar continuamente o conjunto ideológico mais adequado a sua realidade econômica e política com o objetivo de influir decisivamente nas escolhas cotidianas dos indivíduos. Em outras palavras, pela inerente característica de contínua expansão da acumulação capitalista, pelo caráter sempre em movimento da correlação de forças entre as classes e ainda pelas especificidades de cada formação social, a burguesia deve não só construir estratégias ideológicas adequadas a cada situação, mas, também, renovar, a cada período histórico, seu potencial de exploração e dominação. Essa necessidade contínua de readequação das promessas ideológicas da burguesia à sua realidade concreta de atuação política pode ser percebida em vários exemplos ao longo da história de consolidação da dominação burguesa.

Um desses exemplos foi claramente analisado por Marx (1987-88) no seu ensaio sobre *O Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte*. Naquela situação histórica o autor mostra a clara mudança no padrão de atuação política e ideológica da burguesia que, ao se deparar com a emergência política da classe trabalhadora nos processos revolucionários de 1848, abandona a bandeira da revolução democrática gradativamente aliando-se às forças

---

<sup>7</sup> Sobre isso ver principalmente os estudos de Marx, (1968), Dobb (1983) e Hobsbawn (1964).

reacionárias em nome da conservação do capitalismo<sup>8</sup>. A partir dessa nova situação histórica da luta de classes Marx mostra como a burguesia foi obrigada a costurar as alianças políticas necessárias e adequar seu discurso ideológico ao novo quadro político de correlação de forças. Ao conjurar os espíritos do passado revolucionário, Luis Bonaparte, legítimo representante político da decadência burguesa, alcançou seu objetivo de manter a coesão social em torno das políticas autocráticas e restauradoras do bonapartismo.

Da mesma forma autores marxistas como Lukács, através da recuperação das elaborações lenineanas sobre a especificidade da “via prussiana”<sup>9</sup> de desenvolvimento capitalista, e Antonio Gramsci, com seu conceito de “revolução passiva”<sup>10</sup>, realizaram análises que desvendaram as particularidades da forma de atuação política e ideológica da burguesia na realidade histórica específica de países como Alemanha e Itália. Assim, guardando as grandes diferenças entre ambos os autores, tanto as elaborações de Lukács (1976) sobre a “via prussiana” alemã, quanto as análises gramscianas em torno da “revolução passiva” mostram que nesses

---

<sup>8</sup> Portanto, em 1848, com o surgimento do proletariado enquanto “classe para si” as antigas aspirações burguesas de avanço do progresso e da democracia se deslocam para o terreno da defesa incondicional do *status quo* capitalista e da aliança com as forças aristocráticas da reação. A partir daí, e com a posterior derrota dos movimentos revolucionários das massas, o protagonismo político burguês centra-se na defesa conservadora da ordem para a qual agora socorrem as promessas de progresso contidas nos diversos programas reformistas que ganham destaque no período pós-1848.

<sup>9</sup> Para Lukács (1976) faltou na Alemanha, desde o primeiro momento, aquela irresistível unidade anti-feudal que havia dado impulso a revolução francesa através do “terceiro estado”. Como consequência não floresceu na Alemanha uma ideologia democrática e progressista, mas sim a socialização de uma cultura política burguesa necessariamente autoritária, centralizadora e pouco afeita à participação do povo nas decisões fundamentais. Por isso, a via prussiana produz uma cultura política das classes dominantes na qual a ação prática se traduz pela solução do “Bonapartismo”. Ou seja, a alternativa política da burguesia alemã foi conduzir o processo de modernização capitalista através de soluções políticas autoritárias e processadas “pelo alto”. É assim que se desenvolve todo o direcionamento conciliatório da burguesia alemã, através de uma industrialização que, apesar de se desenvolver com enorme impulso no século XX, se estabelece sob o manto de um nacionalismo chauvinista e contra-revolucionário; materializado primeiramente pelo Estado Bismarckiano e, posteriormente, na cultura política de um imperialismo voraz conduzido pela ideologia do nazismo.

<sup>10</sup> Para Gramsci (2000) a “revolução passiva”, que se processou com o risorgimento, significa a materialização de como surge o movimento histórico em uma específica condição social e política, ou seja, como surge uma classe social que, para nascer como ser consciente de seu papel na totalidade histórica, teve que aliar-se precisamente com a nobreza que representava o seu adversário histórico. Classe esta, a burguesia, que nas condições tardias de desenvolvimento capitalista e ante o pavor gerado pela emergência das massas proletárias na França de 1848, vê-se obrigada a retroceder, fazendo concessões às massas populares e ao mesmo tempo minorando seu caráter radical, isto é, passivizando a estratégia burguesa de tomada do poder político e de construção de um novo Estado. (BRAGA, 1996).

países foram desenvolvidas estratégias de universalização da ideologia burguesa adequadas ao ambiente econômico e cultural dessas formações sociais.

## **1.2 – A especificidade da revolução burguesa no Brasil e a particularidade da cultura política da burguesia brasileira**

No Brasil alguns autores como Luis Werneck Vianna<sup>11</sup>, Carlos Nelson Coutinho<sup>12</sup>, Leandro Konder<sup>13</sup> entre outros, apoiaram-se nas análises da “revolução passiva” e da “via prussiana” com o objetivo de desvendar a intrigante e peculiar via de desenvolvimento capitalista no Brasil. Para esses autores brasileiros, mesmo em seus breves períodos democráticos, o desenvolvimento político e ideológico da burguesia brasileira assumiu um caráter elitista e autoritário muito parecido com as intervenções políticas das classes dominantes na Alemanha e na Itália. Como afirma Carlos Nelson Coutinho (1979, p.41):

[...] as transformações políticas e a modernização econômico-social no Brasil foram sempre efetuadas no quadro de uma “via prussiana”, ou seja, através da conciliação entre frações das classes dominantes, de medidas aplicadas “de cima para baixo”, com a conservação essencial das relações de produção atrasadas (o latifúndio) e com a reprodução (ampliada) da dependência ao capitalismo internacional; essas transformações “pelo alto” tiveram como causa e efeito principais a permanente tentativa de marginalizar as massas populares não só da vida social em geral, mas sobretudo do processo de formação das grandes decisões políticas nacionais.”

Existem vários exemplos na história de consolidação e desenvolvimento capitalista no Brasil que corroboram com a tese de que em nosso país também se processaram transformações com base numa cultura política burguesa claramente restauradora, anti-democrática e contra-revolucionária. A nossa

---

<sup>11</sup> VIANNA, Luiz Werneck. A revolução passiva. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1997.

<sup>12</sup> COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. In: SILVEIRA, Ênio. (Et al). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

<sup>13</sup> KONDER, Leandro. A democracia e os comunistas no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

independência do estatuto de colônia, por exemplo, conseguiu barrar todas as tentativas revolucionárias e acabou sendo realizada por um príncipe português, numa típica manobra “pelo alto”. Na história do império, a antiga oligarquia colonial manteve todos os seus privilégios econômicos e políticos. Por sua vez, a proclamação da república, também logrou abafar os movimentos populares e promover uma transição “pelo alto” que foi capitalizada pelas velhas oligarquias agrárias. A revolução de 1930, apesar do nome, não passou de uma “rearrumação” do velho bloco de poder, cooptando os setores mais radicais da classe média urbana. Mais adiante, a passagem para o período de industrialização brasileira se deu sob a proteção de um regime claramente bonapartista: o “Estado Novo”, que assegurou pela repressão e pela demagogia a neutralização da classe operária, ao mesmo tempo que conservou quase intocado antigos privilégios das oligarquias, como, por exemplo, o poder do latifúndio. Mas com certeza de todas essas intervenções políticas das classes dominantes brasileiras a que mais transparece seu caráter contra-revolucionário é o golpe de Estado de 1964 que instaurou uma violenta autocracia em nome da conservação e da restauração burguesas. (COUTINHO, 1979).

Assim, na história brasileira é comum classificarem-se com o nome de “revolução” movimentos políticos que apenas encontraram a sua razão de ser na firme intenção de evitar a ruptura radical com o passado, e assim se fala de “revolução” de 1930 ou de “revolução” de 1964. Todos acostumados a uma linguagem de paradoxos em que a conservação para cumprir seu papel deve reivindicar o que deveria consistir no seu contrário. Neste sentido, a célebre frase do então presidente de Minas Gerais em 1929 às portas da “revolução de 1930” exemplifica com precisão o caráter de mudança com conservação ou de “modernização conservadora” (FERNANDES, 1976) da transição capitalista brasileira: “ façamos a revolução pelo voto antes que o povo a faça pelas armas”.

Não há dúvidas que a transição capitalista no Brasil e a cultura política forma de intervenção política que as classes dominantes brasileiras assumiram ao longo da história se aproximam e muito das características de “revolução pelo alto” ou de “revolução/restauração” apontadas por Lukács e Gramsci

respectivamente. No entanto, apesar de em linhas gerais as formulações dos clássicos marxistas nos ajudarem a apreender algumas particularidades da cultura política brasileira interligada ao movimento universal do capitalismo mundial, é importante ressaltar que essas semelhanças teóricas guardam profundas diferenças no plano histórico concreto. Diríamos até que talvez nossas semelhanças com o caso alemão e italiano de transição capitalista “pelo alto” ou “restauradora” localizem-se apenas no plano abstrato formal, pois no que diz respeito aos conteúdos históricos particulares da transição, algumas diferenças na formação da cultura política burguesa afloram com grande densidade.

Ao seguir as indicações teóricas de Caio Prado Jr. sobre uma “via colonial de desenvolvimento capitalista” podemos afirmar que no plano histórico concreto a principal diferença entre a formação do capitalismo alemão e italiano com relação ao brasileiro está nos modelos de articulação da economia desses países e da economia brasileira com o capitalismo mundial. No caso alemão e italiano os setores mais dinâmicos da economia sempre estiveram desde o início do “período burguês” integrados de forma relativamente dinâmica ao mercado mundial e jamais de modo inteiramente subalterno como é o caso de economias coloniais como a do Brasil. Assim, o passado colonial e escravocrata brasileiro jogaria um forte peso na determinação da forma de atuação política e ideológica da burguesia brasileira. Ou seja, essa principal diferença configura um quadro extremamente diverso para a construção da cultura política burguesa nesses países. Como com precisão adverte Rêgo (1996, p. 121)

[...] nossos atrasados coronéis e fazendeiros, como personificações de relações econômicas, em quase nada se assemelham aos *Junkers* prussianos. Estes personificavam, desde o século XV, as mais modernas e poderosas formas do capital mercantil europeu, comportando no seu movimento político de classe as mediações contraditórias daquela forma, ou seja, reunindo no mesmo âmbito de ação os impulsos de preservação do mesmo mundo.

Em outras palavras, apesar de possuir muitas semelhanças com a forma de transição capitalista na Alemanha e na Itália, no plano histórico concreto, o conteúdo do atraso brasileiro é totalmente distinto. Isso quer dizer que o caráter tardio do capitalismo alemão e italiano e todas as suas conseqüências para o surgimento de uma cultura política “bonapartista” e “transformista” foi mediado pela imensa força de seu tecido medieval. Enquanto que as características coloniais que fizeram do Brasil uma nação periférica, na qual as classes dominantes possuem uma cultura política “restauradora” e “contra-revolucionária” foram mediadas por uma característica distinta: assentada no seu passado colonial e escravista.

Além dessa diferença ancorada no passado outra questão é que tanto a Alemanha como a Itália tiveram seu processo de industrialização iniciado nas últimas décadas do século XIX; fato histórico que possibilitou a ambas as nações adentrarem o período monopolista do capitalismo com uma política imperialista extremamente voraz, o que possibilitou alcançarem no século XX uma grande velocidade de desenvolvimento e modernização. Como ressalta José Chasin:

[...] enquanto a industrialização alemã é das últimas décadas do século XIX, e atinge, no processo, a partir de certo momento, grande velocidade e expressão, a ponto da Alemanha alcançar a configuração imperialista, no Brasil a industrialização principia a se realizar efetivamente muito mais tarde, já num ponto avançado da época das guerras imperialistas, e sem nunca, com isto, romper sua condição de país subordinado aos pólos hegemônicos da economia internacional. De sorte que "o verdadeiro capitalismo" alemão é tardio, enquanto o brasileiro é hipertardio (CHASIN, 1999. p. 628).

Essas diferenciações, entre outras, fazem com que autores como Chasin (1999) e Mazzeo (1997) seguindo as indicações de Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes prefiram a designação de *caminho colonial* para apontar a particularidade de um caso específico de realização do capitalismo. Assim, em nossa análise teórica, apesar de aceitarmos as nítidas semelhanças entre o processo de transição brasileiro e de alguns países europeus preferimos utilizar a denominação de “via colonial” para especificar o terreno econômico e político

sobre o qual foram historicamente tecidas a cultura política e as estratégias ideológicas da burguesia brasileira.

Para nós, a referência à condição colonial e à subordinação ao capitalismo internacional é importante, pois acena para a construção histórica de uma forma de ação política das classes dominantes que além de estar baseada no autoritarismo das soluções “pelo alto”, adquire características peculiares tais como: a reiteração da subordinação aos países centrais e a aversão da burguesia às conquistas da classe trabalhadora, mesmo quando estas não ultrapassam o estreito limite do direito formal burguês.

A questão é que a particularidade da transição capitalista brasileira remete necessariamente a nossa experiência colonial que, diferentemente das nações européias tardias, nos legou uma unificação precoce, configurada numa estrutura estatal moderna, mas continuamente atrelada aos interesses do capitalismo internacional. Nossa história de colônia e nossa “modernização conservadora” (FERNANDES, 1976) construíram um futuro que sempre repõe características do nosso passado. Nessa direção, continua válida a afirmação, feita ainda nos anos 40, de um dos grandes intérpretes marxistas do Brasil contemporâneo:

Observando-se o Brasil de hoje, o que salta a vista é um organismo em franca e ativa transformação [...] Mas isto, apesar de tudo é excepcional. Na maior parte dos exemplos, e no conjunto, em todo caso, atrás daquelas transformações que às vezes nos podem iludir, sente-se a presença de uma realidade já muito antiga que até nos admira de aí achar e que não é senão aquele passado colonial. (PRADO JÚNIOR, 1976, p. 11).

Diferentemente dos países da Europa nosso “capitalismo retardatário” tem na herança colonial a base histórica para o seu desenvolvimento. Como afirma Caio Prado Jr. (1999) somos filhos da grande empresa comercial da colonização européia das Américas, iniciada no século XV, e que possibilitou a acumulação primitiva necessária ao desenvolvimento da revolução industrial na Europa.

No sistema internacional e universal assim constituído – ou que se foi constituindo depois do encerramento da idade média – o

Brasil figuraria como um território, em seguida uma coletividade humana em vias de integração e afinal um país e propriamente nação, de natureza marginal e periférica, destinada a servir de campo para o exercício e os objetivos daquela atividade mercantil característica, do mundo moderno, dos povos europeus ou de origem européia. Nisso consiste o fundo, e podemos dizer a substância da formação e evolução brasileiras. (PRADO JÚNIOR, 1999, p. 34).

A colonização e a forma de exploração do trabalho dela decorrente: a escravidão negra, com sua duração no tempo, sua extensão espacial, sua indispensabilidade à acumulação econômica dos países centrais, sua força como instituição formadora de hábitos e costumes políticos e culturais forjaram o legado específico que forma o cadinho econômico, cultural e político da formação social brasileira. (RÊGO, 1996). Como diriam também, Florestan Fernandes (1976), Octávio Ianni (1984), entre outros legítimos representantes do marxismo crítico brasileiro, o colonialismo inseriu uma dinâmica econômica e política peculiar que forjou as relações sociais no Brasil e que acompanha todo o desenvolvimento posterior do capitalismo brasileiro.

Neste ambiente de desenvolvimento capitalista periférico é que a burguesia brasileira terá que construir as suas estratégias ideológicas com o objetivo de, por um lado, unificar as diversas frações burguesas em torno de um projeto político claro e factível e, por outro, socializar com as demais classes e grupos sociais promessas ideológicas que anunciem um futuro de progresso e crescimento.

### **1.3 - A particularidade da dominação burguesa no Brasil e a construção dos ciclos ideológicos do desenvolvimento**

Como vimos, a forma de transição “hipertardia” (CHASIN, 1999) do Brasil ao capitalismo industrializado gerou determinações particulares para o padrão de atuação e a cultura política da burguesia brasileira. Seguindo as indicações do pensamento marxista sobre a particularidade da formação social brasileira podemos destacar como dois determinantes principais deste processo: 1) o fato da transição brasileira ter se realizado numa conjuntura



histórica internacional marcada não só pelo pós-1848, ou pelo período imperialista, mas também pelo surgimento, em 1917, da primeira revolução socialista no mundo, fato que aguçou ainda mais as características contrarrevolucionárias da burguesia local e internacional. 2) O peso do passado colonial e escravista para a cultura política das classes dominantes que forjou uma atuação prática reacionária da burguesia brasileira, tanto na sua articulação subalterna com o imperialismo, como, também, na sua relação autoritária com a classe trabalhadora.

Apesar dessa forma de atuação política da classe dominante brasileira manter suas características gerais, ela sofrerá mudanças ao longo do período histórico e obrigará a classe dominante reconstruir as estratégias e promessas ideológicas adequadas. Nos limites específicos deste estudo não pretendemos analisar todo o conjunto ideológico desenvolvido pela burguesia brasileira para garantir a continuidade de sua dominação política e a reprodução do sistema capitalista. O objeto específico desta tese se concentra no estudo sobre um conjunto ideológico singular que ocupou um lugar de destaque na construção da dominação burguesa no Brasil.

Partimos da idéia, já divulgada por estudiosos da formação social brasileira, que um dos pilares para a construção da dominação burguesa no Brasil foi a elaboração e a socialização de um conjunto ideológico burguês que objetivou direcionar as estratégias e políticas de desenvolvimento no processo de industrialização brasileira.

Em uma publicação de 1974, um dos grandes intelectuais do desenvolvimento capitalista no Brasil, o economista Celso Furtado reconhece a construção e a importância histórica do que chama de “mito do desenvolvimento econômico” como “ideologia diretora” do processo de modernização brasileira. De acordo com o economista cepalino o mito de que os países periféricos pudessem superar o subdesenvolvimento e atingir as mesmas condições de vida dos países desenvolvidos exerceu uma forte e inegável influência sobre a mente dos homens que se empenharam em pensar os rumos da economia e da política no Brasil. Para o autor a renovação contínua desse mito ao longo da história operou como um verdadeiro farol que iluminou o campo de percepção dos pesquisadores, planejadores, burocratas e

governantes indicando o caminho que toda a sociedade brasileira deveria seguir para atingir seu objetivo final: estar entre o rol dos países plenamente desenvolvidos. Nas palavras de Furtado (1974, p. 16),

A literatura sobre o desenvolvimento econômico do último quartel de século nos dá um exemplo meridiano desse papel diretor dos mitos nas ciências sociais: pelo menos noventa por cento do que aí encontramos se funda na idéia que se dá por evidente, segundo a qual o desenvolvimento econômico, tal qual vem sendo praticado pelos países que lideram a revolução industrial, pode ser universalizado. [...] Essa idéia constitui, seguramente, uma prolongação do mito do progresso, elemento essencial na ideologia diretora da revolução burguesa, dentro da qual se criou a atual sociedade industrial.

Como indica Furtado (1974), levando em consideração o ambiente de país periférico, com altos índices de desigualdade social, o mito do desenvolvimento tornou-se, ao longo da história, uma construção ideológica fundamental para que a classe dominante brasileira elaborasse sua concepção de mundo específica e ao mesmo tempo socializasse com as demais classes e frações de classe as promessas de um futuro de crescimento econômico e de melhoria das condições sociais. Através da elaboração e socialização desse conjunto ideológico foi possível à burguesia brasileira apresentar seu projeto particular de industrialização como um projeto de toda a sociedade brasileira mobilizando amplos esforços da sociedade brasileira e legitimando as ações e estratégias necessárias à condução do processo de industrialização.

É nesse sentido que no período de 1930 a 1964, podemos falar na construção e socialização de um verdadeiro *ciclo ideológico do desenvolvimento* que ao ultrapassar a ideologia liberal, própria das oligarquias agro-exportadoras, tanto possibilitou a fusão dos diversos interesses burgueses como também mobilizou as forças políticas e legitimou as diversas estratégias de modernização da economia capitalista no Brasil. Foi através das promessas de superação do subdesenvolvimento elaboradas por organizações internacionais como a CEPAL, por instituições sociais como o ISEB, por organismos de classe como a CNI e pelos diversos burocratas estatais, que a burguesia brasileira ganhou a adesão e a legitimidade necessária para conduzir seu projeto societário de modernização da economia brasileira. Foi

assim, que em meados da década de 50 o discurso desenvolvimentista, que prometia “cinquenta anos em cinco”, permitiu ao governo de Juscelino Kubistchek legitimar o seu plano de metas através de uma política de intensificação da exploração do trabalho e de abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro.

Assim, em diferentes fases do processo histórico de industrialização brasileira a ideologia de superação do subdesenvolvimento através das políticas desenvolvimentistas cumpriu o papel de oferecer o horizonte ideológico que possibilitou à burguesia mobilizar as forças políticas necessárias para impulsionar a industrialização brasileira. É assim, que sob o amplo ideário desenvolvimentista<sup>14</sup> surgem uma heterogeneidade de grupos políticos, representados pelos mais diversos interesses, mas que de uma forma ou de outra adotavam os discursos e as promessas desenvolvimentistas de planejamento econômico, crescimento industrial, defesa da intervenção estatal, universalização do trabalho assalariado, como portadores inerentes da ultrapassagem do subdesenvolvimento e da melhoria nas condições de vida de toda a população brasileira. Segundo Bielschowsky (1998) entre o pensamento econômico brasileiro da época podemos destacar 3 posições que participaram da construção do ciclo ideológico do desenvolvimento:

**1) Os desenvolvimentistas do setor privado** – representados principalmente pelas organizações empresariais ligadas aos industriais (como a CNI). Essa corrente desenvolvimentista defendia claramente o apoio estatal à acumulação privada e tinha posições variadas sobre o grau de participação do Estado na economia. Em relação a suas posições sobre a participação do capital estrangeiro na economia nacional em várias ocasiões oscilou no seu posicionamento, mas na maioria das vezes defendeu a entrada controlada do capital estrangeiro como fonte de financiamento do processo de industrialização.

**2) Os desenvolvimentistas do setor público “não-nacionalistas”** – representados pelos intelectuais e burocratas que apesar de favoráveis ao

---

<sup>14</sup> Para um aprofundamento sobre esse período e a importância da ideologia desenvolvimentista ver: CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

apoio do Estado à industrialização tiveram preferência por posições que ampliavam a força do capital privado, por propostas econômicas de estabilização da moeda e pela abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro. Um nítido representante dessa tendência foi o economista e ministro Roberto Campos.

3) **Os desenvolvimentistas do setor público “nacionalistas”** – Os intelectuais e tecnocratas dessa linha de pensamento tendo em vista a continuidade do processo de industrialização defendiam inversões estatais em setores considerados estratégicos tais como: mineração, energia, transporte, telecomunicações e algumas indústrias básicas. Essa corrente não era totalmente contrária aos investimentos estrangeiros, desde que esses permanecessem controlados e limitados, mas sua denominação de “nacionalista” vem muito mais pelo discurso contrário a participação estrangeira em setores estratégicos da economia e a defesa contundente do patrimônio nacional. São exemplos dessa corrente vários intelectuais ligados a CEPAL, como Celso Furtado e alguns ligados ao ISEB como Hélio Jaguaribe.

A ideologia desenvolvimentista possibilitou a mobilização inclusive de projetos políticos antagônicos ao projeto burguês como, por exemplo, a corrente política do PCB que com sua estratégia de aliança com a “burguesia nacional” e de luta anti-imperialista e antifeudal passou a apoiar os desenvolvimentistas nacionalistas. Assim, a construção do quadro ideológico emergente, baseado numa *ideologia do desenvolvimento*, não necessariamente criou um bloco burguês único e invariável. Pelo contrário, criou, na verdade, um espaço de debates e disputas comuns no interior do pensamento burguês que possibilitou a construção de disputas políticas e ideológicas entre as várias frações da burguesia brasileira, mas com o devido cuidado de não possibilitar o aparecimento de fissuras ou antagonismos críticos que quebrassem a unidade do projeto burguês de modernização. Foi assim, que a burguesia brasileira construiu a sua unidade, ou seja, a sua fusão político e ideológica, através de uma ideologia comum, mas não necessariamente unitária, sem conflitos ou disputas.

Dessa forma, a heterogeneidade do ciclo ideológico do desenvolvimento apesar de ter possibilitado a mobilização das mais diferentes

forças políticas em torno do esforço de modernização não conseguiu construir um consenso social duradouro em torno dos interesses particulares da burguesia. Assim, em meados da década de 60, a correlação de forças entre as classes sociais acabou possibilitando o surgimento de fissuras no consenso burguês. Aos poucos ganhavam terreno político projetos que acabaram utilizando-se do discurso desenvolvimentista para divulgarem propostas de reformas que ultrapassavam os estreitos limites dos interesses burgueses e ameaçavam o controle das classes dominantes sobre o processo de modernização capitalista. Foi assim, que em 1964, a burguesia brasileira sentindo que a sua direção política do processo de modernização poderia ser ameaçada pela possibilidade de surgimento de um projeto nacional-popular no Brasil rompeu com o estatuto democrático abrindo mão da tentativa de construção de uma hegemonia burguesa e desfraldando um golpe de Estado que desnudou toda a sua cultura política contra-revolucionária. Assim, em meados da década de 60 em nome da continuidade do processo de “modernização conservadora” a burguesia brasileira abandonava qualquer possibilidade de construção ideológica da hegemonia para novamente adotar uma transição baseada principalmente nas soluções coercitivas.

É importante sublinhar que nesse período histórico a ideologia do desenvolvimento foi o núcleo central de intensos debates políticos sobre os destinos do Brasil. A força ideológica das promessas desenvolvimentistas alcançou um potencial de mobilização social tão forte que até mesmo no período autocrático burguês, pós-1964, os tecnocratas militares precisaram adaptar a ideologia desenvolvimentista ao novo cenário político instituindo um discurso oficial que justificava a repressão estatal em nome de uma política de “desenvolvimento e segurança nacional”.

Com a década de 80, a chamada “década perdida”, as transformações que se processaram no sistema capitalista mundial e o surgimento do neoliberalismo como direção ideológica do processo de restauração do capital fizeram com que as promessas da ideologia desenvolvimentista gradativamente passassem a entrar em contradição com os interesses econômicos e políticos do novo projeto burguês. Foi assim que no início da década de 90, as estratégias desenvolvimentistas de superação do

subdesenvolvimento tais como: intervenção estatal, planejamento industrial, universalização do trabalho assalariado, etc. passaram a ser continuamente negadas pelo novo consenso político dominante, liderado pela oligarquia financeira capitalista e simbolizado pelo Consenso de Washington. Um exemplo desse intenso processo de negação da ideologia desenvolvimentista foram as diversas medidas neoliberais desenvolvidas ao longo do governo FHC que tinham como objetivo principal acabar com os resquícios da chamada herança “varguista” do antigo ciclo ideológico do desenvolvimento.

Contudo, no final da década de 90 e início dos anos 2000, preocupados com a perda de legitimidade política da ideologia neoliberal, que durante duas décadas resultou no aumento das contradições sociais e da pobreza no mundo, os vários organismos internacionais como a ONU e o Banco Mundial passam a reformularem e divulgarem novas estratégias e políticas que guiarão os países periféricos no caminho de crescimento e desenvolvimento.

Assim, neste início de século XXI, através da elaboração e socialização com os países periféricos de novas diretrizes de desenvolvimento econômico e social as diversas instituições ligadas à burguesia internacional pretendem renovar as suas promessas ideológicas adequando as políticas de crescimento econômico e redução da pobreza às novas determinações e interesses do capitalismo mundializado. Não é a toa que atualmente assistimos a proliferação de novos conceitos como “desenvolvimento sustentável”, “desenvolvimento local”, “equidade”, “desenvolvimento humano”, entre outros. Esses conceitos fazem parte de um grande esforço dos organismos internacionais para adequar o discurso do desenvolvimento econômico e social com a atual fase de acumulação do capital possibilitando a criação de um novo consenso mundial.

Nesse sentido os organismos multilaterais desempenham a função de verdadeiros centros de elaboração e divulgação das ideologias com o objetivo de oferecer diretrizes econômicas e políticas para os países periféricos. Neste sentido, utilizando um conhecido conceito gramsciano, podemos afirmar que esses organismos por reunirem em torno de si um gigantesco aparato ideológico e uma significativa quantidade de intelectuais orgânicos, responsáveis na elaboração e divulgação das ideologias burguesas, se

configuram como verdadeiros “aparelhos privados de hegemonia”. Ou seja, na atual configuração da luta de classes estas organizações estão empenhadas em obter o consenso social como condição indispensável à dominação burguesa. Por isso, prescindem da força, da violência visível do Estado, que colocaria em perigo a legitimidade de suas pretensões. Atuam em espaços próprios, interessados em explorar as contradições entre as forças que integram o complexo estatal dos diversos países. (COUTINHO, 2002)

No Brasil, a partir de final da década de 90 e início dos anos 2000 essas novas diretrizes de desenvolvimento são apropriadas pelas diversas instituições ligadas a burguesia brasileira que passam a transformar as novas diretrizes de desenvolvimento em estratégias políticas concretas adequadas à realidade nacional. É através das diretrizes formuladas pelos organismos internacionais que os vários intelectuais orgânicos da burguesia brasileira têm elaborado e socializado novas promessas de desenvolvimento econômico e social com o objetivo de construir um renovado quadro ideológico que permita a construção de um amplo consenso social em torno do projeto particular da burguesia brasileira. Com isso, forma-se uma verdadeira rede de “aparelhos privados de hegemonia” burguesa que através de um conjunto de pesquisadores, intelectuais e burocratas localizados dentro e fora do país, são responsáveis em formular e divulgar as novas diretrizes e estratégias de desenvolvimento econômico e social com o objetivo de hegemonizar as alternativas possíveis de construção das políticas estatais no Brasil. Como diz Gramsci, (2001, p. 247; 248) “a hegemonia nasce da fábrica e necessita, apenas, para ser exercida de uma quantidade mínima de profissionais da política e da ideologia”.

É assim que em pleno século XXI as classes dominantes brasileiras desenvolvem um grande esforço de renovação da capacidade ideológica do mito do desenvolvimento econômico com o objetivo de apresentar sob a aparência universal seus interesses particulares de classe. Mas no Brasil o esforço dos intelectuais orgânicos da burguesia, reunidos nos diversos “aparelhos privados de hegemonia”, no sentido de renovar as promessas de desenvolvimento econômico e social só encontrará o ambiente adequado para sua plena realização no governo de Luís Inácio Lula da Silva. É no governo da

aliança entre o grande capital e a “aristocracia sindical” brasileira que as novas promessas de desenvolvimento econômico e social podem transitar dos estreitos circuitos intelectuais e burocráticos para ocupar os mais diversos espaços de debates políticos e ideológicos. Nessas condições uma renovada ideologia do desenvolvimento econômico e social ocupa um lugar de destaque nos mais diversos espaços de elaboração das políticas estatais passando a apresentar-se como a única alternativa viável para a retomada do crescimento econômico e para a superação das atuais contradições sociais.

Sob as múltiplas determinações da atual fase do capitalismo a tese central deste estudo é que atualmente existe um esforço coletivo dos diversos intelectuais orgânicos, espalhados pelos vários “aparelhos privados de hegemonia” da burguesia internacional e local, para reatualizar as promessas de desenvolvimento econômico e social construindo um novo ciclo ideológico do desenvolvimento. Um exemplo claro desse esforço dos intelectuais da burguesia brasileira para readequar as propostas de desenvolvimento econômico e social aos novos interesses capitalistas é a atual adesão do antigo ideólogo da reforma do Estado Luiz Carlos Bresser Pereira ao “novo pacto pelo desenvolvimento”. Depois de reconhecer o desgaste público das políticas neoliberais e se declarar convertido ao ideário “neodesenvolvimentista” Bresser assim define a atual concepção de desenvolvimento econômico e social:

O novo desenvolvimentismo é, ao mesmo tempo, um “terceiro discurso”, entre o discurso populista e o da ortodoxia convencional, e o conjunto de diagnósticos e idéias que devem servir de base para a formulação, por cada Estado-Nação, da sua estratégia nacional de desenvolvimento. É um conjunto de propostas de reformas institucionais e de políticas econômicas, por meio das quais as nações de desenvolvimento médio buscam, no início do século XXI, alcançar os países desenvolvidos. Como o antigo desenvolvimentismo, não é uma teoria econômica [...], mas é uma estratégia nacional de desenvolvimento. É a maneira pela qual países como o Brasil podem competir com êxito com os países ricos e, gradualmente, alcançá-los. (PEREIRA, 2006, p. 12).

Neste sentido, com o objetivo de dar continuidade às reformas econômicas e políticas necessárias ao avanço capitalista e de legitimar seu



projeto de classe perante a sociedade, a burguesia brasileira recupera o discurso desenvolvimentista para revesti-lo com outra roupagem renovando as promessas burguesas de superação da desigualdade social e de melhoria das condições de vida e trabalho de toda a população.

Nossa hipótese é que no interior da atual fase de expansão destrutiva do capital e de uma conjuntura política nacional em que, pela primeira vez, assiste-se a uma ampla conjugação de forças políticas que aglutinam significativas parcelas das lideranças sindicais ao projeto burguês, tal esforço de reconstituição das promessas burguesas de desenvolvimento é parte fundamental na tentativa de construção de uma hegemonia burguesa no Brasil.

O conceito de hegemonia aparece aqui na acepção gramsciana de criação de um “consentimento espontâneo” das demais classes ao projeto específico da classe dominante. Ou seja, da construção de um ambiente ideopolítico e cultural, nascido das transformações econômicas e mediado pela luta de classes, em que a alternativa dominante apresenta-se para as demais classes e grupos sociais como a única escolha realmente coerente e praticamente viável para conduzir os destinos de toda a sociedade. Como explica um dos intérpretes de Gramsci no Brasil:

O campo de ação das classes e dos seus Estados passa necessariamente pela questão da hegemonia: ampliação da esfera de classe, absorção da sociedade, momentos concretos da identificação da classe dirigente/dominante com a sociedade. hegemonia: projeto que permite expressar o programa, o horizonte ideológico, no qual as demais classes se movem. Horizonte que, ao preceder à padronização, ao “conformismo”, desorganiza, inviabiliza, ou tenta, os projetos das demais classes. Desorganiza ativa ou passivamente: ativamente ao sobrepor com o seu projeto aos outros projetos e assim descaracterizá-los; passivamente pela repressão pura e simples aos demais projetos. Horizonte que é estruturação do campo de lutas, das alianças, do permitido e do interdito. Racionalidade de classe que se faz história e que obriga às demais classes a pensar-se nessa história que não é delas. (DIAS, 1996, p. 34).

Diferentemente do período histórico de transição industrial (1930-1964) em que vários projetos políticos se confrontaram pela direção desenvolvimentista, ou do período autocrático pós-1964 no qual o projeto

burguês de desenvolvimento foi imposto coercitivamente, o atual ciclo ideológico de desenvolvimento faz parte de uma conjuntura na qual a estratégia burguesa de dominação está ancorada na construção de sua hegemonia de classe na sociedade brasileira. Ou seja, atualmente, a classe dominante brasileira, através de seus “aparelhos privados de hegemonia” nacionais e internacionais, desenvolve várias estratégias ideológicas que, por um lado, tem conseguido obter o “consenso ativo” das classes e frações de classe, enquanto que o uso da coerção estatal se restringe apenas a disciplina daqueles que não consentem com o projeto burguês. (GRAMSCI, 2000).

É com o objetivo de apreendermos as determinações contraditórias desse “novo” ciclo de desenvolvimento que na verdade pretende repor a velha forma de dominação e exploração capitalista no Brasil que empreendemos nos próximos capítulos uma recuperação teórica e histórica sobre a importância da “ideologia do desenvolvimento” para a consolidação da forma particular de dominação burguesa no capitalismo periférico brasileiro. Ao analisarmos o significado histórico do mito do desenvolvimento econômico e social para a construção e socialização do projeto burguês de “modernização conservadora” será possível apreendermos o real sentido histórico da reatualização das promessas de desenvolvimento no Brasil contemporâneo.

## **Capítulo 2 – A cultura política burguesa no Brasil e a construção do ciclo ideológico do desenvolvimento**

### **2.1 – As Interpretações sociológicas sobre a classe dominante brasileira: Existe uma fragilidade da burguesia brasileira?**

No Brasil as análises em torno das características particulares da burguesia brasileira sempre suscitaram controvérsias teóricas. Uma parcela da tradição do pensamento sociológico brasileiro, influenciada pelas experiências do capitalismo avançado, durante muito tempo insistiu na discussão sobre o que essa classe social *não é*, ao invés de procurar refletir sobre as condições concretas em que se forjou a dinâmica particular de atuação política e cultural da burguesia brasileira.

Baseados nessa premissa teórica negativa, uma significativa parcela da literatura acadêmica brasileira assumiu a idéia de que as principais características da burguesia brasileira teriam sido: o pouco vigor empreendedor, a mentalidade pré-capitalista, um arraigado teor patrimonialista, a deficiência organizativa, a imaturidade ideológica e a passividade política. Para essa linha de pensamento sociológico estas características seriam responsáveis pelo fato da burguesia brasileira não ter assumido a hegemonia do processo de industrialização e ter perdido a possibilidade histórica de construir no Brasil uma nação realmente democrática e soberana.

Estudos importantes como os de Oliveira Vianna (1987), Raimundo Faoro (2001) e Fernando Henrique Cardoso (1972) compartilham dessa análise. Poderíamos afirmar que esses autores, mesmo com suas diferenças, partilham da idéia comum de que a burguesia brasileira padeceria de certa “anemia política”. Ou seja, para eles faltaria à burguesia brasileira o espírito empreendedor schumpeteriano responsável pela direção e liderança da burguesia européia e estadunidense no processo de industrialização. Para essa corrente a falta desse espírito empreendedor da burguesia e seu

conseqüente patrimonialismo político explicaria a condição periférica, anti-democrática e subordinada ocupada pelo Brasil no capitalismo mundial.

O primeiro a desenvolver uma análise que apontava os traços pré-capitalistas da cultura política da burguesia brasileira foi o controvertido estudioso da sociedade brasileira Oliveira Vianna (1987). Em seu famoso livro *História social da economia capitalista no Brasil* escrito ainda na década de 40, época de impulso do capitalismo americano e sua cultura agressiva do lucro, Vianna (1987) percebeu que entre a burguesia brasileira ainda dominava uma mentalidade arcaica pouco propícia ao avanço industrial.

Segundo Vianna (1987) o grande número de empresas familiares no Brasil e o pouco desenvolvimento de sociedades anônimas atestam a refratariedade das nossas burguesias à cultura do ganhar dinheiro e ao emprego de técnicas e métodos do grande capitalismo industrial. Nesse caso, o autor cita como exemplo representativo desse arcaísmo burguês o fato de que na época uma das indústrias mais representativas do capitalismo industrial brasileiro era exatamente a “Indústrias Reunidas Francisco Matarazzo”.

Assim, em terras brasileiras a modernização capitalista além de não deslocar a velha mentalidade pré-capitalista, coexiste com ela e deve ser capaz de incorporar seus valores fundamentais. A economia na maior parte do país, diz Oliveira Vianna (1987, p. 163),

[...] Ainda é, a de uma economia inspirada na preocupação de subsistência, da classificação social, de prestígio político e social, e não na preocupação exclusiva do lucro e das especulações monetárias.

Para Vianna (1987), faltava aos empreendimentos brasileiros aquela gana pelo enriquecimento que se via na emergente burguesia de Wall Street. Segundo o autor no Brasil, a nascente burguesia tinha

[...] o objetivo modesto de apenas assegurar aos seus proprietários e dirigentes, possivelmente a riqueza, mas principalmente os meios de subsistência e também uma classificação social superior – a do status de ‘industrial’”. (VIANNA, 1987, p. 194).

Esta seria para o autor prova irrefutável da persistência histórica daquilo que chama de “*espírito do pré-capitalismo*” no Brasil. Para ele até mesmo aqueles que possuíam um elevado nível técnico como, por exemplo, os empresários paulistas de meados do século XX padeciam de uma mentalidade pré-capitalista. Diria Vianna (1987, p. 195-196),

[...] ainda estão num proto-capitalismo psicológico, guardando muito da velha mentalidade dos paulistas das classes ricas do século passado, com sua economia de status, o seu apreço ainda muito vivo dos valores espirituais e culturais, as suas preocupações genealógicas, a sua distinção de maneiras e sentimentos.

Em outras palavras, para o pensador Oliveira Vianna (1987) essa espécie de ética weberiana às avessas presente na cultura política da burguesia brasileira representaria um traço sociocultural profundo que liga o presente ao nosso passado colonial fazendo com que no Brasil não vigore um modelo de sociabilidade baseado na racionalidade e na impessoalidade. Segundo o autor essa falta de racionalidade capitalista, essa dificuldade em universalizar uma cultura do dinheiro, este verdadeiro capitalismo sem o “herói empresário” está na raiz da submissão e do subdesenvolvimento da sociedade brasileira.

Um outro autor que parece corroborar com as teses sobre a fragilidade da racionalidade capitalista na burguesia brasileira é Raimundo Faoro. Em sua obra clássica *Os Donos do Poder*, Faoro (2001) escrevendo em 1958, resgata a herança da cultura ibérica portuguesa na formação social brasileira. Segundo este autor, no processo português de transição ao capitalismo, diferentemente da Inglaterra ou Holanda, a burguesia assumiu um papel secundário subordinando-se aos desígnios do Estado centralizador e da nobreza aristocrática.

Para Faoro (2001) a força econômica e política do Estado aristocrático em Portugal subsumiram ideologicamente a burguesia portuguesa impedindo que ali se desenvolvesse um *ethos burguês* empreendedor e democrático. Nas palavras do autor, ao contrário da cultura burguesa libertária, nasce em terras portuguesas uma “cultura ibérica” em que:

A burguesia comercial, dependente do rei, continuou presa aos vínculos tradicionais, subjugada ao papel de órgão delegado do supremo mercador, o rei em pessoa. [...] A burguesia se acomodou ao estado-maior dirigente, que a cerca, tritura e lhe cunha interiormente o estilo de vida. Esta marca social, esta estratificação, impediu-lhe a autônoma emancipação, lançando sobre ela — fundamento da estrutura — o descrédito ao negócio e ao trabalho manual, em favor de valores que consagraram à ociosidade letrada. (2001, p. 77).

Em outras palavras, o autor afirma que surge da submissão econômica e política da burguesia aos ditames do Estado um ethos ibérico, pouco afeito a cultura democrática e dominado pelo patrimonialismo de Estado. Esta seria, segundo Faoro (2001) a cultura política que surgiria da forma particular de transição capitalista em Portugal.

Ao contrário do mundo holandês e inglês, a rede, a teia de controles, concessões e vínculos avilta a burguesia e a reduz à função subsidiária e dependente do Estado. O exercício do comércio prende-se, em termos gerais, a um contrato público, que gera os contratadores, por sua vez desdobrados em subcontratadores, sempre sob o braço cobiçoso da administração pública. (FAORO, 2001, p. 203).

Para Faoro (2001) da articulação quase orgânica entre desenvolvimento da economia capitalista e Estado português surge um grupo seletivo de dirigentes denominado de “*Estamento burocrático*” que terá no patrimonialismo a sua ação política definidora. Sendo assim, “a burguesia, nesse sistema, não subjugava e aniquilava a nobreza, senão que a esta se incorpora, aderindo à sua consciência social”. (FAORO, 2001, p. 206). Nasce daí um *ethos* burguês tipicamente “pré-capitalista” chamado pelo autor de *iberismo*.

O patrimonialismo, de onde brota a ordem estamental e burocrática, haure a seiva de uma especial contextura econômica, definida na expansão marítima e comercial de Portugal. A burguesia, limitada na sua vibração e vinculada nos seus propósitos ao rei, foi incapaz, incapaz secularmente, de se emancipar, tutelada de cima e do alto. (FAORO, 2001, p. 242).

Mas para Faoro (2001) o Iberismo não se limita as linhas geográficas de Portugal. Ao utilizar-se de conteúdos teóricos claramente weberianos continua sua análise defendendo a idéia de que há uma espécie de transplantação da cultura ibérica portuguesa para o Brasil. Para o autor, na formação política e social brasileira existe uma permanência e continuidade do “patrimonialismo estamental” português. Assim, o autor gaúcho defende a idéia de que desde a revolução de Avis em Portugal, passando pelo período colonial, pelo império, pela república e atingindo o Estado-novo o que caracterizou a formação nacional brasileira foi a existência de um poder central muito forte que inibiu qualquer formação social espontânea da racionalidade capitalista e que determinou todas as mudanças sociais de “cima para baixo”. Isto possibilitou um descolamento entre Estado e sociedade, ou, entre Estado e nação.

Segundo Faoro (2001) as relações entre Estado e nação não são mediadas pela representação e poder das classes, mas sim pelo poder onipotente de uma burocracia estamental. Para o autor, na história política do Brasil o que sempre predominou foi a força do poder centralizado do “estamento burocrático” que não é exercido para atender aos interesses das classes agrárias ou burguesas, mas em causa própria, por um grupo social cuja finalidade era dominar a máquina política e administrativa auferindo prestígio e riqueza inerentes ao seu controle. Assim, além da existência do “estamento burocrático” enquanto sujeito do processo histórico brasileiro, o autor afirma que a relação deste grupo social com o Estado é patrimonial, na medida em que não há a nítida separação entre o público e o privado por aqueles que exercem o poder estatal e por aqueles que detêm os privilégios políticos. Assim, a formação brasileira seria marcada pelo patrimonialismo estamental, que é marcado pela confusão entre o público e o privado, e pela existência de privilégios para um determinado grupo de indivíduos que não são necessariamente uma classe nem emergem da nação.

De acordo com Faoro (2001), no Brasil a camada estamental encobre e submete a racionalidade puramente burguesa a seus desígnios e objetivos de uma cultura ibérica patrimonialista que remete aos tempos áureos da nobreza. Nas palavras do autor:

Nitidamente, há uma estrutura de classes – banqueiros comerciantes e fazendeiros – sobre outra estrutura de titulares, encobrendo-a e esfumando-lhe os contornos. É a camada da penumbra que decide os destinos políticos, designa deputados e distribui empregos públicos. São as “influências”, os homens que mandam, que se entendem com os executores e dirigentes das decisões do Estado. Duas faixas se separam, com clareza, no conteúdo e no conceito, na ação social, não raro entrecruzando-se e se confundindo. Para simplificar e com antecipação: a classe em ascensão coexiste com o estamento; muitas vezes, a classe perde sua autonomia e desvia-se de seu destino para mergulhar no estamento político, que orienta e comanda o Segundo Reinado. (FAORO, 2001, p. 824)

Nesse sentido, bem ao estilo weberiano, Faoro (2001) irá lamentar a impossibilidade histórica de ter se desenvolvido no Brasil um *ethos*, uma cultura brasileira da modernização. Ou seja, graças à fragilidade de nossa burguesia e a força do Estado centralizador não foi possível a construção de uma forma social genuinamente liberal, baseada nos valores democráticos e na racionalização burguesa. Ao invés disso, os valores brasileiros foram permeados em toda a sua história pela perene e reiterante cultura ibérica do patrimonialismo. Numa bela passagem, quase poética, o autor de *Os Donos do Poder* sintetiza suas elaborações:

O bonapartismo meteórico, o pré-capitalismo que supõe certo tipo de capitalismo, não negam que, no cerne, a chama consome as árvores que se aproximam de seu ardor, carvão para uma fogueira própria, peculiar, resistente. O estamento burocrático, fundado no sistema patrimonial do capitalismo politicamente orientado, adquiriu o conteúdo aristocrático, da nobreza da toga e do título. A pressão da ideologia liberal e democrática não quebrou, nem diluiu, nem desfez o patronato político sobre a nação, impenetrável ao poder majoritário, mesmo na transação aristocrático-plebéia do elitismo moderno. [...] A cultura, que poderia ser brasileira, frustra-se ao abraço sufocante da carapaça administrativa, trazida pelas caravelas de Tomé de Sousa. (FAORO, 2001, p. 885)

Ainda no que diz respeito às elaborações teóricas sobre as características da racionalidade capitalista brasileira, seguindo a trilha da sociologia tradicional e das elaborações de Vianna e Faoro, não poderíamos



deixar de citar o destacado estudo de Fernando Henrique Cardoso (1972) *Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil*.

Ao guiar-se pelas análises de Schumpeter (1982) sobre os *empreendedores* e seu papel de demiurgos do processo de desenvolvimento capitalista o estudo de Cardoso (1972) objetiva compreender o padrão de racionalidade empregado pelos industriais brasileiros na condução organizacional e na ação política.

Schumpeter (1982) ao analisar o sistema econômico capitalista percebeu que este funciona à base de ciclos numa espécie de “fluxo circulatório” que assegura a reprodução do sistema e produz “novas combinações” dos meios de produção gerando novas possibilidades de lucro para os empresários. Segundo o autor, “a realização de novas combinações é uma função especial e constitui privilégio de um tipo de pessoas muito menos numerosas que todos aqueles que têm a possibilidade objetiva de a desempenhar”. (SCHUMPETER apud CARDOSO. 1972, p. 25). Assim, Cardoso (1972) se apropriando de uma elaboração schumpeteriana entende por empreendedor não apenas o capitalista em si, mas um “tipo especial de pessoa”. Ou seja, um indivíduo que desenvolve uma forma de racionalidade e ação baseadas na liderança, na medida em que a sua função consiste em perceber chances de inovação transformando a intenção em ato antes que se esgotem as possibilidades concretas de efetivá-la. Por isso, para Schumpeter esse tipo de empresário aparece como demiurgo. Nas palavras do próprio autor:

Em primeiro lugar trata-se de um tipo de atitude, de um tipo de pessoa, desde que esta atitude só é acessível em proporção muito desigual e a relativamente poucas pessoas, de modo a constituir suas características marcantes. [...] Sendo-lhe peculiar a “inovação” como também no fato de pressupor aptidões diferentes, por natureza e não apenas em grau, daquelas de mera conduta econômica racional. (SCHUMPETER apud CARDOSO, 1972, p. 26).

Ainda que realizando algumas críticas sobre a utilização do conceito e tentando ampliar sua significação para o capitalismo das grandes sociedades

anônimas é através do conceito schumpeteriano de *empreendedor* que Cardoso (1972) irá sistematizar sua conhecida abordagem sobre os empresários industriais brasileiros. Em seu estudo sociológico Cardoso (1972) divide os empresários brasileiros em duas categorias distintas: a) os capitães da indústria e b) os homens de empresa. Segundo o autor, os primeiros se caracterizariam por uma forma de gestão empresarial em que as empresas obedeceriam a critérios estritamente pessoais e suas práticas administrativas estariam longe de expressar a racionalidade exigida pelos modernos empreendimentos capitalistas. Já os chamados “homens de empresa”, a exemplo dos grandes *managers* estadunidenses, representariam os modernos executivos profissionais, cuja atividade é caracterizada pela impessoalidade e pela racionalidade administrativa em busca do lucro. Nas palavras do próprio autor, o espírito que anima esses homens é fundamentalmente distinto daquele que caracteriza os capitães de indústria: “no plano da fábrica são movidos pelo desejo de construir uma indústria verdadeira, no plano da visão geral que têm do mundo, desejam construir o capitalismo no Brasil”. (CARDOSO, 1972, p. 151).

De acordo com o estudo desenvolvido por Cardoso (1972) a categoria de industriais que predominava no Brasil é formada principalmente pelos “capitães de indústria”. Ou seja, segundo Cardoso (1972) na década de 60, época em que foi realizado o estudo, a burguesia industrial brasileira era composta por homens que geriam principalmente empresas familiares, pouco afeitos a melhoria da base técnica de seus negócios e propensos a se guiarem no mercado mais “pela experiência” adquirida do que pelo planejamento racional.

De fato a semelhança entre as representações formadas por industriais deste tipo e a visão tradicional dos comerciantes e fazendeiros do “velho Brasil” é muito grande. A valorização das relações primárias fortemente carregadas de conteúdo emocional e o apego a formas tradicionais de convivência completam no plano da ação dentro da empresa, os ideais pouco competitivos que nutrem com relação ao mercado. Desconfiam de qualquer prática que dependa da formalização dos contatos e, portanto, da definição de regras gerais de conduta capazes de serem institucionalizadas. Como regra válida para a solução de quaisquer problemas acreditam na

“experiência”, que nada mais passa a ser do que a rotina em que se habituaram a trabalhar. (CARDOSO, 1972, p. 138).

Para Cardoso (1972) ao prevalecer esse tipo de racionalidade empresarial no Brasil a principal consequência foi uma imposição de barreiras ao processo de desenvolvimento tecnológico que por sua vez impôs sérias dificuldades para o avanço da industrialização no país em curso desde a década de 30. Ao mesmo tempo, aponta Cardoso (1972) a fragilidade da burguesia brasileira aumenta o domínio estrangeiro sobre a economia e diminui a possibilidade histórica de desenvolvimento da democracia.

A situação peculiar da burguesia industrial na sociedade de massas em formação e a situação em que se encontra no processo de industrialização, fazem-na temerosa e incapaz de romper os vínculos com a situação de interesses tradicionalmente constituídos, isto é, com os grupos estrangeiros, com os grandes proprietários e com os comerciantes e banqueiros a eles ligados. Não assumindo as responsabilidades políticas de classe economicamente dominante, a burguesia industrial torna-se em parte instrumento da dominação política dos grupos tradicionais. Com isso, cria quiçá, a possibilidade que mais teme: perder as chances históricas de exercício pleno da dominação de classe. (CARDOSO, 1972, p. 191).

Em consonância com Cardoso (1972) os típicos “capitães de indústria” brasileiros sempre desenvolveram seus empreendimentos tendo como objetivo a tutela do financiamento estatal de longo prazo ao invés de ter como meta a pura iniciativa privada empreendedora de desbravar novos horizontes lucrativos. Assim, em conformidade com o estudo do autor citado, ao invés da propagação da mentalidade empreendedora o que se processava entre os empresários brasileiros era o alastramento do “espírito aventureiro” e do patrimonialismo de Estado. Estas últimas formas de racionalidade representavam a sobrevivência de um arcaísmo pré-capitalista no interior da mentalidade empresarial brasileira que fragiliza a atuação política burguesa e impõe sérios empecilhos ao processo de industrialização e desenvolvimento do país.

Assim é que podemos perceber no interior de três das maiores influências do pensamento sociológico brasileiro sobre a classe dominante uma espécie de teoria da fragilidade e do arcaísmo da burguesia brasileira. Mesmo que separados por tradições intelectuais distintas tanto Vianna (1967) como Faoro (2001) e Cardoso (1972) convergem em relação à constatação de que existem sérias deficiências e fragilidades no que diz respeito a organização política da burguesia brasileira enquanto classe que exerce a dominação e direção da sociedade. Oliveira Vianna chega mesmo a afirmar que embora países como o EUA e a Inglaterra tenham atingido nos anos 40 aquilo que ele denomina de “supercapitalismo” no Brasil da mesma época a burguesia ainda não havia se constituído em *classe dominante*. Segundo o texto do autor,

Entre nós, ao contrário estas burguesias capitalistas da indústria e do comércio nunca tiveram influência política [...]. É o que bem indica a sua fácil submissão à política anti-capitalista da Revolução de 30; política planejada por uma elite de praticantes de profissões liberais – por uma elite de doutores. (VIANNA, 1987, p. 197).

Da mesma maneira, Faoro (2001) apesar de discordar do termo “pré-capitalismo” de Vianna (1987) e substituí-lo pelo que chamava de “capitalismo politicamente orientado” (Faoro, 2001, p. 870), tributa a força centralizadora assumida pelo “estamento burocrático” à incapacidade, a fragilidade e a impotência da burguesia brasileira para assumir e dirigir o processo de desenvolvimento e modernização nacional. Ao contrário a racionalidade puramente burguesa foi adestrada, manipulada e oficializada ao burocratismo estamental. É por isso que para Faoro (2001), a elite política do patrimonialismo brasileiro não é uma classe, mas sim um estamento<sup>15</sup>, ou seja, “[...] um estrato social com efetivo comando político, numa ordem de conteúdo aristocrático”. (Idem, 2001, p. 878). Assim, segundo Faoro (2001) a racionalidade que surge do estamento burocrático e espalha-se pelas relações

---

<sup>15</sup> Aqui Faoro (2001) claramente se utiliza de um conhecido conceito do arsenal conceitual Weberiano. De forma muito sintética e esquemática para Weber (2002) um “estamento” é o conjunto de homens que aspiram a um tratamento social privativo ou a um monopólio exclusivo dos bens coletivos. Para um estudo mais aprofundado sobre os conceitos de Weber utilizados por Faoro ver: JASMIN, M. G. A viagem redonda de Raymundo Faoro em os donos do poder. In: ROCHA, J. C. de C. (Org.). Nenhum Brasil existe: pequena enciclopédia. Rio de Janeiro: Topbooks, 2003. p. 357-365.

sociais brasileiras é uma “ética confuciana do bom servidor” que oprime e marginaliza qualquer racionalidade *empreendedora*. Como o próprio autor explica:

[...] O brasileiro que se distingue há de ter prestado sua colaboração ao aparelhamento estatal, não na empresa particular, no êxito dos negócios, nas contribuições à cultura, mas numa ética confuciana do bom servidor, com carreira administrativa e curriculum vitae aprovado de cima para baixo. (FAORO, 2001, p. 886)

No mesmo sentido, mas utilizando-se de outros argumentos e embasamentos teóricos, Cardoso (1972) afirma a inexistência de uma racionalidade *empreendedora* e de um vigoroso espírito de classe entre a burguesia industrial brasileira. Razão que explicaria ainda uma ação política da burguesia eminentemente patrimonialista e seu caráter subalterno aos interesses estrangeiros. Para ele, o excessivo apego desse empresariado aos interesses pessoais, em detrimento dos clamores gerais do país, acabou por delinear uma ideologia burguesa pragmática, cega para as questões mais amplas dos interesses do capitalismo brasileiro e, com isso, incapaz de tornar-se hegemônica e levar adiante o projeto de democratização e modernização do país.

Com base em distintos argumentos esses três grandes intérpretes da burguesia brasileira defendem em seus estudos que a razão para o subdesenvolvimento e a falta de um ambiente democrático no Brasil está exatamente na falta de uma burguesia industrial politicamente forte e racionalmente articulada. Assim, para esses autores o problema da sociedade brasileira estava na debilidade de nossas classes dominantes. Segundo os autores, a debilidade política e cultural da burguesia brasileira impossibilitou o desenvolvimento de um capitalismo vigoroso e facilitou a sobrevivência de uma política oligárquica e atrasada. Por isso, a solução para o quadro social brasileiro estaria na substituição dos elementos arcaicos e irracionais que compunham a cultura política das elites por conteúdos cada vez mais influenciados pela moderna racionalidade capitalista. Esses elementos modernizantes de uma nova racionalidade das classes dominantes brasileiras ofereceriam, por sua vez, os subsídios indispensáveis para a ruptura com o

atraso da política oligárquica e patrimonialista no Brasil. Em síntese para essa corrente filosófica que possui uma considerável incidência entre as interpretações sobre a burguesia brasileira o problema do Brasil não se encontrava no capitalismo, mas sim na falta dele.

Essa suposta fragilidade e o recorrente arcaísmo da burguesia brasileira, apontados de diferentes formas pelos três autores aqui citados, revelam a aproximação desses teóricos a uma concepção que entusiasmou e ainda influencia uma grande parcela dos intérpretes da formação social brasileira. Trata-se de uma espécie de apreensão dualista da realidade brasileira que afirma existir um antagonismo entre o *Brasil arcaico*, com seus resquícios oligárquicos, e o nascente *Brasil moderno*, com seu potencial de progresso e desenvolvimento industrial. Como bem ressaltou Francisco de Oliveira, em seu ensaio<sup>16</sup> essa corrente de pensamento, chamada por ele de “razão dualista”, propunha a superação do “arcaico” através do “moderno”; sendo, assim, incapazes de analisar tanto a dinâmica contraditória da economia capitalista periférica, que se modernizava utilizando-se do arcaico, quanto a forma peculiar de consolidação dos interesses das classes sociais no capitalismo brasileiro.

Mas essa “razão dualista” não atingiu apenas o pensamento sociológico tradicional. A dualidade entre o Brasil arcaico e moderno se espalhou também nas análises e propostas políticas de uma significativa parcela do pensamento marxista brasileiro.

## **2.2 – As interpretações do PCB e o mito prometício da burguesia nacional**

Com base nas teses da III internacional para os países coloniais e periféricos, toma corpo, principalmente ao longo dos anos 50, uma interpretação da dinâmica social brasileira que irá incidir durante um bom tempo sobre as práticas políticas desenvolvidas pela esquerda. Foi nos

---

<sup>16</sup> Oliveira, Francisco. **A economia brasileira: Crítica à Razão Dualista**. In: Revista Seleções CEBRAP, n.1. São Paulo: Brasiliense, 1975.

Congressos IV (1954) e V (1960) que surgiram as primeiras elaborações teóricas do Partido Comunista Brasileiro – PCB sobre as características da classe dominante nacional. Ao tentar universalizar as análises de Lênin sobre a realidade particular da Rússia czarista o PCB tentava aplicar ao Brasil as teses abstratas de Moscou, procurando sustentar a proposta de uma aliança entre o proletariado brasileiro e uma suposta “burguesia nacional” com o objetivo comum de construir a revolução democrático-burguesa no país.

As teses defendidas nos Congressos do PCB ressaltavam o caráter semi-feudal da agricultura brasileira, voltada para a exportação de produtos primários coloniais em detrimento da expansão das forças produtivas industriais. A chamada economia semi-feudal era liderada de dentro por uma oligarquia agrária que aliada ao imperialismo internacional comandava a espoliação dos recursos brasileiros, barrando a formação do mercado interno e conseqüentemente o desenvolvimento das forças produtivas nacionais. Em contraposição a essa política imperialista que travava o avanço de um Brasil moderno, o PCB apontava para o surgimento de um aliado político contra a espoliação externa e o latifúndio feudal. A jovem “Burguesia Nacional” surgia nas teses dos comunistas como a fração da classe dominante interessada em desenvolver uma revolução democrático-burguesa, contra o imperialismo e que impulsionasse a industrialização brasileira levando às últimas conseqüências as bandeiras democráticas e republicanas da revolução burguesa em sua forma clássica. De acordo com a circular do comitê central do PCB às vésperas de 1935:

A etapa atual da revolução no Brasil, [...] é a de uma revolução nacional anti-imperialista. A finalidade desta etapa é: a criação da mais ampla frente popular [...] nesta primeira etapa, o jogo será antes de tudo dirigido contra o imperialismo e contra aquela parte dos grandes latifundiários que traem a nação e que agem de comum acordo como o imperialismo. (CIRCULAR DO COMITÊ CENTRAL AOS COMITÊS REGIONAIS DO PCB Apud MANTEGA, 1987).

A partir de análises como esta o PCB, em nome da revolução democrático-burguesa, defendia a aliança com supostos setores progressistas da classe dominante brasileira, representados pela “burguesia nacional”, contra

os setores reacionários, compostos pela oligarquia agrário-exportadora feudal e o imperialismo das empresas estrangeiras.

Talvez o melhor representante dessa corrente de pensamento sobre a burguesia brasileira seja o historiador Nelson Werneck Sodré. Em *História da Burguesia Brasileira* (1976), Sodré realiza uma elaborada síntese teórica das teses do PCB sobre a especificidade da Burguesia nacional e seu papel na “Revolução Brasileira”. Através de um esforço teórico de fôlego, o autor, realiza uma investigação que aborda a especificidade da gênese e desenvolvimento da burguesia no Brasil.

No livro o autor analisa as influências econômicas, políticas e culturais do passado escravista e colonial do Brasil. Utilizando-se de estatísticas econômicas e dados políticos põe a nu o contraditório processo de independência brasileira, a constituição da república e a nova forma de dependência da economia nacional aos ditames imperialistas. Ao invés de enxergar na passagem da escravidão ao trabalho livre o surgimento de uma particular “acumulação primitiva brasileira” com a concentração de enormes hectares de terra, propõe a tese de que em meio à escravidão, na área rural, dominada por grandes extensões de terra, desenvolveram-se no Brasil relações feudais, baseadas num tipo específico de servidão.

Assim ao lado do sistema escravista e como seu apêndice, gera-se um sistema paralelo, em que as relações feudais são evidentes. Ele se origina da extensa expropriação, na maior parte. Deriva do fenômeno de concentração de fatores ou de meios de produção. Esse processo de feudalização que ocorre na área cafeeira ocorre também, e por força da referida concentração, nas áreas afastadas, em que as velhas lavouras em declínio sofrem os seus efeitos. (SODRÉ, 1976, p. 78).

Esse feudalismo à brasileira ganhou mais terreno após a abolição da escravatura perpetuando resquícios feudais na economia moderna brasileira. Na base dessa economia arcaica e feudal se desenvolveu uma classe dominante inerentemente oligárquica, com fortes interesses em perpetuar as relações servis, a agricultura exportadora e a dominação externa imperialista. Para Sodré (1976), essa fração da classe dominante nacional aliada aos



interesses estrangeiros significava um obstáculo ao desenvolvimento industrial e ao avanço de reformas democráticas no Brasil.

Contudo, ainda segundo Sodré (1976), o desenvolvimento da economia mercantil e o advento de fatores externos como: a primeira guerra mundial, a crise de 29 e a segunda guerra mundial, possibilitaram o desenvolvimento de forças políticas que em tese assumiram a tarefa histórica da industrialização e da revolução democrático-nacional. A força política progressista que surge desse processo de industrialização brasileira é chamada por Sodré (1976) de “burguesia nacional”.

Por burguesia nacional entende-se a fração da burguesia objetivamente interessada na exploração do mercado nacional e, conseqüentemente, na eliminação do domínio dos monopólios imperialistas sobre esse mercado. (SODRÉ, 1976, p. 368).

Para Sodré (1976), assim como para boa parte dos comunistas brasileiros, em meados do século XX a situação política do país exibia o seguinte quadro: de um lado estava posta a possibilidade de aliança entre burguesia nacional e proletariado, em nome do avanço dos conteúdos democráticos do capitalismo, e de outro, encontrava-se a articulação conservadora entre latifúndio e imperialismo. E para ele esse antagonismo entre essas possíveis alianças políticas tendia a se acirrar.

A contradição entre a burguesia e o imperialismo é um dado da realidade, não resulta do plano subjetivo. Decorre do processo que se desenvolve na luta pelo mercado interno, nesta fase: burguesia e imperialismo o disputam acirradamente, e cada vez mais acirradamente. (SODRÉ, 1976, p. 364)

Assim, para ao autor o processo de industrialização no Brasil e suas conseqüências políticas colocavam uma parte da classe dominante brasileira, chamada por Sodré (1976) de “burguesia nacional” como aliada dos trabalhadores na luta por avanços democráticos no país. Seguindo a citação do autor,

De qualquer forma, há que considerar a necessidade, por um ou por outro caminho, de realizar as tarefas peculiares á

revolução burguesa, reconhecendo, ao mesmo tempo, que a burguesia, no caso de existir, conserva potencial revolucionário que lhe permite participar do processo de emancipação nacional. [...] Essa relação com o problema nacional coloca, assim, na atual etapa histórica (imperialista), a categoria de burguesia nacional. [...] Por burguesia nacional entende-se a fração da burguesia objetivamente interessada na exploração do mercado nacional e, conseqüentemente, na eliminação do domínio dos monopólios imperialistas sobre esse mercado. (SODRÉ, 1976, p. 368).

Diante do avanço voraz do imperialismo no país, o autor, afirma a existência de frações da burguesia objetivamente interessadas na exploração do mercado nacional e na eliminação do domínio dos monopólios imperialistas.

Um dado importante é que Sodré (1976) reconhece as particularidades próprias da burguesia brasileira. Características estas que a fizeram aliada histórica do latifúndio e do imperialismo contra os trabalhadores. Ele não tem qualquer ilusão que a burguesia brasileira possa desenvolver uma situação semelhante àquela que sucedeu às revoluções burguesas clássicas. Para Sodré (1976), o critério válido para a tomada de posição política seria verificar as ligações de cada camada ou fração da burguesia com o imperialismo para se concluir sua posição política determinada em cada etapa do desenvolvimento capitalista. Mas mesmo com essas ressalvas, pela análise do autor, a “burguesia nacional” seria uma aliada dos trabalhadores e “camponeses” que formariam uma frente única contra o latifúndio e o imperialismo e pela construção de uma democracia nacional no Brasil.

Ainda para o autor as seguidas concessões da burguesia nacional ao imperialismo se explicavam não pelo caráter integrado e articulado da burguesia nacional com o imperialismo, mas sim pela fragilidade e debilidade das forças burguesas nacionais contra o avanço imperialista.

Muitas e importantes têm sido as conquistas da burguesia, nos últimos anos; algumas dessas conquistas foram alcançadas em detrimento do imperialismo. As suas vacilações e concessões decorrem de sua debilidade face ao imperialismo, e não de seus interesses, que são contrários aos do imperialismo. (SODRÉ, 1976, p. 364).

Portanto, cabia ao movimento operário se unir à burguesia nacional com o objetivo de fortalecê-la contra o inimigo comum que era o imperialismo. Com base nessa famosa tese sobre a debilidade da fração burguesa moderna em contraposição ao arcaísmo da oligarquia e a espoliação imperialista é que, nos anos 50 e 60, os comunistas brasileiros traçaram sua principal estratégia política de conciliação com o que acreditavam ser o setor moderno da burguesia brasileira que conduziria um novo processo de modernização e reformas democráticas no país.

Como podemos observar na exposição acima, tanto as análises da sociologia, como de uma parcela do marxismo brasileiro, consideravam que a fração moderna da burguesia brasileira era frágil e débil necessitando, no caso dos primeiros, de uma racionalidade mais burocratizada e menos patrimonialista, e na análise dos últimos, de uma articulação com o movimento operário para atingir a condição de agente modernizador de toda a sociedade brasileira.

Mas em meados da década de 60, a história mostrou que a aplicação de modelos formais-abstratos que procuram universalizar a análise das determinações particulares da classe dominante brasileira possui limites intransponíveis para a apreensão da realidade concreta. No desfecho histórico das lutas de classes pela direção do processo de industrialização brasileiro, a realidade, em toda a sua dureza, mostrou a mistificação das teses pecebistas que sustentavam o antagonismo entre a fração moderna e a fração arcaica da burguesia brasileira. O golpe militar que fundou a “autocracia burguesa” (FERNANDES, 1976), em Abril de 1964, e conduziu todo o processo de desenvolvimento do capitalismo monopolista no Brasil, desnudou a força política, a capacidade de aglutinação dos interesses, o autoritarismo e o caráter conciliatório de toda a burguesia brasileira em união com as estratégias do imperialismo mundial. O que parecia debilidade política mostrava agora seu real sentido: a capacidade da burguesia brasileira conjuntamente com os outros setores da classe dominante nacional e internacional desenvolver soluções políticas “pelo alto”, bonapartistas e autoritárias com o objetivo de operar uma mudança com conservação de privilégios, contra qualquer avanço do processo de democratização e ganhos relativos da classe trabalhadora.

Contudo, antes mesmo da derrota que se abateu sobre as forças progressistas brasileiras em 1964, algumas análises já apontavam para o erro analítico e as propostas políticas da razão formal e dualista. Ao seguir a máxima marxiana de que os homens fazem história, mas em condições específicas essas análises rejeitam qualquer aplicação de modelos abstratos para entender a realidade brasileira. Essa corrente de pensamento, inspirada na tradição crítica do marxismo, contrapõe a idéia de que existe no Brasil uma burguesia frágil e débil e propõe a “análise concreta das situações concretas” como meio para desvendar as determinações que forjaram a cultura política da burguesia brasileira ao longo da história.

Ainda na década de 40, com a publicação do livro *Formação do Brasil Contemporâneo*, o historiador marxista Caio Prado Junior, preocupado em desvendar as especificidades da formação social do Brasil, lançou as bases para uma corrente crítica do pensamento marxista brasileiro. Na mesma trilha metodológica de Marx, Lênin, Lukács e Gramsci, essa linha de pensamento procurou interligar a universalidade do desenvolvimento capitalista mundial com as particularidades concretas que cercam a formação social brasileira. A partir das análises inauguradas por Caio Prado Jr. surge um fecundo debate sobre as características que cercam a especificidade do modo de produção capitalista no Brasil e, principalmente, sobre a formação política de uma burguesia peculiar, que carrega consigo as marcas de um arraigado teor heteronômico, contra-revolucionário e antidemocrático.

### **2.3 - Gênese e formação da burguesia brasileira: as determinações histórico-concretas da cultura política burguesa no Brasil.**

A maioria das análises teóricas sobre a especificidade brasileira, principalmente aquelas ligadas à esquerda, foram elaboradas sob o signo de abstrações, isto é, de conceitos formulados a priori e sem consideração adequada dos fatos; procurando-se encaixar os modelos conceituais na realidade concreta. Para Caio Prado Júnior, derivaram daí esquemas teóricos

que permanecem planando na irrealidade e em que as verdadeiras circunstâncias da nossa economia e estrutura social e políticas aparecem grosseiramente deformadas. Como diria em um de seus escritos da década de 60:

A teoria da revolução brasileira, para ser algo de efetivamente prático na condução dos fatos, será simplesmente – mas não simplisticamente – a interpretação da conjuntura presente e do processo histórico que resulta. Processo esse que, na sua projeção futura dará cabal resposta às questões pendentes. É nisso que consiste fundamentalmente o método dialético. Método de interpretação, e não receituário de fatos, dogmas, enquadramento da revolução histórica dentro de esquemas abstratos pré-estabelecidos. (PRADO JUNIOR, 1978, p. 19).

Caio Prado Junior, na sua obra *Formação do Brasil Contemporâneo* escrita em 1942, já afirmava o caráter de expansão capitalista da empresa colonial que fundou a sociedade brasileira. Longe das análises que imputam ao Brasil pretensos resquícios feudais, o autor constrói uma análise bastante rigorosa de nosso passado colonial. Levando em consideração as indicações de Marx em *O capital*<sup>17</sup>, Caio Prado Jr. analisa o “sentido da colonização” nas Américas como um capítulo do avanço do capitalismo comercial e da necessária fase de “acumulação primitiva” que ofereceu as bases para o longo processo de industrialização capitalista que só ganha impulso no século XVIII.

Em suma e no essencial todos os grandes acontecimentos desta era (a etapa colonial), que se convencionou com razão chamar dos “descobrimentos”, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu. Tudo que se passa são incidentes da imensa empresa comercial a que se dedicam os países da Europa a partir do século XV e que lhes alargará o horizonte pelo Oceano afora. (PRADO JUNIOR, 1976, p. 22).

Para o autor, o impulso da empresa colonial estava na consolidação e fortalecimento do capitalismo comercial e na sua necessidade inerente de expansão e deslocamento das rotas comerciais através dos países oceânicos, tais como: Holanda, Inglaterra e os países ibéricos. Graças à expansão

---

<sup>17</sup> MARX, Karl. Cap. XXV – a teoria moderna da colonização. In: *O capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

impetrada pelo capitalismo comercial, desde princípios do século XV, a Europa deixava de ser um cantinho isolado do mundo e passava a explorar novos territórios através das grandes navegações. A idéia de povoar as novas áreas descobertas não lhes ocorria. “É o comércio e somente ele que interessa a todos, e daí o relativo desprezo, a princípio, por este território primitivo e tão escasso de habitantes que é a América.” (PRADO JUNIOR, 1999, p. 44). É então, com o espírito de exploração e com o interesse especificamente comercial de desvendar novas rotas para abastecer o comércio europeu que se desenvolve o sentido da colonização da América. Assim, para Caio Prado Junior, a colonização e por suposto o Brasil são obras do avanço do capital comercial e das mudanças preliminares que deram origem ao posterior desenvolvimento do capitalismo europeu.

Ainda, segundo o autor, de início a colonização será uma rudimentar empresa condicionada pelas desfavoráveis circunstâncias com que os portugueses se depararam com o Brasil. Uma terra habitada por poucas e primitivas populações indígenas que nada ou quase nada ofereciam aos comerciantes europeus a não ser produtos extrativistas, como o Pau-Brasil, e a pequena e evasiva força de trabalho indígena.

Mas aos poucos a empresa comercial e suas feitorias dos primeiros anos vão se transformando, se diferenciando e se complicando. Descobre-se o açúcar como mercadoria de exportação e logo a empresa extrativa rudimentar se transforma em uma grande organização produtiva sustentada pela escravidão dos negros africanos e com o objetivo único de abastecer os mercados europeus em expansão. É graças ao destaque do Brasil na produção do açúcar, mercadoria tão cobiçada pelos europeus, que se tornará possível levar adiante a colonização e efetivamente ocupar e povoar o território brasileiro. Isso permite a Caio Prado Jr, afirmar que não foi o Brasil que criou a produção do açúcar, mas sim essa produção que deu origem à colonização e ao próprio Brasil. Nas palavras do próprio autor,

[...] não é a economia do açúcar que se conforma e adapta às necessidades de uma sociedade preexistente que nela procura a base econômica de sua subsistência. E sim é esta sociedade que se origina, dispõe e organiza em função da finalidade precípua de produzir açúcar e assim realizar um negócio.

Negócio que tem, não como objetivo (pois o objetivo próprio de todo negócio é tão-somente o lucro mercantil), mas como objeto, o atendimento de necessidades e de um consumo estranhos ao país e à coletividade nela instalada, e que se torna simples expressão daquele negócio. (PRADO JUNIOR, 1999, p. 48).

Fica claro que Caio Prado Junior reconhece que a colonização e a consolidação da organização produtiva brasileira já surgem de interesses especificamente capitalistas que posteriormente ganharão impulsos cada vez maiores com a expansão do capitalismo para a esfera industrial a partir do século XVIII. Para o autor a própria estrutura de exploração do açúcar no Brasil e em outras colônias de origem semelhante é um fato radicalmente novo em comparação com as atividades agrárias desenvolvidas na Europa. Na Europa feudal foi a gradativa expansão do comércio que estimulou a mercantilização de atividades agrárias pré-existentes e já largamente desenvolvidas como a dos camponeses. No Brasil, pelo contrário, é a preexistência de um objetivo comercial externo que abre as perspectivas para as primeiras atividades de produção agrícola. Segundo Caio Prado Jr (1999) a mais grave consequência desse processo é que

[...] a produção para a subsistência interna dos próprios produtores e de todos aqueles que direta ou indiretamente dependem das atividades agrárias – e será este o caso de praticamente todo mundo nos primeiros tempos da colonização – é relegada a um segundo e apagado plano; e é por isso desleixada. (PRADO JUNIOR, 1999, p. 54).

Foi para fornecer açúcar, ouro, e diamantes e mais alguns poucos produtos primários ao comércio exterior europeu, que se ocupou e povoou o território que constituiria o Brasil e se instalou nele uma sociedade humana. Tudo mais é acessório dessa função comercial. Segundo Caio Prado (1999) essa caracterização fez com que a economia brasileira permanecesse durante um longo tempo como a repetição monótona de ciclo econômicos sucessivos e essencialmente invariáveis determinados pela conjuntura internacional e sem margem alguma para diversificação.

Assim, para o autor, o período colonial construído pelo avanço da colonização comercial capitalista funda um sistema de produção que tem,

desde seu início, como objetivo o abastecimento mercantil das nações centrais e a exploração intensiva do trabalho; primeiro de índios e depois de escravos negros trazidos da África.

É claro que as mudanças ocorridas a partir de fins do século XVIII e início do século XIX com o avanço do capitalismo industrial e, posteriormente, do imperialismo na Europa também provocaram mudanças significativas na sociedade brasileira. Ocorrerá daí para frente transformações nas configurações produtivas, na correlação de forças políticas, no estatuto jurídico do país. Mas para Caio Prado Junior, o passado colonial brasileiro e sua indelével marca de dependência exterior e exploração intensiva da força de trabalho deixará profundos traços e uma capacidade de renovação e continuidade impressionante nas relações sociais que configuram a formação social brasileira moderna. Com certeza a maior contribuição teórica de Caio Prado Jr. foi desvendar as determinações e entrelaces que fazem o Brasil contemporâneo pagar uma pesada hipoteca ao seu passado colonial inconcluso.

É certo que deixamos de ser, em nossos dias, o engenho e a “casa grande e senzala” do passado, para nos tornarmos a empresa, a usina, o palacete e o arranha-céu; mas também o cortiço, a favela, o mocambo, o pau-a-pique, mal disfarçados, aqui e acolá, por aquele moderno sem que minorias dominantes e seus auxiliares mais graduados se esforçam com maior ou menos sucesso por acompanhar aproximadamente, com o teor de suas atividades e trem de vida, a civilização dos nossos dias. Essencialmente, contudo, com as adaptações necessárias determinadas pelas contingências do nosso tempo, somos o mesmo passado. Senão quantitativamente, na qualidade. Na substância, diria a metafísica aristotélica. Embora em mais complexa forma, o sistema colonial brasileiro se perpetuou e continua muito semelhante. (PRADO JUNIOR, 1978, p. 239-240).

O esforço de Caio Prado em buscar no passado colonial as raízes e circunstâncias que modelaram a situação do Brasil contemporâneo nos mostra por um lado a falsidade das teses que afirmam um suposto resquício feudal brasileiro e por outro a incrível capacidade de renovação da subordinação da elite aos interesses externos e da intensa exploração da força de trabalho. Esses estudos sobre as características da sociedade colonial e sua



permanência histórica ao longo do tempo permitiram a Caio Prado Jr. desvendar os traços de continuidade entre o Brasil colonial e o Brasil moderno viabilizando ao historiador paulista afastar-se das ilusões de uma burguesia brasileira frágil e das teses que defendiam a existência de resquícios feudais no Brasil.

Pelos estudos de Caio Prado Jr é possível entender que no Brasil não se encontraram pela frente sociedades feudais ou estruturas não-capitalistas que impedissem ou oferecessem resistência ao avanço do capitalismo. Se é certo que aqui não se desenvolveu o trabalho livre no período colonial é também correto afirmar que as premissas do capitalismo já se encontravam incluídas numa ordem econômica e social que se organizava, desde seus primórdios, em função de atividades essencialmente mercantis, isto é, para a exportação de produtos tropicais para a Europa.

Outro grande estudioso da formação social brasileira, o sociólogo marxista Florestan Fernandes, também desenvolveu importantes contribuições para apreendermos a gênese e formação da cultura política da burguesia brasileira. Legatário da obra seminal de Caio Prado Jr., Florestan ampliou e aprofundou as questões fundamentais sobre a origem e desenvolvimento da burguesia brasileira apontadas pelo seu antecessor. Em sua obra *A Revolução Burguesa no Brasil* escrita em duas partes uma em 1966 e a outra em 1973, preocupado com a periodização histórica da gênese e desenvolvimento da burguesia brasileira Fernandes (1976) divide a transição capitalista brasileira em três partes constitutivas: 1) A primeira, de surgimento de um mercado capitalista moderno, que se inicia com a abertura dos portos às “nações amigas” em 1808, passando pelo processo de independência, e segue até meados do século XIX. 2) A segunda etapa, a de formação e expansão do chamado “capitalismo competitivo brasileiro” que com a expansão imperialista dos países centrais, compreende a consolidação da economia industrial, estendendo-se do último quartel do século XIX até a década de 50 do século XX. 3) A terceira e última fase, a de consolidação do capitalismo monopolista brasileiro, cuja base já se encontrava presente na dinâmica de expansão dos países centrais, mas que acentua sua intervenção no Brasil em fins da década

de 50 e adquire consistência econômica e política com o regime autocrático burguês instaurado em 1964.

### *2.3.1 - O surgimento do mercado capitalista moderno no Brasil*

Apesar de fundamentalmente concordar com a tese de Caio Prado Jr., de que a economia colonial brasileira já guarda em si aspectos de uma economia mercantil capitalista, Florestan Fernandes (1976) acrescenta a esta tese seminal do pensamento marxista brasileiro o fato de que no período colonial não existia ainda um agente transformador. Ou seja, uma classe social em especial que aglutinasse os interesses individuais necessários para empreender um processo de internalização da produção e desenvolver as transformações econômicas e sociais que conduziriam o Brasil a uma sociedade capitalista industrial. Para Florestan (1976), graças à posição marginal que ocupava no circuito externo de mercantilização dos produtos exportados, as funções econômicas do “senhor de engenho” quase equivaliam às dos administradores e beneficiários das feitorias. Assim, as influências dinâmicas que o capitalismo comercial do período colonial poderia exercer sobre o desenvolvimento de uma economia interna capitalista baseada no trabalho livre e no desenvolvimento da manufatura, através da figura do “senhor de engenho”, eram simplesmente neutralizadas pela própria estruturação da economia colonial.

Florestan Fernandes (1976) identifica ainda três características fundamentais que impediam o nascimento de uma economia especificamente capitalista no interior da colônia brasileira. A primeira, estava na impossibilidade criada pela própria estrutura colonial de desenvolver-se uma poupança interna para fins de reinvestimentos em empreendimentos nacionais, já que parte da renda criada pelo processo que ficava em mãos do agente econômico interno, no caso o “senhor de engenho”, era, comparativamente à absorvida de fora, muito pequena.

A segunda característica que emperrava o processo de desenvolvimento capitalista era que o agente econômico interno, não angariava as qualidades necessárias para desempenhar uma ação prática transformadora. Nesse caso

para Fernandes (1976, p. 24), “o típico senhor de engenho da era pioneira era, de um lado, agente humano da conquista (daí precisar ser nobre e militar) e, de outro, agente potencialmente econômico (servindo, nessa qualidade, à Coroa, às companhias comerciais e a si próprio).” Assim, o “senhor de engenho” apesar de viver num ambiente onde a troca comercial ditava o ritmo da vida cotidiana ainda não apreendera o espírito de acumular dinheiro para o desenvolvimento de investimentos privados no país. Ainda segundo o autor (Idem, 1976, p. 24) “Lucro, ganho, risco calculado, nada disso exprime o que ele perseguia [...], que deveria ser o equivalente econômico, da grandeza, da aventura e da audácia. Nesse sentido era um autêntico *Soldado da Fortuna*.” Assim, para Florestan o que animava o espírito comercial da colonial ainda não era especificamente uma racionalidade capitalista, mas sim uma espécie de “espírito de flibusteiro”.

A terceira característica impeditiva do avanço capitalista no Brasil da época era que o próprio sistema colonial organizava-se tanto legal e politicamente, quanto fiscal e financeiramente, para drenar as riquezas de dentro para fora. Por isso, ressalta Florestan Fernandes (1976, p. 24). “[...] ele não previa, senão dentro de limites muito estreitos e tênues, condições institucionais apropriadas para a organização interna do fluxo de renda”.

Essas três características principais impediam a gênese de um mercado interno que possibilitasse o desenvolvimento completo das relações sociais eminentemente capitalistas. Ao resumir a questão atesta Florestan (1976, p. 26),

No conjunto, portanto, o contexto sócio-econômico em que se projetava a grande lavoura no sistema colonial anulou, progressivamente, o ímpeto, a direção e a intensidade dos móveis capitalistas instigados pela situação de conquista e animados durante a fase pioneira da colonização. Isolado em sua unidade produtiva, tolhido pela falta de alternativas históricas e, em particular, pela inexistência de incentivos procedentes do crescimento acumulativo de empresas, o senhor de engenho acabou submergindo numa concepção de vida, do mundo e da economia que respondia exclusivamente aos determinantes tradicionalistas da dominação patrimonialista.

Assim, de acordo com Fernandes (1976) o impulso às primeiras formas de desenvolvimento de uma emergente burguesia brasileira ainda não estava

presente no senhor de engenho da época colonial, mas esteve associado à lenta transição da economia colonial para uma *economia mercantil-escravista cafeeira nacional* de acordo com a célebre nomeação de João Manuel Cardoso de Mello (1998). Ou seja, a construção de uma classe burguesa comercial está associada a transição de uma economia mercantil colonial, atrelada ao domínio português e que anulava a economia interna, para uma economia agrário-exportadora, com relativa autonomia, ainda baseada na exportação e na força de trabalho escrava, mas que timidamente já possibilitava uma mínima retenção de renda e um débil investimento interno.

Segundo Florestan Fernandes, um dos marcos principais desta transição para uma economia exportadora tipicamente capitalista é a abertura dos portos para as nações amigas, em 1808. O decreto acabou com o monopólio português no comércio brasileiro beneficiando, principalmente, a Inglaterra, a nascente potência do capitalismo industrial europeu que na época já recebera o apelido de “fábrica do mundo”.

Para Mello (1998) o tipo de economia mercantil e agrário-exportadora que daí se derivou, baseada na lavoura de café e no trabalho escravo, foi fundamentalmente uma obra da acumulação de capital mercantil nacional, que se formou nos poros da colônia, mas que ganhara notável investida com a queda do monopólio de comércio português e com o surgimento de um embrionário sistema monetário nacional com a chegada da família real portuguesa em 1808.

Mas, para Fernandes (1976) o grande impulso que desvencilhou as amarras coloniais e proporcionou o ambiente necessário para a primeira etapa de desenvolvimento capitalista comercial no Brasil foi o longo processo de lutas libertárias que culminou no caminho “pelo alto” das elites brasileiras, tão bem representado pelo “grito de independência”, dado pelo filho do Rei de Portugal em 1822. Segundo Fernandes (1976) em busca da independência as elites nativas não se erguiam contra a estrutura da sociedade colonial, mas sim contra as implicações econômicas e políticas do estatuto jurídico colonial. Como diz Fernandes (1976), a independência assumiu a forma de uma “revolução sem revolução” ou uma revolução sem povo,. Mas mesmo possuindo esse caráter a autonomia perante Portugal causou um verdadeiro

“processo de transformações”<sup>18</sup>, ou seja, o ponto de origem para uma alteração capitalista das relações sociais no Brasil. Nas palavras do autor, a partir daí,

[...] as potencialidades capitalistas da grande lavoura (já identificadas por Caio Prado Jr. - CHM) passaram a manifestar-se com plenitude crescente (em particular e de formas historicamente decisivas nas regiões que lograriam vitalidade econômica graças ao café). Assim, senão todas, mas pelo menos uma parte considerável das potencialidades capitalistas da grande lavoura foram canalizadas para o crescimento econômico interno, permitindo o esforço concentrado da fundação de um Estado nacional, a intensificação concomitante do desenvolvimento urbano e a expansão de novas formas de atividades econômicas, que os dois processos exigiam. (FERNANDES, 1976, p. 27).

Assim, com a quebra das barreiras ao desenvolvimento da economia exportadora, nas três primeiras décadas do século XIX, o consumo de café se generalizou no mundo, em grande parte pela queda dos preços internacionais, causada pela oferta brasileira, aquecendo o mercado europeu e garantindo uma larga e contínua demanda pelo produto brasileiro. (Mello 1998).

Para Fernandes (1976) é dessa nova economia nacional agrário-exportadora de início do século XIX – nascida das entranhas de um novo domínio econômico inglês no mundo – que surgem as condições econômicas, sociais e políticas para a primeira etapa de nascimento de uma burguesia genuinamente brasileira. Assim, as primeiras transformações econômicas suscitadas pela nova economia agrário-exportadora fazem com que uma parcela crescente de “senhores rurais” seja continuamente extraída do isolamento do engenho ou da fazenda e projetada no cenário econômico urbano.

Nota-se também que essas transformações, suscitaram o surgimento de novos imigrantes que se agregaram aos antigos comerciantes portugueses para desenvolver negócios no pequeno mercado interno brasileiro em formação. São donos de pequenas manufaturas de outras nacionalidades, como ingleses, franceses, alemães, que logo se identificaram com o país e

---

<sup>18</sup> Claro que apesar do processo de independência culminar com uma transição pelo alto ele foi seguido por diversas revoltas populares que tiveram um importante papel nessa etapa histórica.

acabaram fixando-se e criando descendências. Para Caio Prado Jr. a prova do surgimento dessa nova “burguesia imigrante” está no grande número de famílias com sobrenomes e apelidos estrangeiros que já no império ocupavam posições comerciais e até mesmo industriais. Segundo Prado Jr (1999, p. 101) estes imigrantes “[...] já eram puros brasileiros, e se confundiram com outros brasileiros de mais antiga tradição no país, dividindo com eles, em pé de absoluta e total igualdade, os negócios e atividades comerciais e industriais no país.” Segundo Jacob Gorender (2004), eram centenas de pequenos e médios empresários que desde meados do século XIX, instalaram e administraram fábricas têxteis, de artigos de vestuário, de massas e outros produtos alimentícios, de cerveja, de chapéus, peças de mobiliário, artigos de cerâmica, etc.

De acordo com Fernandes (1976) ao longo do século XIX a porção de “fazendeiros de café” juntamente com essa “pequena burguesia manufatureira” tendeu a secularizar suas idéias, suas concepções políticas e suas aspirações sociais, ao mesmo tempo em que gradativamente adquiria um estilo de vida urbano e cosmopolita, passando a ter as primeiras influências das ideologias liberais.

Em suma, ao longo da economia agrário-exportadora esses dois grupos passam a ocupar setores da sociedade e a adquirir certa coesão na racionalidade econômica. Assim, para Florestan Fernandes (1976) esses dois grupos sociais: o “fazendeiro de café” e o “imigrante” possuem os primeiros indícios de uma classe capitalista ainda por surgir. A partir daí o avanço de uma economia interna tipicamente capitalista começava a lentamente forjar a cultura política de novos agentes revolucionários que, posteriormente, iriam empreender com seu modo peculiar de ação política a transição para uma “ordem social competitiva” (FERNANDES, 1976) no Brasil.

Contudo, apesar de ser verdade que na economia agrário-exportadora, tanto o “fazendeiro de café” como o “imigrante” das pequenas manufaturas adquirem continuamente um estilo de vida burguês, passando inclusive a defenderem idéias liberais, como afirma Florestan Fernandes (1976). É verdade também que esses mesmos agrupamentos sociais, ainda mantinham, em meados do século XIX seus interesses econômicos e políticos nitidamente

conectados com os resquícios da estrutura colonial caracterizados pelo latifúndio e pelo escravismo. Na verdade, ambos os grupos sociais que, de acordo com Fernandes (1976) deram origem aos primeiros indícios da jovem burguesia brasileira possuíam seus interesses fincados numa estrutura agrário-exportadora que nitidamente não rompeu com o passado colonial.

De acordo com Mello (1998) os fazendeiros de café, protótipos da burguesia comercial brasileira, necessitavam de uma estrutura agrária baseada no latifúndio, pois tendo em vista os preços elevados dos recursos produtivos e se definindo o café como uma mercadoria de massa, as margens de lucro se tornavam cada vez mais reduzidas exigindo uma escala mínima de produção lucrativa, que necessitava, por sua vez, de grandes quantidades de terra para ser atingida. Da mesma maneira o emprego da superexploração da força de trabalho escrava nas lavouras de café possibilitou até 1888 retornos lucrativos para os fazendeiros tendo em vista os altos investimentos e o abastecimento da grande demanda externa com produtos de preços extremamente competitivos.

Da mesma forma as pequenas manufaturas do século XIX instaladas pelos imigrantes chegavam a empregar uma boa quantidade de força de trabalho escrava ao lado de operários livres. No mesmo sentido, o parco mercado de consumo interno dessas primeiras fábricas têxteis brasileiras era ironicamente o de roupas para escravos e para as camadas pobres da população livre, bem como a sacaria para os produtos agrícolas de exportação. (GORENDER, 2004). Podemos dizer que aqui se aloja o motivo pelo qual a defesa abolicionista nunca foi levantada como bandeira ideológica dos grandes produtores de café nem dos poucos industriais brasileiros do século XIX, ficando quase que restrita as revoltas dos negros e aos círculos de intelectuais liberais<sup>19</sup>. Talvez aqui radique também outro aspecto que deixou marcas profundas na evolução posterior do capitalismo no Brasil.

---

<sup>19</sup> Fato exemplar ocorreu com o Historiador, jurista e diplomata pernambucano Joaquim Nabuco (1849-1910). Teórico e tribuno do movimento abolicionista, Nabuco pleiteando a eleição em 1878 num comício no Recife proferiu a seguinte frase: “a grande questão para a democracia brasileira não é a monarquia, é a escravidão” e foi vaiado intensamente pela multidão.

No Brasil, durante um longo período, a escravidão permaneceu operando paralelamente ao trabalho livre. Assim, a escravidão brasileira, sua permanência no tempo, sua funcionalidade ao sistema colonial e ao processo de desenvolvimento da economia urbano-industrial não só impediram durante muito tempo o pleno desenvolvimento do trabalho livre, como também forjaram uma cultura autoritária nas relações de trabalho que perdura até os nossos dias.

Podemos dizer, portanto, que não só havia uma convergência entre os respectivos protagonistas no âmbito de uma mentalidade econômica tipicamente capitalista, mas também uma reciprocidade no comportamento político e ideológico desses primeiros agentes do capitalismo comercial brasileiro. Pois, como afirma Fernandes (1976), do mesmo modo que o fazendeiro de café compartilha com o imigrante o destino burguês, o imigrante compartilha com o fazendeiro de café as “distorções nativas” do liberalismo.

Dessa forma mista e anacrônica de sociedade que vê o futuro surgir na sua frente sem conseguir livrar os pés acorrentados ao passado não poderia emergir outra forma de absorção da cultura política burguesa liberal a não ser aquela descrita por Roberto Schwarz (2000) em seu ensaio: “as idéias fora do lugar”. Porém, pedimos licença ao grande crítico literário brasileiro para contrariar sua elaboração e afirmar que no caso brasileiro foi o “lugar” e sua peculiar condição histórica que moldou as “idéias” burguesas adequando-as a um tipo de intervenção política e ideológica ajustada a dinâmica de ganhar dinheiro num país da periferia do capitalismo. Assim, foi possível aos primeiros burgueses brasileiros aliarem coisas tão distintas e antagônicas como a defesa do liberalismo e a utilização da força de trabalho escrava nas lavouras de café e nas primeiras manufaturas que geravam lucro no Brasil de meados do século XIX. Em suma, podemos afirmar que no Brasil, pelo menos num primeiro momento, a burguesia foi obrigada a negar o liberalismo para paradoxalmente garantir a acumulação de capital.

Do mesmo ventre da acumulação primitiva de capital mercantil cafeeiro, moldado pelo latifúndio e pela escravidão, surgem as duas primeiras frações da burguesia brasileira: uma forte burguesia comercial, na figura do fazendeiro de café paulista, que lucrava com as exportações do produto para a Europa, e



uma ainda jovem burguesia manufatureira que começava a explorar o frágil mercado interno nacional e que posteriormente se transformaria na burguesia industrial. Logo mais voltaremos a esse debate.

Desse contexto histórico paradoxal de surgimento das protoformas da burguesia brasileira a economia capitalista avançou através de um Estado independente e de um pequeno surto de modernização provocado pela incorporação da economia brasileira no mercado capitalista internacional. Porém essas mudanças se processaram sem engendrar ainda um processo de industrialização intensa, de rupturas com a estrutura do passado colonial. Na verdade, até meados do século XIX, se conservou no Brasil uma total dependência externa, um débil mercado interno e a presença do latifúndio e do escravismo.

Mas o impulso decisivo para a consolidação definitiva da ordem social competitiva no Brasil estaria na gênese e desenvolvimento de uma nova fase do capitalismo mundial, chamada por Lênin (1982b) de imperialismo. Segundo Lênin, no seu célebre escrito sobre o imperialismo, seria absurdo discutir o ano ou a década em que se situa a instauração definitiva da fase imperialista. No entanto, o revolucionário russo admite que os marcos principais de consolidação da fase superior do capitalismo são: a) os anos de 1860 a 1880, quando o livre desenvolvimento da livre concorrência atinge seu apogeu e os monopólios não são mais do que embriões pouco influentes na economia; b) o período de largo desenvolvimento dos cartéis, após a crise de 1873, quando ainda representam uma exceção na economia capitalista; c) O impulso do fim do século XIX e crise de 1900-1903, quando os cartéis se tornam uma das bases de todo o sistema econômico capitalista. (LENIN, 1982b).

Para Sodré (1976), a fase imperialista, apontada por Lênin, desempenha um importante papel para o impulso necessário às mudanças que deram maior poder de investimento e ampliação do mercado interno em plena economia agrário-exportadora gerando o *locus* ideal para gerar a burguesia brasileira. Nesse ponto, ao concordar com Caio Prado Júnior, Nelson Werneck Sodré (1976) afirma que antes de 1860 a norma do comércio exterior brasileiro era o *déficit*; a expansão cafeeira não se reabilitara ainda da queda dos preços internacionais; o tráfico negreiro fora substituído pelo comércio interno de

escravos, a imigração dava seus primeiros e débeis passos, o impulso a acumulação sofreria os efeitos da crise mundial. Enfim, nessa época o sistema financeiro nacional e internacional ainda precário e débil não garantia um investimento necessário para os empreendimentos que gerariam um mercado interno um pouco mais consistente e com isso uma burguesia brasileira melhor consolidada.

Só com o desenvolvimento posterior dos grandes cartéis monopolistas e a gigantesca concentração de capitais nas mãos de uma oligarquia financeira internacional, que em fins do século XIX, pode o Brasil receber aplicações financeiras internacionais de vulto. A partir daí, o Brasil passa a integrar com força ainda maior o sistema capitalista internacional. Segundo Sodré (1976) esses efeitos do imperialismo mundial se tornavam mais profundos à medida que o século XIX avançava. Assim, deixávamos de ser dependentes do império português para nos endividarmos com os grandes bancos ingleses que passavam a financiar as grandes linhas ferroviárias e a aplicar capitais no desenvolvimento da navegação marítima, que lhes permitiu auferir lucros de importação e controlar a economia brasileira.

Para Lênin (1982b) é a partir de 1876 e 1914 que se dá uma nova partilha do mundo e se espalha a construção de ferrovias por vários lugares do planeta. Segundo Lênin (1982b) o desenvolvimento dessas empresas ferroviárias no mundo expressa o avanço do nascente capital financeiro – fruto da fusão do capital bancário com o capital industrial – à procura de novos mercados de investimento e do conseqüente desenvolvimento da indústria capitalista de metalurgia e hulheria, base da construção de estradas de ferro e da indústria naval. Assim, é nas colônias e nos países distantes, de economia periférica, que o capitalismo busca seu avanço e rápido crescimento na fase imperialista.

Nesse período haverá grandes investimentos financeiros nas colônias e ex-colônias européias. Assim, como ressalta Lênin (1982b) a partir de 1860, a Inglaterra passa, então, da fase do capitalismo concorrencial que se caracteriza pela exportação de mercadorias, para a etapa imperialista, na qual o que impera é a exportação de capitais. Segundo Lênin, a Inglaterra é a primeira a desenvolver a economia capitalista e ao implementar o livre câmbio se

transformar, em meados do século XIX, na “fábrica do mundo”, ou seja, no fornecedor de manufaturados para todos os países do mundo que, em contrapartida, forneciam-lhe matérias-primas. Mas este monopólio inglês enfraquece já no último quartel do século XIX. No limiar do século XX, assistimos a formação de monopólios de outro gênero. De um lado uniões de monopolistas em todos os países de capitalismo avançado, de outro, uns poucos países riquíssimos que concentram em suas mãos grande quantidade de excedente de capital.

Daí surge uma contradição para os grandes capitalistas internacionais, onde investir o gigantesco excedente de capital acumulado? Claro que este excedente não será disponibilizado para a elevação de vida dos trabalhadores ingleses ou franceses, pois isso significaria a diminuição dos lucros capitalistas. Assim, segundo Lênin (1982b), para garantir o aumento dos lucros essa imensa quantidade de capitais acumulada em poucas mãos será exportada em forma de empréstimos e investimentos aos países periféricos. Ainda de acordo com o autor, nesses países o lucro será elevado já que lá os capitais são escassos, o preço da terra e os salários relativamente baixos e as matérias-primas baratas.

Nesse sentido que o Brasil de fins do século XIX surge no cenário internacional como grande arena de investimentos do capital financeiro internacional. Segundo nos relatam dados apresentados por Lênin (1982b, p. 624),

Num relatório do cônsul austro-húngaro em São Paulo (Brasil) diz-se: A construção dos caminhos de ferro brasileiros realiza-se, na sua maior parte, com capitais franceses, belgas, britânicos e alemães; os referidos países, ao efetuarem-se as operações financeiras relacionadas com a construção de caminhos de ferro, reservam-se as encomendas de materiais de construção ferroviária. [...] O capital financeiro estende assim as suas redes, no sentido literal da palavra, em todos os países do mundo.

Contudo, o capital financeiro internacional, principalmente o inglês, cobrará um pesado tributo a estes investimentos. Segundo Sodré (1976) uma das forças dessa cobrança será a construção e exploração privativa de

ferrovias, envolvendo o sistema de empréstimos, a troca de mercadorias, a carga de fretes, as importações de produtos da indústria pesada, carvão, trilhos, locomotivas, etc. Tudo isso para desbravar novos mercados, integrando-os a economia mundial através dos empréstimos financeiros e transformando-os de simples colônias de exportação em desaguadouros dos capitais excedentes da indústria inglesa. Segundo Lênin,

As vias férreas desenvolveram-se, pois, com a maior rapidez nas colônias e nos Estados independentes (e semi-independentes) da Ásia e da América. É sabido que o capital financeiro dos quatro ou cinco Estados capitalistas mais importantes ordena e manda ali de modo absoluto. Duzentos mil quilômetros de novas vias férreas nas colônias e noutros países da Ásia e América significam mais de 40 000 milhões de marcos de novos investimentos de capital em condições particularmente vantajosas, com garantias especiais de rendimento, com encomendas lucrativas para as fundições de aço, etc, etc. (LÊNIN, 1982b, p. 648).

Apesar do atrelamento da economia brasileira à economia imperialista mundial, surgirá dessa integração o espaço para um incremento sem precedentes de investimentos financeiros na economia agrário-exportadora de café. Assim, foram implementadas mudanças que possibilitaram o aumento nas somas de dinheiro acumulado nas mãos de cafeicultores para investimentos cada vez maiores na indústria. Da articulação do Brasil com os grandes investimentos do capital financeiro internacional abre-se a possibilidade de transformação dos capitais de antigos fazendeiros de café em dinheiro acumulado nas mãos de empresários, banqueiros, e industriais nacionais ou imigrantes. Como explica João Manuel Cardoso de Mello (1998, p. 100).

[...] a burguesia cafeeira foi a matriz social da burguesia industrial. Ou, em outras palavras: o capital industrial nasceu como desdobramento do capital cafeeiro empregado, tanto no núcleo produtivo do complexo exportador (produção e beneficiamento do café) quanto em seu segmento urbano (atividades comerciais, inclusive as de importação, serviços financeiros e de transportes).

É importante ressaltar que no bojo desse processo surge uma classe dominante que para surgir necessita de uma contínua manipulação privada do Estado. Assim, o Estado nacional independente desenvolve-se no Brasil atrelado a função de oferecer o ambiente adequado a acumulação privada do setor agrário-exportador. Dessa força do capital comercial exportador de café e não de uma suposta fragilidade da burguesia surgem as determinações que proporcionam o caráter patrimonialista do Estado nacional burguês no Brasil. Nasce dessa forma um Estado Nacional ambivalente que embora nos seus estatutos formais tenha nascido de uma ideologia liberal na prática serve como instrumento da dominação patrimonialista. Segundo Fernandes (1976) dessa configuração da relação entre classes dominantes e Estado nasce uma espécie de “Estado amálgama” que expressa a impossibilidade de levar adiante o ideário liberal-democrático e estabelecer rupturas frontais com o passado oligárquico e patrimonialista, repondo na esfera estatal as características repressivas e autoritárias da época colonial.

Nasce assim em meados do século XIX, e principalmente no último quartel do mesmo século, a possibilidade de figuras como o banqueiro Irineu Evangelista de Souza, mais conhecido como o Barão de Mauá (1813-1889). Segundo Jacob Gorender (2004) o banqueiro Mauá desenvolveu quase todas as suas iniciativas empresariais visando suprir serviços públicos, como concessões do Império brasileiro, em condições de monopólio e em muitos casos com subvenções do Estado ou empréstimos estrangeiros dos banqueiros ingleses. Foi assim que Mauá, em meados do século XIX, conseguiu organizar empresas de transportes urbanos e de iluminação pública a gás, companhias de navegação fluvial a vapor, várias estradas de ferro e a comunicação por meio de cabo submarino. No entanto é patente a submissão de Mauá ao capital estrangeiro. Caso emblemático é a construção da Estrada de Ferro Santos a Jundiaí (ironicamente denominada de São Paulo Railway) na qual Mauá foi surpreendido tanto pela reação dos estamentos senhoriais existentes como pelas poderosas manipulações do capital inglês, ao qual recorria continuamente, antecipando um comportamento comum à burguesia brasileira posterior.

Com os processos que culminaram na tardia abolição da escravidão brasileira se dará o último passo na consolidação de um mercado interno nacional e no avanço de relações sociais de produção totalmente capitalistas. Constrói-se assim o ambiente ideal para o florescimento de uma burguesia plenamente consolidada. Apesar disso, os fortes traços escravistas permanecem na cultura política das relações de trabalho brasileiras. Segundo Florestan Fernandes (1976, p. 193)

O trabalho livre não nasce, aqui, sob o signo de um mercado que divide e opõe, mas ao mesmo tempo valoriza e classifica. Surge como expressão das convenções e das regularidades imperantes na sufocante ordem social escravocrata e senhorial brasileira. Em vez de fomentar a competição e o conflito, ele nasce fadado a articular-se, estrutural e dinamicamente, ao clima do mandonismo, do paternalismo e do conformismo, imposto pela sociedade existente, como se o trabalho livre fosse um desdobramento e uma prolongação do trabalho escravo.

Essas transformações articularam a dinâmica comercial brasileira ao circuito de investimentos internacionais, modelando a possibilidade de fortalecimento de uma economia que evoluiu gradativamente para um capitalismo industrial plenamente consolidado. Mas as transformações necessárias a industrialização brasileira não irão desenvolver-se sob a forma de uma ruptura radical com o passado. Ao invés dos cafeicultores paulistas e da burguesia industrial ascendente abrirem caminho para uma ordem social competitiva radicalmente diferente do passado proporcionaram a conciliação dos interesses das elites e uma reposição do velho sob novas bases.

Diferentemente do modelo chinês ou de algumas colônias européias africanas, nas quais a ação dos colonizadores e a realidade histórica local promoveram um claro antagonismo entre comerciantes e produtores “europeus” e, por isso, uma ascendente burguesia “nativa”, nossa burguesia ao invés de tramar contra a velha ordem social se identificou com ela e garantiu sua continuidade no tempo. Para o autor de *A Revolução Brasileira* (1978) a nítida e contínua integração, orgânica da particularidade do sistema capitalista brasileiro com a universalidade do capitalismo monopolista mundial, irá se exprimir no advento de uma burguesia que embora composta, como toda

burguesia, por frações com interesses divergentes, forma fundamentalmente uma classe homogênea, coesa e forte, que não se acha cindida internamente por contradições e antagonismos irreduzíveis. Segundo Caio Prado Jr (1978), isto também se aplica as relações entre setores agrário exportador e industrial, que longe de exprimirem antagonismos, se ligam intimamente entre si e se amparam mutuamente nas circunstâncias essenciais de preservação e ampliação do modo de produção capitalista. Sobre isto o autor revela vários exemplos emblemáticos,

Em São Paulo, por exemplo, muitas das primeiras e principais indústrias são de fazendeiros que empregam os lucros auferidos na cultura do café, em iniciativas industriais. É de notar ainda que o campo de atividades para aquela industrialização pioneira é em boa parte proporcionada direta ou indiretamente pela economia agrária. As primeiras grandes manufaturas brasileiras são as de fiação e tecelagem do algodão de que o Brasil já era grande produtor. Daí aliás a localização dessas indústrias: Maranhão (Caxias) e Nordeste, então principais fornecedores de fibra. [...] a economia cafeeira também trará a sua contribuição. Entre as primeiras indústrias paulistas de vulto figura a de tecidos e sacos de juta destinados ao enfardamento do café exportado. E não pode haver dúvidas que de um modo geral o primeiro grande surto da indústria paulista, que se verifica desde os últimos anos do século passado (século XIX), se deve à economia cafeeira, tanto no que se refere à procedência de capitais proporcionados pelo grande sucesso financeiro da cultura e comércio do café, como no relativo à formação de mercados consumidores de manufaturas. Os setores agrário e industrial da economia brasileira e, pois, os dirigentes e beneficiários deles, a burguesia respectivamente de um e de outro, se entrelaçam assim intimamente, e conjugam seus interesses. (PRADO JUNIOR., 1978, p. 116).

Pela citação acima fica claro que para Caio Prado Jr. (1978) os diferentes setores da burguesia brasileira evoluíram ao longo da história de maneira paralela. Ou antes, o ambiente em que essas frações da burguesia consolidaram-se possibilitou desde o início uma forte fusão de seus interesses numa ideologia de classe única formada e mantida na base de um mesmo sistema produtivo de igual constelação de interesses locais e internacionais.

Assim, a fase imperialista mundial e todas as suas determinações que aprofundaram e complexificaram as relações da formação social brasileira com

o capitalismo internacional favoreceram o nascimento de uma burguesia brasileira com traços políticos e culturais autoritários e anti-democráticos, muito parecidos com aqueles analisados por Lênin, Lukács e Gramsci, nos casos alemão e italiano. Em lugar de uma autêntica revolução burguesa “de baixo para cima” realizaram-se aqui arranjos “pelo alto” em que acontecimentos políticos importantes como, por exemplo, o “grito de independência” ou a “abolição da escravidão” e a “proclamação da república” foram realizados em nome dos interesses do capital internacional, com a exclusão das forças populares e o apoio da intervenção autoritária do Estado.

Contudo, diferentemente das realidades de Alemanha e Itália, o Brasil não acumulou as condições econômicas, políticas e culturais para desenvolver aqui um “nacionalismo xenóforo” que através do patrocínio de guerras imperialistas pelas colônias africanas possibilitou a Alemanha, por exemplo, integrar-se ao imperialismo mundial de forma “soberana” praticando o que Lukács (1976) chamou de “imperialismo voraz”. Por isso, a integração brasileira ao capitalismo monopolista se dá de uma maneira especialmente particular e totalmente subordinada aos interesses das nações centrais.

Essas condições históricas da fase imperialista e de continuidade da subordinação externa brasileira ofereceram o ambiente econômico, político e cultural para a eclosão e desenvolvimento de uma cultura política peculiar a classe capitalista no Brasil. Assim, além de desenvolver uma atuação política bem ao estilo das revoluções burguesas ocorridas após 1848, ou seja, essencialmente bonapartista e contra-revolucionária, a jovem burguesia brasileira formará sua cultura política num ambiente em que a subordinação externa não se transforma em empecilho para o estabelecimento de seus lucros, nem para a reprodução da acumulação capitalista no Brasil<sup>20</sup>.

No mesmo processo de desenvolvimento da economia agrário-exportadora surgem também os primeiros indícios de um movimento operário ligado principalmente as ferrovias e aos portos, pilares da economia de

---

<sup>20</sup> É sempre bom lembrar que sem ter acesso aos estudos dos teóricos marxistas sobre a especificidade da transição capitalista, presente nos conceitos de “via prussiana” ou de “revolução passiva”, Caio Prado Junior de forma seminal desenvolveu a forma particular de atuação política da burguesia brasileira. Com isso, o referido autor, permitiu o desenvolvimento de uma análise marxista que concebe como característica presente da *revolução brasileira* o seu caráter de garantir a continuidade e impedir rupturas com o passado.



exportação da época. Vale ressaltar o pavor e a truculência com que a nascente burguesia brasileira recebeu as primeiras manifestações operárias como, por exemplo, a primeira greve geral de 1917 que amparada pelas ideologias anarquistas dos imigrantes Italianos se espalhou pelo Estado de São Paulo e foi reprimida com o vigor autoritário de uma burguesia co-irmã do capital estrangeiro, nascida do escravismo e já “vacinada” contra os ideais emancipatórios da classe trabalhadora. Para Fernandes (1976) foi, assim que contrariando seus discursos nacionalistas e democráticos a burguesia brasileira mostrou suas verdadeiras entranhas, reagindo de maneira reacionária e ultraconservadora, dentro da melhor tradição do mandonismo oligárquico, principalmente quando o adversário era a nascente classe operária da década de 10 do século XX.<sup>21</sup>

Dada a estreita vinculação dos interesses da nascente burguesia industrial urbana com as oligarquias cafeeiras, a ordem social competitiva brasileira e a conseqüente dominação burguesa que surgiram desse processo praticamente repuseram sob bases modernas todos os aspectos arcaicos da economia brasileira, tais como a dependência econômica e a exclusão da participação popular em parte das riquezas nacionais. Esse processo conciliatório entre a burguesia agrário-comercial do café e a emergente burguesia industrial urbana é o desdobramento político de uma interconexão econômica que se dá em pleno processo de gênese e consolidação da industrialização retardatária no Brasil. Ou seja, entre o capital-dinheiro acumulado na lavoura do café e o capital-dinheiro destinado aos investimentos industriais existe uma relação de complementaridade. Segundo Mello (1998) foi sob as condições da economia cafeeira já assentada em relações especificamente capitalistas de produção que se teceram os pré-requisitos fundamentais ao surgimento da burguesia industrial brasileira.

Para Mello (1998) a economia cafeeira capitalista, já associada ao imperialismo mundial, cria as condições básicas ao nascimento do capital industrial e da grande indústria sob os seguintes pontos: a) gerando,

---

<sup>21</sup> Sobre o movimento operário da época, ver o trabalho de FELICI, Isabelle. "Les Italiens dans le mouvement anarchiste au Brésil, 1890-1920". Thèse de Doctorat (Nouveau doctorat) : Études italiennes, dir. Mario Fusco, co-dir. Jean-Charles Vegliante. Université de la Sorbonne nouvelle-PARIS 3 : 1994. [S.l.] : [s.n.]

previamente, uma massa de capital monetário, concentrada nas mãos de determinada classe social; b) transformando a própria força de trabalho em mercadoria com a abolição da escravatura; c) promovendo a criação de um mercado interno de relativa proporção.

Assim, o período que se estende de 1888 a 1933 marca, portanto, o momento de hegemonia do capital comercial cafeeiro e de gênese do capital industrial e do processo tardio de industrialização brasileira. Mais do que isto, segundo Mello (1998, p. 109) o intenso desenvolvimento do capital cafeeiro “gestou as condições de sua negação, ao engendrar os pré-requisitos fundamentais para a economia brasileira responder criativamente a crise de 1929”. Mas o resultado do processo de articulação orgânica entre as diversas frações da burguesia brasileira e o capital estrangeiro será uma economia híbrida na qual convivem harmoniosamente formas arcaicas e modernas, no interior de uma economia capitalista periférica e dependente, cujo desenvolvimento possível se reflete numa “descolonização mínima e numa modernização máxima”. (FERNANDES, 1976, p. 176)

Verifica-se, assim, uma imbricação quase orgânica entre as oligarquias agrárias e o moderno setor burguês industrial em ascensão. Segundo Florestan Fernandes (1976) essa equalização de interesses dos setores arcaicos e modernos da burguesia brasileira foi a primeira de muitas conciliações burguesas que tiveram como objetivo comum o aprisionamento do presente no passado através de um processo de modernização conservadora. Foi, assim, sob a hegemonia do capital comercial exportador que até o final das três primeiras décadas do século XX se fez prevalecer os interesses da grande lavoura comercial-exportadora como a fonte de riqueza de todo o país e o liberalismo econômico como ideologia dominante. Dessa forte dominação econômica e política da burguesia comercial exportadora talvez tenha nascido a primeira corrente do pensamento econômico brasileiro radicalmente baseada no liberalismo econômico. Uma ideologia que durante um longo tempo defendeu a idéia de que o Brasil era um país essencialmente agrário-exportador e o desenvolvimento brasileiro estava geneticamente associado ao avanço da economia agrícola e de exportação. Essa corrente da economia política brasileira se prolongará como hegemônica por um bom tempo no

debate nacional até que no primeiro quartel do século XX se afrontará com o industrialismo nascente.

## 2.4 – O processo de industrialização retardatária e as origens da ideologia do desenvolvimento

As condições históricas de “acumulação primitiva” desenvolvidas pela economia mercantil exportadora e a conjuntura econômica recessiva do capitalismo mundial provocadas pelo *crash* na Bolsa de Nova York em 1929 proporcionaram o ambiente ideal para o avanço do capital industrial. Assim, a partir de 1933, abre-se um novo período histórico para a classe dominante brasileira em que a acumulação capitalista nacional passa a se mover de acordo com um novo padrão. Esta fase se estende até 1955 e é chamada por João Manuel Cardoso de Mello (1998) de “industrialização restringida”. Segundo este autor no referido período pode-se constatar que a acumulação de capital passa a se assentar na expansão industrial, ou melhor, existe “um movimento endógeno de acumulação” (Mello, 1998, p. 110) em que se reproduzem conjuntamente: força de trabalho (capital variável) e parte crescente do capital constante (maquinaria). Porém, adverte o autor,

[...] a industrialização (nesta época 1933 -1945) se encontra **restringida** porque as bases técnicas e financeiras da acumulação são insuficientes para que se implante, **num golpe**, o núcleo fundamental da indústria de bens de produção, que permitiria à capacidade produtiva crescer adiante da demanda, autodeterminando o processo de desenvolvimento industrial. (MELLO, 1998, p. 110, grifos do autor)

Assim, nesta fase há um indiscutível crescimento do departamento de bens de produção. No entanto, a capacidade produtiva nos principais ramos de produção é ainda débil e insuficiente para gerar taxas de acumulação mais altas ou manter a capacidade produtiva crescendo a um ritmo contínuo.

Mas, o importante é que nesta fase o setor industrial consegue uma relativa autonomia da dependência que o atrelava, direta e indiretamente, à economia mercantil cafeeira. Uma relativa autonomia, pois, em parte, ainda se

mantinha preso a um tímido impulso industrial. Segundo Mello (1998), historicamente a indústria pesada no mundo nasceu apoiada à grande inovação representada pelas estradas de ferro e, ademais, contou, nos países atrasados, como EUA, Alemanha, Japão e Rússia, com o suporte do Estado e com o apoio do grande capital bancário nacional, que mobilizando e concentrando capitais acabou financiando o capital industrial.

No Brasil, com a “industrialização retardatária” os obstáculos a transpor seriam muito mais difíceis. Primeiro, porque o nascimento tardio da indústria pesada implica uma grande descontinuidade tecnológica quando comparada com as grandes empresas oligopolistas dos países avançados. Segundo, porque no Brasil dos anos 30 ainda não havia se reunido um ambiente adequado para o desenvolvimento de um grande capital bancário nacional que pudesse concentrar e centralizar em suas mãos grandes somas de dinheiro, e com isso, fundir-se ao capital industrial e configurar aquilo que Rudolph Hilferding nomeou de “capital financeiro” com o objetivo de investir na indústria pesada. E Terceiro, porque a conjuntura mundial da época não possibilitava que o já formado capital financeiro internacional investisse pesado nas indústrias brasileiras. (MELLO, 1998)

Com isso, o capital industrial nessa época apesar do impulso renovador ainda verá seus investimentos advindos do capital monetário acumulado anteriormente pela exportação cafeeira. Como ressalta Mello (1998, p. 143), “a burguesia cafeeira não teria podido deixar de ser a matriz social da burguesia industrial, porque única classe dotada de capacidade de acumulação suficiente para promover o surgimento da grande indústria”. Portanto, no Brasil, entre avanços e retrocessos, modernizações e arcaísmos, rupturas e continuidades a década de trinta irá permitir a reprodução da conjunção histórica entre o capital estrangeiro, o capital comercial exportador e o capital industrial.

Essas determinações econômicas formam a base material sob a qual se ergueram, no plano político, mediações que permitiram a continuidade de uma conciliação fundamental entre as frações da burguesia brasileira e também internacional. Claro que com o impulso industrial da década de 30 surgem conflitos, dissensões e desacordos entre a burguesia comercial agrária exportadora e a burguesia industrial. Mas em seu conjunto, ambas essas

frações burguesas formarão um sólido bloco de interesses convergentes que patrocinarão uma verdadeira “modernização conservadora” (FERNANDES, 1976) no Brasil.

Com a situação do capitalismo mundial na década de 30 a burguesia agrário-exportadora percebeu que aos poucos a base material sob a qual manteve por longo período seu domínio político esvaía-se. Para fortalecer-se o contrato entre as frações burguesas teria que necessariamente renovar-se, recompondo o padrão de dominação política em novas e modernas bases industriais. Tal qual o príncipe de Salina, a oligarquia cafeeira percebeu que diante do avanço e da modernização da indústria brasileira teria que mudar para que tudo permanecesse como estava. Portanto, segundo Florestan Fernandes (1976), os conflitos que surgiram nos anos 30, a partir de setores radicais da classe média (dos quais o movimento dos tenentes é uma forte expressão) e a partir de setores da grande burguesia (tanto industrial como também agrário exportadora) insatisfeitos com a direção do Estado nos rumos da economia, se, por um lado, puseram em xeque o poder político da “velha oligarquia”, por outro lado, deram a oportunidade para o surgimento de uma nova conciliação entre as frações burguesas dominantes.

É neste choque de interesses conflituosos mas nunca antagônicos que repousa o que Fernandes (1976, p. 209) nomeia de “consolidação conservadora da dominação burguesa no Brasil”.

Foi graças a ela (a crise política que deu origem a revolução de 30 - CHM) que a oligarquia – como e enquanto oligarquia “tradicional” (ou agrária) e como oligarquia “moderna” (ou dos altos negócios, comerciais-financeiros mas também industriais) – logrou a possibilidade de plasmar a mentalidade burguesa e, mais ainda, de determinar o próprio padrão de dominação burguesa. (Idem)

De acordo com Florestan, foi cedendo espaço político para os “radicais”, “nacionalistas” e “democratas” dos setores intermediários que a grande burguesia brasileira conseguiu renovar sua dominação política. É assim, que depois de sua aparente destituição, pela revolução da Aliança Liberal em 1930, o “velho” pacto oligárquico entre burguesia comercial exportadora e burguesia industrial ressurgiu travestido com as roupas da moderna industrialização.

Estavam, assim, preparadas as condições econômicas e políticas de um “18 de Brumário tupiniquim”, pelo qual as forças oligárquicas aparentemente destituídas do poder pela revolução da aliança liberal, posteriormente ressurgem vigorosamente sob o Estado Novo e o governo de Eurico Gaspar Dutra. Se para Marx, no caso francês, a história só se repetia duas vezes: a primeira como tragédia e a segunda como farsa. No Brasil, dadas as condições de desenvolvimento econômico e político do “capitalismo periférico”, a história da burguesia brasileira foi uma sucessiva repetição de “farsas revolucionárias” com o intuito de manter a trágica subordinação do país ao imperialismo através de uma ação política continuamente contra-revolucionária.

Diferentemente das teses do PCB, que via na oligarquia cafeeira a existência de uma classe “semi-feudal”, a história mostrou que as relações no campo brasileiro sempre foram eminentemente capitalistas e que a “velha” oligarquia defensora do imperialismo é na verdade representante do moderno setor agrário comercial da burguesia brasileira. Por sua vez o mito da heróica “burguesia nacional” esfacela-se. Para Caio Prado Jr (1978), nem mesmo as iniciativas estrangeiras do imperialismo em seu apogeu – essenciais para o desenvolvimento industrial intensivo – introduziram, como em outros lugares, um fator desagregador e capaz de gerar antagonismos de relevo e posições irredutíveis entre os setores comercial e industrial da burguesia. Segundo o autor, embora a burguesia brasileira e seus representantes possam individualmente entrar em conflitos ou ressentimentos esporádicos em relação aos empreendimentos estrangeiros, não se verificam em setores da burguesia brasileira um conteúdo de oposição radical e possibilidades de ruptura com o imperialismo e o latifúndio.

Em suma, os interesses de classe dos diversos setores da burguesia brasileira sempre convergiram historicamente com os interesses do imperialismo. Na posição de Caio Prado Jr. (1987) a chamada “burguesia nacional”, como força antiimperialista e progressista não tem realidade no Brasil e não passa de mais um mito criado para justificar teorias preconcebidas ou, quando não, para angariar o apoio das massas populares a um igualmente mítico “capitalismo progressista”.

É com esse espírito que se forja as determinações para a transição ao “Brasil moderno”. Através de uma conciliação conflituosa que impunha a hegemonia do capital agrário-exportador sobre as diversas frações da burguesia. Por sua vez, o Estado brasileiro em nome da ordem, do progresso e da acumulação gradativamente patrocinará no período de 1933-1955 um esforço para uma lenta, segura e gradual modernização industrial no Brasil. Segundo o Ianni (1979) depois da *revolução de 1930* abriram-se as primeiras condições para a conciliação dos interesses burgueses em torno da industrialização e do desenvolvimento de um Estado Burguês, com um sistema que engloba instituições políticas e econômicas, bem como padrões e valores sociais e culturais de tipo propriamente capitalista industrial.

Entre 1932 e 1939, a produção industrial cresceu em média 10% ao ano, contra menos de 10% da produção agrícola. Segundo o pesquisador Ricardo Bielschowsky (1995) a comparação dos dados censitários de 1920 e 1940 dá uma boa medida da transformação na estrutura econômica do Brasil: a partir dessa época, o valor do produto industrial passa de um quinto do total do valor de produção conjunto da agricultura e da indústria a mais de dois quintos desse valor. Este rápido avanço da produção só foi possível através de um Estado forte que garantisse, por um lado, uma forte proteção contra as importações concorrentes e um investimento massivo na iniciativa privada e, por outro lado, impedisse por meio da repressão sistemática o fortalecimento do poder de barganha dos trabalhadores que já surgiam no cenário nacional como uma força política organizada.

De olho nas encruzilhadas que a industrialização abria para o desenvolvimento capitalista no Brasil com o perigoso avanço do movimento operário – pense-se por exemplo o impacto da intentona comunista de 1935 – as várias frações da burguesia brasileira preferiram o caminho conciliatório que plasmou uma readequação do “pacto neocolonial” garantindo uma via lenta, gradual e segura para a industrialização retardatária no Brasil<sup>22</sup>. Assim, diante do pavor de ver reproduzido aqui as condições históricas que possibilitaram a

---

<sup>22</sup> A força unificadora dos setores burgueses diante do avanço dos movimentos revolucionários no Brasil foi tão forte que até mesmo o progressista e democrata líder empresarial Roberto Simonsen foi acusado pelo jornal “A Manhã”, da Aliança Nacional Libertadora – ALN, de pressionar Vargas para reprimir esta organização.

classe operária o “assalto ao céu” de 1848 ou ainda a revolução bolchevique de 1917 as várias frações da burguesia brasileira identificaram seu inimigo comum e perceberam que para garantir seu domínio deveriam assumir não só a condução econômica mas também a direção política e ideológica do processo de modernização.

Assim, o que existiu foi um “pacto conflituoso” das frações burguesas em torno da modernização que gerou grandes debates entre os liberais, que ainda defendiam a idéia de um “país essencialmente agrícola” e os primeiros *desenvolvimentistas* que defendiam a intervenção Estatal como alavanca da industrialização brasileira. A partir da década de 40 o caloroso debate entre essas duas correntes da burguesia brasileira foi tão acirrado que aparentou um verdadeiro antagonismo entre uma oligarquia arcaica e uma burguesia moderna. Um exemplo dos instigados conflitos entre essas duas posições burguesas foram os acirrados debates ocorridos no Primeiro Congresso Brasileiro de Economia, em 1943, entre Roberto Simonsen (líder industrial) e Eugênio Gudin (economista liberal).

#### *2.4.1 - Roberto Simonsen – intelectual orgânico da burguesia e o primeiro ideólogo do desenvolvimento*

O economista Eugênio Gudin, ao lado de Otávio Bulhões, lideravam o que se pode chamar de primeiro escalão do pensamento econômico liberal da época. Essa corrente nitidamente ancorada na fração agrário-exportadora da burguesia comercial defendia facilidades para a exportação de produtos primários, controle monetário da inflação e a liberalização total da economia como o caminho para o país inserir-se na economia internacional capitalista. Por isso, os liberais brasileiros se confrontavam acirradamente com as propostas protecionistas e que queriam controlar através de taxações e impostos as atividades estrangeiras no país. Em suma para eles o principal instrumento de desenvolvimento é a livre movimentação das forças de mercado.

Na contramão do pensamento liberal desponta, ainda na década de 40, o primeiro grande ideólogo da industrialização e do desenvolvimento do Brasil.



O engenheiro, empresário e economista Roberto Simonsen insere-se no debate sobre os rumos políticos do país através dos postos de comando que ocupou nas principais entidades representativas do empresariado industrial. Segundo Bielschowsky (1995), foi vice-presidente do Centro Industrial de São Paulo, logo após sua inauguração, em 1928. Foi presidente, em 1935 e 1936, da Confederação Industrial do Brasil (transformada, posteriormente na Confederação Nacional da Indústria – CNI) e presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, entre 1937 e 1945. Foi também deputado “classista” na Assembléia Constituinte de 1934 e, eleito senador pelo PSD em 1945, participando também da constituinte de 1946. A partir de sua posição privilegiada e pelos embates que enfrentou com os liberais Simonsen foi levado a aprimorar sua defesa pela industrialização. Ao sabor das disputas políticas que enfrentava desenvolveu uma militância política e intelectual que correspondeu a um verdadeiro papel de intelectual orgânico ou ideólogo da industrialização brasileira.

Nas palavras do autor,

Em toda a parte as indústrias são consideradas padrão de adiantamento de um povo. Os núcleos devotados a pesquisas industriais são verdadeiros centros de elaboração mental, centros de permuta de idéias, centros de irradiação de inteligência e de progresso. As indústrias são grandes cooperadoras da formação das elites. [...] São incontestáveis os benefícios carreados ao alargamento da inteligência do homem, à sua capacidade produtora, ao aumento da sua cultura, pelas descobertas no campo físico-químico e pelas máquinas frutos de primordiais das invenções. [...] A competição industrial exalta a inteligência do homem estimulando-o a novas pesquisas, a novos estudos, a novas descobertas, na ânsia incessante de desbravar os campos infinitos da ciência. A máquina, aumentando sua produtividade, afasta-o do trabalho manual e embrutecedor, aguça-lhe a inteligência, permite a elevação do nível dos salários, a redução das horas de trabalho, favorece as possibilidades de instrução proletária, melhora enfim a sorte da humanidade! (SIMONSEN, 1973, p. 54).

Na disputa com o pensamento liberal criou um verdadeiro aparato ideológico fundando entidades de pesquisas e estudos em vários organismos empresariais. Na FIESP, por exemplo, criou departamentos econômicos e na

CNI instituiu um conselho econômico para debater as questões sobre os rumos da economia brasileira. Como afirma Bielschowsky (1995, p. 82),

Foi o principal líder desenvolvimentista presente no I Seminário Brasileiro de Economia, em 1943, e organizou a I Conferência Nacional da Indústria, em 1944, ocasião que utilizou para pregar a idéia da formação de uma Junta Nacional de Planificação do CNPIC. Foi também uma das grandes lideranças empresariais na I Conferência Brasileira de Classes Produtoras, realizada em Teresópolis, em 1945, e um dos criadores da Escola Livre de Sociologia e Política em São Paulo, em 1933, onde como professor da cadeira de história econômica brasileira, foi levado a elaborar a *História Econômica do Brasil (1500-1820)*, publicado pela Cia. Editorial Nacional.

Simonsen teve uma grande importância principalmente pelo legado ideológico que conseguiu erguer numa época dominada pelas soluções liberais. Seu pensamento ganhará destaque pela defesa contundente do desenvolvimento industrial como ponte para o Brasil ultrapassar suas debilidades econômicas e sociais. Toda a intensa participação de Roberto Simonsen tinha como finalidade o desenvolvimento da indústria nacional. Este desenvolvimento, em sua concepção, apenas seria possível através de políticas contundentes do Estado no planejamento da economia brasileira. Para atingir tal objetivo, o líder industrial desfralda pela primeira vez a bandeira do protecionismo como proposta de política econômica. Em seus estudos Simonsen encontrou na História Econômica das nações desenvolvidas o argumento de sua defesa para o protecionismo nacional. Dentre os exemplos explícitos da Inglaterra, dos Estados Unidos, dentre outros, Simonsen recolheu várias influências teóricas para a sua argumentação, tais como: Friedrich List e Mihail Manoilescu, que defenderam a política protecionismo para o desenvolvimento de uma nação industrializada e soberana. (Bielschowsky, 1995).

A sua obra apesar de ainda não possuir uma teoria sobre o desenvolvimento do Brasil, fato compreensível para a realidade do país na década de 30 e 40, contém os elementos primordiais para a construção de um ideário desenvolvimentista que posteriormente seria apresentado para a sociedade brasileira como o caminho para a solução de todos os problemas da

nação. Apesar de não ter como objetivo apresentar a obra de Simonsen em toda a sua complexidade, nos limitaremos aqui indicar os principais elementos que dão unidade e força as idéias do primeiro intelectual que organizou as dispersas promessas burguesas transformando-as em uma ideologia da modernização brasileira.

O primeiro elemento a destacar na ideologia do desenvolvimento de Roberto Simonsen é que, para ele, a industrialização intensiva seria a forma de superar a pobreza brasileira. Simonsen vê no caminho da industrialização a oportunidade histórica para uma suposta “redenção do povo brasileiro” e dos “problemas sociais” que atingiam o país<sup>23</sup>.

Querer negar que o desenvolvimento e a consolidação do parque industrial brasileiro concorrem para o aumento da riqueza, prestígio, poder e formação de nossa própria raça, é desconhecer os mais mezinhos princípios da política econômica e social. A grande indústria, por toda a parte do mundo em que se instala, traz como corolário a melhoria dos salários, obarateamento relativo do produto, o enriquecimento social e o aumento da capacidade do consumo. (SIMONSEN, 1973, p. 57).

No imediato pós segunda guerra mundial, Simonsen (1973) atacou de frente o Plano Marshall americano que no seu entender atingia de maneira nociva as economias latino-americanas. Por essas e outras atitudes dos países centrais o líder industrial defendia que o sucesso da industrialização brasileira

---

<sup>23</sup> Foi também, Simonsen, o responsável pela criação do SESI, Serviço Social da Indústria, que se consolidou em 26 de junho de 1946, em São Paulo. Segundo Simonsen, o objetivo da instituição era efetivar o ideal máximo do patronato brasileiro, sem ônus algum para o poder público. O ideal máximo do patronato industrial brasileiro era forjar, com compreensão, boa vontade e cooperação recíprocas entre patrões e operários, o clima da Paz Social, para que se pudesse promover a elevação substancial do padrão de vida das populações. Contudo, antes da fundação do SESI, em 1942 foi fundado o SENAI, Serviço Nacional de Aprendizado Industrial, também idealizado por Simonsen e acatado pelo presidente Getúlio Vargas, através dos decretos 4.048 de 22 de junho de 1942, 4.471 e 10.009, de 16 de julho de 1942. As inovações no modo de produção, com a introdução de novas técnicas, e a industrialização brasileira durante o período, exigiam um trabalhador mais qualificado e um dos objetivos do SENAI era justamente qualificar esses operários, principalmente para elevar o padrão de vida nacional, preocupação constante de nosso autor. No dia de sua inauguração, Roberto Simonsen já explicitava o papel do SENAI: “visa prestar imediato serviço às nossas atividades procurando ajustar a mão-de-obra existente aos empreendimentos onde ela poderá ser mais eficientemente aplicada”. (SIMONSEN, 1973). Isto é tem como objetivo atender as exigências de qualificação do operariado pelas indústrias brasileiras. Após a criação do SENAI e do SESI, têm-se as criações do SENAC, Serviço Nacional do Comércio e do SESC, Serviço Social do Comércio, ambos ligados ao setor comercial.

dependia de um forte apoio do Estado, pois os mecanismos do mercado deixados a sua própria sorte seriam insuficientes para promover a industrialização intensiva do país.

No atual estágio da civilização e da política internacional não se pode conceber a idéia de nação sem a do protecionismo. [...] o livre câmbio reduz a liberdade de escambo entre as nações, com o conseqüente predomínio das mais fortes, muitas vezes, em detrimento dos interesses e do padrão de vida das menos aparelhadas. O protecionismo cerceia de alguma forma e por algum tempo a permuta entre as nações, mas traduz uma grande liberdade de produção dentro das fronteiras do país que o adota. De fato, nos países que abraçam o protecionismo, qualquer cidadão pode montar a indústria que entender, desde que repouse sem sadio fundamento, certo que está livre do esmagamento proveniente dos *Dumpings* ou manobras de poderosos concorrentes estrangeiros. (SIMONSEN, apud BIELSCHOWSKY, 1995).

Para Simonsen (1973), a planificação da economia possuía um sentido de construção da nacionalidade brasileira. Seu objetivo seria a promoção da industrialização intensiva, condição fundamental para o Brasil se tornar um país desenvolvido. Segundo Simonsen (1977, p. 33) “Impõe-se, assim, a planificação da economia brasileira em moldes capazes de proporcionar os meios adequados para satisfazer as necessidades essenciais da indústria e de nossas populações”. Talvez esta defesa do planejamento econômico tenha sido a sua grande herança para os desenvolvimentistas da década de 50.

Mas um aspecto chama a atenção no pensamento do autor: apesar de defender com um furor arraigado o protecionismo e o apoio governamental à indústria Simonsen não deixou de incluir em seu projeto de desenvolvimento a agricultura como setor importante da economia. Essa preocupação com os interesses agrícolas se ligava à estratégia de Simonsen (1973) de não excluir do processo um setor com forte poder político e econômico. Assim, muitas vezes Simonsen foi levado a esclarecer as posições em torno das conseqüências do protecionismo estatal para as exportações agrícolas. Exaltando muitas vezes o setor exportador e prevendo que o grau de

intervenção estatal deve ser pactuado com os diversos setores da economia brasileira.

O grau de intervencionismo do Estado deveria ser estudado com as várias entidades de classe para que, dentro do preceito constitucional, fosse utilizada, no máximo, a iniciativa privada e não se prejudicassem as atividades já em funcionamento no país, com a instalação de novas iniciativas concorrentes. (SIMONSEN, 1977, p. 36)

O trecho acima mostra como as propostas de Roberto Simonsen não antagonizavam com os interesses agrário-exportadores da época mas apenas tentavam desenvolver um projeto de nação no qual o setor industrial assumisse uma clara hegemonia na direção do processo de modernização brasileira.

Em uma época que o pensamento liberal, liderado por Otávio Bulhões e Eugênio Gudim, ainda era hegemônico entre os círculos empresariais brasileiros, Simonsen se apresentou como o primeiro intelectual orgânico da burguesia industrial que se propôs a organizar a cultura política burguesa através de um claro projeto de modernização para o país. Ao levar as propostas de desenvolvimento para o centro do debate econômico brasileiro Roberto Simonsen foi o primeiro grande ideólogo do desenvolvimento no Brasil influenciando várias gerações de industriais, políticos e economistas brasileiros. Com seu espírito inovador e de grande convicção intelectual e política Roberto Simonsen ajudou a forjar as primeiras promessas de um Brasil moderno, industrializado e desenvolvido rivalizando, mas nunca antagonizando, com o pensamento liberal da economia agrário-exportadora.

Torna-se importante compreender que a industrialização e a modernização do país não trouxeram apenas os conflitos ideológicos entre as diversas frações da burguesia brasileira. Com o avanço das reivindicações operárias, originaram-se também as condições políticas que possibilitaram à burguesia encontrar a solução material para esses conflitos. Como diz Marx: uma classe social nunca se propõe problemas que não pode resolver. Com isso, os conflitos entre os setores burgueses sobre os rumos da economia brasileira resolveram-se através da gradativa construção de um quadro ideológico comum.

Os setores da classe dominante brasileira já sabiam que para tornarem-se uma classe dirigente numa moderna economia capitalista era necessário desenvolver e socializar uma concepção de mundo que permitisse tanto a fusão dos interesses conflitantes entre as diversas frações burguesas, como, também, a adesão das outras classes ao seu projeto de “modernização conservadora”. Impunha-se como condição para a classe burguesa dirigir o nascente processo de industrialização através da universalização de seu projeto particular com as demais classes. Em outras palavras, criar um aparato ideopolítico permitindo a construção de uma ideologia que apontasse um caminho comum e universal para o estabelecimento das necessidades de toda a nação. Era necessário socializar um projeto burguês que ao oferecer a promessa de um futuro de desenvolvimento e progresso para o país indicasse as escolhas que deveriam ser feitas por todos em nome dos velados interesses particulares da burguesia brasileira.

A concepção de mundo responsável em amalgamar os conflitos das frações burguesas e socializar o projeto burguês de modernização do país foi a *ideologia do desenvolvimento*. Essa ideologia, como qualquer outra, será a grande responsável em dominar o debate nacional sobre as escolhas na economia e na política, garantindo que as alternativas sobre os rumos da nação permanecessem no interior do variado quadro ideológico burguês da “modernização conservadora”. Com a luta política e ideológica pioneira de Roberto Simonsen a ideologia do desenvolvimento começa a ganhar espaço entre as lideranças políticas e empresariais brasileiras. Bielschowsky (1995) identifica quatro elementos principais que passam a caracterizar o quadro ideológico burguês no processo de transição dos anos 40 aos anos 50:

- a) Gera-se a consciência comum de que é necessário e viável implantar no país um setor industrial integrado, capaz de produzir internamente os insumos e bens de capital necessários à produção industrial;

- b) Cria-se a consciência da necessidade de instituir mecanismos de centralização de recursos financeiros capazes de viabilizar a acumulação industrial. Nas palavras do autor,

[...] Das discussões relativas à viabilidade de investimentos de grande porte na indústria pesada, como em siderurgia ou refinação de petróleo, foram momentos básicos desse processo. Além disso, foram freqüentes as reivindicações e propostas de indústrias no sentido de criar bancos dedicados ao financiamento da expansão de capital fixo na indústria. Também se discutia, em órgãos como o Conselho Federal do Comércio Exterior e o Conselho Técnico de Economia e Finanças, a possibilidade de criar novos impostos para a formação de capital de tais bancos, bem como a possibilidade de aplicar fundos de órgãos da previdência social em novos empreendimentos industriais. (BIELSCHOWSKY, 1995, p. 251).

- c) Nessa época a idéia de intervenção governamental em apoio à iniciativa privada deixa de ser manifestação isolada de alguns industriais e ganha maior legitimação entre as elites empresariais e técnicas do país. Ou seja, como afirma autor:

[...] a idéia de planejamento começa a se impor como imperativo, diante do quadro de desordem, imposto pela crise internacional, e da debilidade da estrutura econômica do país [...] o reconhecimento dessa debilidade é tão amplo que mesmo a derrubada do regime orquestrado por Vargas seria insuficiente para desfazer a consciência de que cabe ao Estado orientar a economia, no sentido de dar-lhe maior racionalidade e assegurar-lhe a expansão. (BIELSCHOWSKY, 1995, p. 251).

É importante destacar que segundo Bielschowsky (1995) manifestações favoráveis ao planejamento em apoio ao desenvolvimento da iniciativa privada não constam apenas na Constituição autoritária de 1937. São encontrados, também, nas Constituições de 1934 e de 1946.

- d) O nacionalismo econômico, até então uma bandeira das classes médias brasileiras, ganha uma nova dimensão e contorno plasmando-se no substrato necessário para a defesa de um Estado que vá além do planejamento e inclua também na sua intervenção investimentos diretos em setores estratégicos da

economia como: transportes, mineração, energia e indústria de base. (BIELSCHOWSKY, 1995)

A construção desse quadro ideológico emergente, baseado numa *ideologia do desenvolvimento*, não necessariamente criou um bloco burguês único e invariável. Pelo contrário, criou, na verdade, um espaço de debates e disputas comuns no interior do pensamento burguês que possibilitou a construção de disputas teóricas e ideológicas entre as várias frações da burguesia brasileira, mas com o devido cuidado de não possibilitar o aparecimento de fissuras ou antagonismos críticos que quebrassem a unidade política do projeto burguês de modernização. Foi assim, que a burguesia brasileira construiu a sua unidade, ou seja, a sua fusão político e ideológica, através de uma ideologia comum mas não necessariamente unitária, sem conflitos ou disputas.

Com extrema astúcia a classe burguesa conseguiu reproduzir no plano ideológico o caráter de não-ruptura com o passado presente na dinâmica capitalista brasileira. Com o intuito de abarcar todas as frações burguesas “arcaicas” e “modernas” num só “bloco histórico” é que irá construir a ideologia do desenvolvimento. Assim como a república é a forma de governo tipicamente burguesa, pois proporciona através da democracia parlamentar o assento no poder das várias frações da burguesia, o chamado *desenvolvimentismo* será, durante um longo tempo, o ciclo ideológico no qual a burguesia brasileira reunirá as condições políticas para universalizar suas promessas e conduzir o projeto de modernização através de uma “contra-revolução burguesa permanente”. (IANNI, 1984, p. 11).

Mas apesar da ideologia do desenvolvimento se originar ainda nas décadas de 30 e 40, os setores da burguesia agro-exportadora ainda permaneceriam por mais uma década hegemônicos a direção política e econômica e dificultando o planejamento estatal necessário para o desenvolvimento industrial do Brasil. Assim, o grande impulso ao debate e a conciliação dos interesses burgueses em torno das promessas desenvolvimentistas só terá espaço em meados da década de 50. Nessa época os diversos setores burgueses encontrarão as condições históricas



necessárias para que se desatem os nós econômicos e políticos para que se desenvolva plenamente uma grande conciliação em torno de um ciclo ideológico do desenvolvimento no Brasil.

## **2.5 – A fase de industrialização intensiva e a maturidade da ideologia do desenvolvimento**

Como vimos, segundo João Cardoso de Mello (1998) a “industrialização restrita” das décadas de 30 e 40 configurou no Brasil um “padrão horizontal” de acumulação, pois não houve nesse período nem um aumento significativo da capacidade produtiva diante da demanda, nem grandes saltos tecnológicos. Nessas condições o debate desenvolvimentista, inaugurado por Roberto Simonsen, nos anos 40, que defendia na planificação e intervenção do Estado a possibilidade para o impulso industrial permanecia isolado diante da força política e econômica dos setores agrário-exportadores e do imperialismo mundial.

Porém, os primeiros anos da década de 50, do século XX, marcam uma profunda inflexão na correlação de forças políticas entre os principais setores burgueses. Após o fracassado governo de Eurico Gaspar Dutra (1946 – 1951) – que encerrou seu mandato profundamente desgastado por crises econômicas – ao desencadear-se a campanha pela sucessão presidencial, o setor industrial burguês de posse de um projeto ideológico claro para o país, e em condições democráticas muito precárias<sup>24</sup>, alcança uma vitória eleitoral significativa com a eleição de Getúlio Vargas. O antigo ditador do *Estado Novo* voltaria ao poder pelo voto num acontecimento que nos permite medir o grau de fortalecimento político e ideológico atingido pela fração da burguesia industrial.

O segundo governo Vargas será caracterizado pelo extraordinário esforço para enquadrar o desenvolvimento da burguesia industrial brasileira em termos de conciliação com o imperialismo e a burguesia agro-exportadora. De

---

<sup>24</sup> Lembramos que na época o registro do Partido Comunista Brasileiro – PCB foi caçado jogando um importante setor político na ilegalidade.

acordo com as análises da época suas possibilidades para costurar tal acordo seriam amplas, no entanto, no terreno concreto a história mostrou a estreiteza de tal acordo na época. A política de conciliação de Vargas se especificaria em medidas governamentais que ora defendiam os interesses nacionais de industrialização ora lutava por manter os interesses do capital internacional e da burguesia agro-exportadora. Segundo Sodré (1976, p. 316), o governo Vargas,

Começa por abolir as operações vinculadas ao câmbio, adotando a obrigatoriedade do pagamento dos fretes de importação em cruzeiros, o monopólio da importação de borracha pelo Banco de crédito da Amazônia, a volta ao regime de controle do retorno e das remessas de lucros do capital estrangeiro. Mas, em 1953, cede à criação do mercado livre de câmbio e, embora, tenha instituído o leilão de divisas que substitui a CEXIM pela CACEX. A instrução 70 era uma forma de atender aos interesses nacionais enquanto a CACEX operaria em favor do imperialismo.

Essa política de concessões possibilita que no governo Vargas a economia exportadora alcançasse grande fase de expansão. No entanto, os altos índices de expansão da exportação quando comprados com os índices de importação apresentavam uma deterioração na balança comercial que se aproximava rápido. Segundo Sodré (1976) isso mostrava que já no governo de Getúlio Vargas o quadro da economia internacional e nacional estava rapidamente mudando. A nova relação que se estabelecia com o crescimento da pressão imperialista do pós-segunda guerra não só operava pelo antigo processo de deterioração das relações de troca de mercadorias, mas também pela redução da importância do café no conjunto do valor da produção agrícola mundial. A essa relação acrescenta-se outra, a que apresenta uma queda no valor do café em confronto com a Renda Interna. Assim, os dados econômicos de meados dos anos 50 apresentam uma profunda alteração na economia brasileira. Segundo Sodré (1976, p. 318) “a economia de mercado interno brasileira estava sobrepujando rapidamente a economia de exportação”.

Ainda de acordo com Sodré (1976) essa nova configuração da economia brasileira rebatia numa mudança de estratégia do imperialismo: para continuar a sua ação e para aumentar a sua renda não lhe era suficiente mais operar

apenas pela via comercial da exportação (sugando recursos através da deterioração da balança comercial brasileira). A condição para que o imperialismo renovasse sua dominação neocolonial no Brasil seria instalar-se ampla e profundamente na economia de mercado interno brasileira.

Com isso, impossibilitado de auferir superlucros através da articulação com a burguesia agro-exportadora o imperialismo passa a costurar, em meados da década de 50, uma aliança de grandes investimentos com o capital industrial brasileiro. Foi nessa mesma dinâmica que a antiga atitude negativa do imperialismo face à industrialização, que se configurava na necessidade de ratificar a tese do “país essencialmente agrícola” seria substituída gradativamente por outra estratégia de subordinação. A partir dessa nova configuração, o imperialismo passa a introduzir nos países periféricos conjuntos industriais inteiros, que entrariam no país para dinamizar a industrialização intensiva, beneficiando-se inclusive da legislação da época que reservava o mercado interno à indústria nacional, mas concebia como “indústria brasileira” aquela que era apenas instalada no país e não formada exclusivamente por capitais nacionais. (SODRÉ, 1976).

Mas diferentemente de Sodré (1976) que vê o investimento do capitalismo financeiro internacional no parque industrial brasileiro como núcleo dos antagonismos entre o capital estrangeiro e a chamada “burguesia nacional” preferimos pensar que radica exatamente nessa articula o o núcleo fundamental que possibilitará a burguesia brasileira desenvolver em meados da década de 50 uma industrializa o intensiva através da concilia o entre os negócios do setor burguês industrial com os interesses imperialistas estrangeiros. Nessa dinâmica   que a industrializa o intensiva se dará sem romper com os velhos traços de extrema desigualdade interna e de subordina o externa historicamente existente no país.

Assim   que o imperialismo irá forçar ao máximo o governo de Getúlio Vargas para aceitar que projetos do Estado brasileiro, como a Eletrobrás e a Companhia Siderúrgica Nacional, passassem a ter investimentos estrangeiros. Foi nesse mesmo sentido que entre outras concessões o governo aceitou a prolifera o de sociedades mistas com a participa o de empresas privadas no projeto da Eletrobrás. Com isso, o governo Getúlio Vargas prosseguiu numa

dinâmica que oscilava entre ceder e resistir à entrada dos investimentos imperialistas que acabou por levar o presidente à tragédia final de seu suicídio em Agosto de 1954.

Assim, sob a moderna articulação entre os setores burgueses brasileiros e o imperialismo, é que se inaugura a fase histórica em que Juscelino Kubitschek assume a presidência do Brasil. Foi dessa forma que a burguesia industrial assumiu gradativamente a condução do processo de modernização capitalista sem necessariamente excluir a “velha” burguesia comercial e a subordinação ao imperialismo do amplo projeto burguês de desenvolvimento da nação. É por essas conciliações históricas dos setores burgueses que muitas vezes o processo de industrialização será conduzido por frações burguesas radicalmente contrárias a intervenção do Estado na economia. Como é o caso irônico de ter sido Roberto Campos, economista liberal por quem Eugênio Gudin nutria uma grande admiração, quem formulou e executou o Plano de Metas, base de toda a política de implantação da indústria pesada no Brasil. (BIELSCHOWSKY, 1995)

O governo JK inaugura uma fase de intenso investimento estrangeiro na indústria nacional. Segundo João Manuel Cardoso (1998), a implantação de um bloco de investimentos internacionais na economia brasileira a partir de 1956 correspondeu a uma onda de inovações que levou o Brasil a uma nova fase de industrialização. De um lado, a estrutura produtiva brasileira (de bens de produção) passa por profundas alterações, verificando-se um grande “salto tecnológico”. De outro, a capacidade produtiva (de bens de consumo) se amplia muito a frente da demanda existente no país. Essas características delineiam a partir desse período um nítido processo de industrialização intensiva no Brasil. Como explica Mello (1998, p. 117).

Na linguagem do esquema tridepartamental de reprodução, a instalação autônoma (isto é, não induzida pela demanda) de setores de ponta de departamento de bens de produção ( $D^1$ ) e do setor pesado do departamento de bens de consumo capitalistas ( $D^3$ ), acompanhada e amparada pelo investimento público (energia, transportes, etc...), gerava demanda dentro da própria fração já existente do departamento de bens de produção, operando-se mecanismos de reforço e de

retroalimentação, na medida em que o progresso avançava. As indústrias integrantes do departamento de bens de consumo para assalariados foram levadas literalmente a reboque do crescimento rápido dos departamentos I e III.

Essa conjunção de fatores, somadas a um determinado grau de desenvolvimento da indústria brasileira, alcançada no período de industrialização restrita, ofereceram as condições necessárias para um salto de qualidade no desenvolvimento e modernização do parque industrial brasileiro. Porém, como aponta Mello (1998) é certo também que não se dispunham no Brasil dos instrumentos para que a industrialização pesada surgisse como mero desdobramento do capital nacional e estrangeiro empregado nas indústrias leves; nem, muito menos, a economia brasileira dispunha ainda de uma capacidade de concentração e centralização de capitais indispensáveis à mobilização de recursos internos e externos para o bloco de investimentos financeiros pesados exigidos.

Portanto, a expansão da indústria pesada no Brasil só poderá existir de fato com o apoio do Estado brasileiro e do novo capital financeiro internacional que se transfere para o setor produtivo nacional. Com isso, a ampliação do gasto público em conjunto com a liberação da entrada de capitais estrangeiros impulsionaram as alavancas da indústria pesada. Segundo Mello (1998, p. 118).

A ação do Estado foi decisiva, em primeiro lugar, porque se mostrou capaz de investir maciçamente em infra-estrutura e nas indústrias de base sob sua responsabilidade, o que estimulou o investimento privado não só por lhe oferecer economias externas baratas, mas também, por lhe gerar demanda. [...] Coube-lhe, ademais, uma tarefa essencial: estabelecer as bases da associação com a grande empresa oligopólica estrangeira, definindo, claramente, um esquema de acumulação e lhe concedendo generosos favores.

Para Mello (1998) com o governo JK, a empresa oligopólica estrangeira predominantemente européia investiu pesado no Brasil. Dessa forma o capital monopolista internacional resolvia, simultaneamente, dois graves problemas: a

sua estreita capacidade para importar e a dificuldade de mobilização e concentração de capital. Para o autor, a presença da grande empresa oligopólica no Brasil dos anos 50 se explica não só pelas excelentes oportunidades de extração de *superlucros*, mas também pela própria dinâmica de competição internacional entre os países imperialistas, cujo objetivo final consistiu na conglomeração financeira e na expansão monopolista em escala mundial.

Assim os investimentos do Estado brasileiro e da empresa oligopólica internacional conduziram o processo de industrialização pesada no Brasil. Mas isso não se deve a uma suposta fraqueza da burguesia industrial brasileira, ou advém de um golpe perpetrado pelo imperialismo e pelo Estado patrimonialista contra uma “burguesia nacional”. Os altos investimentos do período são frutos de uma conciliação que por um lado, proporcionou uma profunda solidariedade entre os setores burgueses no interior do aparelho estatal brasileiro, e por outro, uma articulação subordinada das empresas industriais implantadas no Brasil com o capital internacional.

Essa dupla linha de financiadores formada pelo Estado brasileiro e pelo capital financeiro internacional que garantiu o bloco de investimentos para o incremento industrial no Brasil já vinha sendo costurada desde o governo Vargas com a consolidação da Comissão Mista Brasil – EUA e a fundação do Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDE. Segundo Mello (1998) o saldo dessa articulação econômica e política será uma verdadeira “onda de inovações” schumpeteriana que conduzirá o Brasil aos mais elevados níveis de crescimento industrial.

Foram essas as condições que permitiram que os debates em torno do desenvolvimento brasileiro saíssem do pequeno círculo de intelectuais e líderes empresariais e ganhassem o centro das preocupações nacionais. Em torno das promessas de que a modernização e a industrialização do país trariam a solução para a miséria e os problemas do povo brasileiro a burguesia brasileira teceu as estratégias para forjar e universalizar uma ideologia que articulasse toda a sociedade em torno de um projeto compatível com seus interesses particulares.

A partir daí a burguesia e o Estado brasileiros se limitaram a repetir que

a salvação para o contingente populacional pauperizado, do campo e da cidade, estava na “modernização” da economia brasileira e no desenvolvimento nacional. Nas palavras de um dos símbolos do “desenvolvimentismo”:

Considero defender os trabalhadores em primeiro lugar garantir-lhes o trabalho [...] Considero defender os trabalhadores ajudá-los a melhorar sempre a produtividade e aumentar a produção. [...] O trabalhador brasileiro compreendeu que, nesta hora do mundo, o desenvolvimento e a justiça social significam a mesma coisa.. (KUBITSCHEK, JUSCELINO apud VIEIRA, 1983, pág. 74).

A classe dominante pensou haver encontrado as promessas necessárias para aglutinar as massas populares e as classes intermediárias ao seu projeto político particular de classe. Ou seja, com a ideologia do desenvolvimento a burguesia perseguia seu primeiro projeto de construção de uma hegemonia no país, indicando aos trabalhadores e a toda sociedade burguesa que a única possibilidade de ampliação dos direitos de cidadania e de superação do quadro de desigualdade social estava na capacidade de “modernizar” a economia, industrializar o país, atrair capitais estrangeiros e ampliar o trabalho assalariado para o conjunto da população.

Mas, ao mesmo tempo que forjava seu projeto de “Brasil moderno” em torno do ideário e das promessas de desenvolvimento econômico e social, a burguesia brasileira abria um novo espaço de embates ideológicos e disputas políticas no Brasil. À procura de um projeto político que oferecesse identidade, sentido e direção para suas ações políticas os setores burgueses, mesmo sem intencionar, abriram um espaço relativamente democrático, onde a partir da década de 50 até meados nos anos 60, o projeto desenvolvimentista passaria a ser disputado entre os diversos setores da sociedade civil brasileira.

O que estava em jogo nesse período era a primeira tentativa histórica de a burguesia brasileira construir um consenso social em torno do projeto burguês. Ou seja, aglutinar esforços para elaborar no terreno da luta de classes uma visão de mundo própria e socializá-la com o conjunto da sociedade brasileira. Dessa forma a burguesia brasileira pretendia a constituição de uma reforma social e moral, uma *nova civiltá*, que ao apontar para as promessas de um futuro de desenvolvimento e progresso edificasse o consenso necessário

em torno do projeto particular de “modernização conservadora” da burguesia brasileira aliada ao imperialismo mundial. Como afirma o professor Edmundo Fernandes Dias (1996, p. 10),

A hegemonia é a elaboração de uma nova civiltá, de uma nova civilização. É uma reforma intelectual e moral. O que está em questão é a criação de um terreno para um ulterior desenvolvimento da vontade coletiva popular, em direção à realização de uma forma superior e total de civilização moderna da qual o partido dessa classe deve ser o porta-voz e o organizador.

Mas como a construção da hegemonia sempre se dá no interior das disputas e correlações de forças presentes na sociedade burguesa ela contraditoriamente sempre abre um espaço de embates e disputas ideopolíticas. Foi assim, que no processo de tentativas de construção de uma hegemonia burguesa no Brasil, através do projeto desenvolvimentista, que surgiram vários grupos ligados a setores progressistas médios e intermediários que se debruçaram para construir e defender um projeto de desenvolvimento nacional e democrático para o país. Nessa disputa pela direção social do projeto de modernização os vários setores burgueses poderiam correr o risco de ver sua dominação política ameaçada pelo surgimento de propostas de desenvolvimento que fugissem do arco de alianças políticas burguesas. Assim, a classe dominante brasileira na mesma medida que abriu a primeira possibilidade de hegemonizar a sociedade brasileira, através do debate sobre as estratégias de desenvolvimento, também proporcionou uma arena de intensos embates políticos e ideológicos em torno de um projeto de nação para o Brasil. É, assim, que a ideologia do desenvolvimento se transformará num campo de disputas onde uma heterogeneidade de projetos se confrontarão pela direção dos rumos da economia e da política brasileira.

De acordo com Ricardo Bielschowsky (1995) a partir de meados da década de 50 podemos distinguir vários grupos de intelectuais, organizações, burocratas, chefes de Estado que se esforçaram para criar e defender um projeto político e ideológico para construir o consenso necessário em torno da fase de transição para a industrialização intensiva no Brasil. Abordaremos a seguir as principais instituições e grupos responsáveis na construção dos



debates e de uma verdadeira vontade coletiva em torno do projeto de modernização brasileira. Claro que não objetivamos aqui esgotar as múltiplas análises e propostas da ideologia do desenvolvimento, mas identificar o rico debate que se processou na época e os pontos de convergência entre os vários grupos de ideólogos desenvolvimentistas do período.

### *2.5.1 - A CEPAL e a teoria do subdesenvolvimento*

Qualquer trabalho que objetive investigar a gênese da ideologia do desenvolvimento no Brasil ou na América Latina deve forçosamente passar por uma análise das propostas da Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL). Afinal, as propostas dessa instituição se firmaram ao longo dos anos 50 e 60 como o marco teórico decisivo para a gestação das principais teses sobre o desenvolvimento ou subdesenvolvimento periférico que animaram a discussão teórica na América Latina.

A CEPAL foi criada, em 1948, pela então recém fundada Organização das Nações Unidas (ONU - 1945). O papel da instituição era desenvolver estudos e pesquisas que pudessem apoiar um projeto de industrialização da América Latina. A ONU partia de um esboço de pesquisadores e economistas escandinavos que ao identificarem a degradação dos preços agrícolas no mundo defendiam a industrialização como processo de modernização das chamadas sociedades “subdesenvolvidas”. Segundo Vitagliano (2004), o papel da CEPAL, como uma Comissão provisória da ONU, que funcionaria por apenas três anos, era de levantar mais informações sobre a questão dos preços e esboçar possibilidades de industrialização. Mas, os dados eram escassos e uma das considerações dos técnicos da entidade era de que os países da América Latina precisavam de uma burocracia técnica e especializada que pudesse mensurar minimamente a economia da região.

A contratação do economista argentino Raul Prebisch, como consultor da entidade em 1949, dará um novo impulso à instituição agregando novos elementos as pesquisas cepalinas e dando-lhe grande visibilidade no cenário internacional. No ano de 1950, na Conferência das Nações Unidas em Havana,

ao coordenar o relatório *Desenvolvimento Econômico da América Latina e seus Principais Problemas* Prebisch chamou a atenção com seus argumentos precisos e contundentes à favor da industrialização na América Latina. Tamanha foi a presença de Prebisch que o autor logo se identificou com o projeto da Comissão tornando-se seu principal ideólogo.

De acordo com Vitagliano (2004), depois da conferência de Havana o relatório da CEPAL se transformou num verdadeiro “manifesto terceiro mundista”, argumentando em favor da industrialização e realizando críticas sobre a polarização das economias em centro e periferia. Assim é que em 1952, mesmo a contragosto da diplomacia norte-americana<sup>25</sup>, a CEPAL foi efetivada como uma Comissão permanente da ONU. Raul Prebisch permaneceu no cargo de secretário executivo da Entidade até 1963, no mais longo mandato da história da Comissão.

Segundo Mantega (1987) a grande preocupação da CEPAL era a de analisar e explicar o atraso da América Latina em relação aos chamados “países desenvolvidos” e encontrar formas de superá-lo.

Nesse sentido a análise (da CEPAL) enfocava, de um lado, as peculiaridades da estrutura sócio-econômica dos países da periferia, ressaltando os entraves ao desenvolvimento econômico em contraste com o dinamismo das estruturas dos centros avançados; e, de outro lado, centrava-se nas transações comerciais entre os parceiros ricos e pobres do sistema capitalista mundial que, ao invés de auxiliarem o desenvolvimento da periferia, agiam no sentido de acentuar as disparidades. Com isso, a CEPAL questionava não apenas a divisão internacional do trabalho vigente no mundo capitalista, como também, criticava o destino atribuído aos países subdesenvolvidos pela Teoria Clássica ou Neoclássica do Comércio Internacional que sustentava essa divisão. (MANTEGA, 1987, p. 34).

A CEPAL investe contra os defensores da teoria clássica (liberal) sustentando que a partir do final da década de 40 os “países

---

<sup>25</sup> Segundo Bielschowsky (2000b), as idéias de Prebisch e da CEPAL eram vistas com muita desconfiança pelo Departamento de Estado do governo norte-americano, sobretudo no auge do macarthismo e sua política de caça aos ditos “comunistas disfarçados” no auge da guerra fria.

subdesenvolvidos” sofriam diversas desvantagens no papel de meros fornecedores de produtos primários para o mercado internacional. Nas palavras de Presbich contidas na introdução do relatório da CEPAL,

Os imensos benefícios do desenvolvimento da produtividade não chegaram à periferia numa medida comparável àquela de que logrou desfrutar a população desses grandes países. Daí acentuadíssimas diferenças nos padrões de vida das massas deste (países subdesenvolvidos) e daquela (países desenvolvidos), assim como as notórias discrepâncias entre as suas respectivas forças de capitalização [...] Daí a importância fundamental da industrialização dos novos países. Ela não constitui um fim em si, mas é o único meio de que estes dispõem para ir captando uma parte do fruto do progresso técnico e elevando progressivamente o padrão de vida das massas. (PRESBICH, 2000, p. 72)

Dessa forma na estruturação do sistema econômico mundial o centro “desenvolvido” não estaria transferindo seus aumentos de produtividade para a periferia “atrasada” e, além disso, estaria, na verdade, se apropriando dos modestos incrementos de produtividade obtidos pelo comércio de exportação de produtos primários. Com essas análises, Prebisch e a CEPAL inauguram uma nova interpretação das relações existentes entre “países desenvolvidos” e “países subdesenvolvidos” no comércio internacional.

A saída para os países periféricos dessa situação “subdesenvolvida” estaria na implementação de uma política deliberada de desenvolvimento industrial, que promova as mudanças necessárias para melhorar a alocação de recursos produtivos e impeça a evasão da produtividade. Para a CEPAL tratava-se de reverter a forma “arcaica” e “pré-capitalista” como estava estruturada a economia, até então “voltada para fora” e moldar uma forma “moderna” e “industrial” de desenvolvimento “voltado para dentro”, ou seja, baseado na industrialização e na evolução do mercado interno.

Para liderar todas essas transformações modernizadoras, que deveriam resultar na construção de economias nacionais modernas e autônomas, a CEPAL sugere a decidida participação do Estado na economia, enquanto principal promotor do desenvolvimento e responsável pela planificação das

modificações que se faziam necessárias. (MANTEGA, 1987). Segundo Bielschowsky (1995) o ponto de partida cepalino para o apoio técnico de planejamento aos governos foi a elaboração de um conjunto de orientações no que se refere a “técnicas de programação”, acompanhada em vários países de ensaios de aplicação dessas técnicas. Em 1953, seria divulgado aos governos latino-americanos um documento base chamado “Estudio preliminar sobre la técnica de programación”. Conforme explicitado no próprio documento a programação consistia na etapa “lógica” que se seguia ao reconhecimento dos problemas do desenvolvimento, vale dizer da necessidade de conferir racionalidade, através da burocracia estatal, ao processo de industrialização em curso. Vale ressaltar que o principal autor da parte conceitual desses documentos da CEPAL sobre planejamento foi o economista brasileiro Celso Furtado que posteriormente ganharia notoriedade como um dos mais conceituados teóricos desenvolvimentistas.

Nesse sentido as concepções da CEPAL adquiriram um forte teor nacionalista, ao orientar os países latino-americanos a promoverem a acumulação industrial em bases locais e com certo grau de proteção nacional perante o imperialismo comercial e financeiro. No entanto, esse grau nacionalista das propostas cepalinas possuía seus limites intransponíveis. Pois, trata-se de um nacionalismo que não hostilizava por completo o capital estrangeiro imperialista. Segundo, Mantega (1987) o caráter do nacionalismo cepalino fica mais claro quando examinamos o papel atribuído ao capital estrangeiro no processo de industrialização e desenvolvimento nacional. Nas palavras do autor:

Para levar à cabo a industrialização que, diga-se de passagem, deveria trilhar o caminho da substituição das onerosas importações de produtos industrializados, era preciso aumentar a massa de capital investido em cada país, o que esbarrava, segundo a CEPAL, na escassez de capital verificada em praticamente todas as economias latino-americanas. Diante da já aviltada capacidade de consumo da população periférica, tornava-se inviável promover um aumento de poupança comprimindo o consumo local. Assim, a CEPAL propunha o recurso ao capital estrangeiro (ou a “poupança externa”) como fórmula mais indicada para se aumentar a taxa de investimentos e, conseqüentemente, a renda nacional, pelo

menos até que cada país atingisse o nível de poupança suficiente para prosseguir sozinho. (MANTEGA, 1987, p. 40)

Trata-se, assim, de uma proposta de desenvolvimento nacional que não descarta a participação do capital estrangeiro nos ganhos de produtividade. É verdade que a CEPAL recomendava sobretudo os empréstimos de governo a governo como forma de captação de recursos de investimento com juros menores do que os encargos financeiros das inversões diretas de capital privado estrangeiro. Mas também é verdade que a CEPAL não descartava os investimentos externos diretos como forma de captação de recursos dos países subdesenvolvidos, pois apesar de representarem o aumento da dívida externa nacional também contribuiriam para uma maior taxa de investimentos. Assim, não podemos deixar de sublinhar que o capital estrangeiro investido na indústria brasileira realmente impulsionou no governo JK a acumulação local, 50 anos em 5, como gostava de falar o presidente. No entanto essa política de desenvolvimento só funciona caso fechemos os olhos para as nefastas conseqüências sociais e políticas que resultaram deste tipo de desenvolvimento assumido pelo governo brasileiro a partir da década de 50 e que se prolongou durante todo o período de industrialização brasileira.

Além de defenderem a entrada de capital estrangeiro nas nações subdesenvolvidas a CEPAL também poupava alguns interesses da burguesia comercial e agro-exportadora apontando para um lugar de destaque das exportações primárias na moderna economia latino-americana. Como esclarece um dos documentos da comissão:

A industrialização da América Latina não é incompatível como desenvolvimento eficaz da produção primária. Pelo contrário, uma das condições essenciais para que o desenvolvimento da indústria possa ir cumprindo o objetivo social de elevar o padrão de vida é que se disponha de melhores equipamentos em termos de maquinaria e instrumentos, e que se aproveite prontamente o progresso da técnica em sua renovação sistemática. A mecanização da agricultura implica a mesma exigência. [...] Quanto mais ativo for o comércio exterior da América Latina, tanto maiores serão as possibilidades de aumentar a produtividade de seu trabalho, mediante uma intensa formação de capital. A solução está em crescer à custa do comércio exterior, mas em saber extrair, de um comércio

exterior cada vez maior, os elementos propulsores do desenvolvimento econômico. (Prebisch, 2000, p. 73)

Para os ideólogos cepalinos o problema da agricultura estava mais na falta de modernização do que na estrutura fundiária exploradora baseada no latifúndio. Assim, para a CEPAL os problemas sociais que afetavam os países latino-americanos estavam na falta de um capitalismo moderno e não na forma particular de existência periférica do mesmo. Percebe-se, com isso, que as propostas cepalinas apesar de apontarem para a industrialização como via de desenvolvimento social e econômico das nações subdesenvolvidas conciliavam com os interesses dos setores da burguesia brasileira e do capital financeiro internacional oferecendo em seus estudos e relatórios uma ideologia desenvolvimentista completamente adequada ao projeto de modernização conservadora construído no Brasil.

Por isso, apesar da sua importância enquanto instituição que primeiramente irradiou o debate sobre a industrialização na América Latina, a CEPAL foi uma das principais fábricas da ideologia desenvolvimentista. Com isso, ajudou a modelar a transição da economia agrário-exportadora, atrelada ao comércio imperialista e as velhas oligarquias, para uma economia de industrialização intensiva agora atrelada ao capital financeiro internacional e a moderna oligarquia industrial brasileira.

Nunca é demais lembrar que toda a intervenção do Estado brasileiro e sua ideologia nacional-desenvolvimentista dos anos 50 foi elaborada inicialmente nos escritórios da CEPAL. Exemplo claro dessa interlocução é o Plano de Metas do governo Kubistchek criado através das diretrizes traçadas pelo Grupo Misto BNDE-CEPAL. Veremos esse processo com mais detalhes adiante.

Importa ressaltar ainda, que das fileiras do pensamento cepalino saíram ou foram influenciadas figuras da mais alta expressão na economia política e na sociologia brasileira que até hoje possuem um peso teórico forte nos debates nacionais, tais como: Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Fernando Henrique Cardoso, Carlos Lessa, Antônio Barros de Castro, José Serra, e de uma forma mais crítica Francisco de Oliveira, só para ficarmos com os mais conhecidos. A profundidade dessas influências e sua longevidade no

tempo mostram a importância do pensamento cepalino nas propostas de desenvolvimento do Brasil.

### 2.5.2 - A CNI e a continuidade do legado de Simonsen

Após a morte prematura de Roberto Simonsen em 1948, não houve um substituto à altura do engenheiro paulista que se tornasse o novo ideólogo da burguesia industrial brasileira. No entanto, diferentemente dos anos 30 e 40, com o avanço das possibilidades de industrialização pesada e a maior unidade de ação da fração burguesa industrial, delineou-se um clima favorável a preservação e ampliação do legado de Simonsen às novas gerações de industriais brasileiros.

Com isso, houveram núcleos de economistas e empresários ligados a Confederação Nacional da Indústria que durante as décadas de 50 e 60 levaram adiante o núcleo das propostas elaboradas por Simonsen. As principais análises e propostas formuladas na época pelos ideólogos da CNI encontram-se reunidas nas revistas: *Estudos Econômicos de Desenvolvimento e Conjuntura* (ligada diretamente a CNI) e *Revista de Ciências Econômicas*.

Segundo Bielschowsky (1995), as reuniões do empresariado industrial brasileiro na década de 50 tiveram uma orientação perfeitamente desenvolvimentista, seguindo a linha de pensamento deixada por Simonsen. A II Reunião Plenária da Indústria, realizada em 1955, confirma o planejamento estatal como estratégia necessária para promover o desenvolvimento industrial no país. Como é possível notar neste pequeno trecho do discurso de encerramento proclamado pelo então presidente da CNI, Augusto Viana Ribeiro dos Santos (apud BIELSCHOWSKY, 1995, p. 91):

O problema deve situar-se, objetivamente, na escolha entre um desenvolvimento improvisado, caótico, suscetível de equilíbrios, e um desenvolvimento programado, em que se visará a obter o máximo de rendimento com um mínimo de atritos e de instabilidade. A programação do desenvolvimento econômico importa, necessariamente, na intervenção do Estado. Um dos objetivos da programação é precisamente o de definir [...] o que o Estado deve fazer para que a iniciativa

privada possa exercer-se com a maior amplitude e a máxima eficiência.

Para Bielschowsky (1995), as análises e propostas dos ideólogos desenvolvimentistas ligados a CNI davam ênfase a três problemas básicos:

- a) Preservação de mercados, questão que afetava a abordagem do problema dos investimentos estatais e estrangeiros e do problema do protecionismo;
- b) Defesa da ampliação do crédito;
- c) Acirrada oposição á elevação dos salários e na tributação dos lucros;

No entanto, alguns pontos de inflexão entre a nova geração de ideólogos da CNI em relação ao pensamento de Roberto Simonsen devem ser pontuados. Em outra parte deste trabalho vimos que Simonsen pode ser considerado um radical na defesa dos investimentos estatais na economia. Para ele a intervenção do Estado na forma de investimentos na economia e considerado um fato natural e positivo para a economia capitalista. Mas, segundo Bielschowsky (1995), essa posição não era consensual entre os líderes industriais da nova geração. Talvez pela força que a ideologia socialista adquiriu no mundo a carta de Princípios da Indústria aprovada na II Reunião da Indústria, em 1955, estabeleceu os seguintes limites para os investimentos e criação de propriedades estatais: Intervenção, sob a forma de propriedade estatal dos meios de produção, quando a segurança nacional estiver o exija ou os empreendimentos ultrapassem a capacidade da iniciativa privada, com observância das seguintes condições: a) Prévia audiência do Conselho Nacional de Economia, bem como das classes interessadas através de suas entidades representativas; b) Livre participação do capital particular no investimento e na direção do empreendimento; c) Atendimento à conveniência dos consumidores. (BIELSCHOWSKY, 1995, p. 93).

Na Reunião Plenária seguinte em 1957 uma emenda a carta de princípios da indústria de 1955 aprofunda ainda mais o temor dos industriais em relação ao aumento da intervenção estatal na economia: “supressão ao monopólio estatal, para a exploração dos recursos minerais do país, inclusive



do petróleo”. (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DAS INDÚSTRIAS, apud BIELSCHOWSKY, 1995, p. 93). Essa resolução mostra que em 1955 os industriais brasileiros estavam propensos a abrir mão do controle nacional do petróleo em nome de investimentos do capital estrangeiro.

Mas a relação dos industriais com o capital estrangeiro estava longe de ser esporádica. Outro exemplo que mostra tal articulação foi o caso da energia elétrica, no qual os empresários industriais abriram mão completamente de seu discurso nacional-desenvolvimentista para afastar os empecilhos à entrada de capital internacional.

Na verdade, existiam algumas ressalvas a entrada de capitais estrangeiros no Brasil por parte da CNI, mas estas tinham a mesma racionalidade das ressalvas feitas ao investimento estatal, ou seja, preservar os lucros capitalistas da indústria nacional de uma concorrência desleal com o capital estrangeiro. Em outras palavras, as ressalvas à entrada de capital estrangeiro feitas pelos industriais brasileiros não eram com o objetivo nacionalista de impedir o endividamento e a subordinação da nação brasileira ao imperialismo mundial, como queriam algumas análises que viam nesse “setor burguês nacional” um núcleo concentrado de ideais anti-imperialistas. As suas medidas eram, na verdade, para facilitar a entrada de capitais estrangeiros em áreas não exploradas pelo capital nacional. Segundo Bielschowsky (1995), na própria Carta de Princípios da Indústria, de 1955, revela-se o intuito da burguesia industrial ao recomendar:

Facilidades ao ingresso de capitais estrangeiros com objetivos econômicos e sociais, mediante garantias e tratamento tributário e cambial equitativo, ressalvados os interesses fundamentais do país e evitadas as discriminações contra as empresas nacionais. Incremento a entrada de técnicos e de equipamento, a fim de assegurar o êxito dos investimentos de real interesse para a nossa economia, ressalvados os casos em que a indústria nacional já esteja abastecendo, satisfatoriamente, o mercado interno. (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA apud BIELSCHOWSKY, 1995, p. 95).

Essas recomendações mostram o nível de articulação e imbricação entre capital industrial nacional e investimentos estrangeiros já em meados da década de 50.

Outro ponto fundamental para compreendermos a essência das propostas desenvolvimentistas feitas pelos empresários industriais é com relação ao salário dos trabalhadores e a taxaço dos lucros. Segundo Bielschowsky (1995) nestes casos os industriais defendiam claramente uma velha posição de que a elevação da renda e do emprego dependiam fundamentalmente da lucratividade privada. Já em 1945, na Carta Econômica de Teresópolis, os líderes industriais recomendavam:

Evitar a tributação excessiva pelos impostos diretos, por desestimular a criação de novos capitais e afugentar os capitais estrangeiros. (CONFERÊNCIA NACIONAL DAS CLASSES PRODUTORAS, apud BIELSCHOWSKY, 1995).

Na questão salarial, a posição da burguesia industrial possuía o mesmo teor. Segundo Bielschowsky (1995), os líderes industriais azeitavam a regulação estatal sobre o salário mínimo, mas queixavam-se, porém, do peso dos encargos trabalhistas e dos reajustes do salário mínimo. Para eles, essas medidas geravam aumento dos gastos empresariais e na inflação generalizada. Segundo o editorial da Revista *Desenvolvimento e Conjuntura* de outubro de 1958:

Qualquer tentativa de estabilização monetária só será bem-sucedida se partir de uma concepção clara sobre as causas geradoras do processo inflacionário. Para o caso em espécie, bastará indagarmos as razões do recente agravamento do processo. Iremos encontrá-las no último reajustamento do funcionalismo da receita pública e nas revisões dos salários mínimos que, desde 1954, têm superado, por ampla margem, as indicações do custo de vida. Tais aumentos significam, em termos econômicos, acréscimo de consumo global e, portanto, redução de investimentos. (CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, 1958, p. 03).

Ao analisar as propostas desenvolvimentistas dos industriais brasileiros na década de 50 podemos perceber algumas contradições. Enquanto fala abertamente ao público a CNI freqüentemente defende que a única via para a

elevação da qualidade de vida dos brasileiros está no desenvolvimento e modernização do parque industrial brasileiro. No entanto, esses mesmos industriais reunidos nas suas conferências tomam várias decisões que confrontam tanto o desenvolvimento do Brasil como nação autônoma como a possibilidade de elevar o salário mínimo e conquistar melhores condições de vida e trabalho para a população brasileira. A análise das recomendações da CNI mostram a essência das propostas desenvolvimentistas da burguesia industrial brasileira que ao defenderem a modernização e industrialização do país devem continuamente rechaçar qualquer diminuição do nível de exploração da classe trabalhadora e qualquer ação estatal que decida controlar a entrada de capitais estrangeiros no Brasil.

### *2.5.3 - O ISEB: a fábrica de ideologias do desenvolvimento*

Criado por decreto pelo presidente Café Filho, em 1955, mais pela pressão de grupos de intelectuais ligados ao ideário desenvolvimentista do que por necessidade governamental, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB logo se destacou como uma instituição fundadora do pensamento desenvolvimentista brasileiro. Segundo Toledo (1997) apesar da expressão “ideologia do desenvolvimento” não aparecer nos estatutos e regulamentos da entidade ela se constituirá praticamente num emblema ou palavra de ordem da instituição. O próprio regulamento do ISEB em seu artigo 1º definia que:

O instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) [...] é um centro permanente de altos estudos políticos e sociais de nível pós-universitário que tem por finalidade o estudo, o ensino e a divulgação das ciências sociais, notadamente da sociologia, da história, da economia e da política, especialmente para o fim de aplicar as categorias e os dados dessas ciências à análise e à compreensão crítica da realidade brasileira visando à elaboração de instrumentos teóricos que permitam o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional. (Apud TOLEDO, 1997, p. 42).

O próprio Juscelino Kubitschek ao discursar na solenidade de encerramento do curso regular de 1956, definiu a tarefa da instituição como sendo a de “formar uma mentalidade, um espírito, uma atmosfera de inteligência para o desenvolvimento”. Enfatizando sempre a contribuição teórica dada pelo instituto a construção de um caminho para o desenvolvimento brasileiro.

Vós sois combatentes do desenvolvimento no plano da inteligência [...] vossa tarefa de catecúmenos do grande Brasil será mais árdua e mais perigosa porque lutareis com argumentadores, com finos representantes da decadência, com gente de recursos. (Apud TOLEDO, 1997, p. 42)

No discurso do presidente pode-se notar o tamanho da importância do ISEB para a formação de intelectuais que defendessem o desenvolvimento e a modernização do país através da criação de uma verdadeira “cultura do desenvolvimento”, ou como já falamos antes nos termos gramscianos, uma *nova civiltá*.

Antes de continuarmos porém é importante que façamos um alerta. Muitos estudos já trataram o ISEB como uma entidade monolítica onde os conflitos teóricos não existiam. Gostaríamos aqui de ressaltar que pelo contrário, antes de ser uma entidade que possuía um discurso unitário, o ISEB, na verdade, congregava várias tendências extremamente heterogêneas do pensamento social brasileiro. Assim, participaram do ISEB desde conservadores como Cândido Mendes, Gilberto Paim, Álvaro Vieira Pinto, Roland Corbisier, passando por Guerreiro Ramos, até pensadores mais críticos como Ignácio Rangel e Nelson Werneck Sodré, chegando também a ter em seus quadros o sociólogo Hélio Jaguaribe e participações esporádicas de Celso Furtado entre outros pensadores ilustres.

Segundo Toledo (1997) apesar da heterogeneidade dos quadros isebianos o que oferecia unidade ao seu pensamento era uma certa concepção evolutiva do processo histórico, presente em alguns dos seus principais expoentes. Assim, na maioria das vezes os isebianos concebiam a história

como uma sucessão de fases progressivas, onde a fase vigente anunciaria a fase subsequente que constituiria, por sua vez, uma fase mais avançada da história. Segundo os isebianos o quadro que se encontrava o Brasil da década de 50 permitia antever a próxima fase progresso e desenvolvimento que deveria tomar a forma de um “capitalismo nacional”.<sup>26</sup>

Um dos casos mais exemplares dessa característica do pensamento isebiano e suas conseqüências para a tomadas de posição política da entidade frente as estratégias de desenvolvimento assumidas pelo Estado brasileiro são as formulações teóricas presentes na obra de Hélio Jaguaribe. Afinal, um dos expoentes do ISEB, Nelson Werneck Sodr e afirmou certa vez referindo ao núcleo central do ISEB que “tratava-se de uma constela o que tinha como estrela central a Hélio Jaguaribe [...] a ele cabia sempre a palavra final.(Sodr e, 1977, p. 109)

Em sua obra *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político*, Hélio Jaguaribe desenvolve uma análise do papel da correla o de forças entre os setores dominantes das classes sociais brasileiras no desenvolvimento do país e conclui:

[...] os setores dominantes de todas as classes sociais têm os mesmos interesses situacionais (transforma o social), e estes interesses situacionais por sua vez, coincidem com as necessidades objetivas de todo o país (a expansão das forças materiais de produ o). (JAGUARIBE, 1969, p. 53)

Assim, de uma forma geral os isebianos assumiram um pensamento dualista e entendiam que a sociedade brasileira (p s-30) se encontrava dividida basicamente entre dois setores: de um lado, os setores “dinâmicos e produtivos” que abrigavam a moderna burguesia industrial, a classe média e o proletariado; e, de outro lado os setores “est ticos e parasitários” formados pelo tradicionalismo e o arca simo da sociedade brasileira agrupando a classe latifundiária, a burguesia mercantil, as “classes médias não-produtivas” e parcelas do proletariado. Dessa forma viam na burguesia industrial (chamada de burguesia nacional) a força propulsora para realizar uma grande aliança

---

<sup>26</sup> Apesar de ancorar-se no pensamento de Althusser para desenvolver os conceitos de ideologia e ciência Caio Navarro de Toledo (1997) oferece uma boa análise sobre as influências evolucionistas ou etapistas do pensamento isebiano.

progressista em torno do desenvolvimento e modernização que levariam o Brasil a uma nova fase de sua evolução: o capitalismo nacional.

De acordo com Jaguaribe (1969), na década de 50, enquanto a modernização capitalista avançava nos grandes centros urbanos o complexo rural agrícola permanecia em sua maior parte arcaico e semifeudal friando o desenvolvimento econômico. Para o autor, isso criava um contínuo desequilíbrio entre o consumo urbano e o abastecimento rural. Assim, na ótica de Jaguaribe (1969) o regime semifeudal do campo brasileiro estava restringindo o mercado consumidor dos produtos industriais e reduzindo a quantidade de alimentos para o mercado interno urbano. Essas condições estariam freando o desenvolvimento nacional e jogando o país num ciclo vicioso do subdesenvolvimento.

Mas para superar a situação de subdesenvolvimento Jaguaribe (1969) encontra o protagonista principal para seu drama teórico. Para ele, numa situação de subdesenvolvimento as forças dinâmicas e produtivas que poderiam liderar o processo de transformações necessárias para desatar os nós que prendem o processo de modernização poderiam emergir tanto da classe dos empreendedores da “burguesia nacional”, da classe dos técnicos ou dos gerentes da classe média, ou mesmo de uma pouco explicada “contra-elite de intelectuais revolucionários”. No entanto, ao analisar as condições brasileiras de sua época Jaguaribe (1969) faz o seguinte raciocínio: já que a próxima etapa do desenvolvimento econômico brasileiro será o “capitalismo-nacional” então a classe social que guiará o processo de modernização brasileira só pode ser a “classe dos empreendedores nacionais”. Por isso, para o autor o antagonismo fundamental na sociedade brasileira de sua época era entre frações das principais classes sociais brasileiras e não entre burguesia e proletariado. Nas palavras do autor,

Os conflitos sociais existentes em nosso país na fase em que se encontra, exprimem, na sua essência, menos irreduzíveis lutas de classes do que conflitos que se travam, no âmbito de cada classe, entre seus setores dinâmicos e estáticos, entre as forças produtivas e as forças parasitárias. (Jaguaribe 1969, p. 138).

Portanto, para Jaguaribe (1969) os setores dinâmicos da sociedade brasileira deveriam esquecer os antagonismos de classe e se unirem num bloco político coeso em nome do desenvolvimento e da modernização do país. Jaguaribe (1969) está tão certo da veracidade de sua formulação teórica que chega mesmo a fazer previsões em tons apocalípticos de um futuro bárbaro para o Brasil caso a “burguesia nacional” não consiga assumir o posto de “classe dirigente” do processo de desenvolvimento econômico.

[...] se a formação e a intervenção de uma nova classe dirigente não se fizer em prazo curto, terrivelmente curto, as contradições econômicas e sociais do país ultrapassarão o limite de resistência da flexibilidade social e assistiremos à irrupção avassaladora do primarismo nacional, que destruirá o pouco que se logrou edificar no curso do tempo, como cultura e como civilização, comprometendo a própria ocidentalidade de nossa evolução posterior. (JAGUARIBE, 1969, p. 120)

Para os isebianos a transformação do Brasil de país subdesenvolvido a país desenvolvido chega a ser um salto tão radical de modernidade e civilidade que pode até ser nomeado de “revolução”. É o que diz Álvaro Pinto:

Parece-nos que a visão dialética do processo nacional nos autoriza a definir como revolucionária a mudança social consubstanciada na passagem do estado de subdesenvolvimento ao pleno desenvolvimento, embora dentro do mesmo regime produtivo, desde que esta é a mudança que constitui a máxima modificação possível no momento. (ALVARO PINTO, 1960, p. 215).

Assim, tendo como pressuposto um etapismo e um evolucionismo arraigado, uma grande parcela dos teóricos isebianos, às vezes utilizando conceitos ditos “marxistas”, defendeu que a única saída para o futuro do Brasil enquanto nação era formar uma verdadeira união nacional em torno do ideário de desenvolvimento industrial divulgado principalmente por JK e liderado pela burguesia nacional.

Mas como afirmamos o ISEB não possuía um grupo monolítico de idéias e proposições. Na verdade, a posição de Hélio Jaguaribe, que era uma das tendências mais conservadoras da instituição, predominou durante praticamente todo o período de governo JK. Depois dessa época uma ala mais

crítica, liderada por Nelson Werneck Sodré e Ignácio Rangel assume a direção do instituto. Mas a despeito de se distinguir dos conservadores mantém vários aspectos analíticos e programáticos como, por exemplo, a aliança entre setores da burguesia nacional e o proletariado na busca por uma revolução democrático-burguesa.

Apesar das teses do ISEB em seu conjunto patrocinarem muitas das ideologias propagadas pelo governo e pela própria burguesia brasileira não podemos afirmar que o ISEB se configurou em apenas um braço ideológico do governo brasileiro ou igualmente imputar aos teóricos do ISEB uma ligação direta com as organizações empresariais da classe dominante brasileira. Mas o fundamental é que em grande parcela de seu pensamento o ISEB limitou as saídas para o progresso e o desenvolvimento em soluções estritamente capitalistas. Em certos casos a busca pelo chamado capitalismo nacional era intransigentemente defendida chegando-se até a advogar formas nitidamente autoritárias para a sua realização. Neste sentido é impossível escamotear o conteúdo ideológico e de classe de uma parcela considerável do pensamento isebiano. (TOLEDO, 1997)

Desta forma, excluindo-se alguns integrantes, o ISEB, enquanto instituição de pesquisa, se configurou como um centro de elaboração e irradiação da ideologia burguesa do desenvolvimento. No fundo o que está presente nas elaborações teóricas e propostas políticas isebianas é uma tentativa de passivizar as massas populares através da construção de uma nova cultura do desenvolvimento. O ISEB foi um verdadeiro intelectual orgânico que tentou levar a cabo estratégias para a construção de uma hegemonia, ou seja, de uma direção da classe burguesa nos rumos da modernização brasileira. Mesmo sem nenhuma ligação direta com a classe dominante e tendo entre suas fileiras teóricos de perspectiva crítica o instituto ajudou a travestir com eficácia os interesses particulares da burguesia brasileira em interesses gerais da Nação.



## **2.6 – O ciclo ideológico do desenvolvimento e a orientação das políticas governamentais**

Ao seguirmos as análises de Ricardo Bielschowsky (1998) podemos destacar 3 posições diferentes, mas não antagônicas, sobre a condução das estratégias de modernização e desenvolvimento econômico brasileiro.

**1) Os desenvolvimentistas do setor privado** – representados principalmente pelas organizações empresariais ligadas aos industriais (como a CNI). Essa corrente desenvolvimentista defendia claramente o apoio estatal à acumulação privada e tinha posições variadas sobre o grau de participação do Estado na economia. Em relação a suas posições sobre a participação do capital estrangeiro na economia nacional em várias ocasiões oscilou no seu posicionamento, mas na maioria das vezes defendeu a entrada controlada do capital estrangeiro como fonte de financiamento do processo de industrialização.

**2) Os desenvolvimentistas do setor público “não-nacionalistas”** – representados pelos intelectuais e burocratas que apesar de favoráveis ao apoio do Estado à industrialização tiveram preferência por posições que ampliavam a força do capital privado, por propostas econômicas de estabilização da moeda e pela abertura da economia brasileira ao capital estrangeiro. Um nítido representante dessa tendência foi o economista e ministro Roberto Campos.

**3) Os desenvolvimentistas do setor público “nacionalistas”** – Os intelectuais e tecnocratas dessa linha de pensamento tendo em vista a continuidade do processo de industrialização defendiam inversões estatais em setores considerados estratégicos tais como: mineração, energia, transporte, telecomunicações e algumas indústrias básicas. Essa corrente não era totalmente contrária aos investimentos estrangeiros, desde que esses permanecessem controlados e limitados, mas sua denominação de “nacionalista” vem muito mais pelo discurso contrário a participação estrangeira em setores estratégicos da economia e a defesa contundente do patrimônio

nacional. São exemplos dessa corrente vários intelectuais ligados a CEPAL, como Celso Furtado e alguns ligados ao ISEB como Hélio Jaguaribe.

Apesar de toda essa heterogeneidade presente nas correntes do pensamento desenvolvimentista, segundo Bielschowsky (1995), é possível articular suas proposições numa unidade política e ideológica. Assim, embora as múltiplas análises e propostas assumam um caleidoscópio de orientações sem uma unidade imediata as diversas correntes se unem em torno de alguns pontos fundamentais, tais como:

- a) A industrialização intensiva é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro;
- b) Não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas de mercado; por isso torna-se necessário o planejamento estatal;
- c) O planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão e
- d) O Estado deve ordenar a execução da expansão captando e orientando recursos financeiros, bem como, promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente.
- e) A importância relativa do discurso nacionalista,
- f) A industrialização intensiva depende da abertura para investimentos estrangeiros.

Para as frações burguesas abria-se um espaço de debates entre as diversas posições desenvolvimentistas. Um espaço que ao mesmo tempo que abria o debate entre as frações burguesas limitava as demais alternativas políticas ao horizonte ideológico desenvolvimentista. Assim, até mesmo a corrente política liberal para influir nas discussões e debates políticos foi obrigada a dotar muitos dos discursos desenvolvimentistas e a relativizar o papel do Estado na economia.

A partir do início da década de 50, qualquer debate político necessariamente adotava o discurso do desenvolvimento industrial como superação do subdesenvolvimento e como caminho para a elevação do nível de vida do povo brasileiro. Assim, a ideologia desenvolvimentista, por um lado

amalgamava as classes dominantes nacionais e estrangeiras e, por outro, pretendia promover um amplo consenso ao projeto burguês de modernização capitalista.

Nesse sentido é que o Estado brasileiro, a partir de início da década de 50, viabilizará e coordenará por diversas medidas político-administrativas o caminho para o desenvolvimento e a intensificação da industrialização brasileira, trazendo consigo as promessas de uma elevação no padrão de vida e de um incremento no processo civilizatório da nação brasileira.

### *2.6.1 - O Grupo misto BNDE-CEPAL: O Estado brasileiro financiando o desenvolvimento capitalista*

Uma das principais instituições estatais criadas no período para levar adiante o processo de desenvolvimento e modernização brasileira foi o Banco Nacional de Desenvolvimento – BNDE. Segundo Mantega (1987) a criação do BNDE, em 1952, no governo Vargas, significou um passo decisivo na elaboração, investimento e execução das políticas de acumulação industrial intensiva no Brasil.

Nesse sentido é que surgia o BNDE, como principal agência financiadora de investimentos no país. Destinado a viabilizar por meio de créditos e também controlar os investimentos externos e outras concessões aos projetos de desenvolvimento industrial no país. De acordo com Mantega (1987), num primeiro momento, as energias do BNDE foram canalizadas para a infra-estrutura, que com certeza era a área mais problemática para a expansão industrial. Só num segundo período, ou seja, na fase da industrialização intensiva, na segunda metade dos anos 50, é que os investimentos passaram a ser oferecidos à iniciativa privada. Dessa forma o BNDE estava cumprindo as diretrizes da Comissão Mista Brasil-EUA que em 1951/53 definiu as principais instruções para o processo de industrialização brasileira.

Para dar continuidade ao desenvolvimento da industrialização intensiva no Brasil foi criado, em 1953, um grupo de trabalho formado por técnicos do BNDE e CEPAL, sob a chefia de um ilustre pensador cepalino Celso Furtado. Este grupo tinha o propósito de esclarecer, divulgar e complementar os pontos

desenvolvidos pela Comissão Mista Brasil-EUA com vistas a elaborar um “programa de metas desenvolvimentistas” para o período de 1955 a 1962.

O grupo misto BNDE-CEPAL sob a liderança de Celso Furtado e com o aval da 5ª Reunião anual da CEPAL, realizou um estudo minucioso da economia brasileira. O grupo verificou no imediato pós-guerra (1945 -1955) um considerável desenvolvimento econômico e uma oportunidade para os investimentos industriais. Baseados nas indicações da CEPAL o grupo misto previu três estratégias para impulsionar a industrialização intensiva no país: a) o esforço de poupança interna; b) as modificações na relação dos preços de intercâmbio e c) a entrada líquida de recursos externos. (MANTEGA, 1987).

Assim, as principais diretrizes do grupo misto para contorlar a inflação e possibilitar o avanço industrial, podem ser resumidas nas seguintes indicações:

É preciso aumentar o coeficiente de investimento, se se quiser alcançar um ritmo de crescimento mais elevado. Isto resulta em um aumento correspondente de poupança, que não pode ser atingido sem uma redução do consumo atual. [...] (GRUPO MISTO BNDE-CEPAL apud MANTEGA, 1987, p. 72)

Contudo, o grupo faz a seguinte ressalva,

[...] a população não aceitará facilmente modificações em seus hábitos de consumo e poupança, a menos que haja uma sensível diferença no volume da renda ou em sua distribuição pelos diversos grupos sociais. [...] Em segundo lugar, se a pressão sobre o consumo for muito forte, este poderá tornar-se inferior à capacidade instalada das indústrias de bens de consumo de modo que se perderá o estímulo propiciado por este importante setor da produção. (idem, idem)

Portanto conclui o relatório do grupo misto:

Estas dificuldades práticas constituem uma das razões fundamentais da convicção de que a poupança deve ser complementada pelo capital estrangeiro, a fim de alcançar-se maior ritmo de crescimento. (ibdem, ibdem)

Em outras palavras o Grupo misto concluía assim como as indicações da CEPAL para a América Latina que a entrada de capital estrangeiro oferece a única oportunidade para desenvolver-se ao mesmo tempo uma elevação do nível de poupança sem que se sacrifique o consumo da população. Assim, o grupo apontava para uma política econômica desenvolvimentista aberta aos investimentos estrangeiros tal qual defendiam a CEPAL e grande parte dos industriais brasileiros.

### *2.6.2 - O Plano de Metas de JK, a SUDENE e o auge da ideologia desenvolvimentista no Brasil*

As estratégias traçadas pela Comissão Mista Brasil-EUA em 1951 e pelo Grupo Misto BNDE-CEPAL desaguaram na estruturação de uma das principais experiências de planejamento estatal posta em prática no Brasil. Com o governo JK, em 1956, é instituído o Plano de Metas que junto com a criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE em 1959, promoveram o coroamento da política e da ideologia do desenvolvimento no país.

Fruto de uma aliança entre o Partido Social Democrático - PSD<sup>27</sup> e o Partido Trabalhista Brasileiro - PTB<sup>28</sup> o governo JK enfrentou forte oposição de

---

<sup>27</sup>“Partido político fundado em 17 de julho de 1945, na convenção nacional que homologou a candidatura do general Eurico Gaspar Dutra à presidência da República. Foram seus fundadores os interventores estaduais nomeados por Getúlio Vargas durante o Estado Novo. Teve como aliado mais constante o PTB e, como adversária, a UDN. Durante toda a sua existência foi o partido majoritário na Câmara dos Deputados. Além do general Dutra, eleito em 1945, apresentou como candidatos à presidência da República Cristiano Machado em 1950 (mas abandonou o candidato para apoiar Vargas, lançado pelo PTB), Juscelino Kubitschek, eleito em 1955, e o general Henrique Lott, derrotado em 1960. Como os demais partidos existentes no país, foi extinto em 27 de outubro de 1965, pelo Ato Institucional nº 2.” (HTTP://WWW.CPDOC.FGV.BR/NAV\_JK/HTM/GLOSSARIO/PARTIDO\_SOCIAL\_DEMOCRATICO.ASP)

<sup>28</sup> “Partido político fundado em 15 de maio de 1945 para aglutinar os operários urbanos e evitar seu ingresso no Partido Comunista. Sua base eram os sindicatos controlados pelo Ministério do Trabalho, e seu trunfo, o prestígio de Getúlio Vargas, seu presidente de honra e o criador da legislação social e trabalhista no país. Nas eleições para a presidência da República, apoiou parcialmente o general Eurico Dutra em 1945, lançou a candidatura de Getúlio em 1950, e apoiou a de Juscelino, em 1955, e a de Lott, em 1960, nos dois casos em aliança com o PSD. Como os demais partidos existentes no país, foi extinto em 27 de outubro de 1965, pelo Ato Institucional nº 2. Um novo PTB foi criado em 1980, após o fim do regime militar.” (HTTP://WWW.CPDOC.FGV.BR/NAV\_JK/HTM/GLOSSARIO/PARTIDO\_TRABALHISTA\_BRASILEIRO.ASP)

adversários reunidos em torno da União Democrática Nacional - UDN<sup>29</sup>. Mas a aliança política do governo JK, ancorada na força do consenso burguês e imperialista, em torno dos pressupostos da modernização brasileira, ousou e resolveu lançar um programa de governo desenvolvimentista que previa como slogan “50 anos de progresso em 5 anos de realizações”.

Assim, o ideal desenvolvimentista da burguesia brasileira, que foi tecido no interior da correlação de forças entre as frações burguesas, ganhou corpo com o governo de Vargas, sobreviveu ao curto período Café Filho, agora, com o apoio incondicional do aparato burocrático-estatal, esta ideologia chegava a sua fase de plena universalização de suas promessas para as outras classes sociais. Na sua primeira *Mensagem ao Congresso Nacional* o presidente Juscelino Kubistchek já apontava suas promessas desenvolvimentistas:

Acentua-se [...] a fase de transição de nossa economia, do estágio predominantemente agropecuário, para o estágio da industrialização intensiva, quando já se impõe evoluir da prática, quase exclusiva, das simples indústrias de transformação, para as indústrias de base. Assim, pretendo ampliar, estimular e fundar as indústrias de que o Brasil necessita para sua completa e verdadeira libertação econômica [...] (apud CARDOSO, 1978, p. 94)

Em breve síntese, pode-se dizer que o Programa de Metas visava transformar a estrutura econômica do País, pela criação da indústria de base e a reformulação das condições de interdependência da economia brasileira com o capitalismo mundial. Em seus pontos o Plano confirmava as áreas prioritárias da economia a serem contempladas com o volume de investimentos do Estado já indicadas pelo Grupo Misto BNDE-CEPAL: energia, transportes e insumos básicos. Mas a essas diretrizes o plano de JK somava um extenso programa de incentivos ao setor privado combinado com a atuação de empresas estatais e a abertura ao capital estrangeiro mobilizando somas gigantescas de recursos

---

<sup>29</sup> “Partido político fundado em 7 de abril de 1945, em meio ao processo de redemocratização que marcou o fim da ditadura varguista do Estado Novo (1937-1945). Caracterizou-se por agrupar líderes antivarguistas, ainda que de tendências políticas diversas. Lançou as candidaturas à presidência da República de Eduardo Gomes (1945 e 1950), Juarez Távora (1955) e Jânio Quadros, este último eleito em 1960. Foi extinta em 27 de outubro de 1965, juntamente com os demais partidos políticos, pelo Ato Institucional nº2.” ([HTTP://WWW.CPDOC.FGV.BR/NAV\\_JK/HTML/GLOSSARIO/UNIAO\\_DEMOCRATICA\\_NACIONAL.ASP](http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jk/html/glossario/uniao_democratica_nacional.asp))

governamentais. Assim, o Plano de Metas tinha como objetivo remanejar os recursos do país canalizando-os para o avanço e ampliação da acumulação industrial. Segundo Mantega (1987) esses incentivos estatais se davam de duas formas: a) na coordenação e integração dos vários setores da economia e b) no incentivo direto à produção privada por meio de linhas de crédito do BNDE. Dessa forma, nas palavras do autor,

[...] não só o Estado assumia os setores menos lucrativos da economia, que exigiam enormes montantes de capital e longos prazos de maturação, como fazia tudo ao seu alcance para baratear os custos de mão-de-obra (baixar o custo da alimentação - com investimentos nas empresas agrícolas) e baratear os custos de capital constante. Enfim, tratava-se de elevar a escala de valorização do capital por todos os meios disponíveis. (MANTEGA, 1987, p. 73)

Com relação ao capital estrangeiro o Plano de Metas reforçou as políticas dos governos anteriores e facilitou ao máximo o acesso à economia brasileira.<sup>30</sup> Segundo Mantega (1987) o resultado dessas medidas foi uma verdadeira invasão da economia brasileira pelos capitais estrangeiros, não tanto na forma de investimentos diretos mas pela via de empréstimos e financiamentos. Mesmo assim a política de JK permitiu a entrada de investimentos diretos que foram posteriormente engrossados tendo em vista a lucratividade obtida pelas multinacionais com os seus empreendimentos.

Com essas medidas econômicas de incentivo à industrialização intensiva, o governo JK ancorava outras promessas de um futuro melhor para o povo brasileiro. Para o governo com o avanço do desenvolvimento econômico, logo a sociedade brasileira sentiria os frutos inerentes da modernização: a elevação do padrão de vida ganhos sociais consideráveis para o conjunto da classe trabalhadora brasileira.

O desenvolvimento, na medida em que se acelera, reduz os conflitos internos do sistema econômico-social e dilui a força reacionária e egoísta dos interesses estabelecidos. A certeza de que haverá eventualmente o bastante para todos, elimina a necessidade que se apresenta aos indivíduos nas economias

---

<sup>30</sup> Segundo Miriam Cardoso (1978, p. 187) “O Plano de metas foi montado contando com uma participação estrangeira da ordem de 1/3 dos seus investimentos globais”.

estagnadas, de lutar ferozmente pela posse de migalhas e facilita a prática da justiça social. (JUSCELINO KUBISTCHEK apud VIEIRA, 1983, p. 87).

Mas mesmo confiando no papel redentor da industrialização o governo JK não deixou de criar um programa de desenvolvimento para a região que apresentava os piores índices de desenvolvimento do país. As dificuldades enfrentadas pela região Nordeste já há algum tempo assumiam importância fundamental nos debates sobre o desenvolvimento econômico brasileiro<sup>31</sup>. Principalmente pelo fato de que as desigualdades econômicas e sociais da região estavam oferecendo as condições para o surgimento de vários movimentos políticos de trabalhadores rurais como, por exemplo, as ligas camponesas em Pernambuco.

Tendo em vista levar o desenvolvimento e a modernização para a região mais pobre do país o governo JK cria, em 1958, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTDN. O GTDN consistiu em um órgão federal de estudo da situação econômica – conjuntural e estrutural – da região Nordeste, sob a coordenação técnica de Celso Furtado, com o objetivo de realizar um diagnóstico da raiz dos problemas econômicos nordestinos e formular alternativas de política econômica para acelerar o desenvolvimento da região. O diagnóstico apresentado pelo GTDN resumiu-se na aplicação do paradigma cepalino da dualidade sócio-econômica brasileira ao caso nordestino. Ou seja, a raiz dos problemas sócio-econômicos nordestinos não era a seca, como supunham as políticas regionais até então executadas, mas sim o próprio subdesenvolvimento das forças produtivas. Tratava-se pois de modernizar a região arcaica. De acordo com o grupo coordenado por Furtado a solução para o subdesenvolvimento nordestino seria a transformação do sistema de economia de subsistência e de exportação, de baixa produtividade, para um modelo voltado ao atendimento do mercado interno, assim como o estímulo à industrialização da região.

---

<sup>31</sup> Lembramos que em 1955, aconteceu no Recife o *Congresso de Salvação do Nordeste* que congregou as mais variadas forças políticas, sociais e econômicas, em uma verdadeira frente ampla de defesa de uma nova política para a região. Segundo Bernardes (2007, p. 71) o congresso “[...] teve uma forte influência de militantes do Partido Comunista, mas conseguiu mobilizar desde empresários até lideranças sindicais.



A partir das análises do GTDN é que, em 1959, o governo JK cria a SUDENE e, com a participação de Celso Furtado, lança o desafio de levar a modernização e a industrialização à região Nordeste. Contudo, as contradições da fundação do mais importante órgão para o desenvolvimento do Nordeste são inegáveis. Documentos da própria SUDENE apontam que na época a principal preocupação do governo federal era o controle dos movimentos populares no campo que insistiam em crescer na região. Segundo Ianni (1979) no momento em que as massas camponesas nordestinas começavam a organizarem-se em ligas e sindicatos os grupos dominantes do Nordeste e o governo federal decidiram intervir com programas governamentais. Assim, na fundação da SUDENE estava envolvida também a preocupação em controlar os possíveis focos de conflitos sociais na região. Um documento da SUDENE de 1962 sintetiza essa preocupação:

A crescente pressão demográfica que se constata no Nordeste e a deficiência estrutural de sua economia [...] para absorver os novos contingentes demográficos têm suscitado problemas sociais e políticos de suma gravidade, que podem ser sintetizados nos seguintes fatos: a) clima geral de insatisfação; b) criação de ressentimentos em relação às áreas mais desenvolvidas do País; c) aparecimento de associações camponesas com vistas a resolver o problema imediato de acesso à terra; d) expansão do contingente de desempregados; e) redução do prestígio do Poder Público nas camadas maiores da população. Todos estes fatos que comprometem inclusive a unidade e a segurança interna do país, decorrem em grande parte da inexistência de uma política global de desenvolvimento econômico para o Nordeste e da ineficiência das soluções parciais que têm sido tentadas.<sup>32</sup>

Assim, através dessa contradição de, por um lado, responder as demandas de desenvolvimento da região e, por outro, oferecer um controle sobre o avanço dos movimentos populares no Nordeste, a SUDENE representou um dos maiores esforços estatais para o desenvolvimento econômico e social da região mais pobre do país.

Também nessa linha encontram-se as diretrizes do governo JK para o desenvolvimento das políticas sociais. Assim, as promessas da ideologia do

---

<sup>32</sup> SUDENE, Projetos apresentados ao governo da república federal da Alemanha. In: Boletim Econômico, vol. 1, n. 1, Recife, 1962. Citado por: IANNI, Octavio. Estado e Planejamento econômico no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

desenvolvimento exigiram o surgimento de políticas sociais sob a forma do “desenvolvimento de comunidade”, que até a década de 70 modelaram o padrão de intervenção do Estado na “questão social” brasileira, com o intuito de preparar ideológica e politicamente a força de trabalho rural e urbana para a expansão e “modernização” capitalista. Segundo Ammann (2003, pág. 198).

Nas metrópoles o Desenvolvimento de comunidade operou particularmente com as políticas de industrialização e passa a colaborar com a qualificação do exército industrial de reserva, na forma, no compasso e na medida exigida pelas classes burguesas que comandam a expansão industrial capitalista.(...) De um lado, ela oferece, de forma atomizada, pequenos serviços de saúde, educação, lazer, etc. minimizando aparentemente o custo de reprodução da força de trabalho (...) De outra parte mobiliza a força de trabalho em seus raros momentos de folga, para lhes arrancar sobre-trabalho gratuito na construção de obras que vêm a camuflar os déficits deixados pelo Estado nos espaços físicos de concentração das classes subalternas.

Em síntese esse conjunto de políticas governamentais simbolizam a dinâmica contraditória do governo JK que no auge da guerra fria conseguiu manter a estabilidade democrática construindo uma ampla aliança e oferecendo as condições para o avanço das promessas desenvolvimentistas.

## **2.7 - Celso Furtado, o mito do desenvolvimento e a hegemonia não-realizada: a quebra do consenso na direção do projeto burguês**

Cega pelo brilho ofuscante dos mitos e da possibilidade de costurar uma ampla aliança que conduzisse o Brasil num caminho harmônico, a burguesia brasileira acreditou poder dirigir o processo de crescimento econômico e aumento dos lucros nacionais e estrangeiros através de uma superexploração do trabalho e da manutenção da extrema concentração da propriedade e da renda. Ao negar qualquer concessão aos trabalhadores em forma de reformas sociais estruturantes a burguesia brasileira criou intensas contradições que

acabaram por levar o desenvolvimento capitalista brasileiro e a construção da hegemonia burguesa a uma encruzilhada histórica.

Nos ensaios de Celso Furtado: *Um projeto para o Brasil* (1968) e *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974) o economista brasileiro nos oferece excelentes análises sobre o contraditório processo de industrialização intensiva no Brasil.

Primeiro é importante destacar que é um fato inegável da história brasileira que a produção econômica e o nível de emprego aumentaram consideravelmente nos princípios da industrialização intensiva. Isso proporcionou em meados da década de 50 um significativo avanço nos lucros capitalistas e conseqüentemente uma elevação no nível de vida da população dos grandes centros urbano do país. Segundo dados de Celso Furtado (1968, p. 34),

Na década de 50 as indústrias manufatureiras aumentaram sua participação no produto interno bruto de 10,6 para 16,1 por cento, ao mesmo tempo que o emprego nesse setor aumentava sua participação de 7,7 para 9,4 por cento da população ocupada.

No entanto, apesar de um forte impulso inicial, as promessas feitas pela modernização brasileira não chegaram a atingir o conjunto dos trabalhadores brasileiros. Pela própria manutenção da estrutura de concentração do poder político brasileiro, favorecida pela grande aliança burguesa em torno do projeto de “modernização conservadora”, mudanças importantes, como a reforma agrária e outras reformas sociais, foram descartadas ocasionando a permanência das determinações estruturais que mantinham a gigantesca concentração de renda no Brasil. Segundo Furtado, já no início da década de 60, é possível visualizar as contradições inescapáveis ao processo de industrialização nacional. Segundo dados do autor, nesse período,

[...] a participação do setor industrial aumentou de 16,1 para 23,0 por cento, enquanto a participação da mão-de-obra industrial declina de 9,4 para 9,1 por cento. Esse declínio ocorreu não obstante a taxa de crescimento anual da produção industrial haja aumentado de 8,1 para 9,2 por cento [...] (FURTADO, 1968, p. 34)

Além disso, dados da época indicam que entre 1950 e 1960 a participação dos salários no valor agregado declinou de 27 para 20 por cento nas indústrias pesadas e de 22 para 20 nas chamadas indústrias leves. Segundo Furtado, esses dados permitem-nos perceber que a evolução industrial, o avanço tecnológico, bem como, a grande concentração de poder econômico atuaram de forma convergente no sentido de reduzir o fluxo de salários criado pelo setor industrial em comparação com seu crescimento no período. Como afirma Furtado (1968, p. 35) “Cabe inferir dessa análise que o fruto do aumento substancial de produtividade ocorrido no setor industrial não foi transferido (ou foi cada vez menos) para a massa da população assalariada.”

Para Furtado, isso demonstra que o processo de industrialização brasileira ao contrário dos países centrais apresenta uma forte tendência de concentração de renda e de superexploração do trabalho assalariado. Segundo Celso Furtado (1974), o dinamismo alcançado pelos países centrais na fase pós-segunda guerra decorreu principalmente de uma economia baseada, por um lado, no fluxo contínuo de novos bens de consumo duráveis (principalmente o automóvel) e, por outro, na elevação relativa dos salários que permitiu a expansão do consumo de massa. Por sua vez, essa conjuntura, só é possível graças a uma correlação de forças favorável as classes trabalhadoras, que inaugurou um período expansivo das economias centrais, contribuindo para a absorção cada vez maior da força de trabalho e para o aumento dos salários.

Em contraste com essa realidade, nas economias periféricas, a debilidade da organização política das forças progressistas e a dependência ao capital estrangeiro permitiram a emergência de uma espécie de *mimetismo capitalista* (Furtado, 1974), que para desenvolver a industrialização, no período monopolista, requer uma baixa absorção da força de trabalho disponível e uma intensa concentração de renda. Esta concentração, por sua vez, possibilitou um consumo baseado em uma espécie de *mercado para minorias abastadas*, que foi o núcleo histórico de expansão da economia interna brasileira. (FURTADO, 1961). Ainda segundo este autor, a partir das décadas de 50 (com

o governo JK)<sup>33</sup>, o Brasil desenvolveu um caminho para a industrialização intensiva, que abriu espaço para a entrada dos capitais das grandes empresas monopolistas e aliou ao longo de sua história: dependência externa crônica, baixos salários, limitada capacidade de absorção de mão-de-obra, concentração de renda elevada e consumo restrito de bens duráveis.

Assim, é possível perceber traços inerentes ao processo de industrialização periférica: a correlação de forças entre as classes, o incremento do setor industrial, o progresso tecnológico e a tendência à concentração do poder político e econômico atuaram de forma conjunta para reduzir os salários, impedir o avanço das políticas de proteção social e limitar a criação de novos empregos. Ao invés de impulsionar o aumento do salário, dos empregos e dos salários indiretos (através das políticas sociais), como nos países centrais, a industrialização sob o capitalismo periférico possuía um limitado impulso para absorver a imensa quantidade de força de trabalho que afluía do campo para as grandes cidades e por isso rebaixava cada vez mais os salários dos trabalhadores brasileiros.

Para Furtado (1961 e 1974), pela falta de empregos e salários compatíveis com a construção de uma economia baseada no consumo de massas, o capitalismo periférico encontrará a saída para promover o desenvolvimento da acumulação capitalista através da implantação no Brasil de um setor de bens de consumo duráveis cuja demanda é assegurada por uma minoria de classes e setores intermediários das classes dominantes. Da mesma forma que nos países centrais, a industrialização intensiva no Brasil foi assegurada principalmente pela produção e o consumo de bens duráveis (por exemplo, os automóveis consumidos pela classe média brasileira que no governo JK assumiram uma importância fundamental para a economia). Contudo, ao invés de ampliar o emprego formal e o consumo das massas trabalhadoras, como nos países centrais, o que o modelo periférico de expansão industrial brasileira impulsionou foi a concentração da renda e o consumo restrito às classes médias e dominantes como forma de garantir um

---

<sup>33</sup> Segundo Furtado (1974) essas características particulares da modernização brasileira perseguem a economia nacional também ao longo das décadas seguintes.

nicho de mercado consumidor, avalizando ao mesmo tempo o desenvolvimento capitalista e a sua subserviência aos países centrais <sup>34</sup>.

Talvez pela continuidade dessas características contraditórias da industrialização brasileira que ampliava os lucros, mas negava o acesso aos bens produzidos para grande parte da população a burguesia não tenha logrado êxito na consolidação de sua hegemonia rumo a uma modernização conservadora. Assim, na década de 60, a relativa estabilidade democrática do país; em conjunto com a degradada situação da maioria da classe trabalhadora brasileira proporcionaram o desenvolvimento de reivindicações populares que ameaçavam a continuidade da hegemonia burguesa no Brasil. Segundo Ianni (1984, p. 86) nessa época “já era amplo e intenso o processo político de base popular, que se desenvolvia nos sindicatos, partidos, eleições, greves, comícios, debates e muitas outras atividades.” Um exemplo do avanço das lutas populares na época é a força política adquirida pelas Ligas Camponesas no Nordeste.

É em meio ao avanço das lutas sociais e depois de uma rápida e embaraçada passagem de Jânio Quadros pelo poder que toma posse em 1961 seu vice: o presidente João Goulart. Jango, como era conhecido, compôs um governo com traços progressistas, tendo entre seus ministros o economista de origem cepalina Celso Furtado. Sob orientação do fundador da SUDENE – que na época defendia que a industrialização do país não avançaria sem reformas sociais profundas – Jango decidiu atender o clamor dos movimentos populares e propôs levar a frente o chamado Plano Trienal (1963) composto por um conjunto de tímidas reformas de base.

O Plano Trienal compunha-se de quatro pontos principais: 1. A reforma educacional, que visava combater o analfabetismo com a multiplicação nacional das primeiras experiências do Método Paulo Freire; 2. reforma Tributária, controle de remessas de lucros das empresas multinacionais para o exterior; 3. reforma eleitoral, extensão do direito de voto aos analfabetos e

---

<sup>34</sup> Uma análise econômica sobre o processo particular de reprodução ampliada capitalista no Brasil que alia uma industrialização baseada no setor de bens-duráveis com um mercado consumidor retraído está em: OLIVEIRA, Francisco. *Padrões de acumulação, Oligopólios e Estado no Brasil (1950-1976)*. In: A Economia da Dependência Imperfeita. Rio de Janeiro, Graal, 1977.

militares de baixa patente; 4 reforma agrária, terras com mais de 600 hectares seriam desapropriadas e redistribuídas à população pelo governo.

Para os setores mais reacionários da grande burguesa brasileira as novas propostas de desenvolvimento para o país inscritas no Plano Trienal atacavam o consenso da classe dominante em torno do projeto de modernização nacional. Principalmente os pontos 2 e 4 assustaram os setores burgueses que articularam no âmbito do congresso a derrota do novo plano de governo.

Preocupada com a crise econômica que se agravava e o crescimento dos movimentos populares, como nítida ameaça aos interesses da aliança burguesa (entre o capital industrial, agro-exportador e estrangeiro); a burguesia brasileira não vacilou em transfigurar sua estratégia política. Em articulação com as corporações multinacionais orquestrou primeiro uma política de desestabilização da economia brasileira e do governo Jango. Depois, deixou de lado a tentativa de construção de uma hegemonia, sob o arco da socialização da ideologia do desenvolvimento, e não titubeou em romper com o estatuto democrático, novamente aderindo a uma solução política pelo alto que expôs toda a sua cultura política autoritária e contra-revolucionária. Foi assim, sob o discurso imperialista e ultrareacionário da ameaça comunista e da preservação dos interesses soberanos da nação, que a burguesia brasileira optou pelo caminho de uma “contra-revolução preventiva” (Fernandes, 1986) para salvaguardar seus interesses e continuar a desenvolver um projeto de “modernização conservadora” para o Brasil.

O golpe militar de 1964 e o regime político da “autocracia burguesa” que se seguiu, por um lado, garantiram a continuidade dos mecanismos de acumulação e de reprodução da ordem social estabelecida no Brasil, e por outro, puseram à nu, em todas as suas dimensões, o caráter autoritário e antireformista da burguesia brasileira.

Sob a alegação de colocar a economia nos eixos e garantir a modernização do país o regime autocrático burguês encontrou a saída para finalizar a transição brasileira ao capitalismo monopolista e ao mesmo tempo conservar a estrutura econômica e política necessária a manutenção das duas características históricas de sua dominação: a subordinação ao capital

estrangeiro e a extrema desigualdade social. (Fernandes, 1986) Ao mesmo tempo ao construir sob uma base repressiva a sua nova forma de dominação política asseverou e adensou as características de uma economia periférica subserviente ao imperialismo e estimuladora da desigualdade interna, e de uma cidadania burguesa frágil e pouco democrática que nega os direitos básicos a grande parte da população trabalhadora.

Por estas razões podemos afirmar que a transição do Brasil para uma sociedade plenamente industrializada ao invés de garantir a elevação no padrão de vida da população se realiza indo de encontro às pressões democráticas, igualitárias e libertárias da classe trabalhadora. Ou seja, no Brasil, as “revoluções” da burguesia e do capital significaram uma verdadeira “contra-revolução” que negou até mesmo os anseios por mudanças dentro da ordem reivindicados pelos trabalhadores.

## **2.8 - A autocracia burguesa e a doutrina da segurança nacional e desenvolvimento**

Na realidade que se estabelece após o golpe de 1º de Abril, com a instauração da autocracia burguesa, a ideologia do desenvolvimento e sua aposta na adesão democrática e consensual da sociedade brasileira ao projeto burguês de “modernização conservadora” é substituída por um projeto político predominantemente coercitivo de pura dominação de classe. Nessas condições a *ideologia do desenvolvimento* é substituída por uma ideologia que une a modernização necessária do capitalismo brasileiro com a preservação coercitiva dos interesses da burguesia local e estrangeira.

No cenário nacional autocrático é que ganha destaque a doutrina da “segurança nacional e desenvolvimento”. Uma ideologia construída nos escritórios da Escola Superior de Guerra (ESG) e que orientou os principais pressupostos da política de desenvolvimento econômico e social do país até meados da década de 80 com o fim da autocracia burguesa. Assim, segundo Ianni (1981), o planejamento econômico e a tecnocracia foram alçados ao status de verdadeiros condutores da nação. Planejar passou a ser a palavra



mágica, em nome da qual se exercia a ditadura á revelia dos interesses dos trabalhadores. Numa sociedade em que o debate político fora cancelado e a exploração dos trabalhadores urbanos e rurais atingia altos níveis era necessário legitimar a ditadura do capital por meio da “ideologização da sistemática, coerência, operatividade, pragmatismo, racionalidade, modernização, etc... da política econômica” (Ianni, 1981, p. 6). Assim, o discurso da “tecnocracia estatal” dava a impressão que os militares estavam por meio da “racionalização” livrando o país da bagunça e da corrupção.

A ação governamental obedecerá o planejamento que visa promover o desenvolvimento econômico-social do País e a segurança nacional, norteando-se segundo planos e programas [...] e compreenderá a elaboração e atualização dos seguintes instrumentos básicos: a) plano geral de governo; b) programas gerais, setoriais e regionais, de duração plurianual; c) orçamento-programa anual; d) programação financeira de desembolso. (BRASIL, MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO apud IANNI, 1981, p. 6).

De acordo com Maria Helena Moreira Alves (1984), a concepção da ideologia do desenvolvimento adotada pela ditadura pressupõe a existência de dois componentes associados: o desenvolvimento econômico e a segurança nacional. Para a ditadura a segurança do país impõe o desenvolvimento que se caracteriza pelo: avanço dos recursos produtivos, a industrialização e uma efetiva utilização dos recursos naturais, uma extensa rede de transportes e comunicações, para integrar o território, bem como o treinamento de força de trabalho especializada. Segundo o *Manual básico da ESG* (Apud ALVES, 1984, p. 48) estão entre as principais prioridades para a segurança do país: “sua capacidade de acumulação e absorção de capital, a qualidade de sua força de trabalho, o desenvolvimento científico e tecnológico e a eficácia de seus setores industriais.” Portanto, na doutrina de Segurança Nacional e desenvolvimento, a defesa dos interesses burgueses, travestida de defesa militar é considerada o principal objetivo do desenvolvimento econômico mais que as necessidades materiais básicas da população brasileira. Se antes a elevação do padrão de vida da população disfarçava os reais interesses da burguesia, agora é a segurança nacional e a defesa militar que escondem as

verdadeiras intenções das classes dominantes.

Baseada nessa concepção de desenvolvimento a autocracia burguesa desenvolveu vários planos e programas governamentais ao longo do período em que esteve no poder. Esses planos mostram de forma geral as principais intervenções da ditadura na continuidade da modernização conservadora no Brasil. Seguindo o estudo de Octávio Ianni (1981) a seguir citaremos panoramicamente alguns deles:

#### *2.8.1 Programa de Ação Econômica do governo: 1964-1966*

Teve como objetivo principal promover a estabilização financeira e criar as condições propícias ao desenvolvimento das “forças do mercado” e da livre empresa no Brasil. Para desenvolver tais objetivos o programa propunha primeiro um combate à inflação através da criação do Conselho Nacional de Política Salarial que se destinou principalmente ao controle e rebaixamento salarial. Assim, para a ditadura essa política fazia parte da,

austera política salarial e da despolitização dos sindicatos, como parte do esforço antiinflacionário e de restauração da disciplina social. (apud IANNI, 1981, p. 8)

Em segundo lugar, o programa estabeleceu uma política de claro favorecimento ao capital estrangeiro. Com essa medida, segundo Ianni (1981, p. 8) o Marechal Castello Branco adotou uma

[...] política de estímulo ao ingresso de capitais estrangeiros, e de ativa cooperação técnica e financeira com agências internacionais, com outros governos e, em particular, com o sistema multilateral da Aliança para o Progresso, de modo a acelerar a taxa de desenvolvimento econômico.

### *2.8.2 Diretrizes de Governo: 1967*

Esse documento teve como objetivo básico estabelecer as metas da política de desenvolvimento econômico do governo Costa e Silva (1967-1969). Em linhas gerais, um dos pontos que mais chama a atenção no programa é o *estímulo ao capital privado nacional e estrangeiro*. Seguindo as linhas do próprio documento: “O desenvolvimento econômico impõe o fortalecimento da empresa privada nacional, sem qualquer discriminação em relação à empresa estrangeira.” (IANNI, 1981, p. 9)

### *2.8.3 Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social: 1967 – 1976.*

Neste plano a ditadura primeiramente esclarecia que pretendia ficar bastante tempo no poder. O principal objetivo do plano era além de manter as diretrizes gerais a formação de capitais no âmbito da administração pública e determinar investimentos em setores de atuação de empresas privadas.

### *2.8.4 Programa Estratégico de Desenvolvimento: 1968 - 1970*

Segundo Ianni (1981) esse plano possui uma linguagem muito menos tecnocrática e com algum conteúdo de análise histórica e econômica que identificava diversas debilidades da economia nacional. Em seus aspectos principais o plano mostra como o poder estatal, enquanto instituição econômica e política passava a ter importância fundamental na acumulação monopolista no Brasil. Segundo o documento:

[...] é impossível arrolar um conjunto de medidas de política econômica que, além dos investimentos em infra-estrutura, preparem o terreno par a adoção de uma explícita estratégia de longo prazo. Entre essas, é possível destacar: 1) Estabelecimento de mecanismos de incentivo e captação de poupança nacional, voluntária e compulsória [...] 2) Institucionalização e disciplinamento dos mecanismos de incentivo e revelação de oportunidades de investimentos industrial (fundos, bancos de desenvolvimento, agentes

financeiros), que permitam aumentar a eficiência do investimento industrial e uma maior velocidade de repasse ao setor industrial dos fundos da poupança pública. (apud IANNI, 1981, p. 10).

#### *2.8.5 - Metas e bases para a ação do governo: 1970 - 1971*

Esse documento estabelecia as linhas gerais da política de desenvolvimento econômico do governo Médici (1969-1974). Segundo Ianni (1981) em todos esses planos de governo era essencial passar a imagem de continuidade da “revolução”. E foi exatamente nesses anos que surge a propaganda imperialista do “milagre brasileiro” do “Brasil como potência” ou “país do futuro”. Pelo documento podemos perceber nessa conjuntura de esperanças a força ideológica do mito do desenvolvimento como aglutinador de expectativas no Brasil. O objetivo síntese do plano era: “o ingresso do Brasil no mundo desenvolvido até o final do século, como uma sociedade efetivamente desenvolvida, democrática e soberana, assegurando-se, assim a viabilidade econômica, social e política no Brasil” (Apud IANNI, 1981, p. 11)

Utilizando-se do crescimento econômico obtido com o “milagre brasileiro” a ditadura procurava captar o que restava do espírito ideológico do desenvolvimento que ainda permanecia como o grande objetivo não alcançado pelo Brasil. O que estava em questão, diziam os defensores da ditadura, era o grande sonho da criação de uma sociedade industrial nos trópicos. A ideologia autocrático-burguesa divulgava que em busca deste “milagre” de desenvolvimento podia-se tudo: dar um golpe militar, aumentar a exploração do trabalho urbano e rural, prender e “torturar subversivos” e endividar o país com o capital estrangeiro.

Para alcançar o sonho de desenvolvimento econômico e social divulgado pela ditadura o documento propunha aprofundar ainda mais os laços econômicos do país com o imperialismo mundial.

[...] é chegado agora, o momento de partir para a tarefa maior de realizar, em todas as suas dimensões, um modelo brasileiro de desenvolvimento [...] Esse modelo significa a maneira

brasileira de organizar Estado e construir as instituições para criar, no país, uma economia moderna, competitiva e dinâmica, que mostre a viabilidade de desenvolver o Brasil com o apoio na empresa privada. No dinamismo revelado pela economia brasileira recentemente, o país cresceu extraordinariamente para dentro de si próprio e cresceu também pela maior integração na economia internacional. A nação pode, hoje, olhar para o futuro com mais confiança do que em qualquer fase anterior de sua história. (apud IANNI, 1981, p. 11)

#### *2.8.6 Plano Nacional de Desenvolvimento: 1972-1974*

Segundo Ianni (1981) este programa foi desenvolvido em plena euforia do “milagre econômico” com a possibilidade de transformação do Brasil em potência mundial e o aceno do governo dos EUA em ter o país como principal aliado na América do Sul. Por isso, nesse período da ditadura aumentaram a brutalidade, a repressão e a tortura. Contra todos os setores das classes assalariadas e em especial o proletariado urbano e rural. Assim, adotou-se uma concepção mais complexa e integrada do desenvolvimento, baseada na estabilidade política e na segurança interna. Todas essas medidas para sustentar a acumulação monopolista conduzida pelas burguesias nacional e imperialista, associadas econômica e politicamente para sustentar sua autocracia no Brasil.

Para Ianni (1981) foi nessa época que a ditadura adquiriu o seu maior ímpeto repressivo ao mesmo tempo que florescia o crescimento econômico com a campanha do “milagre brasileiro”. Assim o plano prevê o padrão de desenvolvimento econômico brasileiro como um modelo a ser seguido pelos outros países periféricos:

O plano oficializa ambiciosamente o conceito de “modelo brasileiro”, definindo-o com o modo brasileiro de organizar o Estado e moldar as instituições para, no espaço de uma geração, transformar o Brasil em nação desenvolvida. (apud IANNI, 1981, p. 13)

### *2.8.7 - II Plano Nacional de Desenvolvimento 1975 - 1979*

No referido plano, estimulada pela propaganda imperialista anticomunista, a ditadura ressuscita o tom grandiloqüente e quase mítico atribuído ao desenvolvimento econômico em épocas passadas. Para Ianni (1981) nesse caso o tom grandiloqüente do discurso desenvolvimentista da década de 50, posto na boca dos militares assume um caráter tragicômico declarado, tendo em vista a superexploração que era submetida a massa dos trabalhadores urbanos e rurais do Brasil. No documento percebe-se a proliferação das políticas de estímulo a concentração e centralização de capitais no sentido de garantir um espaço de ampliação para o capital financeiro no Brasil. Podemos assim apreender a influência de uma nova fração da classe burguesa no Brasil que passa a ganhar força em plena ditadura e iria se tornar hegemônica mais tarde: a aristocracia financeira. Por outro lado, o documento reforça a política de achatamento salarial que acompanha todo o regime.

Utilização, para a aceleração do desenvolvimento de certos setores, de estruturas empresariais poderosas, como a criação de grandes empresas através da política de fusões e incorporações – na indústria, na infra-estrutura, na comercialização urbana, no sistema financeiro (inclusive na área imobiliária) – ou a formação de conglomerados financeiros, ou industriais-financeiros [...] A atual fórmula da política salarial deverá ser mantida para os reajustes em acordos e dissídios coletivos [...] (apud IANNI, 1981, p. 14)

### *2.8.8 - III Plano Nacional de Desenvolvimento: 1980 - 1985*

O plano que definiu o planejamento econômico e social do último presidente da ditadura o General João Batista Figueiredo apresenta as bases para o combate à inflação galopante que atingia a economia brasileira depois da euforia do “milagre”. Ao mesmo tempo, o documento reflete a preocupação da ditadura com o aumento exponencial da dívida externa adquirida pela

estratégia econômica do “milagre brasileiro”. Ao invés de levar o Brasil para o seleto grupo das nações desenvolvidas o “milagre” promoveu um endividamento sem precedentes da economia nacional. Além disso, segundo Ianni (1981) o governo ainda comprometeu-se com o capital monopolista internacional abrindo flancos de investimentos com a desestatização de algumas áreas estratégicas para o capital financeiro.

Observa-se também certo encaminhamento para a desburocratização da máquina pública o que sugere indícios de construção da conhecida estratégia de transição lenta, gradual e segura para o regime democrático. Dessa forma a transição democrática ocorrerá sem a participação do movimento pelas “diretas já” que tomava as ruas do Brasil reafirmando a cultura política burguesa de transições pelo alto. Um acordo tão autoritário e infeliz que fez Florestan Fernandes cunhá-lo de “Transição transada”. Segundo próprio documento seu principal objetivo era:

[...] eliminar os excessos de burocracia; de simplificar o relacionamento entre as esferas do governo, e destas com o setor privado, atuando sobre focos de crescimento da burocracia, como o excesso de leis, decretos-lei, portarias e regulamentos que atribuem amplos poderes discricionários a órgãos do Poder Executivo, assim como complicadas rotinas administrativas que superpõem exigências legais e regulamentares. (apud IANNI, 1981, p. 15)

Os planos governamentais apresentados nos oferecem exemplos claros de como a política de desenvolvimento foi construída pela autocracia burguesa. Não é difícil notar que através da repressão institucionalizada foi possível a burguesia brasileira reafirmar e aprofundar todas as características que acompanham o seu projeto de “modernização conservadora”. Ou seja, foi possível através do aparato repressivo estatal garantir a intensa exploração do trabalho, a intensificação da subordinação externa e o aumento dos lucros da burguesia nacional.

Da mesma forma nos ajudam a perceber o real sentido do golpe e da ditadura instaurada a partir de 1964. Como diz Florestan Fernandes (1986) um processo de opressão institucionalizado que ao longo de ¼ de século cumpriu com dois objetivos da burguesia: 1) a integração horizontal, em sentido e em escala nacionais e internacionais, dos interesses das classes burguesas; 2) a

probabilidade de impor tais interesses a toda comunidade nacional de modo coercitivo e “legítimo”. Segundo o autor, a “autocracia burguesa” reforçou a capacidade de organização da classe capitalista nacional e suas articulações com a comunidade internacional de negócios. Com isso, ela assegurou a consolidação da dominação burguesa de modo a criar a base política necessária a uma transição segura para o capitalismo monopolista, o que segundo Florestan Fernandes (1976), nunca constitui um processo simples por causa dos conflitos fracionais no interior do bloco burguês e da pressão das classes subalternas.

Além disso esses vários planos governamentais nos oferecem casos exemplares da transformação que sofreu a ideologia do desenvolvimento no período autocrático burguês. Ao mesmo tempo nos proporcionam uma idéia de como o *mito do desenvolvimento* se solidificou no imaginário coletivo da sociedade brasileira. Podemos até arriscar que sua força aglutinadora e sua permanência no tempo oferecem a essa ideologia, típica de um país capitalista periférico, um lugar de destaque na cultura política nacional.

## **2.9 - O saldo histórico da revolução burguesa e o sentido concreto do projeto de desenvolvimento capitalista no Brasil**

Assim, durante o período autocrático burguês a “modernização conservadora” e sua forma particular de desenvolvimento industrial, baseada na abertura ao capital estrangeiro e sem a participação das massas nos ganhos civilizatórios da industrialização continua a ditar a forma de desenvolvimento capitalista no Brasil. Para Paulo Renato de Souza (1980), este período marca a ratificação dos mecanismos miméticos de articulação da economia brasileira para garantir o avanço da acumulação capitalista. Segundo o autor ao invés de investir na criação de um mercado consumidor interno baseado na ampliação dos salários e dos benefícios sociais, como fizeram os países centrais, o que vemos no Brasil é a criação de um mercado interno formado em sua maioria pelo “consumo de luxo” das classes médias e das elites nacionais. Para Souza,



A solução socialmente encontrada foi: novo esquema de financiamento que possibilitasse um novo esquema de acumulação real baseado na expansão das indústrias produtoras de bens de consumo duráveis 'pesados'; rebaixamento da taxa de salários; possibilidade de abertura do leque de remunerações e criação de um mercado relativamente pequeno mas dinâmico para bens 'caros' (...). (SOUZA, 1980, pág. 21).

Para Furtado (1974), em países periféricos de grande população, como Brasil, a simples concentração elevada da renda nacional pôde permitir a formação de nichos de mercado suficientemente amplos e diversificados para impulsionar uma industrialização significativa.

Com efeito: um país com 100 milhões de habitantes e uma renda per capita de 400 dólares (situação aproximada do Brasil em 1970), pode, concentrando 40 por cento do produto em mãos de 10 por cento da população, dotar-se de um mercado de 10 milhões de consumidores com uma renda média de 1 600 dólares, o que é suficiente para permitir a instalação de um moderno sistema industrial, um país com 10 milhões de habitantes, mesmo que tenha uma renda per capita 50 por cento mais elevada (situação aproximada do Chile em 1970) ainda que adote uma política igualmente drástica de concentração da renda, não disporá de mais de 1,5 milhão de pessoas com renda média de 1600 dólares, o que seria insuficiente a um nível adequado de eficiência. (FURTADO, 1974, pág. 47)

Nesse raciocínio de Celso Furtado (1974), podemos perceber que a forma particular de transição capitalista no Brasil cria uma grande oferta de força de trabalho que aliada à importação de tecnologias poupadoras de trabalho, e numa modernização baseada, por um lado na concentração da renda e, por outro, na ação anti-reformas sociais da burguesia, concorrem para que a massa de salários e de empregos cresça menos do que a expansão capitalista. Esta dinâmica econômica, aliada a uma correlação de forças historicamente desfavorável às classes subalternas, faz com que os baixos salários e a baixa absorção de força de trabalho estejam sempre presentes no capitalismo periférico brasileiro.

Mas uma questão é importante ser destacada. Essas características particulares do desenvolvimento capitalista no Brasil fizeram com que grande parte dos economistas brasileiros, como o próprio Celso Furtado e a Maria da

Conceição Tavares, filiados a *Teoria do subdesenvolvimento* ou a chamada *Teoria da Substituição de importações*, defendessem, até fins da década de 60, que essa configuração “concentracionista e elitista” da industrialização brasileira levaria a economia brasileira a uma inevitável fase de estagnação.

Segundo esses autores, existiam apenas duas alternativas: ou os *países subdesenvolvidos* começavam a desenvolver formas de ampliar a absorção da força de trabalho excedente e do consumo das massas trabalhadoras, ou correriam o risco de entrar em um período recessivo sério que levaria a uma crise inevitável. Na análise até então propagada por Furtado (1961), uma economia capitalista como a brasileira, onde exista a dependência externa, a extrema concentração de renda e a compressão do poder aquisitivo dos assalariados, estaria condenada à estagnação e inviabilizaria a própria acumulação. Em seu último trabalho na década de 60 (*Um projeto para o Brasil, 1968*) Furtado indica que a única saída do Brasil para o que ele chamava de “deformação estrutural” da economia capitalista seria a utilização de técnicas econômicas que empreguem mais trabalhadores, paguem mais salários e ampliem o mercado consumidor.

No entanto, a estratégia de superexploração da força de trabalho e abertura do capital estrangeiro, adotada pela ditadura que redundou no “milagre econômico” mostrou que era possível à economia brasileira desenvolver períodos de crescimento econômico rápido sem necessariamente socializar os ganhos da modernização com a classe trabalhadora. Claro, que essa estratégia não possibilitou um longo período de desenvolvimento, tal como sugerido por Celso Furtado e Maria da Conceição Tavares. No entanto foi suficiente para a burguesia cooptar importantes setores médios da sociedade e alongar o período histórico da autocracia.

A forte repressão da ditadura e seu prolongamento no tempo, fortaleceu a política econômica atrelada ao capital estrangeiro e a capacidade historicamente dada da industrialização brasileira “queimar etapas”. Com a abertura indiscriminada ao capital estrangeiro e a importação de avançadas tecnologias poupadoras de trabalho, criaram-se as bases para que a imensa *superpopulação relativa* de trabalhadores no campo e nas cidades fosse apenas timidamente absorvida pelo desenvolvimento industrial. Essas

características da economia periférica brasileira fizeram com que o trabalho assalariado e o potencial de consumo massivo se tornassem uma realidade muito tímida para a maioria dos trabalhadores brasileiros.

Não é a toa que nas décadas de 60 e 70, multiplicam-se os estudos de uma boa parte da sociologia latino-americana sobre a particularidade dessa imensa “força de trabalho excedente” na periferia capitalista. A maioria desses estudos<sup>35</sup> utilizava-se do conceito de *marginalidade* ou *massa marginal* para tentar explicar como o processo de industrialização intensiva nos países chamados *subdesenvolvidos* ao invés de estimular a universalização do trabalho assalariado formal, criava uma imensa massa de pessoas subempregadas, desempregadas e pauperizadas e ocupava as franjas do mercado capitalista nos grandes centros urbanos da América Latina. Segundo Souza (1980),

(...) a economia brasileira foi extremamente dinâmica na criação de empregos de ‘alta produtividade’ no pós-guerra: no período 1950-70 o setor secundário em conjunto expandiu seu emprego à taxa de 4,0 por cento ao ano e a indústria de transformação o fez a 3,6 por cento. Entretanto também as atividades urbanas de baixa produtividade ganharam gravitação não só em relação ao conjunto da força de trabalho das cidades: cresceram 3,6 por cento ao ano neste período, sendo que o serviço doméstico remunerado o fez segundo um ritmo ainda maior: 5,2 por cento ao ano. (SOUZA, 1980, p. 25-27).

De acordo com dados da época, o produto por pessoa ocupada na indústria de transformação passou, no período de 1950 a 70, de 16 para 67 mil cruzeiros (preços de 1949) enquanto nos chamados “serviços de baixa qualificação” (incluindo aí serviços domésticos e outros serviços como reparação de automóveis e de roupas, alimentação, alojamento, etc..) a evolução correspondente foi de 1 para 10 mil, concomitante com um aumento na sua gravitação no emprego total de 10 a 12 por cento. (ALMEIDA, 1976 apud SOUZA, 1980).

Percebe-se assim, que apesar da entrada do país na industrialização intensiva proporcionar de um lado o aumento na absorção da força de trabalho

---

<sup>35</sup> Uma importante análise sobre o desenvolvimento do conceito de marginalidade está em PERLMAN, Janice. **O Mito da Marginalidade**: favelas e política no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

nos setores dinâmicos, ditos “modernos”. Por outro lado, ela o fez com uma ampliação cada vez maior das ocupações ligadas ao setor de serviços que possuíam “baixa produtividade” e que eram consideradas como entraves “arcaicos” para a modernização.

Tanto os estudos econômicos de Furtado, como as teorias sociológicas e antropológicas sobre a *marginalidade urbana*, conceberam essas características particulares (“subdesenvolvidas”) das economias capitalistas periféricas como “deformações estruturais do sistema”, “resultado de falhas de planejamento da economia” ou ainda “a permanência de setores arcaicos da economia que precisam ser modernizados”. Assim, essas teorias apesar de ressaltarem o crescimento exponencial da *força de trabalho excedente* no processo de industrialização intensiva no Brasil, nunca o analisam como uma das determinações da função específica ocupada pelos países periféricos no interior da divisão internacional da produção capitalista. Dessa forma, avaliando a crescente miséria do trabalhador brasileiro como algo exterior à lógica do capitalismo monopolista, algo que não era capitalista, mas *subdesenvolvido* ou *marginal*, que representava um entrave “arcaico” para o processo de “modernização”, a *teoria do subdesenvolvimento* jogou água no moinho ideológico *desenvolvimentista* que na sua assertiva mais conservadora pregava: “esperemos o bolo crescer para depois repartir”.

Contudo, a história mostrou que o maior legado da ditadura para a economia brasileira é a instauração de um modelo de desenvolvimento capitalista periférico no Brasil. Este modelo que expressava a cultura política autoritária da burguesia brasileira longe de levar o país a estagnação, se nutriu cada vez mais da dependência com o imperialismo, da concentração de renda, dos baixos salários e do grande reservatório de força de trabalho para impulsionar um tipo de acumulação capitalista particular ao longo de sua história. O próprio Celso Furtado, em 1974, em um momento de lucidez teórica, ao se deparar com a configuração da economia brasileira que, por um lado, esbanjava pleno crescimento, superando todos os prognósticos de desenvolvimento industrial e, por outro, ampliava a concentração de renda e a utilização da força de trabalho barata e precária afirmou:

A conclusão geral que surge dessas considerações é que a hipótese de generalização, no conjunto do sistema capitalista, das formas de consumo que prevalecem atualmente nos países cêntricos, não tem cabimento dentro das possibilidades evolutivas aparentes desse sistema. (...) Temos assim a prova definitiva de que o desenvolvimento econômico – a idéia de que os *povos pobres* podem algum dia desfrutar das formas de vida dos atuais *povos ricos* – é simplesmente irrealizável. Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista. (...) Cabe, portanto, afirmar que a idéia de desenvolvimento econômico é um simples mito. (FURTADO, 1974, p. 75).

O capitalismo periférico na sua fase monopolista e de industrialização intensiva não só conseguiu conciliar uma estrutura industrial “moderna” com a continuidade de setores “arcaicos” como também extraiu desse aparente paradoxo o seu grande potencial de acumulação de capital. Como ressalta um estudo de Maria da Conceição Tavares,

O processo capitalista no Brasil, em especial, embora se desenvolva de modo crescentemente desigual, incorporando e excluindo setores da população e estratos econômicos, levando a aprofundar uma série de diferenças relacionadas com consumo e produtividade, conseguiu estabelecer um esquema que lhe permite autogerar fontes de estímulo e expansão que lhe conferem dinamismo. Neste sentido, poder-se-ia dizer que, enquanto o capitalismo brasileiro desenvolve-se de maneira satisfatória, a nação, a maioria da população, permanece em condições de grande privação econômica, e isso, em grande medida, devido ao dinamismo que o anima. (TAVARES, 2000, p. 165 ).

Na verdade, a particularidade dos esquemas de reprodução ampliada do capital na periferia confere uma função singular para a *superpopulação relativa* na formação social brasileira. O período de industrialização intensiva no Brasil (1950-1970) apesar de oferecer uma ampliação dos postos de trabalho, em comparação com períodos passados da história brasileira, nunca atingiu uma universalização do trabalho assalariado como ocorreu nos países centrais. Pelo contrário, na periferia o potencial de realização da mais-valia e dos *superlucros* monopolistas são concretizados numa dinâmica que unifica os “setores modernos” das grandes fábricas, com “setores arcaicos” presentes nas diversas práticas comerciais e de serviços urbanos. Assim, a imensa força de trabalho que se concentrou nas grandes cidades brasileiras encontrou uma

absorção pouco satisfatória nas fábricas e empresas regulamentadas, ocupando muitas vezes as “franjas” do mercado urbano proporcionado pelas atividades do “setor de serviços” de baixa lucratividade e pouca remuneração que eram desempenhadas por pequenas empresas ou negócios autônomos. Dados de Oliveira (1975) mostram que entre 1939 e 1969, a participação do setor de serviços (terciário) no produto interno manteve-se entre 55% e 53%, enquanto a porcentagem da população economicamente ativa, isto é, da força de trabalho, saltava de 24% para 38%; “(...) o terciário configura-se assim como o setor que mais absorve os incrementos da força de trabalho no Brasil.” (Oliveira, 1975, p. 24). Outras estatísticas relacionadas ao período mostram:

Em 1973 para um total de ocupados não-agrícolas na ordem de 20 milhões de pessoas (excluindo os patrões). 16,3 milhões eram empregados, 4 milhões autônomos e 60 mil trabalhadores familiares. Do total de “empregados” o Ministério do Trabalho tinha registros de 7,6 milhões no setor privado. O emprego público era de ordem de 2 milhões de pessoas, restando portanto cerca de 6,6 milhões de um tipo peculiar de ‘empregados’ que se poderia *grosso modo* classificar como não-ocupados nas empresas realmente ‘organizadas’. As domésticas somavam 1,9 milhões segundo o censo de 1970 com que o número de empregados não-domésticos em empresas não totalmente ‘organizadas’ não seria menor que três e meio milhões de pessoas. (SOUZA, 1980 p. 27).

Podemos perceber, através dessas cifras, que o emprego no “setor de serviços” e do que convencionou-se chamar de “setor informal” está presente em grande parte das atividades econômicas desenvolvidas mesmo no período de intensa expansão da economia brasileira e que foi constituído tanto de assalariados quanto de autônomos e trabalhadores familiares. (Souza, 1980).

Mas como ressalta Francisco de Oliveira (1975), o crescimento de um setor de serviços na economia brasileira absorvendo grande parte da força de trabalho faz parte do modo de acumulação urbano e a forma de absorção da *superpopulação relativa* adequada à expansão do sistema capitalista no Brasil. Diferentemente do que pensava boa parte da sociologia latino-americana da época “(...) não se está em presença de nenhuma ‘inchação’, nem de nenhum segmento ‘marginal’ da economia.” (Oliveira, 1975, p. 25). O fato é que nas condições concretas de realização da acumulação capitalista no Brasil o

crescimento da indústria moderna de base levou a uma ampliação de um setor de serviços praticamente descapitalizado e de baixíssimos rendimentos nas grandes cidades. Como explica Oliveira,

Com a continuidade da expansão industrial, esta vai compatibilizar-se com a ausência de acumulação capitalista prévia, que financiasse a implantação dos serviços, lançando mãos dos recursos de mão-de-obra, reproduzindo nas cidades um tipo de crescimento horizontal, extensivo, de baixíssimos coeficientes de capitalização, em que a função de produção sustenta-se basicamente na abundância de mão-de-obra. Assiste-se inclusive a expansão de formas de produção artesanais, principalmente nos chamados serviços de reparação (oficinas de todos os tipos). (OLIVEIRA, 1975, p. 25).

Em outras palavras, no Brasil, o crescimento da grande indústria moderna, monopolista, de alta tecnologia e alto rendimento, necessitou de um desenvolvimento paralelo de atividades de baixa produtividade (muitas vezes “não-regulamentadas”) nos grandes centros urbanos, como forma de assegurar a realização da mais-valia produzida nas fábricas e de aumentar os *superlucros* capitalistas. Essas atividades de baixa capitalização no setor de serviços são historicamente caracterizadas pelos baixos salários, pelas condições precárias de trabalho e principalmente pela baixíssima capacidade de absorção da força de trabalho. Isso fez com que as cidades brasileiras, ao longo da expansão urbana, se transformassem em centros comerciais caóticos, onde trabalhadores ditos “informais” disputam cada espaço nas calçadas das cidades. Mas esse caos urbano das grandes capitais brasileiras, longe de significar uma *marginalidade* dessas populações trabalhadoras, representa a forma específica que o capitalismo periférico encontrou de absorver uma imensa força de trabalho ociosa. Como sintetiza Francisco de Oliveira,

[...] a expansão do capitalismo no Brasil se dá introduzindo relações novas no arcaico e reproduzindo relações arcaicas no novo, um modo de compatibilizar a acumulação global, em que a introdução das relações novas no arcaico libera força de trabalho que suporta a acumulação industrial-urbana e em que a reprodução de relações arcaicas no novo preserva o potencial de acumulação liberado exclusivamente para os fins de expansão do próprio novo. Essa forma parece

absolutamente necessária ao sistema em sua expressão concreta no Brasil [...]. (OLIVEIRA, 1975, p. 28).

Diferentemente do que aconteceu nos países centrais o desenvolvimento capitalista periférico no Brasil, em sua fase monopolista, não proporcionou a universalização do trabalho assalariado e a ampliação do consumo de massa. Ao invés disso, a transição para uma economia capitalista moderna e a correlação de forças entre as classes sociais criaram no Brasil, por um lado, uma gigantesca oferta de força de trabalho sempre pronta a ser explorada a baixo custo pelos diversos setores “modernos” e “arcaicos” da economia nacional e internacional. E por outro lado, o *consumo de luxo*, das classes mais abastadas, ratificou a reprodução ampliada do capital e a renovação das taxas de lucros, garantindo o livre desenvolvimento das empresas monopolistas em terras brasileiras.

Temos no Brasil um capitalismo monopolista periférico que alcança seu estágio de industrialização intensiva e plena articulação com a economia mundial imperialista através da subserviência aos interesses do capital estrangeiro, da reiteração da desigualdade social e da extrema concentração de renda. Longe da proclamada tese do PCB de que a industrialização colocaria inevitavelmente o Brasil no caminho de uma “revolução nacional democrática”, levado adiante por uma articulação entre “burguesia nacional” e proletariado, o que a modernização capitalista fez foi adensar cada vez mais as características de uma economia dependente do capital imperialista e que se alimenta de uma extrema desigualdade social.

Foi com extrema competência política e consciência de seus interesses de classe que a burguesia brasileira preferiu, ao longo do processo histórico de consolidação do capitalismo periférico brasileiro, manter seus laços com o imperialismo mundial do que se lançar em aventuras nacionalistas e reformistas que poderiam pôr em cheque tanto a sua capacidade econômica de acumulação baseada na desigualdade social extrema, quanto a forma específica de sua dominação política. Ao contrário das análises que creditam um caráter débil para a burguesia brasileira, ela na verdade detém um forte poder econômico, social e político, de base e de alcance nacionais; possui o controle da maquinaria do Estado nacional; e conta com suporte externo para



modernizar as formas de socialização, de cooptação, de opressão ou de repressão inerentes a dominação burguesa. Ao escolher o caminho político da reprodução contínua de um ambiente sócio-econômico caracterizado pela dominação imperialista e seu corolário, que é a continuidade da desigualdade social extrema, a burguesia brasileira forjou suas estratégias de dominação e sua cultura política através de um arraigado censo contra-revolucionário e antidemocrático. (FERNANDES, 1976)

Mas um ponto essencial para nossa argumentação é que essa conformação da cultura política das classes dominantes não se configura como uma determinação mecânica da estrutura econômica periférica vigente no país.

A construção de uma cultura política contra-revolucionária dos setores burgueses brasileiros ao longo do processo de industrialização é mediada, não só pelo terreno econômico em que essas classes desenvolveram sua forma de ação. Ela é também o resultado histórico da luta entre as classes sociais fundamentais. Caso a capacidade de pressão dos trabalhadores organizados forçasse um caminho político de construção de uma nação autônoma e democrática talvez a história da industrialização e da modernização guiasse o Brasil por caminhos diferentes. Mas enquanto a correlação de forças entre as classes sociais pesaram para a balança da forte burguesia brasileira a “revolução brasileira” se processou sob bases autocráticas e contra-revolucionárias.

Ao desenvolver estratégias de luta política que visaram sempre a reconstrução sob novas bases do mesmo ambiente sócio-econômico, descrito acima, a burguesia brasileira se despojou das suas promessas de civilidade e melhores condições para todos e de qualquer possibilidade de levar adiante um projeto nacional democrático. Como afirma Florestan Fernandes (1976) a reciprocidade de interesses das burguesias imperialistas e a burguesia nacional criam duas faces interdependentes do capitalismo periférico. A revolução “atrasada”, da periferia, foi fortalecida por dinamismos especiais do capitalismo mundial e levou, de modo quase sistemático e universal, a ações políticas reacionárias, pelas quais se revela a essência autocrática da dominação burguesa no Brasil.

Entre a ruína final e o enrijecimento, essas burguesias não têm muita escolha propriamente política (isto é, racional). O idealismo burguês precisa ser posto de lado, com seus compromissos mais ou menos fortes com qualquer reformismo autêntico, com qualquer liberalismo radical, com qualquer nacionalismo-democrático burguês mais ou menos congruente. A dominação burguesa revela-se à história, então, sob seus traços irreduzíveis e essenciais, que explicam as 'virtudes' e os 'defeitos' e as 'realizações históricas' da burguesia. A sua inflexibilidade e a sua decisão para empregar a violência institucionalizada na defesa de interesses materiais privados, de fins políticos particularistas; e sua coragem de identificar-se com formas autocráticas de autodefesa e de autoprivilegiamento. (FERNANDES, 1976, p. 296)

Por essas razões, quando falamos em período monopolista do pós-segunda guerra mundial, torna-se impossível generalizar qualquer situação política ou econômica específica, principalmente quando a realidade dos países periféricos é comparada a dos países centrais. Nas nações cêntricas, pela conjuntura econômica e política específica que lá se constituiu, a transição para o capitalismo monopolista pós-segunda guerra foi acompanhada pela universalização do trabalho assalariado, pela ampliação relativa da participação democrática e pelo alargamento dos direitos sociais, com a instauração de políticas públicas universais. Na periferia capitalista, e mais especificamente na realidade brasileira, podemos afirmar que a universalização do modo de vida (*modus vivendi*) burguês, ou seja, a socialização com as outras classes sociais da forma particular de sociabilidade burguesa, prescindiu da participação democrática ampliada dos trabalhadores e da ampliação dos direitos sociais para concretizar-se. E foi também essa cultura política, antidemocrática e antireformista, forjada na particularidade da luta de classes brasileira, que guiou as ações da burguesia e dos setores dominantes no campo das políticas de gestão, controle e disciplinamento da força de trabalho, ou seja, na esfera daquilo que comumente denominamos de "questão social".

Esse é o legado econômico, político, cultural e ideológico do caráter particular da revolução burguesa no Brasil. Essas características conduziram as promessas ideológicas de desenvolvimento social e econômico ao longo da história de industrialização e modernização do Brasil. No mesmo sentido elas

possibilitaram uma transição contra-revolucionária para o capitalismo monopolista. Como diz um célebre marxista contemporâneo,

Ao longo do último século, é certo que o capital invadiu e subjugou todos os cantos do nosso planeta, tanto os pequenos como os grandes. No entanto, ele se mostrou absolutamente incapaz de resolver os graves problemas que as pessoas têm que enfrentar na vida cotidiana pelo mundo afora. No mínimo, a penetração do capital em cada um dos cantos do mundo “subdesenvolvido” só agravou esses problemas. Ele prometia a modernização, mas, depois de muitas décadas de intervenção trombeteada em alto e bom som, só ofereceu a intensificação da pobreza, a dívida crônica, a inflação insolúvel e uma incapacitante dependência estrutural. (MESZAROS, 2002, p. 92)

Com isso, o Brasil, em fins da década de 70, chegava a compor o seleto grupo das oito nações mais ricas do globo, ou seja, em poucas décadas o país foi artífice de um fabuloso processo de desenvolvimento industrial e tecnológico. No entanto, esta mesma nação contou com uma cultura política burguesa que preservou tanto a subordinação aos ditames do imperialismo, como, também, a sua histórica marca de desigualdade social e superexploração do trabalho. Contudo, as inflexões do capitalismo mundial às portas do século XXI exigirão transformações substantivas na dinâmica de desenvolvimento capitalista e abrirão uma nova etapa de reajustamentos e readaptações na dominação burguesa no Brasil.

## Capítulo 3 - Da “destruição criadora” a “produção destrutiva”: transformações capitalistas e a readequação da ideologia burguesa.

### 3.1 – “Destruição criadora” ou “Produção destrutiva”?

No século XX, em meio à contraditória expansão do capitalismo monopolista mundial um dos mais proeminentes economistas burgueses, o austríaco Joseph A. Schumpeter (1961), formularia um dos conceitos mais utilizados pela economia política nas últimas décadas. Preocupado com a nítida contradição entre as formulações harmoniosas da economia tradicional neoclássica e as visíveis turbulências da nova fase do sistema capitalista mundial, Schumpeter (1961) inovaria em suas elaborações teóricas ao propor um modelo de análise distinto dos equilibrados manuais de economia neoclássica.

Como sabemos a tradição econômica neoclássica entende o conjunto do sistema econômico capitalista e as relações de transações e trocas estabelecidas entre seus agentes como um perfeito equilíbrio propiciado pelas condições do mercado livre. Nesse contexto a vida econômica capitalista é entendida como que fluindo através de canais que, interligando empresas e unidades familiares, caracterizavam o chamado *fluxo circular de renda*. Sob essa perspectiva a economia de mercado, franqueado de empecilhos à livre concorrência, conduziria a sociedade capitalista a um equilíbrio econômico no qual os canais de interação e os tipos de fluxos não sofreriam mudanças significativas e substanciais no decorrer do tempo. Marshall (1985, p. 55), por exemplo, considerava que “[...] os fenômenos econômicos (assim como os fenômenos naturais - CHM) são configurados por processos lentos, contínuos e graduais, sem a ocorrência de grandes saltos (Natura non facit saltum) [...]”.

Essas elaborações harmônicas da economia neoclássica, desde o surgimento da fase imperialista do capitalismo, chocavam-se continuamente

com um sistema produtivo cada vez mais dominado pelo monopólio e que apresentava visíveis contradições que ora ocasionavam crises, recessões e guerras; ora permitiam saltos tecnológicos e inovações sem precedentes na produção de mercadorias. Schumpeter (1961) ao perceber, por um lado, o visível paradoxo entre o desenvolvimento capitalista de seu tempo e as teorias ortodoxas da economia liberal e, por outro, o avanço das análises marxistas, desenvolveu uma nova corrente que possibilitou renovar as análises da economia política burguesa. Assim, diferentemente da tendência neoclássica ao equilíbrio espontâneo do mercado, Schumpeter defendia outro entendimento sobre o desenvolvimento capitalista. Dizia ele:

O desenvolvimento, no sentido em que o tomamos, é um fenômeno distinto, inteiramente estranho ao que pode ser observado no fluxo circular ou na tendência para o equilíbrio. É uma mudança espontânea e descontínua nos canais do fluxo, perturbação do equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio previamente existente. [...] Essas mudanças espontâneas e descontínuas no canal do fluxo circular e essas perturbações do centro do equilíbrio aparecem na esfera da vida industrial e comercial, não na esfera das necessidades dos consumidores de produtos finais. (SCHUMPETER, 1982, p. 47-48).

Em primeiro lugar, para Schumpeter (1961) o capitalismo é inerentemente um sistema “evolutivo” que precisa se expandir e aumentar a produção para continuar existindo. “O ponto essencial que se deve ter em conta é que, ao tratar do capitalismo, tratamos também de um processo evolutivo. [...] um fato tão evidente que, além disso, há muito tempo foi salientado por Karl Marx.” (Schumpeter, 1961, p. 109). Para o autor não era a concorrência livre e a “competição perfeita” que garantia por si só esse processo de avanço da produção capitalista, mais sim a capacidade dos empreendimentos privados, e inclusive dos grandes monopólios empresariais, em concentrarem capitais e desenvolverem contínuas inovações produtivas.

O impulso fundamental que põe e mantém em funcionamento a máquina capitalista procede dos novos bens de consumo, dos novos métodos de produção ou transporte, dos novos mercados e das novas formas de organização industrial criadas pela empresa capitalista. [...] na realidade capitalista e não na

descrição contida nos manuais, o que conta não é [...] (a concorrência perfeita - CHM), mas a concorrência de novas mercadorias, novas técnicas, novas fontes de suprimento, novo tipo de organização (a unidade de controle na maior escala possível, por exemplo) — a concorrência que determina uma superioridade decisiva no custo ou na qualidade e que fere não a margem de lucros e a produção de firmas existentes, mas seus alicerces e a própria existência. (SCHUMPETER, 1961, p. 110 e 112)

De acordo com o autor esse desenvolvimento contínuo da economia capitalista em busca das inovações produtivas longe de ser guiado por uma evolução natural e harmoniosa é o resultado de um processo cheio de contradições e descontinuidades. Nas palavras do autor,

[...] é uma história de revoluções, como o é a história da indústria de ferro e aço, desde o forno de carvão vegetal até os tipos que hoje conhecemos, a história da produção da eletricidade, da roda acionada pela água à instalação moderna, ou a história dos meios de transporte, que se estende da antiga carruagem ao avião que hoje corta os céus. A abertura de novos mercados, estrangeiros e domésticos, e a organização da produção, da oficina do artesão a firmas, como a U.S. Steel, servem de exemplo do mesmo processo de mutação industrial [...] que revoluciona incessantemente a estrutura econômica a partir de dentro, destruindo incessantemente o antigo e criando elementos novos. (SCHUMPETER, 1961, p. 110)

A esse longo processo de retrocessos e avanços que acompanha o desenvolvimento capitalista Schumpeter (1961) chamou de “Destruição Criadora”. Segundo ele, “[...] Este processo de destruição criadora é básico para se entender o capitalismo. É dele que se constitui o capitalismo e a ele deve se adaptar toda a empresa capitalista para sobreviver.” (SCHUMPETER, 1961, p. 110). Do processo de “destruição criadora” nasceriam os grandes “empreendedores” capitalistas que de posse de grandes recursos financeiros poderiam proporcionar o ambiente adequado para a proliferação de grandes inovações tecnológicas que guiariam a economia a novas fases de crescimento econômico e social.

Foi assim, que para defender o capitalismo como o sistema econômico mais adequado para o avanço civilizatório e democrático da humanidade Joseph Schumpeter (1961) afirmou nas suas teorias que o desenvolvimento

capitalista evoluía através de um processo contraditório de rupturas traumáticas, mas que quando analisado a longo prazo também produzia saltos revolucionários em direção ao progresso econômico e social da humanidade. Assim, segundo o autor, as diversas crises periódicas e desumanidades cometidas em nome da economia capitalista seriam compensadas pelo posterior crescimento industrial e pelo desenvolvimento das forças produtivas da humanidade.

Neste pobre resumo da rica elaboração de Joseph Schumpeter sobre o processo capitalista de “destruição criadora” podemos observar como a economia política burguesa procurou justificar durante um bom tempo a contraditória dinâmica de desenvolvimento do capitalismo na sua fase imperialista. Fase esta que apesar de possibilitar o aparecimento de grandes crises econômicas – base material para a explosão de duas devastadoras guerras mundiais – contraditoriamente também ofereceu as condições para que posteriormente o capitalismo vivesse um período de crescimento econômico relativamente contínuo e duradouro para vários países centrais e algumas economias periféricas.

Na entrada do capitalismo monopolista na fase do capitalismo tardio (MANDEL, 1982), ou seja, com o período pós-segunda guerra mundial (1945 – 1970) a adoção das chamadas políticas keynesianas previram o controle estatal de alguns elementos contraditórios do sistema fazendo com que a economia capitalista mundial alcançasse, durante três décadas seguidas, grandes saltos de crescimento econômico. Fase que Mandel (1982) chamou de “onda longa de expansão”, mas que os economistas burgueses preferiram nomear como uma “idade de ouro do capital”. Uma onda de crescimento econômico aparentemente tão sólida que grandes intelectuais passaram a defender, não só o processo de “destruição criadora”, mas também que o mundo assistia a uma nova forma de desenvolvimento capitalista baseada na racionalização da economia pelo Estado.

É nesse sentido, que em 1944, o grande intelectual Karl Pollanyi publicou seu livro chamado “A grande transformação”, ocasião em que fez uma das mais duras críticas não-marxistas ao pensamento liberal e a chamada economia de mercado. Na sua obra Pollanyi (2000) acenava com a esperança

de que, com base no keynesianismo europeu e no “New deal” norte-americano, poderíamos brevemente anunciar o começo de uma nova era de grandes conquistas para a humanidade. Segundo ele, o mundo estava prestes a assistir à retomada e o controle racional da economia pela sociedade organizada através do Estado.

Da mesma forma, como vimos no capítulo anterior, nessa época as *ideologias desenvolvimentistas* nos países periféricos, como o Brasil, ancoraram suas promessas de uma modernização planejada como redentora das limitações subdesenvolvidas nitidamente pegando carona na fase áurea do capitalismo mundial.

A crença em uma economia capitalista baseada no desenvolvimento econômico planejado, racional e contínuo não atingiu apenas a intelectualidade burguesa. Chegando a influenciar intelectuais filiados ao espectro da tradição marxista como Hebert Marcuse<sup>36</sup> e Lucien Goldmann<sup>37</sup> entre outros. Na década de 60, estes autores, ao contemplarem a conjuntura de crescimento, diminuição das crises, intervenção estatal e integração social-democrata das massas trabalhadoras esses teóricos pensaram estar diante de um capitalismo auto-regulado e racional ou no conceito consagrado um “capitalismo organizado” ou “harmonizado”<sup>38</sup>.

Seria, contudo, um grande erro para o pensamento marxista interpretar a ausência esporádica de crises extremas ou de tempestades de súbita irrupção como evidência de uma transição para um capitalismo saudável e civilizado. Até porque, como vimos anteriormente, os ganhos para a classe trabalhadora de alguns países da Europa não foram universalizados, nem com os trabalhadores europeus, nem com a massa trabalhadora dos países periféricos que tiveram que se contentar com uma industrialização pouco civilizatória.

Diferentemente das análises epidérmicas da economia política burguesa sabemos que no capitalismo a realização das necessidades sociais está subsumida a realização da mais-valia. Fica claro assim que durante o período histórico de expansão capitalista o que houve foi uma combinação, forçada

---

<sup>36</sup> MARCUSE, Herbert. A ideologia da sociedade industrial. Rio de Janeiro: Zahar, 1969.

<sup>37</sup> GOLDMANN, Lucien. Ciências Humanas e Filosofia. São Paulo: Difel, 1967.

<sup>38</sup> Para uma análise crítica sobre essa ideologia de um “capitalismo harmonizado” ver: MESZAROS, Istvan. O poder da Ideologia. São Paulo: Boitempo, 2004.



pela ameaça de avanço dos movimentos socialistas pela Europa, entre a reprodução ampliada do capital, através da criação de valores de troca, e a produção social em larga escala de valores de uso indispensáveis ao estabelecimento das necessidades. Como ressalta Meszaros (2002), enquanto ocorreu essa “confluência forçada” entre produção de mercadorias e o estabelecimento de necessidades, o sistema capitalista ao perseguir seus interesses privados mercantis pôde cumprir seu papel civilizador de atender necessidades sociais aumentando as forças produtivas da sociedade enquanto ao mesmo tempo acumulava lucros crescentes. Assim, por este período, nos países centrais, foi possível ao movimento organizado dos trabalhadores forçar alguns ganhos civilizatórios do capital.

Mas a expansão desenfreada da economia capitalista nessa fase de ascensão histórica não podia ser sustentada indefinidamente. Já no final da década de 60 o capitalismo começava a dar sinais de esgotamento da “onda longa expansiva”. O primeiro teórico marxista a indicar tal inflexão foi Ernest Mandel. Em sua obra de 1972, *O Capitalismo Tardio*, Mandel já apontava indícios do esgotamento da “onda longa expansiva” e da entrada do capitalismo numa nova fase de estagnação e baixo crescimento, ao qual nomeou de “onda longa de estagnação” ou “onda longa depressiva”. Segundo o autor,

Desde o início do que chamei de a onda longa depressiva, isto é, desde o ano de 1974, quando começa a primeira recessão generalizada na economia capitalista internacional depois da II Guerra Mundial, entramos em uma longa depressiva que se caracteriza especialmente por uma taxa de crescimento média, a longo prazo, que é menos da metade daquela dos 25 anos precedentes e se traduz notadamente por uma elevação ininterrupta, através dos altos e baixos da conjuntura, do desemprego, que atingiu quase 40 milhões de pessoas apenas nos países imperialistas. Durante esse longo período depressivo, a acumulação de capital prossegue, evidentemente, não há crise permanente, isso não existe. Há sempre períodos de recessão seguidos por períodos de retomada. Conhecemos uma recessão em 1974/75, outra em 1981/82, e uma retomada após essa última, que durou de 1983 a 1986. Mas no curso de todas essas retomadas, o investimento produtivo – no sentido mais amplo do termo, em novas fábricas que produzem não somente mercadorias, como também telecomunicações, transportes, eletricidade, gás, infraestrutura – não manteve o ritmo. Tem havido cada vez menos investimentos produtivos. (MANDEL, 1990, p. 320).

Portanto, para Mandel (1982) o capitalismo entrava agora numa fase em que as crises são cada vez mais profundas e freqüentes e os períodos de retomada de crescimento cada vez mais fracos e curtos. Essa nova fase de recessão acionará a luz vermelha para os capitalistas privados que, a partir daí, buscarão de todas as formas recomporem os seus lucros estagnados e ao fazerem isto intensificarão as contradições gerais do capitalismo. Segundo Mandel (1990), se após 1945 o objetivo principal do capital havia sido a estabilização social e política dos principais países capitalistas; após 1973 e, sobretudo, após 1989, com a queda da União Soviética, a prioridade absoluta do capital se tornou a retomada das taxas de lucro, se preciso ao preço de desemprego massivo e de um agravamento das tensões sociais.

Nessas condições o capitalismo atual se caracterizaria por um estágio de intensificação de todas as suas contradições inerentes, tais como: a contradição entre a socialização crescente do trabalho e a apropriação privada da produção social; ou a contradição entre a produção de valores de uso (que atualmente chega a níveis incalculáveis) e a realização de valores de troca (que permanece atrelada ao poder de compra da população), ou ainda, a produção de mercadorias de luxo comparada ao subconsumo de bens essenciais por parte da população, entre muitas outras.

O capitalismo tardio corresponde a uma fase em que o capital se reestrutura de cima a baixo para continuamente superar as crises sucessivas de superprodução, provenientes da “onda longa depressiva”, intensificando a busca por *superlucros*. E, ao fazer isto, o sistema capitalista extenua suas possibilidades civilizatórias, tornando-se um modo de produção ainda mais expropriador e destrutivo. Tanto no que diz respeito à humanidade como no que diz respeito às forças naturais. Segundo Mandel (1982), Marx já havia previsto esse processo destrutivo ao afirmar que o capital só poderia desenvolver-se e também desenvolver as forças produtivas da humanidade saqueando simultaneamente as fontes de riqueza humana, da terra e do trabalho. Para Mandel (1982) estamos assistindo a uma fase capitalista na qual para desenvolver suas forças o capital deve necessariamente destruir

continuamente capacidade produtiva (humana e natural). Em um trecho de sua obra Mandel (1982, p. 403) afirma:

No capitalismo tardio, esse saque atingiu proporções imensuráveis. A oposição entre valor de troca e valor de uso, que no apogeu do capitalismo só vinha à tona excepcional e repentinamente em tempos de crise econômica, é sempre visível no capitalismo tardio. Essa oposição encontrou sua forma mais dramática na produção em massa de meios de destruição (não só de armas militares, mas também de todos os instrumentos destinados à destruição física, psicológica e moral do homem).

Apesar de desenvolver uma análise bem diversa da teoria mandeliana outro marxista que aprofundou os estudos sobre as características destrutivas do capitalismo, pós década de 70, foi o filósofo húngaro, discípulo de Lukács, István Mészáros<sup>39</sup>. O autor húngaro concorda com Marx e Schumpeter ao afirmar que o capital possui um incontrolável impulso para a expansão e para a universalidade. Ou seja, o capital só é capital à medida que mantém ativa sua capacidade de auto-reprodução e expansão. Portanto, estamos diante de um modo de produção que possui seu aspecto civilizatório mais intenso no fato de, por um lado, “libertar cada vez mais o homem de suas barreiras naturais” (LUKÁCS, 1976) e, por outro, transformar a produção social num jorrar incessante de bens materiais que possibilitam a humanidade superar o quadro de escassez das sociedades pré-capitalistas.

Para Meszaros (2002) foi exatamente essa dinâmica expansionista da produção social e do desenvolvimento das forças produtivas da humanidade que fez com que o capital superasse todas as formas anteriores de reprodução social. No entanto, ao possibilitar esse fantástico desenvolvimento das forças produtivas – que ainda no século XVIII, como diz Marx (1999), igualou as prensas industriais à força do martelo do Deus Thor – a dinâmica capitalista realizou tais feitos reificando todas as relações dos homens com a natureza e com os homens entre si. Segundo Meszaros (2002) o sistema capitalista ao desenvolver as potencialidades produtivas também produziu fraturas inerentes

---

<sup>39</sup> Para um aprofundamento sobre as teses de István Meszaros ver: PANIAGO, Cristina. **A Incontrolabilidade Ontológica do Capital**: um estudo sobre Beyond Capital, de I. Meszaros. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado: UFRJ, 2001.

ao seu modo de reprodução sociometabólica. Fissuras provenientes da separação entre meios de produção e força de trabalho e que se manifestam de diversas formas em todos os circuitos de reprodução ampliada do capital e acompanham todo o desenvolvimento histórico capitalista:

1. Primeiro, através de uma separação entre a *produção social* e seu *controle* que estão “isolados entre si e diametralmente opostos” (MESZAROS, 2002, p. 105).
2. Segundo, na separação extremamente problemática entre *produção* e o *consumo*; tanto que no final do ciclo geralmente se acumula um “excesso de consumo produtivo” ou “superprodução”, geradora de crises sucessivas.
3. Terceiro, na separação entre *produção* e *circulação*, continuamente forçada pelos capitalistas individuais que buscam superar essa contradição ampliando cada vez mais seus domínios para áreas antes inexploradas. Dessa forma, a necessidade de dominação e subordinação prevalece, não apenas no interior das fábricas capitalistas mas também se expandem continuamente para fora dos seus limites na busca pela equalização da separação entre produção e circulação o capital rompe todas as barreiras regionais e nacionais. (MESZAROS, 2002).

É por isso que o sistema capitalista é um modo de reprodução social baseado na alienação e na reificação das relações sociais, pois à medida que desenvolve as forças produtivas humanas o faz através de uma lógica reprodutiva enraizada na ausência de unidade. Uma ausência de unidade que começa na alienação entre meios de produção e trabalho e se desdobra na separação cada vez maior entre produção e estabelecimento das necessidades sociais. Para Meszaros (2001), esta dinâmica reificadora e fragmentada da lógica capitalista institui um metabolismo social que se caracteriza, por um lado, na necessidade de expansão e, por outro, na incontabilidade do sistema. Pois, neste caso, pelas suas próprias características alienantes qualquer tentativa realizada pelas personificações do capital ou pelo Estado

para transpor a estrutura fragmentária da reprodução ampliada do capital tende a ser problemática e a permanecer rigorosamente temporária.

Nesse sentido, o desenvolvimento capitalista representa um impacto na relação dialética entre a satisfação das necessidades e aumento da produtividade, pois rompe radicalmente com essa relação prévia estabelecida a milhares de anos invertendo toda a lógica da produção. No capitalismo a produção não está subordinada a satisfação de necessidades, mas sim a satisfação de necessidades é que está subordinada a produção de mercadorias. Uma verdadeira vitória do fetichismo da quantificação sobre a emancipação qualitativa da satisfação das necessidades humanas universais. Por outro lado, remove-se não só as determinações limitantes da “produção orientada-para-a-necessidade” (MESZAROS, 2002, p. 615), mas também, simultaneamente, a possibilidade dos produtores controlarem as tendências destrutivas nascidas da “dominação total da qualidade pelos imperativos da expansão quantitativa ilimitada do capital.” (Idem, idem).

Através dessa forma de reprodução sócio-metabólica inerentemente fragmentária, expansionista e incontrolável é que os homens puderam desenvolver sem precedentes suas forças produtivas, como também ativaram forças destrutivas nunca antes imagináveis. Como atesta uma célebre citação de Marx (1977, p. 81):

Na economia burguesa – e na época de produção à qual corresponde – este completo desenvolvimento das potencialidades humanas aparece com uma total alienação, como destruição de todos os objetivos unilaterais determinados, como sacrifício do fim em si mesmo em proveito de forças que lhe são externas.

Para Meszaros (2002) essas contradições inerentes ao sistema capitalista, que opõem o aumento quantitativo da produção de bens materiais à realização das necessidades sociais dos homens, irão adquirir uma dimensão ainda maior na realidade atual. No mesmo período chamado por Mandel (1982) de “onda longa depressiva” Meszaros identifica uma fase de disjunção radical entre produção genuína e auto-reprodução do capital. Como ressalta o mesmo autor (2002, p. 614),

[...] em um estágio mais avançado do desenvolvimento histórico, sob as condições de reprodução generalizada de mercadorias, [...] o fetichismo da quantificação domina completamente a dimensão qualitativa do processo de produção. [...] Esse modo particular de reprodução social é sobrecarregado com uma contradição por fim explosiva que transforma suas potencialidades *positivas* em realidades *destrutivas*. Esta virada no desenvolvimento se torna tanto mais pronunciada quanto mais se aproxima dos limites do sistema de capital – os limites das cada-vez-mais-perdulárias quantificação e expansão num mundo de recursos finitos.

Para Meszaros (2002) esta crise do desenvolvimento capitalista que produz uma disjunção radical entre produtividade e necessidade e uma intensificação das contradições capitalistas, colocando em cheque a própria reprodução do sistema é fundamentalmente uma crise estrutural do capital. Segundo o autor (2002) não há nada especial em associar a dinâmica do capital à crises sucessivas. Pelo contrário, crises de intensidade e duração variadas são o modo natural de existência do capital como já atestaram inclusive economistas burgueses como Schumpeter. Nesse sentido, completa Meszaros (2002, p. 795), “a última coisa que o capital poderia desejar seria uma superação permanente de todas as crises [...]”. Pois a superação das crises seria exatamente a liquidação da forma de desenvolvimento e expansão inerente ao capital: a “destruição criadora”, como apontou Joseph Schumpeter (1961).

Para Mészáros (2002) a novidade histórica da crise estrutural que acompanha o capital, desde meados da década de 70, manifesta-se em quatro aspectos fundamentais:

1. Seu caráter universal. Ou seja, a crise atual não está restrita a uma esfera particular, como por exemplo, a esfera financeira ou comercial, afetando este ou aquele ramos específico da produção.
2. Sua abrangência é global, pelas próprias características contemporâneas do capitalismo, em lugar de limitada a um conjunto particular de países a crise atual é uma crise mundial do sistema.
3. Sua “escala de tempo” é extensa, contínua, se preferir permanente, em lugar de limitada como foram todas as crises anteriores.

4. Em comparação aos grandes cataclismos e colapsos de crises passadas, seu modo de operar poderia ser chamado de “rastejante”. Em outras palavras, esta é uma crise longa e de caráter estagnante que opera em sentido silencioso. No entanto, a este último ponto, o autor adverte que caso os complexos mecanismos de administração da crise venham a falhar nada impede que tenhamos erupções explosivas no futuro.

Portanto, para Meszaros (2002) esta é uma etapa crítica do capital que estabelece uma nova e longa fase de depressão e baixo crescimento que dificilmente será ultrapassada nos marcos do capitalismo num futuro próximo. Assim, o fundamental tanto para Mandel (1982; 1990) quanto para Meszaros (2002) não é apontar para uma crise final de auto-definhamento do capital, como defendeu em certo sentido algumas teses da III Internacional. Mas sim ressaltar a contraditória fase capitalista em que nos encontramos. Fase esta que intensificou a contradição imanente entre produção capitalista e necessidade social ativando, com isso, os limites civilizatórios do sistema produtor de mercadorias.

Uma das questões apontadas de forma diferente por ambos os autores (MANDEL, 1982; MESZAROS, 2002) para exemplificar o paradoxo entre produção e consumo na dinâmica capitalista atual é a produção cada vez maior de artigos de luxo. Assim como, desde 1945, a destrutiva indústria permanente de armamentos<sup>40</sup> tornou-se uma das soluções mais importantes para o problema do capital excedente, constituindo-se num poderoso estímulo de inovação tecnológica (bem ao estilo schumpeteriano) a produção perdulária de artigos de luxo ocupa atualmente um lugar importante para satisfazer as demandas de expansão da dinâmica capitalista. Segundo Meszaros (2002),

---

<sup>40</sup> E a indústria permanente de armas continua até os dias atuais. Segundo o Jornal Brasil de Fato: “Os Estados Unidos responderam, em 2005, por 48% dos gastos totais mundiais em militarização, que somaram 1,118 bilhão de dólares, segundo informe do Instituto Internacional de Investigação para a Paz (Sipri), com sede em Estocolmo, Suécia. Esse número fica mais evidente quando se pega a relação per capita do gasto mundial. Enquanto no mundo a relação é de um gasto com armamento de 173 dólares por habitante do planeta, nos Estados Unidos, são 1,604 dólares por cidadão estadunidense - quase dez vezes mais”. Isso de fato explica a cultura armamentista do povo americano. Disponível em: <http://www.brasildefato.com.br>. Acesso em: 24/02/2009.

com o desenvolvimento das forças produtivas e as dificuldades de permanente expansão do consumo dos trabalhadores, o capital proporciona hoje uma infinidade de mercadorias de “luxo”, cuja produção contínua tem como motivação criar necessidades supérfluas para gerar lucro e não a satisfação de necessidades humanas concretas. Com isso, o capital impõe aos consumidores individuais uma necessidade que na verdade é um mero objetivo reificado de reprodução do sistema.

É assim que a produção capitalista se transforma em uma fábrica de coisas supérfluas, da possibilidade de desenvolver um jorrar incessante de riquezas humanas o capitalismo converte a produção social num jorrar incessante de coisas fúteis<sup>41</sup>. Essa configuração longe de ser uma exigência pueril se transforma atualmente em um dos aspectos indispensáveis ao desenvolvimento e expansão capitalista. Como sublinha o próprio autor:

[...] a reabilitação prática do luxo representa um imperativo estrutural objetivo do sistema do capital na qualidade de novo regulador do sociometabolismo. As próprias práticas produtivas, que se modificaram espontaneamente, têm a prioridade histórica também sob este aspecto, e encontram suas expressões teóricas adequadas – que insistem na dinâmica produtiva e no caráter globalmente benéfico do “consumo de coisas supérfluas”, até então moralmente condenado – paralelamente à consolidação do novo sistema. (MESZAROS, 2002, p. 643)

Essa reabilitação do supérfluo e do descartável na sociedade atual é possível justamente porque na atualidade da dinâmica capitalista *consumo* e *destruição* vêm a ser cada vez mais equivalentes, ou seja, funcionais ao processo de realização da mais-valia. Na realidade da dinâmica atual capitalista a subsunção do valor de uso ao valor de troca se configura de uma forma tal, que uma vez transformada em dinheiro não faz diferença para a reprodução do capital se a mercadoria será consumida ou destruída no final do processo. Diante do avanço do consumo destrutivo é que Meszaros (2001)

---

<sup>41</sup> Segundo estimativas da revista *exame* o mercado do luxo movimentava anualmente, em âmbito mundial, mais de US\$ 220 bilhões. No Brasil, o mercado de luxo movimentava algo em torno de US\$ 4 bilhões por ano. As estimativas apontam que a venda dos produtos de luxo no país cresceu entre 4% e 6% na última década, bem mais do que o crescimento médio de cerca de 2,5% anual da economia brasileira nesse período. Disponível em: <http://portalexame.abril.com.br/>. Acesso em: 20/02/2009.



questiona as antigas afirmações da economia política burguesa de que o capitalismo é o modo de produção mais adequado e insuperável para aumentar a capacidade de gerar riquezas. Nas palavras do autor,

[...] um conceito que requer uma reavaliação fundamental é o “avanço produtivo” do capital, pois numa época em que a vertiginosa produtividade do capital o capacita a engolir a totalidade dos recursos humanos e materiais do nosso planeta, e vomitá-los de volta na forma de maquinaria e “produtos de consumo de massa” cronicamente subutilizados – e muito pior: imensa acumulação de armamentos voltados à destruição da civilização por centenas de vezes –, em uma situação como esta a própria *produtividade* se transforma num conceito enormemente problemático, já que parece ser inseparável de uma fatal destrutividade. (MESZAROS, 2002, p. 527).

Nessas condições, podemos afirmar que em meados da década de 70, o capitalismo em busca da recomposição das taxas de lucro inflexiona sua dinâmica de reprodução ampliada e entra numa fase inerentemente destrutiva de seu desenvolvimento. A partir daí a dinâmica capitalista muda de direção. De um processo de “*Destruição Criadora*” (SCHUMPETER, 1961), que guardava seu aspecto civilizatório num fantástico potencial produtivo – que durante um bom tempo fez alguns analistas acreditarem que o capital trazia consigo o mito libertário de Prometeu<sup>42</sup> – o desenvolvimento capitalista se transfigurou em uma verdadeira “*Produção Destrutiva*”. (MESZAROS, 2002) Nessas condições, as contradições internas do sistema são intensificadas e a gradativa disjunção entre produtividade e satisfação de necessidades coloca em cheque a continuidade da conciliação entre alto dinamismo produtivo e o expansionismo inerente ao capital. Agora para continuar se expandindo é necessário que o capital ative todo o seu potencial destrutivo e expropriador das riquezas humanas e naturais.

Mas quais as determinações particulares que fizeram com que o capitalismo abandonasse uma condição em que poderia se ufanar de possuir o maior potencial produtivo da história da humanidade ou de ser o “Estado de bem Estar”, para uma outra, em que é obrigado a desenvolver formas

---

<sup>42</sup> Penso aqui especificamente na fecunda análise de David Landes presente no livro *Prometeu Desacorrentado* (São Paulo, Campus: 2005), que trata sobre as transformações tecnológicas e o prometéico potencial do desenvolvimento industrial na Europa.

destrutivas de produção e expropriação e na qual mesmo os países mais ricos vêem as promessas da modernização capitalista se esvaírem como poeira?

### **3.2 - A mundialização financeira e a nova fase do imperialismo no século XXI**

Talvez a determinação principal para a reestruturação do capital que intensificou as contradições capitalistas atuais esteja no complexo processo de mundialização do capital e suas implicações que possibilitaram a gradativa retomada, sob novas bases, do domínio econômico e político da fração mais reificada do metabolismo capitalista: o capital portador de juros ou, como ficou mais conhecido através da nomeação de Hilferding (1985): o capital financeiro.

A partir de meados da década de 70, o capital é atingido por uma crise global que abrange todo o conjunto de seu ciclo reprodutivo. O capital que vinha obtendo saltos de acumulação e crescimento começa a entrar na sua longa fase de estagnação trazendo sérios problemas para o processo de acumulação mundial. De acordo com Mandel (1990, p.15), entre o quarto semestre de 1973 e o segundo semestre de 1975, os Estados Unidos da América registraram uma queda na produção de -14,4 %; os números do desemprego, no entanto, foram ainda mais assustadores: no conjunto dos países imperialistas foram reconhecidos no inverno de 75/76, 17 milhões de desempregados.

Com a estagnação econômica o capitalismo foi obrigado a desenvolver grandes transformações na sua dinâmica de acumulação. As intervenções estatais na economia de mercado, propostas pelo ideário keynesiano, já não traziam soluções que permitissem a elevação das taxas de lucro capitalistas. Diante do futuro de crise e estagnação, gradualmente emergem soluções que pretendem desregulamentar a economia de mercado visando impulsionar investimentos financeiros antes condenados pela política keynesiana. Gradativamente ao longo dos anos 80 e 90 a antiga política keynesiana de “eutanasia do rentista” cede lugar a uma política de reanimação dos

investimentos baseados na acumulação financeira<sup>43</sup>. Nessas condições é que surge o processo histórico de mundialização do capital e a ascensão de um novo setor financeiro internacional na direção política e econômica do desenvolvimento capitalista.

Mas de acordo com Chesnais (2005) para que em meados da década de 70 o capital portador de juros e a sua personificação na forma de uma “oligarquia financeira internacional” (LENIN, 1982) assumissem a direção econômica e política do processo de mundialização do capital, algumas transformações tiveram que ser anteriormente processadas. Podemos destacar três principais processos históricos que se desenvolveram de forma concomitante e complementar ao longo dos mecanismos que possibilitaram a mundialização do capital: a) A hegemonia da ideologia neoliberal e internacionalização do capital portador de juros; b) a nova gestão da produção capitalista e a intensificação da extração de mais-valia; c) o avanço de novas formas de expropriação capitalista. Vejamos de perto como se desenrolou esses principais processos históricos que possibilitaram a retomada das taxas de lucro capitalistas e o surgimento de uma nova fase imperialista sob a hegemonia da oligarquia financeira mundializada.

### *3.2.1 - A raiz concreta da ideologia neoliberal: a internacionalização do capital portador de juros*

De acordo com Chesnais (2005) o novo impulso da acumulação financeira que hoje domina todas as esferas de reprodução ampliada do capital, na verdade tem seu tímido recomeço como um subproduto da chamada “idade de ouro” capitalista. Apesar das restritivas regulamentações estatais keynesianas o laboratório para o seu ressurgimento se desenvolve nos Estados Unidos e na Inglaterra, ainda nos anos 50, quando chegam ao fim as implicações da crise dos anos 30 e as conseqüências da segunda guerra mundial. Segundo Chesnais (2005) o principal impulso para o ressurgimento do

---

<sup>43</sup> Por acumulação financeira entendemos “[...] a centralização em instituições especializadas de lucros industriais não reinvestidos e de rendas não consumidas, que tem por encargo valorizá-los sob a forma de aplicação em ativos financeiros – divisas, obrigações e ações [...]” (CHESNAIS, 2005, p. 37).

capital portador de juros está no fato de que nesse período, na realidade dos países centrais, as famílias com renda mais alta receberam vários incentivos fiscais para começarem a investir parte de sua renda excedente líquida na compra de títulos de seguro de vida. Essa nova modalidade de investimento da classe média cresceu ao longo da década de 60 e transformou as companhias de seguro e fundos de pensão em empresas centralizadoras de grandes quantidades de ativos financeiros ociosos à disposição de investimentos.

No mesmo sentido, outra mudança abrirá as portas para a concentração de mais ativos financeiros. Na década de 1960, cada vez mais as empresas passam a vincular o pagamento dos salários a obrigação dos trabalhadores abrirem uma conta em um banco. Isto que ao primeiro olhar parece uma atitude trivial na verdade possibilitou que uma incrível massa de dinheiro, que antes escapava dos bancos, passasse a afluir em direção a eles. Segundo Chesnais (2005, p. 37) para os bancos isso significou um incremento considerável de suas operações, pois “[...] aumentou a escala de suas operações de crédito, bem como de aplicações a curto ou muito curto prazo com a mais alta remuneração que eles podiam obter [...]”.

Por isso, para Chesnais (1998) a primeira etapa do caminho que leva à atual mundialização financeira remonta principalmente a década de 60. É nesse período que começa a surgir, ou ressurgir uma força econômica que gradativamente passa a concentrar em torno das instituições financeiras, bancárias e não-bancárias (principalmente fundos de pensão e seguradoras), enormes somas de capitais ociosos. Em meio à euforia capitalista dos trinta gloriosos anos e ao lado das restrições causadas pela regulamentação monetária keynesiana começava a timidamente ressurgir o poderio dos rentistas. Um poder que emana da concentração de uma forma peculiar de capital: o capital portador de juros, que, como já tratamos anteriormente, busca “fazer dinheiro” sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros de empréstimos, de dividendos e outros pagamentos recebidos a título de posse de ações ou de lucros nascidos de especulações monetárias. (CHESNAIS, 2005)

Porém, como sabemos, o capital portador de juros tem como terreno típico de atuação a liberalização dos mercados financeiros integrados entre si

local e mundialmente. Sem esse solo para se mover o capital portador de juros não pode desenvolver sua dinâmica fetichista de transformar dinheiro em mais dinheiro. Para Chesnais (2005) o começo da constituição de um mercado financeiro mundialmente articulado e desregulamentado teve sua primeira experiência nas condições institucionais excepcionais construídas num dos grandes berços históricos do capital portador de juros: o Reino Unido. Nas palavras do autor,

Enquanto o controle de cambio atingia seu máximo, permitiu-se em 1958 a criação como offshore na City de Londres – isto é, com estatuto próprio, próximo ao de um paraíso fiscal – de um mercado interbancário de capitais líquidos registrados em dólares, chamado “mercado de eurodólares”. (CHESNAIS, 2005, p. 38).

Para Chesnais (2005) essa é a primeira base de operações internacionais para a nova fase de desenvolvimento do capital portador de juros. As grandes empresas transnacionais ajudaram a desenvolvê-la, ao lado de bancos que aproveitaram para iniciar o processo de internacionalização dos mercados financeiros. A partir daí a concentração de muitos capitais nas mãos de poucas instituições financeiras fornecerá o fermento necessário para o acúmulo de poder econômico em torno de uma nova oligarquia financeira ascendente.

Para Chesnais (1998) essa primeira etapa do percurso da mundialização capitalista, que se desenvolve principalmente na década de 60, é ainda uma fase experimental na qual coexistiram sistemas monetários e financeiros compartimentados e “oprimidos” pela regulamentação estatal. Nesta fase podemos dizer que a internacionalização financeira se desenvolve apenas de forma “indireta”, ou seja, ainda é caracterizada pelo sistema de finanças administradas e por uma internacionalização limitada a poucos mercados. Segundo Chesnais (1998), esta experiência que possibilitou os primeiros passos para a retomada do poder econômico do capital portador de juros foi assegurada principalmente pelo desvio daquilo que ficou conhecido como o “mercado de eurodólares” que se formou de modo paralelo e “externo” aos sistemas financeiros nacionais graças a atuação das autoridades financeiras de Londres. É importante ressaltar também que nessa primeira fase da

mundialização apesar das instituições não-bancárias (seguradoras e fundos de pensão) começarem a acumular somas consideráveis de ativos financeiros “os bancos continuam sendo as instituições financeiras dominantes, tanto no plano nacional como no internacional, já que o mercado de eurodólares é um mercado interbancário.” (CHESNAIS, 1998, p. 23).

Mas é com a crise capitalista de fins dos anos 70 que o processo de mundialização financeira atinge sua maturidade podendo desenvolver-se com todo seu potencial e sede por superlucros. Cada vez mais, as somas de capital que passaram a concentrar-se nas mãos das instituições financeiras – bancos, seguradoras e fundos de pensão – necessitavam da construção de um mercado financeiro mundializado e desregulamentado que oferecesse as condições ideais para o reinvestimento desses ativos financeiros em especulações monetárias e outros negócios lucrativos. Mas esse processo de desregulamentação do mercado mundial, condição primordial para o desenvolvimento do capital financeiro demandará um longo período de maturação econômica e política do novo setor capitalista.

À medida que a crise estrutural capitalista se aproxima instaurando um longo período de estagnação econômica emergem as condições históricas necessárias para que o capital portador de juros (também chamado de capital financeiro) e a nova oligarquia financeira mundializada assumam a direção econômica e política do processo de restauração capitalista.

Esse processo se inicia imediatamente após a recessão dos anos 70, com a primeira vitória do capital financeiro sobre as barreiras do protecionismo monetário mundial. Em 1971, depois de uma maciça especulação contra o dólar, os grandes financistas mundiais conseguiram pressionar para que, numa decisão unilateral, o governo americano acabasse com as regulamentações monetárias do acordo de Bretton Woods. A partir daí quebra-se a conversibilidade direta do dólar em ouro dando origem as bases liberais de um comércio monetário mundializado e sem barreiras protecionistas que sustenta o atual mercado financeiro internacional. Segundo Eric Toussaint (2002, p. 97),

A queda do sistema de Bretton Woods, que garantiu entre 1947 e 1971 a estabilidade monetária internacional, levou a uma reviravolta econômica maior: enquanto antes de 1971 o

investimento nacional podia se basear na estabilidade dos valores das diversas moedas em relação umas às outras, de um dia para o outro todos esses valores tornaram-se aleatórios e passaram a flutuar segundo o desejo dos operadores, que se aproveitaram da liberalização dos capitais.

Depois da quebra de Bretton Woods e suas incômodas barreiras ao “lucro rentista” a etapa seguinte na escalada da oligarquia financeira em busca da internacionalização dos mercados foram as decisões tomadas pelos governos norte-americano e britânico ao longo do período de 1979-1981. Com a aglutinação cada vez maior de um poderio econômico astronômico as grandes instituições financeiras, bancárias e não-bancárias, passaram a acumular também a força política necessária para, nos anos 80, dar início a uma verdadeira cruzada ideológica contra todas as regulamentações estatais que obstaculizavam os lucros financeiros no mundo.

Cada vez mais o espaço aberto pela acumulação financeira é visto pelas outras frações da burguesia como o mercado de investimentos com maior potencialidade para superar a fase de estagnação e retomar as taxas de lucro capitalistas. Com isso, a partir dos anos 80 as diversas frações da burguesia internacional promovem uma grande conciliação em torno do projeto de expansão da acumulação financeira que prevê a internacionalização e a desregulamentação dos mercados. Assiste-se a ascensão de uma nova força política hegemônica, a oligarquia financeira mundial, que livre da ameaça socialista e das regulamentações keynesianas, emerge no cenário com um projeto societário que aglutina todos os setores burgueses em busca de um objetivo comum: “libertar a acumulação de todas as cadeias impostas pela democracia.” (PRZEWORSKI, 1989). Assim, é que sob a direção econômica e política da oligarquia financeira entramos claramente num novo período de desenvolvimento capitalista. Uma fase em que progressivamente a batalha ideológica no interior das frações burguesas é ganha pela ideologia neoliberal defendida e sustentada pelos novos capitalistas da finança mundial. Segundo Asa Cristina Laurell esse novo consenso burguês possui uma explicação para a crise e uma proposta para sair dela.

Sua explicação parte do postulado de que o mercado é o melhor mecanismo dos recursos econômicos e da satisfação das necessidades dos indivíduos. De onde se conclui que todos os processos que apresentam obstáculos, controlam ou suprimem o livre jogo das forças do mercado terão efeitos negativos sobre a economia, o bem-estar e a liberdade dos indivíduos. (LAURELL, 1997, p. 113).

A prova cabal do poderio da ideologia neoliberal, como propagadora de um novo avanço das finanças mundiais, foi à eleição, em 1979, de Margaret Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos Estados Unidos em 1980. As medidas tomadas a partir desses dois governos deram origem ao sistema contemporâneo de finanças liberalizadas e mundializadas. As várias ações governamentais desenvolvidas por ambos Estados puseram fim ao controle dos movimentos de capitais com o exterior abrindo definitivamente os sistemas financeiros nacionais. Segundo Chesnais (1998) ao realizar tal feito, os primeiros ajustes liberalizantes do capital financeiro permitiram também

[...] as primeiras fases de um amplo movimento de desregulamentação monetária e financeira (que ainda não se encerrou), cuja primeira consequência, no começo da década de 80, consistiu na rápida expansão dos mercados de bônus interligados nacionalmente. (CHESNAIS, 1998, p. 25)

A partir daí a força restauradora do capital para liberalizar e mundializar os mercados financeiros se espalhou com grande ímpeto e velocidade pelos governos dos países centrais. Esse avanço das políticas liberalizantes se deu através não só da vitória eleitoral dos partidos conservadores, mas também de governos de esquerda que ao tentarem manter a política de reformas socialdemocratas acabaram cedendo ao poder aglutinador do novo projeto da burguesia internacional. Este foi o caso de Mitterrand na França, de Bettino Craxi na Itália, de Andrés Papandreu na Grécia e de Felipe González na Espanha. Com isso, na década de 90, em praticamente todos os países as políticas públicas de intervenção estatal já não são direcionadas para sustentar o pleno emprego e a demanda dos consumidores, mas sim utilizadas para patrocinar a abertura de novos mercados de investimentos financeiros, o novo palco principal para o incremento dos “superlucros capitalistas” (Mandel, 1982).



Mas não foi apenas no âmbito dos Estados nacionais que o consenso em torno dos ajustes neoliberais foi defendido e propagado pela burguesia internacional. Foi principalmente através das antigas organizações internacionais criadas pelo acordo de Bretton Woods que o novo imperialismo internacional conseguiu superar as disputas e empreender um consenso em torno do projeto de restauração burguês. Este acordo comum foi expresso principalmente no chamado “Consenso de Washington” que criou uma nova *tecnoburocracia internacional* responsável em assumir o papel de vanguarda ideológica, verdadeiros intelectuais orgânicos do novo projeto burguês. Nessas condições o FMI e o Banco Mundial perdem seu papel de instituições reguladoras do mercado mundial e são travestidas exatamente em seu contrário: *divulgadoras do consenso ideopolítico e da coerção econômico-financeira para que as diversas economias mundiais assumam o projeto de liberalização dos mercados*. Em conjunto com a fundação da Organização Mundial do Comércio, criada em 1994, para coroar a montagem da arquitetura mundial da nova ordem internacional, essas instituições passam a assumir o papel de “aparelhos privados de hegemonia” da burguesia internacional defendendo novos mecanismos de integração e ajustamentos principalmente das economias periféricas às necessidades do capitalismo internacional.

Segundo Ana Elizabete Mota

[...] o Consenso de Washington deve ser pensado como um dos meios pelos quais a burguesia internacional imprimiu uma direção política de classe às estratégias de enfrentamento da crise dos anos 80, especialmente no que diz respeito às reformas que foram implementadas pelos países periféricos, devedores do capital financeiro internacional.” (1995, p. 80).

O consenso ideológico burguês em torno das políticas neoliberais, como única alternativa para sair da crise capitalista e restaurar as taxas de juros, permitiu também que os governos dos EUA e Inglaterra liderassem a rápida formação de um mercado internacional de bônus financeiros, ou seja, um comércio mundial de títulos das dívidas públicas do Estado. A formação desse enorme comércio de títulos atendeu principalmente a necessidade de

financiamento dos déficits orçamentários acumulados pelos governos em razão da crise nas economias capitalistas industrializadas.

Para Chesnais (1998) a abertura desse imenso mercado financeiro de títulos, ou “bônus financeiros” (como chama a linguagem da economia contemporânea), permitiu que os grandes grupos financeiros que vinham acumulando poupança desde a década de 60, ou seja, os bancos, as seguradoras e os fundos de pensão, passassem a investir seus capitais ociosos na compra de títulos da dívida pública dos vários países. Por sua vez essa “mercadorização” dos títulos da dívidas públicas marcou a entrada da economia mundial na era das altas taxas de juros impostas pelos governos neoliberais. Segundo Chesnais (1998) a imposição das taxas de juros positivas em conjunto com a adoção do cambio flexível pôs nas mãos dos investidores financeiros a capacidade de determinar o nível de remuneração dos empréstimos internacionais. Como bem ressalta Chesnais (2005) a partir daí lançam-se as condições para a construção de uma *ditadura dos credores* e seu respectivo golpe de Estado na economia mundial.

As expressões “ditadura dos credores” e “tirania dos mercados” foram propostas para designar certas relações características da finança de mercado. Não se pode ter ditadura sem uma forma de golpe de Estado. Aquele que fez nascer a *ditadura dos credores* ou mais precisamente a do capital patrimonial contemporâneo com traços rentistas, remonta às medidas de liberação dos mercados de títulos da dívida pública e da alta do dólar e da taxas de juros norte-americanas tomadas em 1979-81. [...] a multiplicação por três e mesmo por quatro das taxas de juros, pelas quais as somas emprestadas deviam ser reembolsadas, precipitou a crise da dívida do terceiro mundo, cujo primeiro episódio foi a crise mexicana de 1982. (2005, p. 39 e 40, grifo nosso).

Com isso, também a dívida dos países periféricos, formada pela “reciclagem” dos petrodólares ainda em 1976, tornou-se uma força poderosa que permitiu a imposição continuada de políticas de ajuste estrutural que visam à integração subalterna dos agora chamados “mercados emergentes”. Mas mesmo com a crescente importância dos “mercados emergentes” foi a dívida pública dos países centrais, em conjunto com a liberalização dos mercados nacionais, que ofereceram o impulso necessário para o surgimento da nova

hegemonia do capital financeiro na condução da economia mundial. Como afirma Chesnais (2005, p. 40).

[...] é, entretanto, nos países do centro do sistema que a dívida pública fez o capital portador de juros apresentar um crescimento quantitativo e qualitativo. [...] A formação dos mercados de obrigações liberalizados respondeu às necessidades de dois grupos de atores: os governos e as grandes instituições que centralizavam a poupança (bancos, seguros e instituições de previdência privada - CHM). Ela respondeu a necessidade de financiamento dos déficits orçamentários dos grandes países industrializados. A constituição de um mercado de obrigações completamente aberto aos investimentos financeiros estrangeiros permitiu o financiamento dos déficits orçamentários pela aplicação de bônus do Tesouro e outros compromissos da dívida pública. Nos Estados Unidos e no Reino Unido foram reunidas, pela primeira vez, as condições políticas e sociais que permitiram aos investidores institucionais aproveitar uma política monetária favorável aos interesses dos credores e se beneficiar da liberalização e da desregulamentação das operações de aplicação e do movimento dos capitais. Mas, desde 1984-85, todos os outros países do G7 adotaram a nova tendência do financiamento dos déficits [...].

Por outro lado, além de instituir um novo cenário no mercado internacional de bônus, a partir de 1986, com a desregulamentação dos mercados acionários (*stock exchanges*) as somas que haviam sido acumuladas pelas instituições financeiras geram investimentos também na compra de ações das grandes empresas multinacionais. (Chesnais, 1998). Assim, os novos investidores financeiros assumem tanto o destino da dívida pública das nações centrais e periféricas como a condução de um renovado e intenso processo de fusão internacional das grandes empresas capitalistas.

A série de fusões entre multinacionais que se desenvolve a partir daí confirma um novo impulso na centralização e concentração<sup>44</sup> de capitais em todo o mundo. Nesta lógica de liberalização e internacionalização das operações financeiras desenvolverá sucessivos processos de rearticulação das relações econômicas e administrativas entre os grandes conglomerados de

---

<sup>44</sup> De modo sintético Ernest Mandel explica os dois conceitos. Concentração: "Aumento de valor do capital em toda empresa capitalista importante em consequência da acumulação e da concorrência (eliminação de empresas menores e mais fracas)." Centralização: "Fusão de diversos capitais sob um único controle comum." (1982; p.412)

empresas transnacionais. Nessa dinâmica o tradicional *comércio exterior* foi gradativamente suplantado pelos chamados *Investimentos Externos Diretos (IEDs)* e pelas *Novas Formas de Investimentos (NFIs)* que monopolizados pelos oligopólios multinacionais, logo se transformam no vetor principal do processo de mundialização. Segundo Chesnais (1996, p. 72), dados da Divisão sobre Firms Transnacionais da UNCTAD mostram que, em 1990, os cem maiores grupos transnacionais já concentravam em suas mãos cerca de um terço do montante total mundial de IED; “[...] possuíam ativos de valor acumulado da ordem de 3,2 trilhões de dólares, sendo cerca de 40% situados fora do país de origem.” Outros números do pesquisador francês Claude Serfati (1998, p. 141) mostram o nível que atinge a centralização e concentração do capital na década de 90 e o papel preponderante dos grandes conglomerados transnacionais no seio da nova economia capitalista mundializada.

[...] o volume de negócios da General Motors é mais importante que o PNB da Dinamarca, o da Exxon é superior ao PNB da Noruega e o da Toyota é superior ao PNB de Portugal. É impossível subestimar o papel dos grandes grupos quando sabemos que as 200 maiores empresas multinacionais realizaram um volume de negócios equivalente a 26,8% do PIB mundial em 1992, percentual em contínuo crescimento no curso da década (24,2% em 1982) e que algumas centenas de grupos realizam um fluxo interempresas equivalente a cerca de 30% do comércio mundial.

Segundo Chesnais (1996) Essa transição do comércio exterior para o IED é feito com altos custos para os países “em desenvolvimento”. Como vimos, gradativamente, as Empresas *transnacionais* assumem um papel de destaque na economia mundial, reconfigurando o antigo quadro de “trocas desiguais” entre o centro e a periferia capitalista. Nesse processo, registra-se o imenso poderio político, ideológico, militar e financeiro dos Estados Unidos sobre os destinos das outras nações, principalmente daquelas que compõem a periferia mundial.

Com as diversas fusões das multinacionais, constituem-se *mercados internalizados*, onde se criam espaços de transferências monetárias entre matriz e filiais, diminuindo os riscos financeiros e aumentando a capacidade de

extração de lucros da periferia para o centro. (Chesnais, 1996). Além disso, sob a pressão do mercado financeiro os grandes grupos industriais são obrigados a reorganizarem-se como *empresas-rede*, valendo-se de novas formas de gerenciamento dos investimentos financeiros, além de desenvolverem novas e complexas modalidades de terceirização. Fazendo uso das redes de teleinformática e automação computadorizada, as *empresas-rede* ajudam os grandes grupos a reconciliar a centralização do capital com a descentralização das operações financeiras. (Chesnais, 1996). Sobre essa base, o mesmo autor descreve o surgimento de grandes *oligopólios mundiais* reunidos num número restrito de grandes indústrias transnacionais. Segundo ele, “Constituídos sobretudo por grupos americanos, japoneses e europeus (que compõem a famosa tríade – CHM), eles delimitam entre si um espaço privilegiado de concorrência e de cooperação.” (Chesnais, 1996, p. 33). Esses grupos, que compõem a tríade imperialista, defendem seus interesses repartindo o mercado mundial em três grossas fatias, configurando o atual contexto da “mundialização” do capital superconcentrado e favorecendo a dominação do capital financeiro internacional.

No Brasil, como nos referimos no capítulo anterior, é a ditadura militar que para manter a ideologia do “desenvolvimento com segurança” intensifica o processo de liberalização do mercado nacional incentivando as fusões entre o capital bancário-financeiro brasileiro e internacional. Com isso, a autocracia burguesa foi a principal responsável pela escalada do capital financeiro internacional no Brasil patrocinando as primeiras iniciativas para a concentração e centralização de capitais monetários nacionais e estrangeiros numa inserção subalterna da economia brasileira ao novo mercado financeiro em processo de mundialização. Segundo Ary Cesar Minella (1988) o número de bancos comerciais estrangeiros manteve-se estável entre os anos de 1960 a 1975 e mais que duplicou seu número de 1976 a meados da década de 80. Números oferecidos pelo referido autor confirmam o progressivo aumento do poder econômico do capital financeiro exterior sobre a economia nacional neste período.

Segundo o Conselho Nacional de Economia, em 1960, os bancos estrangeiros não controlavam mais do que 5% do total de depósitos do sistema bancário brasileiro. Para o ano de 1963, o Senado Federal assinalava que os bancos estrangeiros representavam 2,36% dos bancos e participavam aproximadamente em 5% dos depósitos. Em 1973, sete bancos estrangeiros e cinco sob controle forâneo participavam com 1,8% das agências, eram responsáveis por 4,13% dos depósitos e por 3,75% dos empréstimos do sistema bancário, não se incluindo o Banco do Brasil. A participação relativa aumenta se considerarmos somente os bancos privados comerciais (excluídos, portanto, o Banco do Brasil e demais bancos públicos. Assim, em 1974, os bancos estrangeiros eram responsáveis por 11, 9% do total de depósitos, porcentagem que aumentaria para 14, 2% em 1979.<sup>45</sup> (MINELLA, 1988, p. 198)

Mas a penetração do capital financeiro internacional na economia brasileira patrocinada pela ditadura burguesa só representa uma parte do processo de subordinação da economia nacional a mundialização do capital. É sob os dois governos do “teórico da dependência”, Fernando Henrique Cardoso, que ironicamente a burguesia brasileira reafirma seu caráter subordinado ao imperialismo integrando definitivamente o Brasil à dinâmica de neocolonização financeira. Esse processo se dá principalmente através do aumento indiscriminado de Investimentos Externos Diretos - IEDs dos grandes conglomerados transnacionais. Segundo dados de Reinaldo Gonçalves (2006) nessa época a penetração do capital estrangeiro se desenvolve através de um intenso processo de desnacionalização em todos os setores da economia brasileira. Dados do autor mostram que o estoque de capital estrangeiro, na forma de IED, chega a 90 bilhões de dólares no final de 1998, como resultado dos processos de privatizações nas companhias de telecomunicações e outros serviços de utilidade pública que passaram para a administração privada das empresas transnacionais européias. Outros números informam que, sob o governo FHC, a penetração do capital estrangeiro atinge todas as esferas da economia (produtiva e financeira) representando um aumento extraordinário no

---

<sup>45</sup> Ainda segundo o autor, a pesquisadora Célia Gouveia Franco “[...] considera a existência de dezesseis bancos estrangeiros em 1974. Segundo essa fonte, em 1978 os dezesseis bancos estrangeiros controlavam um volume de depósitos (à vista e a prazo) [...] que representava quase 20% dos 230 bilhões depositados nos bancos privados nacionais e mais da metade dos depósitos dos bancos estatais. (MINELLA, 1988, p. 236)

“passivo externo”, ou seja, no estoque dos recursos estrangeiros no Brasil. Segundo Gonçalves (2006, p. 74)

[...] os dados governamentais mostram que o passivo externo líquido aumentou de 150 bilhões em 1994 para 246 bilhões em 1997 e, [...] chega a 300 bilhões de dólares no final de 1998. Assim durante o governo FHC o passivo externo líquido do país – isto é, os direitos adquiridos por estrangeiros atuando no país – cresceu 100%.

Além disso, dados sobre a vulnerabilidade externa no período mostram uma liberalização descontrolada do mercado de capitais brasileiros que indicam um intenso processo de desnacionalização da economia.

[...] se verifica que uma parcela crescente do aparelho produtivo nacional está sob o controle de estrangeiros (ou não residentes) e, mais particularmente, nas mãos das empresas transnacionais. [...] vale mencionar a relação entre o estoque de IED e o PIB. Esta relação aumentou de 6,3% em 1995 para 9,2 % em março de 1998. Isso representa, na realidade, um crescimento de 50% do grau de desnacionalização da economia brasileira. De fato, a desnacionalização da economia brasileira vai do controle dos setores de produção de painéis à extração de titânio, da produção de aço a bancos, da navegação de cabotagem às telecomunicações, de supermercados à aviação, de chocolates a satélites, do transporte à eletricidade. Praticamente nenhum setor produtivo tem escapado ao avanço das empresas estrangeiras sobre a economia brasileira. (GONÇALVES, 2006, p. 76)

Os processos econômicos e, principalmente, ideopolíticos desenvolvidos pela burguesia internacional, sob a hegemonia da oligarquia financeira, possibilitaram a liberalização e internacionalização dos mercados financeiros patrocinando transformações em toda a dinâmica de acumulação capitalista. Esses processos possibilitaram uma forte política de incentivo governamental à emergência de novos e não-tradicionais grupos financeiros que se desde os anos 60 vinham acumulando uma considerável soma de capitais e, nos anos 80 e 90, assumem lugar de destaque na concentração de vultosos recursos monetários.

A partir do incentivo neoliberal os fundos de pensão superam as mais típicas e poderosas instituições financeiras tradicionais e passam a ostentar uma gigantesca soma de ativos financeiros. Segundo dados de Chesnais

(1998) com a liberalização e internacionalização dos mercados os fundos de pensão no mundo passaram de uma concentração monetária alçada em 859 milhões de dólares, em 1980, para chegar ao acúmulo de 4,5 bilhões de dólares em 1994. Outras instituições financeiras alcançaram marcas também importantes como os “Mutual Funds” que no mesmo período subiram sua capacidade financeira de 118 milhões para 1,8 bilhões de dólares; as seguradoras que alavancaram 1,7 bilhões em 1994 e os os bancos, antes líderes do mercado, geraram uma concentração de 1,1 bilhões. Assim, na década de noventa, como resultado do processo de mundialização e liberalização do mercado financeiro, os fundos de pensão, que nascem como meras formas institucionais de centralização de poupança dos assalariados, passam a figurar como as mais importantes instituições financeiras concentradoras de capital monetário. A partir daí os fundos de pensão além de gerir o dinheiro das aposentadorias e benefícios dos assalariados passam a desempenhar a função de grandes instituições financeiras desenvolvendo estratégias de investimento que preservem a máxima liquidez e a máxima rentabilidade do capital monetário acumulado. Segundo Chesnais (1998, p. 29) a partir daí “Os fundos deixam de ser a expressão de uma poupança modesta [...] e passam a ser instituições centrais do capital financeiro, encabeçando as finanças especulativas.” Não é a toa que desde a década de 90 multiplicam-se as reformas previdenciárias em diversos países com o claro objetivo de abrir caminho para o acúmulo privado de capital monetário através dos regimes de capitalização presentes nos chamados sistemas complementares de previdência. A título de ilustração figuram no Brasil dois exemplos típicos: as reformas previdenciárias de 1998, com FHC, e a de 2003 patrocinada pelo governo Lula.<sup>46</sup>

Podemos perceber que a partir do desenvolvimento das políticas de ajustes neoliberais a insaciável sede por lucros do capital portador de juros gradativamente desvencilha-se das cadeias estatais e mobiliza grandes recursos para penetrar nos mais variados espaços de reprodução ampliada do capital. Com a grande soma de investimentos financeiros disponíveis as

---

<sup>46</sup> Para uma rica análise sobre o papel dos fundos de pensão para a acumulação financeira contemporânea ver: Granemann, Sara. **Para uma interpretação Marxista da Previdência Privada**. Rio de Janeiro, tese de doutorado, UFRJ, 2006.



grandes transnacionais são cada vez mais conduzidas pela dinâmica insaciável do capital portador de juros. Reativa-se assim com força ainda maior a “pulsão parasitária” do capital financeiro sobre todos os setores que participam da produção e reprodução do capital social total. Em troca dos grandes investimentos a fração financeira do capital exige cada vez mais a criação de novas formas de gestão e controle do trabalho assalariado e uma intensificação cada vez maior nos processos de extração da mais-valia nas grandes empresas capitalistas.

### *3.2.2 - A fusão dos interesses burgueses sob a hegemonia do capital financeiro*

A liberalização e internacionalização dos mercados financeiros não só aumentou as possibilidades de movimentação de capitais voláteis ou alargou as oportunidades de fusões empresariais e especulações monetárias, mas também proporcionaram profundas transformações na dinâmica produtiva capitalista. Diferentemente do que propagaram os ideólogos burgueses a “globalização” não proporcionou uma “economia de mercado livre” ou de “trocas equivalentes” entre as empresas dos diversos países. Muito menos possibilitou à economia financeira descolar-se totalmente da produção transformando de forma mágica o investimento (D) em lucro (D’) através dos juros altos. Pelo contrário, o capitalismo que nasceu da liberalização financeira e da internacionalização dos mercados é um capitalismo que cada vez mais produz de forma ágil e rápida, mundializando e externalizando as etapas do processo produtivo e intensificando os métodos de extração da mais-valia. Como já apontavam Marx (1852-53), Hilferding (1885) e Lenin (1917), o sistema capitalista funciona como “uma economia monetária de produção” e é sobre essas condições que a produção capitalista passará a exigir uma reorganização da divisão do trabalho em novas bases radicalmente distintas daquela que teve lugar na história do desenvolvimento capitalista.

Como já sabemos o capital para se valorizar deve necessariamente tomar a forma de um “equivalente universal”, ou seja, a forma de dinheiro (D) de maneira que no fim do ciclo reprodutivo seu detentor obtenha uma massa

de dinheiro superior àquela investida no início do processo (D'). Essa valorização não resulta de uma propriedade "natural" do dinheiro, que seria capaz de valorizar-se por si mesmo, mas sim do fato do capital se constituir enquanto uma relação social que o permite apropriar-se de uma parte do valor criado pelo processo de trabalho. Segundo Marx (1986) na época da cooperação simples ou da manufatura um capitalista era a um só tempo produtor, comerciante e financiador. Mas na época de consolidação da grande indústria o circuito produtivo global do capital se desdobra em várias formas de capital: ao lado do capital existente sob a forma de maquinários, força de trabalho e ferramentas, que servem de base ao processo produtivo, passa a existir outras formas de capital, uma delas composta por direitos de propriedade e de créditos, que certificam o direito de seus detentores a uma parte do valor criado na produção. Esta última forma de capital é exatamente a forma do *capital portador de juros* que atualmente ganha uma importância e poder econômico cada vez maior em relação às outras formas de investimento capitalista. Então no ciclo reprodutivo capitalista o capital portador de juros que historicamente se encontrou exterior ao processo produtivo tem como condição para sua valorização a necessidade de criar estratégias para pressionar continuamente o capital produtivo a gerar formas de produção cada vez mais eficazes e a intensificar continuamente os métodos de extração da mais-valia. O objetivo dessa pulsão realizada exteriormente pelo capital-monetário é criar o valor necessário para ser distribuído na forma de lucros entre as várias formas de capital que participaram do circuito global de produção.

Os processos de fusão e incorporação de empresas desenvolvidos desde a fase monopolista do capitalismo apesar de tentarem realizar uma *unidade* entre as diversas formas de capital<sup>47</sup> sempre foram acompanhados por essa inconveniente separação entre os processos de criação do valor (capital produtivo) e as formas lucrativas de apropriação desse valor já criado (capital-dinheiro). Essa é a forma que o capitalismo adquiriu na *Grande Indústria* onde os diversos momentos do circuito de valorização do capital são autonomizados como ramos particulares de produção de mercadorias: o comércio, a indústria,

---

<sup>47</sup> Lembramos que na fase imperialista a interpenetração do capital bancário e do capital industrial é uma das tentativas de criar uma unidade que controle todo o processo de valorização capitalista.

os serviços e os bancos. Com o atual movimento de mundialização dos mercados temos o nascimento de novas determinações no circuito de valorização do capital. Buscando um maior controle do processo de valorização e um aumento da taxa de lucros os grandes grupos oligopolistas passam a desenvolver novas estratégias de monopolização dos mercados para superar essa histórica divisão do ciclo de valorização capitalista.

Para Serfati (1998) este novo impulso monopolista está na razão da criação de grandes conglomerados econômicos ao estilo *Holdings*<sup>48</sup>, que se encontram na ponta de lança de todos os grupos transnacionais organizados atualmente. Segundo o mesmo autor os atuais grupos oligopólicos de empresas formados pelas holdings tem a capacidade de

[...] organizar uma gestão centralizada do capital-dinheiro sob a forma de ativos geradores de rendimentos, quer estes ativos representem um capital produtivo valorizado nas filiais "industriais" ou se componham de direitos de propriedade e de créditos destinados à valorização nos mercados financeiros. (SEFARTI, 1998, p. 146).

De acordo com Sefarti (1998) a partir dessa configuração dos novos conglomerados transnacionais podemos falar de uma estratégia de valorização diferenciada ou "global" do capital. É importante sublinhar que esta nova estratégia oligopolista do capital é "global" em dois sentidos. Tanto no sentido

---

<sup>48</sup> Segundo Fábio Nusdeo (2001), o grupo empresarial conhecido como *Holding* é uma forma de sociedade criada com o objetivo de administrar um grupo de empresas em cada ramo particular de atuação (conglomerado). Na holding, a empresa criada para administrar possui a maioria das ações ou quotas das empresas componentes de determinado grupo de empresas. Essa forma de sociedade é muito utilizada por médias e grandes corporações e normalmente visa melhorar a estrutura de capital da empresa ou como parte de alguma parceria com outras empresas. Um exemplo prático de como uma holding pode ser utilizada: A empresa Acme fabrica e vende sapatos no Brasil. Ela acha que pode ganhar dinheiro se vender tênis também, mas ela não tem nenhuma experiência na fabricação de tênis. A empresa alemã Beta faz ótimos tênis e gostaria de vender seus produtos no Brasil, mas ela não tem uma rede de varejistas para distribuí-los. Acme e Beta então fecham uma parceria para distribuir seus produtos no país. Uma maneira de formalizar o acordo seria a criação da AB Importadora e Distribuidora Ltda. Acme criaria a Acme Holding que seria dona de 100% do capital da antiga empresa Acme Sapatos e de 51% do capital da AB. Beta seria dona dos outros 49% do capital da AB. Segundo o mesmo autor a holding é: "(...) uma sociedade cuja totalidade ou parte de seu capital é aplicada em ações de outra sociedade gerando controle sobre a administração das mesmas. Por essa forma assegura-se uma concentração do poder decisório nas mãos da empresa mãe - holding." (NUSDEO, 2001, p.276)

de que o horizonte das empresas capitalistas passa a ser imediatamente planetário. Como também no sentido de que as estratégias de valorização do capital pelas empresas passam a se configurar como extremamente diversificadas.

Um determinado conglomerado empresarial pode assumir agora concomitantemente dois pólos de valorização de seu capital: por um lado, os investimentos industriais realizados pelas filiais e, por outro lado, os investimentos puramente financeiros realizados no mercado. Nessas novas formas de oligopólio das grandes transnacionais, as várias formas autonomizadas de capital (capital-comercial, capital-monetário, capital-industrial, etc) passam a ser geridas e comandadas por um único conglomerado empresarial.

Nessas condições é que Chesnais (2005) aponta para uma nova fase de concentração e centralização de capitais que demonstra uma interpenetração ainda maior entre as diversas esferas do circuito de produção capitalista. Um claro exemplo está nas novas formas de oligopólios criados pela indústria informática. A Microsoft do destacado milionário Bill Gates ficou conhecida por desenvolver uma forma de oligopólio que articulava a produção e a compra dos PCs aos softwares produzidos pela sua empresa. Da mesma forma Chesnais (1998, p. 189) aponta outros casos típicos:

[...] muitos dos atuais fabricantes de computadores desenvolveram sua atividade de fabricação junto com a atividade de prestação de serviços de informática. Os fabricantes de equipamentos de grande porte (IBM, UNYSIS, DEC, NEC, Siemens, Fujitsu) figuraram, por muito tempo, em posição de destaque entre os primeiros fornecedores de software a nível mundial. [...]

Assim, essa nova configuração do circuito de valorização do capital permite que as grandes instituições financeiras que, como vimos, aglutinam, atualmente, uma enorme quantidade de capital-monetário se apropriem de uma forma mais direta e segura do controle de uma parte considerável da cadeia produtiva global. Para Sefarti (1998) essas formas diversificadas de valorização do capital representam na verdade:

[...] uma redução (para não dizer liquidação – CHM) das fronteiras entre os rendimentos apropriados pelos grupos que resultam de uma criação de valor ligada à atividade produtiva propriamente dita e aqueles que são fruto da captação, graças a detenção de direitos de propriedade e de créditos, de uma fração do valor criado por uma produção exterior ao grupo. Além disso, esses direitos e créditos podem servir de base a uma valorização puramente “financeira” nos mercados, graças à sua circulação contínua ao longo de uma cadeia de transações automatizadas que têm diante de um movimento do capital-dinheiro no seio do qual as formas produtivas e financeiras se cruzam permanentemente. (SEFARTI, 1998, p. 147)

Com isso, as fusões das empresas em grandes conglomerados que dominam o circuito de valorização afetam as relações entre capital portador de juros e capital industrial, alojando, com isso, a “punção exterior do capital financeiro” no próprio cerne dos grupos industriais. Segundo Chesnais (1998, p. 192),

[...] a atividade dos grupos predominantemente industriais na internacionalização financeira não-bancária responde, igualmente, à preocupação de reduzir o risco de sofrer punções sensíveis nos fluxos de valor [...] da mesma forma, na indústria automobilística, os grandes grupos preferiram, muitas vezes, criar suas próprias firmas de financiamento, para a organização de leasing e outras modalidades de sustentação das vendas, em vez de recorrer ao setor bancário.

As mudanças no circuito de valorização são tão fortes que alguns autores como Francisco Teixeira (2008) tem defendido o nascimento de uma nova fase do capitalismo que para além da Grande Indústria agora ingressaria numa forma de produção baseada numa espécie de “Cooperação Complexa”. Como sublinha o autor:

Do ponto de vista mais abstrato, pode-se dizer que a evolução do capitalismo aparece como um ciclo que, fechando-se em si próprio, começa com a quebra da unidade das diferentes formas de existência do capital, para, em seguida, reconstruir a unidade inicialmente desfeita. É como se a sua evolução histórica imitasse e reproduzisse a sua lógica de acumulação. Com efeito, assim no circuito de reprodução do capital o dinheiro é o ponto de partida e chegada (D-M-D’). Na sua

evolução histórica, a cooperação é o começo e o fim desse processo:  $C - M - GI - C'$ ; onde C representa a cooperação simples; M a manufatura; GI, a grande indústria e C', a cooperação complexa. Da mesma forma que D' difere do D inicial apenas quantitativamente, C' quando comparada com C, assume a mesma forma formal. Com a diferença que C' expressa muito mais do que uma simples ampliação da escala de produção de mercadorias. Mais do que isso C' expressa uma reposição das determinações nas formas pretéritas de produção de mercadorias, mais complexas e ricas de conseqüências sociais. Se se preferir, trata-se de uma volta que é atualização do princípio de cooperação enquanto método de produção de mais-valia. É um retorno à cooperação simples para repô-la em sua forma atualizada. (TEIXEIRA, 2008, p. 111).

### *3.2.3 - A nova fase imperialista e a intensificação das expropriações capitalistas*

A partir dessa nova fase de desenvolvimento capitalista baseada na cooperação de diversos capitais se desenvolve um novo poder administrativo nas empresas que une proprietários e acionistas sob a mesma gestão empresarial. Para Teixeira (2007) a fusão de vários grupos financeiro-industriais e o investimento massivo em ciência e pesquisa possibilitou a incorporação de maquinários ultramodernos e de tecnologias informacionais que possibilitaram um controle e monitoração ainda maior da produção. Esse controle tem por sua vez contribuído para uma nova dinâmica de relação entre o capital financeiro e os processos produtivos. Para Teixeira (2007, p. 35),

Com o monitoramento telecomandado do processo de produção, o capital financeiro tornou-se o centro cerebral de todo o processo de valorização, porque pode, agora, vigiar e comandar os investimentos de qualquer lugar do mundo, deslocando massas de valor de um negócio para o outro, sempre que as oscilações das moedas nacionais abrem oportunidades de ganhos extras. Não sem razão, o processo de produção do valor transforma-se numa montanha de papel, em que são registradas as informações sobre as diferentes taxas de câmbio, de juros, e do valor das ações em todo o mundo.

Com isso, os próprios grupos empresariais atrelados aos níveis de rendimento da bolsa de valores necessitam criar níveis de rendimento produtivo cada vez mais estáveis e elevados. Esses elevados níveis de rendimento vão propiciar o estopim para uma acirrada procura do capital por novos espaços de investimento e de produção.

Assim, para superar a sua dinâmica estagnante e manter os altos níveis lucrativos o capitalismo deve continuar a revolucionar constantemente suas formas de produção de mercadorias. A grande diferença é que na fase atual do capitalismo o contínuo revolucionamento da produção não se faz acompanhar por uma expansão horizontal dos mercados. Como já havíamos pontuado, uma prova disto, é o aumento indiscriminado dos investimentos diretos no exterior. Segundo Chesnais (1996), na década de 80 e 90, mais de dois terços destes investimentos foram realizados sob a forma de fusões e aquisições de empresas por conglomerados que não exigem mais do que uma simples redistribuição dos mercados existentes com o objetivo de intensificar os processos de expropriação.

Trata-se de uma estratégia imperialista renovada que se preocupa muito mais com a manutenção de posições adquiridas do que com a ampliação dos mercados. Isso não poderia ser diferente num capitalismo que já se transformou numa grande comunidade internacional produtora de mercadorias. Como afirma Teixeira (2007), nas atuais condições históricas, não há mais novos espaços geográficos a explorar e nem mercados genuinamente novos, como os que nasceram da produção de bens duráveis (automóveis, rádios, geladeira, televisores) e de consumo coletivo. Por isso, atualmente a principal estratégia imperialista adotada pelo capital não é mais criar novos mercados, mas sim racionalizar e intensificar a exploração dos mercados já existentes, ou seja, potencializar sua capacidade de realização, sem necessariamente implicar aumento no número de consumidores. Como já vimos na formulação de Meszaros (2002), daí a necessidade do capital intensificar seu caráter de “produção destrutiva” seja na fabricação de artigos de alto luxo e descartáveis, seja na intensificação dos processos de extração da mais-valia e barateamento

da força de trabalho, ou ainda no aprofundamento de suas características espoliadoras e expropriadoras.

Com o consenso político burguês e a expansão das políticas de desregulamentação do mercado financeiro internacional abre-se um período em que para aumentar seus lucros o capital deve continuamente intensificar todas as suas formas de expropriação. Entramos numa nova fase predatória do imperialismo em que as classes capitalistas, sob a liderança da oligarquia financeira, para continuarem acumulando devem concomitantemente construir mecanismos de expansão financeira e produtiva de um lado, e estratégias de expropriação do trabalho e dos bens públicos por outro. Como ressalta a professora Virginia Fontes (2008), pesquisadora brasileira sobre o assunto, vivemos uma nova fase do imperialismo denominada de *imperialismo tardio*. É como se depois de um período de contenção e controle o ímpeto imperialista por expropriações e espoliações retornasse com toda a força.

A partir do novo período imperialista a hegemonia do capital financeiro mundializado desenvolve transformações tão intensas e avanços tão violentos sobre o trabalho que alguns autores têm comparado o período atual com a etapa da *acumulação primitiva ou originária*.<sup>49</sup> O próprio Mandel (1982) já apontava que a acumulação primitiva longe de ser um processo ligado apenas a fase histórica de surgimento do capital se reproduz ao longo do desenvolvimento capitalista.

Até hoje, ao longo de toda a história do capitalismo, processos de acumulação primitiva de capital têm constantemente coexistido junto á forma predominante de acumulação de capital, através da criação de valor no processo de produção. (MANDEL, 1982, p. 30)

O que tem ocorrido nos últimos tempos é que o complexo sistema de reprodução ampliada do capital assimilou uma estratégia renovada de

---

<sup>49</sup> Para um debate através de outras argumentações ver: HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo, Annablume, 2006. Ou ainda HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo, Loyola, 2004. Em ambos os estudos o autor denomina o fenômeno imperialista atual como um “capitalismo por espoliação”. Harvey considera ocorrer uma duplicidade no capitalismo, com um retrocesso a uma forma primitiva (predatória) ao lado de suas formas já estabilizadas ou normalizadas.



expropriação desenvolvendo-a em escala mundial e com mais vigor nos países periféricos. Como já abordamos o principal veículo dessa expropriação ampliada foi a constituição, sob liderança dos EUA, de um sistema financeiro internacional capaz de desencadear sucessivos surtos de desvalorização em certos setores ou mesmo em territórios inteiros.

Através de uma hegemonia político-econômica da oligarquia financeira, o capital tem criado, nas últimas décadas, mecanismos para a cada crise financeira forçar a transferência de fundos públicos ou domésticos para as mãos das empresas transnacionais e das agências financeiras. A cada nova crise financeira o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial pressionam os Estados nacionais a adotarem seus receituários que prevêm: liberalização dos mercados, reforçando a dependência financeira através da dívida interna e externa (com a ajuda de juros extorsivos), limitação dos investimentos governamentais no serviço público e privatização de bens e fundos públicos. Essas medidas têm como objetivo abrir novos mercados para os *investimentos externos diretos* concentrando nas mãos das transnacionais uma grande quantidade de capital que antes era de domínio coletivo.

Para Chossudovsky (1999), os planos de ajustes estruturais constituem um meio de aquisição de ativos para o capital através das privatizações. Segundo este autor, as paraestatais mais lucrativas são assumidas pelo capital estrangeiro ou por *joint-ventures* freqüentemente em troca da renegociação da dívida externa. O produto dessa venda é depositado no Tesouro e canalizado para os Clubes Financeiros de Londres e Paris.

O capital internacional obtém o controle e/ou a propriedade das empresas estatais mais lucrativas a um custo muito baixo. Além do mais, quando um grande número de países endividados está negociando suas empresas públicas ao mesmo tempo, o preço do ativo estatal cai. (CHOSSUDOVSKY, 1999, p. 55).

Mas, toda essa expropriação empreendida pelo capital financeiro internacional não só liberou os fundos públicos para serem reinvestidos no circuito privado de mercadorias. No interior desse processo também foram desenvolvidos mecanismos que possibilitaram a liberação, a baixo custo, da

mercadoria mais importante para a reestruturação do processo de valorização do capital: a força de trabalho.

Ao patrocinar um maior controle do processo produtivo global pelo capital financeiro e intensificar a extração de mais-valia a atual reorganização do espaço produtivo pela punção do capital portador de juros e seu incremento em tecnologias poupadoras de trabalho tem reafirmado também a *lei geral de acumulação* elaborada por Marx no capítulo XXIII de O capital. Assim, a nova configuração da produção capitalista vem transformando uma parcela cada vez maior de trabalhadores em força de trabalho supérflua. Cada passo dado pelos capitalistas individuais na automação dos aparelhos produtivos, baseada hoje na introdução dos microprocessadores, foi uma oportunidade para destruir postos de trabalho, formas anteriores de relação contratual e as resistências dos operários à exploração no local de trabalho. Segundo Chesnais (1996, p. 35)

Em cada fábrica e em cada oficina, o princípio de “lean production”, isto é, “sem gorduras de pessoal” tornou-se a interpretação dominante do modelo ohnista japonês de organização do trabalho.

Na mesma medida, esse processo de organização produtiva baseada na “produção enxuta” e na “externalização” de fases do processo de produção sofreu grande impulso com a liberalização dos mercados internacionais e o desenvolvimento de novas tecnologias da informação. Com essas mudanças ocorreu uma espécie de “implosão” do tempo de rotação do capital ao qual limitava o consumo da força de trabalho aos muros das fábricas. (Teixeira, 2007). Agora de qualquer lugar do mundo, a qualquer hora do dia e da noite o capital financeiro mundial tem as ferramentas necessárias para monitorar seus investimentos no processo de produção do valor. De acordo com Teixeira,

Pode porque o processo de trabalho saiu das fábricas, para ganhar as ruas, os lares, os espaços públicos, as escolas. De qualquer lugar, o indivíduo (no nosso caso a oligarquia financeira – CHM) tem poder para alimentar o processo de produção com informações sobre fatos políticos, bélicos ou comerciais que podem direta ou indiretamente afetar os negócios. (2007, p. 35)

A liberação das barreiras do capital e essa contração do espaço/tempo permitiu a criação de uma enorme comunidade integrada de produção de mercadorias possibilitando a exploração e expropriação dos mais longínquos locais do planeta. Essa nova configuração da economia internacional baseada na intensa mobilidade de capitais e empresas tem grandes impactos na situação subalterna de países periféricos como o Brasil. Depois de décadas de governos neoliberais, o próprio desenho da política macroeconômica nos países periféricos – com a liberalização do câmbio, as altas taxas de juros, a falta de crescimento e a hegemonia do capital financeiro – contribuem para o incremento e ampliação da superpopulação relativa, jogando na ociosidade forçada uma quantidade significativa de trabalhadores. Casos exemplares foram duas das principais ações desenvolvidas pela política neoliberal brasileira: as privatizações e os Programas de Demissão Voluntária – PDV's das empresas públicas. Essas duas estratégias não só garantiram o ajuste fiscal imposto pelo FMI, como também geraram o enxugamento do quadro de funcionários públicos do Estado, lançando no mercado uma grande quantidade de trabalhadores qualificados.

Na situação atual de mundialização do capital financeiro, a economia brasileira, que se encontra amplamente subordinada aos desígnios dos especuladores internacionais, está fadada a produzir altas taxas de desemprego, subemprego e precarização das relações salariais. As estatísticas têm freqüentemente indicado uma ampliação considerável da força de trabalho excedente. Segundo César Benjamim (2002), em 2002, a taxa de desemprego aberto esteve em nível recorde: 20,6% em São Paulo e 20,7% no Recife; enquanto que a taxa oficial de desemprego brasileira ficou em 12,9% em setembro do mesmo ano. Para o mesmo autor (2002), o desemprego é inversamente proporcional à idade, chegando a atingir a espantosa taxa de 50% entre os mais jovens, que sequer conseguem entrar no mercado de trabalho. Em metrópoles como Salvador e Recife, o desemprego total, medido pelo método mais amplo (e mais realista) do DIEESE (2005), se aproxima de 30%, mas fora das capitais já está em 40%. Estas estatísticas demonstram as grandes dimensões que assume a *superpopulação relativa* e o *exército*

*industrial de reserva* em países periféricos como o Brasil e demonstram os efeitos da mundialização do capital.

Contudo, o capitalismo conseguiu se afirmar enquanto um poderoso modo de produção que reuniu a humanidade num sistema mundial de produção de mercadorias, não por sua capacidade de excluir pessoas e gerar desemprego, mas, exatamente o contrário. O que garantiu a contínua renovação deste sistema foi exatamente a sua capacidade de criar condições de integrar na produção e consumo de mercadorias uma imensa quantidade de seres humanos. Como afirma a professora Virgínia Fontes (2008, p. 06) a principal consequência da intensificação da sede expropriadora do capital é a produção de uma forma renovada de “trabalhadores livres”.

A expropriação é a produção de trabalhadores livres e, nesse sentido, a liberdade corresponde a mais plena disponibilidade da força de trabalho para o capital. A liberdade da força de trabalho é real, dúplice e contraditória. Ela consiste em enorme negatividade, expressando a impossibilidade de crescentes massas populares de prover a própria subsistência (singular ou familiar) fora de relações de subordinação “voluntária” ao capital (ao mercado); tende a destruir as formas de solidariedade tradicionais entre trabalhadores; a dismantelar as crenças e modos de existência até então predominantes; exacerba a concorrência; impessoaliza os contatos sociais, ao promover uma individualização contraditória, pondo seres isolados e competitivos que precisam porém cooperar estreitamente no processo social de produção, sob a batuta do capital.

Longe de demonstrarem um suposto “fim da sociedade do trabalho” essas expropriações confirmam o papel crucial que tem a força de trabalho para o desenvolvimento do capitalismo contemporâneo. Enquanto rapidamente foram criadas as condições que possibilitaram tornar excedentes e supérfluos uma parcela considerável de trabalhadores, lentamente as novas formas de produção “flexíveis” do capital tem forçado e expandido as condições políticas e econômicas para utilizar-se dessa massa de trabalhadores ociosos e aumentar seus superlucros. Esse movimento, chamado por alguns teóricos de “reestruturação produtiva” se caracteriza principalmente pelo desenvolvimento da “produção enxuta”, que a partir da década de 90, inspirada nas estratégias japonesas de organização do trabalho, reordena os processos produtivos

capitalistas. Segundo Behring, nesse novo sistema

A produção é conduzida pela demanda e sustenta-se na existência do estoque mínimo. O *just in time* e o *kanban* asseguram o controle de qualidade e o estoque. Um pequeno grupo de trabalhadores multifuncionais ou polivalentes opera uma ilha de máquinas automatizadas, num processo de trabalho intensificado, que diminui ainda mais a porosidade no trabalho e o desperdício. (2003, p. 35).

Para Francisco José Teixeira a reorganização da produção<sup>50</sup> de mercadorias materializa-se na criação tanto de novas formas de racionalização do trabalho no interior das empresas como pela implementação de formas deslocalizadas de produção como, por exemplo, as estratégias de “externalização”. Ambas as reestruturações permitem um conjunto de inovações para o aumento da produtividade e a redução dos custos de produção (Teixeira, 1996: 68-69). De acordo com Vasapollo (2005), casos típicos dessa nova organização produtiva mundializada são as grandes empresas italianas que para rebaixarem os custos da força de trabalho e intensificarem a produção estão utilizando o denominado *outsourcing*, ou seja, externalizando fases e processos produtivos com o fim de aumentar a eficiência, a produtividade e diminuir os custos com o trabalho. Nesse sistema, as fases mais complexas da produção são realizadas nas grandes indústrias enquanto as fases que exigem atividades menos complicadas são terceirizadas para pequenas fábricas que subcontratam trabalhadores precarizados ou mesmo para trabalhadores que montam um espaço produtivo em suas próprias casas.

Essa nova forma de organização da cadeia produtiva capitalista significa que ao construir estratégias cada vez mais expressivas de mundialização dos processos produtivos o capital em busca do barateamento da produção e da intensificação dos processos de extração de mais-valia têm incentivado paralelamente o desenvolvimento de uma produção local de mercadorias. Assim, o global e o local se fundem na busca do capital por melhores condições de expropriação do trabalho.

---

<sup>50</sup> Para um aprofundamento sobre o tema ver o estudo pioneiro de: WOMACK, James [et al]. A máquina que mudou o mundo. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

Nesse novo ambiente produtivo os grandes conglomerados transnacionais passam a adotar estratégias produtivas baseadas em “clusters” ou “distritos industriais”. O “cluster” ou “distrito industrial” é comumente definido pelos administradores de empresa pela interdependência e articulação que eles proporcionam entre empresas centrais e pequenas empresas terceirizadas. As primeiras experiências internacionais dos “clusters” estão relacionadas aos experimentos dos modelos produtivos do Vale do Silício, na Califórnia e na “Terceira Itália”, esta última constituída pelas regiões ao norte italiano, tais como: Emilia-Romana, Tuscany, Umbria, Marche, Veneto etc. Sustentados sobre um complexo industrial baseado em micro e pequenas empresas, esses dois casos de *exteriorização produtiva* são os pioneiros responsáveis em desmentir um arraigado argumento da economia clássica capitalista que supunha o dinamismo, a modernização tecnológica e a concorrência nos mercados externos como monopólios das grandes empresas. Baseados nas clássicas elaborações teóricas de Alfred Marshall (1982) sobre as “*economias externas localizadas*” e num grande impulso tecnológico a nova modalidade produtiva superou o antigo modelo engessado da grande indústria demonstrando o alto poder lucrativo da “cooperação complexa” capitalista (Teixeira, 2008). Por outro lado, as experiências pareciam também resolver outra barreira incômoda ao lucro capitalista: os agudos conflitos sociais com os sindicatos de trabalhadores – que, ao contrário de outras experiências de “desenvolvimento econômico”, não pareciam caracterizar essas duas experiências exitosas de exteriorização da fábrica capitalista.

É interessante notar que essas novas experiências capitalistas que unem mundialização da produção em geral com avanço da descentralização ou localização de partes da cadeia produtiva só se tornam possíveis com o já comentado desenvolvimento das tecnologias informáticas que possibilitam um maior controle central sobre a fragmentação da produção. Porém torna-se ainda mais interessante notar que a própria etimologia da palavra “cluster” tem sua raiz no avanço tecnológico da informática aplicada e ajuda-nos a apreender muitas das determinações e objetivos desse modelo produtivo.

Vejam, segundo especialistas<sup>51</sup>, a terminologia *cluster* tem sua origem na ciência da computação. Este é o nome dado a um sistema montado com mais de um computador, cujo objetivo é fazer com que todo o processamento da aplicação seja distribuído aos computadores, mas de forma que pareça com que eles sejam um computador só e mais potente. Todos devem ser interconectados, de maneira a formarem uma rede. O que realmente chama a atenção, é que todo o processamento pode ser feito de maneira que pareça ser um único computador dotado de alta capacidade e menor custo. A raiz etimológica do termo não poderia ter melhor definição: assim como os *clusters informáticos* do computador, articulados em rede, ajudam a minimizar os gastos da máquina para realizar suas operações, os *Clusters produtivos* das grandes transnacionais articuladas com pequenas fábricas terceirizadas têm ajudado a minimizar os custos e eliminar os conflitos no interior dos processos produtivos capitalistas.

Com o sucesso dos processos de produção do Silicon Valley e da Terceira Itália não demorou para que as pioneiras experiências de exteriorização da fábrica fossem mundializadas como um novo e eficaz modelo produtivo capitalista. Exemplos disso são as experiências na Região da Catalunha (Espanha), em Bangalore (Índia), Sakaki (Japão), Smaland (Suécia), etc. E mais, os modelos descentralizados dos “Clusters” atingiram não só setores da produção industrial sendo desenvolvidos também em outros espaços do circuito de valorização do capital. Exemplos disto são: os produtores de Flores na Holanda, frutas no Chile, informática na Índia e até mesmo a ultra-avançada produção aero-espacial na França.

No Brasil, os modelos produtivos dos *Clusters* ou *Distritos industriais* são desenvolvidos sob a nomenclatura de Arranjos Produtivos Locais (APLs). Esses APLs apesar de basearem-se nas experiências da *Terceira Itália* têm sido desenvolvidos considerando as características particulares das economias locais brasileiras. Conforme o SEBRAE, podemos definir os APLs brasileiras como:

---

<sup>51</sup> Informações disponíveis no site: <<http://www.infowester.com/cluster.php>>, acesso em 01/04/2008.

Aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantém algum vínculo de articulação, integração, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais tais como governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa. (Apud ARAUJO, 2006, p. 32)

De acordo com o Ministério de Desenvolvimento da indústria e Comércio Exterior (MDIC), órgão responsável pela regulação dos APLs no Brasil, existem mais de 404 APLs espalhados pelo país que desenvolvem atividades, principalmente, nos setores agrícolas e de serviços, mas também produzem nos ramos de petróleo e gás. Segundo Araújo (2006) o principal objetivo dos arranjos locais é o de promover melhores condições para a competitividade das empresas e ao mesmo tempo oferecer novos postos de trabalho à população.

Porém, vale ressaltar que esses modelos “flexíveis”, têm aumentado o número de trabalhadores subcontratados, temporários e precarizados no mundo. Dados de Tattara e Volpe (Apud ENDLICH, 2007), atestam a dinâmica contraditória da reestruturação capitalista que se por um lado expulsa trabalhadores com contratos formais de trabalho, por outro cada vez mais subcontrata trabalhadores para empregos temporários, precários e de baixos salários. Como mostram os autores, enquanto na década de 70 o modelo industrial italiano pós-guerra, baseado em grandes unidades produtivas industriais, deixou 150.000 desempregados, pequenas empresas dos distritos industriais empregaram, no mesmo período, mais de 400.000 trabalhadores. Atualmente, “no conjunto de distritos da Terceira Itália estão mais da metade dos empregos industriais italianos.” (Idem p. 07). Não é a toa que esse novo modelo de “desenvolvimento econômico” capitalista tem sido incentivado pelas chamadas “políticas de desenvolvimento local” patrocinadas atualmente por governos e organizações internacionais. Posteriormente voltaremos a esse debate.

Com o intuito de criar novos modelos de gestão do trabalho intensificando os regimes de extração da mais-valia o capital financeiro mundializado tem desenvolvido e comandado novos mecanismos internacionais de desvalorização dos salários. Conforme aponta Chesnais



(1996, p. 16-17).

A ascensão do capital financeiro foi seguida pelo ressurgimento de formas agressivas e brutais de procurar aumentar a produtividade do capital (...), a começar pela produtividade do trabalho. Tal aumento baseia-se no recurso combinado às modalidades clássicas de apropriação da mais-valia, tanto absoluta como relativa, utilizadas sem nenhuma preocupação com as conseqüências sobre o nível de emprego, ou seja o aumento brutal do desemprego.

É por isso que a criação ampliada de uma *superpopulação relativa mundializada* – ou seja, de uma ampla oferta de braços ociosos que ocupem os novos postos de trabalho precarizados e empurrem os salários dos trabalhadores ativos para baixo – tem se tornado um fator fundamental para a atual constituição de uma economia mundial baseada na força de trabalho barata e precária. Com isso, as novas formas de organização e controle do trabalho procurarão intensificar o rigor salarial e a flexibilização do emprego. Os grandes grupos transnacionais traçarão novas estratégias para desenvolver o recurso sistemático ao trabalho barato e precário, por meio da deslocalização da produção e da subcontratação garantidas agora por um mercado internacional livre de barreiras protecionistas.

Portanto, paralelo a expansão global do capital financeiro ocorre, uma não menos importante, *mundialização da superpopulação relativa* que possibilita uma lei tendencial extremamente necessária ao capitalismo contemporâneo. A queda das barreiras comerciais e a mundialização do capital produzem uma espécie de *lei da equalização por baixo da taxa diferencial de exploração* (Meszaros, 2007) fazendo com que o preço da força de trabalho, em qualquer lugar do mundo, seja comparado com os preços praticados em países como a Índia e a China. Devido à internacionalização econômica, essa comparação realizada pelas grandes transnacionais força o rebaixamento do preço da mercadoria força de trabalho mesmo nos países centrais.

A economia mundial transnacionalizada também não conhece mais barreiras nacionais e tem se caracterizado pela transferência de parte substancial das indústrias dos países centrais para regiões periféricas em que os salários são baixos. O capitalismo que na época de Marx era um “cantinho

do mundo” agora é uma comunidade produtora de mercadorias integrada e articulada mundialmente. Segundo Chossudovsky (1999), desde a década de 70 que o capitalismo desenvolve uma reconfiguração de sua estrutura geoeconômica desenvolvendo uma “nova geração” de áreas periféricas de livre comércio.

Enquanto os países centrais têm se especializado cada vez mais na produção e desenvolvimento de pesquisas em tecnologias avançadas, a transnacionalização da produção industrial tem demandado um novo papel aos países periféricos. Embora as nações da periferia continuem a desempenhar o papel de produtores primários, uma parte cada vez maior da manufatura mundial é realizada no Sudeste Asiático, no Extremo Oriente, na Índia, na China, no Brasil, no México e no Leste Europeu.

Ao transnacionalizar as novas formas “flexíveis” de produção (e circulação) de mercadorias e mundializar as diretrizes político-econômicas do FMI, o capital gerou uma superoferta de força de trabalho que, por sua vez, fez o preço dessa mercadoria cair drasticamente. A partir daí, foram dadas as condições de liberação de mercados e de abundância de oferta para que se erguesse uma nova divisão internacional do trabalho e uma *economia mundial baseada na exploração da força de trabalho barata* presente em regiões no interior de cada país ou, muitas vezes, exploradas pelas transnacionais no interior das nações periféricas. Assim, a reestruturação capitalista ao mesmo tempo que desenvolveu novos mecanismos de expulsão da força de trabalho tem criado concomitantemente novas formas de integração desses trabalhadores excedentes. Dados atuais recolhidos pela Agência de Notícias Carta Maior atestam essa configuração do mercado de trabalho mundial:

[...] a incorporação ao mercado capitalista da produção chinesa, indiana e de países da antiga União Soviética colocou trabalhadores de todo mundo em concorrência internacional direta pela primeira vez na história; trabalhadores ocidentais tornaram-se minoria num mercado mundial que ganhou 1,2 bilhão de operários adicionais nos últimos 30 anos; 350 milhões de trabalhadores treinados, e mais caros, do Ocidente, responsáveis pela maior parcela da produção global até recentemente, estão sendo desalojados de empregos e salários; das 3 bilhões de pessoas ativas no mercado global hoje, metade ganha menos de US\$ 3 por dia. A China, a nova

oficina do mundo, tem um custo/hora do trabalho de US\$ 0,60, contra média de US\$ 30/h na Alemanha, US\$ 21 nos EUA e cerca de US\$ 4,50 no Brasil. Resultado: dados compilados pela Comissão Européia revelam que a parcela de riqueza destinada atualmente aos salários é a mais baixa desde 1960 (o primeiro ano com dados conhecidos). Em contrapartida, a riqueza abocanhada pelos detentores do capital financeiro vinha batendo recordes seguidos até o colapso atual. A produtividade ao mesmo tempo não pára de crescer – desde 2001, cresceu 15% nos EUA e saltou em média 8% a 10% ao ano na China. Entre 1990 e 2004, a participação dos produtos chineses no total de bens importados pela AL cresceu de 0,7% para 7,8%. No mesmo período, a fatia dos produtos brasileiros na região subiu de 5,3% para 6,5%.<sup>52</sup>

Nesse processo, as transnacionais japonesas estão transferindo suas indústrias de manufaturados para a Tailândia ou as Filipinas, onde os trabalhadores podem ser contratados por 3 ou 4 dólares ao dia. A OIT estima que nas linhas de montagem do antigo Leste Europeu (Hungria, República Tcheca e Eslováquia) o custo do trabalho seja da ordem de 120 dólares mensais enquanto na Alemanha um trabalhador médio ganha 28 dólares por hora. As mulheres e crianças que trabalham nas fábricas de Bangladesh recebem aproximadamente 20 dólares por mês, pelo menos cinqüenta vezes abaixo do salário mensal de um trabalhador no mesmo setor nos EUA. Contabiliza-se que com as manufaturas de *maquilas*<sup>53</sup> as corporações norte-americanas têm reduzido seus custos do trabalho em 80% (Idem). A primeira onda de transferências industriais de países centrais para periféricos englobava apenas a “manufatura de trabalho intensivo”, limitada a poucas regiões como Hong Kong, Cingapura, Taiwan e Coréia do Sul. Mas, conforme Chossudovsky (1999), a partir da década de 80 quase todos os setores da economia ocidental participam dessa dinâmica, inclusive os de alta tecnologia, como a produção aeroespacial e de automóveis.

No Brasil, dados do IBGE revelam ter ocorrido, a partir dos anos 90, uma acelerada queda dos salários na renda nacional. Para o conjunto da economia, os salários (incluindo os encargos sociais) passaram de 45% em 1990 para

---

<sup>52</sup> Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/materialImprimir.cfm?materia...>  
Acesso em: 10/02/2008.

<sup>53</sup> O termo *maquilas* é ligado às indústrias “maquiadoras” existentes na fronteira entre EUA e México. Nessas empresas, o capital é estadunidense e a força de trabalho inteiramente mexicana.

cerca de 30% da renda em 1998. Em 2002, a renda dos trabalhadores brasileiros caiu mais 14,6%.<sup>54</sup>

Ao se considerar a importância dos baixos salários para a configuração da economia mundial – e como vimos o mecanismo mais eficaz de baratear o preço da força de trabalho é a criação sistemática de uma superpopulação – podemos concluir que a imensa quantidade de trabalhadores excedentes é uma condição *sine qua non* para possibilitar a reprodução atual do capital. Nessa dinâmica, os países periféricos têm se transformado em imensos reservatórios de força de trabalho barata e precária para as megacorporações transnacionais. Com a ampliação da liberdade do capital restringem-se as possibilidades de escolha do trabalhador.

Mesmo onde a lógica do capital não conseguiu, através de uma acirrada luta de classes, derrubar as barreiras jurídico-políticas que o impedem de legitimar as mais variadas formas de extrair mais-valia, os donos do capital tratam de criar seus subterfúgios. Dados do IPEA (2005) mostram que praticamente metade da força de trabalho no Brasil é empregada no chamado “setor informal”. Entre 1992 e 2004, o percentual de trabalhadores subcontratados e informais cresceu de 38,3% para a impressionante taxa de 51,2%. (PNAD, 2006). No interior desse mesmo processo, em vários países periféricos, têm aumentado as denúncias de grandes corporações que se utilizam de pequenas empresas terceirizadas para desenvolver trabalho imigrante ilegal e trabalho forçado ou “escravo”.<sup>55</sup>

Mas, toda essa configuração da nova economia mundializada que

---

<sup>54</sup> IBGE – Instituto brasileiro de geografia e estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: out. 2007.

<sup>55</sup> Em audiência realizada em 2005, o Ministério Público do Trabalho (MPT) da 2ª Região (Grande São Paulo e Baixada Santista) alertou 80 fornecedores da rede de lojas C&A sobre a possibilidade de estarem comprando produtos de confecções que exploram “mão-de-obra” de imigrantes ilegais latino-americanos para a produção de roupas. Depois de diligências do Ministério do Trabalho e Emprego e do MPT foram encontradas etiquetas da multinacional holandesa C&A em confecções que exploravam imigrantes latino-americanos. Em uma dessas fiscalizações, realizada em 2004, foram libertados 32 bolivianos, todos ilegais, que trabalhavam em situação precária, perfazendo uma jornada de 14 horas por dia para ganhar, em média, R\$ 300,00 por mês. Estimativas da Pastoral do Migrante Latino-Americano apontam que existem, hoje, 200 mil bolivianos vivendo no município de São Paulo, dos quais, 12 mil em situação de “trabalho forçado”. Matéria publicada pela agência de notícias Repórter Brasil no dia 06/06/2006, disponível em: <http://www.reporterbrasil.com.br/exibe.php?id=617> acesso em: 06/07/2006.

parece constituir-se em um círculo perfeito de reprodução gera também suas contradições explosivas. Se, por um lado, o padrão de acumulação atual necessita cada vez mais da força de trabalho barata e superexplorada e, por isso, deve criar as condições para continuar gerando desemprego e pobreza em larga escala, por outro, essas condições realizam uma grande retração do mercado consumidor. Isso quer dizer que o capitalismo contemporâneo é caracterizado por uma ilimitada capacidade de produzir, mas, o próprio ato de expandir a produção – transferindo indústrias de economias de “altos salários” para economias de “baixos salários” – contribui para a retração do consumo o que, por sua vez, ocasiona um ciclo vicioso que envereda a economia mundial para o caminho da estagnação.

Por isso, é que alguns capitais, fugindo da recessão, têm investido na produção de bens de luxo como: automóveis, produtos eletrônicos e de telecomunicações revolucionários ou até viagens e cruzeiros luxuosos por ilhas paradisíacas. Segundo Chossudovsky,

No terceiro mundo e no leste europeu, a estagnação da produção de alimentos, da construção de moradias e dos serviços sociais básicos contrasta com o desenvolvimento de pequenas bolhas de privilégio social e de consumo de bens de luxo. (1999, p. 74).

Claro que a economia capitalista madura, seu moderno sistema de crédito e seu conhecido departamento de consumo de bens de produção, têm os mecanismos para superar a onda de estagnação causada pela queda do consumo. No entanto, a relativa queda dos *consumidores de bens de consumo* produz impactos negativos na economia retraindo ainda mais os níveis de emprego e ampliando o empobrecimento de grande parte da população.

Assim, o crescimento de uma camada da população trabalhadora que sofre com o pauperismo e a miséria extrema é uma determinação cada vez mais presente na dinâmica do capitalismo contemporâneo. No Brasil, pesquisas revelam o grau de barbárie e a grave escassez de recursos materiais que atingem atualmente uma parcela considerável dos trabalhadores. Segundo as estatísticas, o país possui 33% (ou seja, cerca de 1/3) de sua população sobrevivendo com uma renda mensal de R\$ 79,00 (setenta e nove

reais), correspondendo, mais ou menos, a 50 milhões de brasileiros. (FGV, 2004).

Todas as evidências até agora explicitadas parecem corroborar para a tese de que em meio ao processo de consolidação da mundialização financeira capitalista e das diversas transformações que a acompanham se verificou uma verdadeira reorganização do mercado da força de trabalho no mundo. Em outras palavras, paralelo ao processo de mundialização e reestruturação do capital deu-se um processo de expansão mundial da superpopulação relativa que tem permitido aos diversos capitalistas garantirem seus “superlucros” devido aos salários baixos proporcionados pela imensa massa de trabalhadores disponíveis no mercado.

O saldo das transformações sociais e econômicas que se processaram nas duas últimas décadas ofereceram novas determinações a forma de desenvolvimento capitalista. Sintetizemos algumas delas: 1. quebra das barreiras regulatórias entre os diversos mercados; 2. mundialização do capital em todas as suas formas (comerciais, industriais, bancárias e financeiras); 3. mundialização da cadeia produtiva das transnacionais possibilitando a fabricação de um produto em vários países; 4. Utilização de novas tecnologias que interligam vários locais de produção, intensificam o trabalho e expulsam uma quantidade considerável de trabalhadores dos contratos formais de emprego; 5. exteriorização e deslocalização da produção capitalista com o desenvolvimento de modelos produtivos baseados nas experiências da “terceira Itália”; 6. profundas mudanças nos regimes de trabalho das empresas, que passam cada vez mais a adotarem métodos intensivos de extração da mais valia e de barateamento da força de trabalho; 6. Nova fase de expropriações capitalistas promovendo várias privatizações e formas de espoliação da natureza e do trabalho humano.

Nessas condições, a dinâmica articulada de reprodução do capital social total se revela como um metabolismo inerentemente expropriador que se reproduz independente de qualquer preceito moral ou racional. Contrariando a teoria ética de Adam Smith, a ânsia de cada capitalista individual em procurar o maior lucro possível redundando em um sistema irracional e inerentemente destrutivo que torna descartáveis uma soma considerável de trabalhadores

condenando-os ao pauperismo e a miséria.

É nesse contexto de mundialização financeira que o capital atinge seus limites civilizatórios. Nessa nova fase imperialista o avanço capitalista na busca pelo crescimento econômico cada vez mais carrega consigo conseqüências devastadoras para a humanidade. Contraditoriamente essas características espoliadoras trazem também sérias conseqüências para a legitimação da dominação política burguesa no mundo. Nessa conjuntura crítica é que surge no século XXI um grande desafio para a burguesia internacional: Como construir estratégias que permitam reatualizar as promessas de desenvolvimento econômico, social e humano na atual configuração do capitalismo mundial?

## **Capítulo 4 - Em busca do consenso: a construção de um novo ciclo ideológico do desenvolvimento e a renovação das promessas burguesas.**

### **4.1 – As contradições da nova fase imperialista e a quebra do consenso neoliberal**

Como vimos a nova fase imperialista, através da hegemonia financeira, recompõem toda a estrutura do ciclo de valorização do capital possibilitando transformações que restauram e ampliam o potencial de internacionalização e de extração de *superlucros* capitalistas. Da mesma forma nunca em nenhum outro período da história capitalista as frações burguesas tiveram laços tão fortes em torno de interesses econômicos comuns. Claro que a concorrência intercapitalista se mantém entre os poucos grandes conglomerados transnacionais, mas, como vimos, agora uma única  *Holding empresarial* pode congrega diversas fases do ciclo de valorização do capital concentrando nas mãos de poucos capitalistas as funções que antes pertenciam ao comerciante, ao bancário, ao industrial.

Assim, se na década de 50 a tese pecebista do antagonismo entre as frações nacionais e internacionais, rurais e industriais, da burguesia brasileira parecia não exprimir a real unidade dos interesses da classe capitalista, hoje a utilização desta tese pode ser criticada e afastada até mesmo no nível da aparência mais imediata. Pela interpenetração das diversas formas de capital e pela ampliação das possibilidades de compra e venda de ações empresariais no mercado financeiro mundializado nunca na história os interesses econômicos das diversas frações da burguesia mundial estiveram tão alinhados. Prova disso é a atual dificuldade que possuem os economistas, mesmo os experientes, em definir a propriedade ou até mesmo a nacionalidade de muitas empresas. Mas a atual unidade dos interesses capitalistas não significa que a burguesia conseguiu expulsar as contradições sociais do capitalismo através da construção de um suposto “hiperimperialismo”, nem tão



pouco que a burguesia internacional tenha finalmente conquistado a dominação total dos destinos da humanidade.

Na verdade a atual fase imperialista do capitalismo repõe antigas contradições trazendo desafios para a manutenção da hegemonia burguesa no século XXI. A reconfiguração dos superlucros através das inovadoras formas de produção de mercadorias conduz o modo de produção capitalista para uma fase crítica de antagonismos entre produtividade e socialização dos ganhos produtivos, revelando o esgotamento do potencial civilizatório das forças produtivas sob a condução do capital.

Com as transformações capitalistas que vêm acontecendo, desde a década de 70, testemunhamos um crescimento que multiplicou por dez a taxa de desemprego em países desenvolvidos como a Grã-Bretanha. Segundo Meszaros (2006), atualmente estima-se que existam mais de 40 milhões de desempregados no conjunto dos países industrialmente mais desenvolvidos. A Europa já reúne mais de 20 milhões de trabalhadores desocupados e, destes, 5 milhões pertencem a economia Alemã, outrora símbolo do “capitalismo organizado”. A situação é ainda mais crônica nos países periféricos. A Índia e seu modelo de crescimento baseado numa força de trabalho quase gratuita para o capital acumula o impressionante número de 336 milhões de pessoas desempregadas enquanto que o número de trabalhadores empregados não passa de 307, 6 milhões. (MESZAROS, 2006).

No Brasil, mesmo o relativo impulso ao assalariamento que se desenvolveu no período de industrialização parece ter se esgotado. Segundo números de Marcio Pochmann (2006), durante o século XX, excetuando-se as fases de grande recessão a economia brasileira apresentou níveis de assalariamento sempre crescentes, ainda que não atingissem os níveis dos países centrais. Contudo, a partir da entrada do século XXI o assalariamento brasileiro, quando comparado com outras formas de emprego da força de trabalho, passa a sofrer fortes quedas.

Durante as décadas de 1940 e 1970, por exemplo, a cada dez postos de trabalho gerados, oito eram empregos assalariados com registro. Os empregos assalariados sem registros continuam aumentando ao longo da década de 90, todavia com taxas de variação insuficientes para compensar as perdas das

vagas com registro. Em 2003, por exemplo, uma a cada dois ocupados era assalariado, enquanto, em 1980, dois a cada três eram assalariados em todo o país. (POCHMANN, 2006, p. 61).

Se por um lado a sociedade burguesa conseguiu transformar o mundo numa imensa coleção de mercadorias, por outro, o grande paradoxo indisfarçável do capitalismo no século XXI é o modo pelo qual o atual avanço produtivo antagoniza com a sobrevivência de uma parcela cada vez maior da humanidade. É cada vez mais visível no sistema capitalista a incompatibilidade existente entre crescimento econômico e desenvolvimento social e humano. Como sublinha Istvan Meszaros (2006, p. 30),

[...] não estamos mais diante dos subprodutos “normais” e voluntariamente aceitos do “crescimento e do desenvolvimento”, [...] nem tampouco diante de problemas periféricos dos “bolsões de subdesenvolvimento”, mas diante de uma contradição fundamental do modo de produção capitalista como um todo, que transforma até mesmo as últimas conquistas do “desenvolvimento”, da “racionalização” e da “modernização” em fardos paralisantes de subdesenvolvimento crônico. E o mais importante de tudo é que quem sofre todas as conseqüências dessa situação não é mais a multidão socialmente impotente, apática e fragmentada das pessoas “desprivilegiadas”, mas todas as categorias de trabalhadores qualificados e não-qualificados; ou seja, obviamente, a *totalidade da força de trabalho* da sociedade. (grifos do autor)

Chegamos numa fase histórica em que o próprio avanço produtivo capitalista entra em antagonismo frontal com as antigas promessas burguesas de desenvolvimento e ampliação do “progresso”. Nessas condições adversas ocasionadas pela própria dinâmica destrutiva do capital é que surgem enormes desafios para a manutenção e legitimação da hegemonia burguesa na nova ordem internacional. O avanço da “acumulação por espoliação” e, principalmente, a criação de um mercado mundial da força de trabalho barata e precária tem gerado sérias e explosivas contradições que põem em xeque o ambiente politicamente estável que as economias capitalistas necessitam para continuar a reproduzir seu sistema de acumulação.

Esses conflitos se apresentam na forma organizada de luta social histórica dos trabalhadores, em torno de reivindicações legítimas, como por

exemplo, o Movimento dos Sem-Trabalho, na Argentina, ou mesmo o Movimento dos Trabalhadores Sem-terra – MST, que tem lutado contra o avanço indiscriminado da espoliação de terras coletivas patrocinada pelo agronegócio brasileiro. Ou ainda, poderíamos citar os diversos movimentos anti-globalização que na década de 90 levaram grandes manifestações para as ruas das cidades onde eram promovidos os encontros das grandes potências econômicas internacionais no Fórum Econômico Mundial.

Há ainda outros tipos de *conflitos* na forma de *convulsões sociais* espontâneas são proporcionados pelo aumento no potencial destrutivo do capital e pela ampliação da massa de trabalhadores desempregados, como por exemplo, as batalhas campais travadas entre camelôs e policiais no Rio de Janeiro. Sem falar no aumento das diversas formas *ilegais* de acumulação de capital, cujo exemplo principal é o mercado clandestino de tráfico de drogas que tem recrutado um exército de jovens nas favelas brasileiras, seguido, por sua vez, do aumento da repressão policial e das formas bárbaras de violência urbana. Em resumo, a atual dinâmica de acumulação capitalista, em conjunto com o programa de ajuste estrutural e político neoliberal aprofundou o fosso de miséria e barbárie social, principalmente, nos países periféricos, ampliando o quadro de instabilidade política e social no mundo e transformando os países periféricos em sociedades extremamente desiguais, verdadeiros barris de pólvora, prontos para explodir a qualquer momento.

Diante da onda de instabilidade econômica e política que passa a pairar sobre a ordem internacional, os organismos e agências multilaterais começam a se preocupar com a garantia de uma *ordem pacífica* que pague a hipoteca das contradições produzidas pelo desenvolvimento atual do capitalismo. Para a forma de sociabilidade *alienada* do capital, não faz diferença alguma que uma parcela considerável de seres humanos seja jogada na pobreza e na miséria. Porém, quando essa parcela populacional, por várias situações, começa a oferecer entraves à acumulação capitalista, o *monsieur capital* sente a necessidade de encontrar fórmulas e estratégias que contribuam para a “paz política” e desobstruam a livre produção e circulação de mercadorias.

## 4.2 – Os organismos multilaterais e a necessidade de construção de um novo consenso ideológico burguês

Na presença de tais riscos desestabilizadores da economia e inibidores dos investimentos milionários das mega corporações industriais e financeiras, em meados da década de 90, inicia-se um processo no qual grandes organizações como o FMI e o Banco Mundial começam a admitir que a ortodoxia do *Consenso de Washington*, baseada no louvor das benesses da globalização dos mercados livres, não vinha oferecendo respostas políticas adequadas para garantir a “administração dos conflitos” e a “boa governança” dos “mercados internacionalizados” e, principalmente, dos chamados “mercados emergentes”. Assim, até mesmo grandes ideólogos neoliberais, como o ex-presidente do Banco Mundial Joseph Stiglitz (2002), passam a discordar sobre a forma como vinha sendo conduzido o consenso político em torno das propostas capitalistas de “globalização econômica”.

Tornou-se cada vez mais claro, não só para cidadãos comuns, mas também para aqueles que formulam as políticas, não só para os que vivem nos países em desenvolvimento, mas também para as pessoas nos países desenvolvidos, que a globalização, da maneira como tem sido praticada, não satisfaz as expectativas conforme seus defensores prometeram que iria satisfazer – nem realizou o que pode e deve realizar. Em alguns casos, não resultou nem mesmo em crescimento, mas quando isso aconteceu, não trouxe benefícios para todos; o efeito líquido das políticas estabelecidas pelo Consenso de Washington tem sido, com relativa freqüência, beneficiar alguns à custa de muitos, os ricos à custa dos pobres. Em muitos casos, interesses e valores comerciais têm substituído a preocupação com o ambiente, a democracia, os direitos humanos e a justiça social (STIGLITZ, 2002, p. 47-48).

Na verdade podemos afirmar que alguns ideólogos capitalistas passam a perceber que a ortodoxia neoliberal ao defender tão arraigadamente os valores do “livre mercado” e da “governança corporativa” subestimou os elementos de consenso político e ideológico que devem acompanhar todo processo de mudanças sociais. Segundo Ana Elizabete Mota,

Esse fracasso, contraditoriamente, incide sobre a ortodoxia liberal e aponta para a impossibilidade de tratar a economia longe da política, isto é, de implementar as reformas econômicas sem a obtenção de consensos de classe. (MOTA, 1995, p. 84)

É exatamente essa preocupação que deixam transparecer os intelectuais orgânicos da burguesia internacional. É importante destacar que ao procurarem revisar as políticas de ajuste contidas no Consenso de Washington os ideólogos da burguesia internacional não buscam oferecer respostas para a desigualdade social, mas, na verdade, passam a advertir os países centrais e as grandes corporações internacionais dos perigos que os efeitos sociais da globalização vêm produzindo.

Se a globalização continuar a ser conduzida da maneira pela qual tem sido até aqui, se continuarmos a deixar de aprender com nossos erros, ela não só fracassará em promover o desenvolvimento como continuará a criar pobreza e instabilidade. Sem reformas, a reação que já se iniciou aumentará e o descontentamento com a globalização crescerá. Isso será uma tragédia para todos nós, especialmente para os bilhões de pessoas que de outra forma poderiam se beneficiar. Enquanto aqueles no mundo em desenvolvimento se arriscam a perder mais economicamente, haverá ramificações políticas mais amplas que afetarão o mundo desenvolvido também. (STIGLITZ, 2002, p. 299 -300)

Diante desse quadro crítico de deslegitimação do projeto neoliberal, o capital necessita, cada vez mais, de respostas que não só garantam a normalidade das taxas de lucro, mas também amenizem a condição dos *derrotados* e estabeleçam um consenso mínimo em torno das transformações ocorridas. Mas o grande desafio que se abre é: Como oferecer um novo pacto conciliatório que permita universalizar a estratégia de desenvolvimento capitalista com as demais classes se, como vimos antes, o trabalho assalariado e o Estado interventor perderam sua dinâmica de integração social? Como nessas condições construir novas promessas de “bem-estar” ou de um “futuro de progresso” no interior de uma dinâmica capitalista necessariamente espoliadora dos recursos naturais e expropriadora do trabalho? Em outras palavras como reconstruir a hegemonia da classe dominante sob as condições

materiais de um capitalismo cada vez mais destrutivo e espoliador?

É sob uma base material extremamente adversa e contraditória que a burguesia internacional e seus intelectuais terão que criar promessas ideológicas que consigam universalizar seu projeto particular de sociedade. Em outras palavras, é nessa difícil conjuntura histórica que a intelectualidade burguesa terá que necessariamente promover novas estratégias ideopolíticas que permitam a rearticulação entre a manutenção da ordem econômica do capital e as promessas burguesas perdidas.

Na atual dinâmica do capital que une mundialização financeira, produtividade econômica e intensificação das formas de extração de mais-valia, não há mais lugar para promessas que pretendam apontar para uma “integração social” baseada na universalização do trabalho assalariado. Da mesma forma, sob a hegemonia burguesa da fração financeira do capital, não há mais espaço para a defesa de serviços públicos universais, pois estes barram o desenvolvimento de um dos principais mercados de poupança que impulsionam a atual acumulação financeira: o mercado dos fundos de pensão.

No interior desse processo é que se encontram as bases para a edificação de novas estratégias desenvolvimentistas que visam retomar o potencial de criação de consenso em torno do projeto burguês através de promessas que apontem para uma nova fase de desenvolvimento econômico e social com a simultânea manutenção das atuais formas de valorização do capital. Começa a ser viabilizada a construção de um grande aparato institucional e organizativo da burguesia internacional, para elaborar e divulgar uma nova ideologia do desenvolvimento. Ou seja, a burguesia e seus intelectuais passam a construir e socializar um conjunto de valores particulares que universalizados com as demais classes sociais visam orientar as alternativas políticas e econômicas que conduzirão os processos históricos ao longo do século XXI. Em grande parte esse novo conjunto de promessas ideológicas da burguesia internacional demandará a constituição de um gigantesco e internacionalizado aparato institucional que, através da reunião de intelectuais, pesquisadores e burocratas bem pagos, passe a readequar as diretrizes de atuação política dos diversos Estados nacionais e redefinir as promessas burguesas contemporâneas de desenvolvimento econômico e

social.

É com o intuito de apresentar os processos históricos e sociais que conduziram a construção desse novo ciclo ideológico do desenvolvimento que apresentaremos a seguir uma análise das principais instituições e organizações internacionais responsáveis em elaborar e socializar as novas diretrizes ideológicas das estratégias capitalistas de desenvolvimento. Nesta parte do trabalho apresentarei também os resultados de uma pesquisa documental que revela as concepções contidas nos projetos, informes e relatórios das principais organizações multilaterais responsáveis em construir e conduzir os rumos do desenvolvimento mundial. Após a análise do processo histórico de construção dessas novas diretrizes gerais dos organismos internacionais em torno do desenvolvimento passaremos para a análise de como a correlação de forças entre as classes sociais na década de 90 e principalmente nos anos 2000 permitirão a burguesia e ao Estado brasileiros construir o ambiente político e ideológico necessário para universalizar o projeto burguês e conduzir hegemonicamente as novas estratégias de desenvolvimento econômico e social no Brasil.

#### **4.3 - A Organização das Nações Unidas, seus intelectuais e a busca por uma nova concepção de “desenvolvimento”**

Foi para superar o novo desafio de reconstituição da ameaçada hegemonia burguesa internacional que vários organismos multilaterais como a Organização das Nações Unidas – ONU passam a debater um *novo projeto burguês de modernização* que reúne propostas para a construção de novas estratégias de desenvolvimento econômico, social e humano. Essa grande revisão ideológica em busca de novas estratégias de desenvolvimento foi construída através da gradativa adoção de novas análises e conceitos sobre o papel do crescimento econômico mundial.

De olho na perda de legitimação política do projeto de desenvolvimento capitalista as diversas organizações internacionais passaram a abrir espaço

para pesquisas que fugiam um pouco da ortodoxia radical do liberalismo. Estudos que indicavam caminhos para a articulação entre a continuidade da economia de livre mercado e novas estratégias de desenvolvimento social. Elaboraões como as realizadas pelo intelectual e economista paquistanês Mahabub Ul Haq, responsável em liderar o grupo de pesquisadores que criou o conhecido Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que o Programa das Nações Unidas (PNUD) utiliza e divulga, desde 1990, como índice estatístico comparativo em seu relatório anual. Diante da visível distinção entre crescimento econômico capitalista e a satisfação das necessidades sociais, a ONU passou a adotar o IDH com o objetivo principal de oferecer uma alternativa ao Produto Nacional Bruto que se detinha exclusivamente na produtividade econômica como forma de averiguar o desenvolvimento dos países. O IDH pelo contrário oferecia instrumentos estatísticos que permitiram às organizações multilaterais e governos acessarem um quadro rico e geral sobre a satisfação das necessidades sociais das populações dos diversos países. Daí o IDH passa a adotar uma medida estatística que abrange três parâmetros diversos: além da renda per capita, que não poderia deixar de ser incluída, agrega também em seu cálculo, a expectativa de vida e o nível de educação atingido em cada país. Através da união desses três elementos foi possível a ONU estabelecer critérios universais que delimitavam o grau de desenvolvimento humano e social que uma nação teria atingido.

A introdução do novo indicador de desenvolvimento humano ressaltou ainda mais a degradação das condições de vida da população mundial patrocinada pelo avanço expropriador do capital. Mais do que nunca, em meados da década de 90, os indicadores do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD refletiam o nível de deterioração da vida social que se alastrava principalmente nos países periféricos. Em meados dos anos 90 do século passado o PNUD (1995) apontava para a existência de cerca de 2 bilhões de pessoas no mundo que se encontravam em situação de pobreza, obrigadas a subsistir com menos de 2 dólares por dia e que destes, uma parcela de 1,1 bilhões viviam em estado de indigência carecendo das necessidades mais básicas como, por exemplo, o acesso à água potável.

A partir daí as organizações multilaterais passam a adotar com mais



firmeza a diretriz de fazer do combate á pobreza uma luta principal. Passa a ser consenso entre os intelectuais e burocratas dessas instituições que o desenvolvimento não só tem que recuperar as taxas de lucros capitalistas mas também deve fazer isso promovendo a equidade e abrindo oportunidades de inclusão social. Como destaca um dos ideólogos do Banco Mundial o sociólogo Guy Hermet (2000, p. 81).

[...] como a visão técnica e limitada a umas poucas variáveis econômicas e sociais havia demonstrado sua ineficácia, é preciso substituí-la por uma abordagem capaz de dominar melhor a complexidade do esforço do desenvolvimento, bem como seu caráter global [...]

Assim, impõe-se a urgência do projeto burguês não se limitar unicamente às premissas do Consenso de Washington, centrada exclusivamente na liberalização dos mercados, nas privatizações e na estabilização fiscal. Estabelece-se, assim, a necessidade inadiável das instituições e organizações internacionais assumirem a condição de “aparelhos privados de hegemonia” responsáveis pela construção de uma nova concepção de desenvolvimento econômico que consiga construir um consenso em torno da direção política burguesa.

Coube a um dos pesquisadores participantes do grupo que criou o IDH, o ganhador do prêmio Nobel de economia, Amartya Sen<sup>56</sup> uma das mais importantes contribuições para a construção dessas novas promessas de desenvolvimento humano e social. O grande desafio proposto nas obras de Sen (2000) é o de renovar o pensamento liberal clássico mostrando que, apesar do crescimento econômico atual não ter evoluído naturalmente para uma melhoria na qualidade de vida das pessoas, só a economia de livre mercado tem a possibilidade de oferecer as *oportunidades sociais* para permitir a construção do que ele chama de *desenvolvimento com liberdade*. Ou seja, para o autor apesar de toda a situação de degradação das condições de vida dos povos encontradas nos números do IDH só a economia de mercado pode

---

<sup>56</sup> Para um estudo mais aprofundado sobre as elaborações do referido autor consultar o importante estudo de MAUREL, Ana Paula Ornellas. **Combate à pobreza e desenvolvimento humano: impasses teóricos na construção da política social na atualidade**. São Paulo, Unicamp, Tese de doutorado, 2008.

oferecer ao mesmo tempo: crescimento econômico, melhoria no padrão de vida das pessoas e liberdade de ação e pensamento. Como diz o autor:

As razões para adotar uma abordagem múltipla do desenvolvimento tornaram-se mais claras em anos recentes, em parte como resultado das dificuldades enfrentadas e dos êxitos obtidos por diferentes países ao longo das últimas décadas. [...] Essas questões relacionam-se estreitamente à necessidade de equilibrar o papel do governo – e de outras instituições políticas e sociais – com o funcionamento do mercado. [...] Combinar o uso extensivo dos mercados com o desenvolvimento de oportunidades sociais deve ser visto como parte de uma abordagem ainda mais ampla [...]. (SEN, 2000, p.152).

Ou ainda, mais claro:

[...] Deve-se lidar com esses problemas não suprimindo os mercados, mas permitindo-lhes funcionar melhor, com maior equidade e suplementação adequada. As realizações globais do mercado dependem intensamente das disposições políticas e sociais. [...] Os abrangentes poderes do mecanismo de mercado têm de ser suplementados com a criação de oportunidades sociais básicas para a equidade e a justiça social. (SEN, 2000, p. 169)

Afinal, como afirma o autor, o mercado é um pressuposto quase natural da vida humana:

Temos boas razões para comprar e vender, para trocar e para buscar um tipo de vida que possa prosperar com base nas transações. Negar essa liberdade seria, em si, uma grande falha da sociedade. Esse reconhecimento fundamental é *anterior* a qualquer teorema que possamos ou não ser capazes de provar [...] (SEN, 2000, p. 136).

Para Sen (2000) a liberdade de mercado é um avanço em si independentemente do resultado dessa liberdade pode ser ampliada através de uma ação pública que garanta as oportunidades básicas para os cidadãos. Por isso, o autor recupera os argumentos de Adam Smith para mostrar que o grande economista liberal não criticava a provisão de serviços públicos como saúde e educação básica, mas sim a persistência das “restrições pré-

capitalistas”. Como diz o autor (SEN, 2000, p. 152),

As restrições ao mercado contra as quais Smith se pronunciou com particular veemência podem ser vistas, em um sentido amplo, como restrições “pré-capitalistas”. Diferem da intervenção pública voltada, digamos, para programas de bem-estar social ou redes de segurança social, das quais apenas expressões rudimentares podiam ser encontradas, na época de Smith, em medidas como as Leis dos Pobres. Também diferem da atuação do Estado na provisão de serviços como educação pública, que Smith defendia com vigor.

De acordo com Sen (2000, p. 152), o contexto histórico das últimas décadas tem mostrado a necessidade de um novo equilíbrio entre o papel dos governos, das organizações sociais e do funcionamento dos mercados. “É preciso haver uma abordagem integrada e multifacetada, visando a um progresso simultâneo em diferentes frentes, incluindo diferentes instituições que se reforçam mutuamente.” Com o objetivo de articular mercado e equidade o economista indiano utiliza-se da concepção ampliada de pobreza elaborada pelo PNUD para defender uma nova forma de análise do desenvolvimento humano e social, não mais baseada apenas na renda e no acesso aos bens materiais, mas sim no que chama de *capacidades humanas básicas*. “O problema da desigualdade realmente se magnífica quando a atenção é desviada da desigualdade de renda para a desigualdade na distribuição de liberdades substantivas e capacidades”. (SEN, 2000, p. 144). Assim, a novidade da concepção de desenvolvimento de Amartya Sen (2000) está principalmente na mudança de um foco analítico exclusivo na renda para um foco que leva em consideração as *oportunidades sociais* abertas (saúde, renda mínima, educação básica, etc) para o desenvolvimento das *capacidades humanas* dos *agentes empreendedores individuais*. Segundo Mauriel (2008) nessa mudança de foco analítico do desenvolvimento reside o “pulo do gato” da nova concepção social-liberal de *desenvolvimento com liberdade* inaugurada por Amartya Sen (2000).

Para Sen (2000) o que importa então para as políticas de

desenvolvimento social e humano não é mexer na distribuição de renda entre as classes sociais, como propunha a social-democracia clássica, mas sim oferecer oportunidades sociais através de políticas públicas básicas para que os agentes individuais possam galgar uma renda melhor na economia de mercado.

Não ocorre apenas que, digamos, melhor educação básica e serviços de saúde elevem diretamente a qualidade de vida; esses dois fatores também aumentam o potencial de a pessoa auferir renda e assim livrar-se da pobreza medida pela renda. Quanto mais inclusivo for o alcance da educação básica e dos serviços de saúde, maior será a probabilidade de que mesmo os potencialmente pobres tenham uma chance maior de superar a penúria. (SEN, 2000, p. 113).

Assim, motivado por uma “visão ampla” do desenvolvimento humano Sen (2000) afirma que a redução da pobreza de renda não pode, por si só, ser a motivação suprema das políticas desenvolvimento econômico e social. Para conseguir um combate eficaz contra a pobreza e a desigualdade o que se deve combater é a privação da vida que as pessoas realmente podem levar e das liberdades que têm ou podem desfrutar, porque o aumento das capacidades expande a produtividade do mercado e, conseqüentemente, o poder de auferir renda. (Mauriel, 2008). Para o autor a construção dessas *oportunidades sociais* que desenvolvem as capacidades dos agentes individuais tanto ajuda no processo de “incluir os excluídos” no novo mercado de trabalho capitalista como também é condição primordial para o próprio desenvolvimento da nova dinâmica produtiva do capital, afinal,

Saber ler e fazer contas ajuda as massas a participar do processo de expansão econômica (bem ilustrada por Japão e Tailândia). Para aproveitar as oportunidades do comércio global, “o controle de qualidade” e a “produção segundo especificações” podem ser absolutamente cruciais, e trabalhadores que não sabem ler e fazer contas têm dificuldade para alcançar e manter esses padrões. (SEN, 2000, p. 171)

É no foco das capacidades humanas que Sen (2000) irá propor um modelo de desenvolvimento necessariamente centrado nas escolhas dos

agentes individuais e na capacidade das pessoas desenvolverem suas habilidades para se inserirem no mercado. Nessa nova concepção de desenvolvimento o objetivo das políticas sociais não é mais redistribuir a renda de um país ou região, retirando de quem tem muito e dando a quem tem pouco, mas sim criar um ambiente que ofereça as oportunidades sociais adequadas para que os agentes individuais saiam de sua condição de pobreza e exclusão. Para o autor uma verdadeira “política de combate às privações” deve permitir que o indivíduo consiga a própria renda, combatendo as deficiências de capacidades e não simplesmente distribuindo renda. Então para Sen (2000) não se trava o combate à desigualdade econômica ou à pobreza através de uma distribuição de renda ou muito menos de uma intervenção na estrutura de propriedade. O que interessa para a sua concepção de desenvolvimento é o oferecimento de condições sociais básicas para os agentes individuais conquistem seu lugar na competitividade do mercado livre. Na sua análise sobre o pensamento do economista indiano Mauriel (2008, p. 309) afirma:

Ele condena a doutrina de que deve haver igualdade na distribuição de dinheiro. O igualitarismo econômico entendido como igualdade de renda, é um equívoco imenso, pois se igualaria a desigualdade econômica à de renda, e igualar as rendas, afirma Sen, engessaria o mercado, impossibilitando-o de funcionar. Para além da renda, várias influências econômicas afetam e condicionam as desigualdades de vantagens e liberdades individuais, podendo ocorrer variações sistemáticas na relação entre rendas auferidas e liberdades desfrutadas, que aparece na forma de capacidade para levar uma vida que a pessoa tem razão para valorizar.

Portanto, Sen (2000) oferece uma análise renovada sobre a eficiência dos mecanismos de mercado: um mercado assim deve ser avaliado em função das liberdades individuais e não das utilidades (renda ou resultados), pois são as *liberdades desfrutadas* que permitirão que as pessoas escolham que tipos de mercadorias vão comprar ou que tipo de vida querem viver. A escolha deve partir dos indivíduos, embora dependa também da oferta de oportunidades básicas adequadas dentre as quais possa escolher. (Mauriel, 2008) Com isso, Sen (2000) admite a importância fundamental das políticas públicas básicas no

desenvolvimento de serviços públicos ou “semi-públicos” para a busca do equilíbrio de mercado, desde que essas políticas aumentem a *liberdade* de oportunidades e capacidades individuais de escolha.

Além dessas características Sen (2000) afirma que apesar de extremamente importantes para garantir a atual eficiência e equilíbrio dos mecanismos de mercado a elaboração e a execução das políticas públicas básicas devem levar em consideração uma conjuntura econômica atual difícil, na qual o ajuste fiscal do Estado e o controle inflacionário são condições indispensáveis para a continuidade do crescimento econômico.

Um problema consiste no ônus fiscal de dispêndio público, que pode ser vultoso, dependendo do quanto se planeja fazer. O medo dos déficits orçamentários e da inflação [...] tende a permear as discussões contemporâneas sobre política econômica e social, e de fato essa é uma questão de grande importância. (SEN, 2000, p. 155)

Uma outra dificuldade identificada pelo autor no incremento de políticas sociais é com relação aos “incentivos e efeitos que um sistema de custeio público pode produzir, desincentivando a iniciativa e distorcendo os esforços individuais”.(Idem, idem). Por isso, para evitar tanto os déficits orçamentários como o desincentivo a iniciativa as políticas de desenvolvimento econômico e social devem limitar-se a oferecer as condições básicas de inserção no mercado. Assim, Sen (2000) condena os serviços públicos universais defendendo uma intervenção das políticas sociais públicas focalizada nas pessoas que realmente precisam de *oportunidades*. Nas palavras do autor,

Até mesmo para a assistência médica e serviços de saúde gratuitos, ou para educação gratuita, podem ser levantadas questões com respeito a (1) o grau em que os beneficiários necessitam desses serviços e (2) o quanto a própria pessoa poderia ter pago por esses serviços (e talvez pagasse na ausência da provisão pública gratuita). (SEN, 2000, p. 156)

Logo a seguir Amartya (2000) contrapõe sua defesa seletiva dos serviços públicos àqueles que defendem a universalização das políticas sociais argumentando que é preciso levar em consideração os limites orçamentários

hoje presentes nos diversos Estados nacionais, como se estivéssemos numa sociedade na qual a escassez de recursos monetários prevalecesse.

Os que consideram essas provisões sociais básicas (serviços médicos, educação, etc.) um direito inalienável dos cidadãos tenderiam a ver esse tipo de questionamento como equivocado e talvez até mesmo como uma negação perturbadora dos princípios normativos de uma sociedade contemporânea.

Tal posição certamente é defensável até certo ponto, dada a limitação dos recursos econômicos, existem envolvidas na questão das escolhas fundamentais que não podem ser totalmente negligenciadas com base em algum princípio “social” pré-econômico. De qualquer modo, é preciso lidar com o problema do incentivo, no mínimo porque o grau de custeio social que uma sociedade poderia fornecer deve depender em parte dos custeios e incentivos. (SEN, 2000, p. 156)

Em contraposição aos serviços públicos universais Sen (2000) apresenta o que chama de “teste de meios”, que baseado em informações sobre as deficiências da capacidade individual das pessoas (dificuldade motora, por exemplo) e suas condições econômicas (potencial monetário) definirá a distribuição focalizada das políticas públicas de desenvolvimento econômico e social.

A provisão de serviços públicos tem se direcionado cada vez mais para o teste de meios no mundo todo. A razão disso é facilmente compreensível, ao menos em princípio. Esse expediente reduz o ônus fiscal, e o mesmo montante de fundos públicos pode ser usado de maneira muito mais abrangente na assistência aos economicamente necessitados se for possível fazer os relativamente abastados pagarem pelos benefícios que recebem (ou induzi-los a dar uma contribuição significativa aos custos envolvidos). (SEN, 2000, p. 160)

Para Sen (2000) essa identificação do público-alvo das políticas públicas de Estado permite tanto dar conta da diversidade das condições individuais e ainda ratificam um equilíbrio financeiro das contas públicas na geração de oportunidades sociais para desenvolver as capacidades dos agentes individuais. Assim, criticando a radicalidade liberal dos que defendem a política anti-déficit como único objetivo da economia o referido autor defende a possibilidade de unir a estabilidade macroeconômica com os objetivos sociais

em busca das diversas formas de liberdade. Ao se apoiar no filósofo grego Aristóteles, Sen (2000) consegue uma saída mediada para uma defesa *social-liberal* em que o equilíbrio financeiro não pode ser uma ameaça as ações públicas em busca do aumento das oportunidades sociais e das capacidades individuais.

Ao utilizar-se de uma teoria refinada que recupera debates clássicos da economia liberal Amartya Sen (2000) tem o objetivo de construir uma nova concepção de desenvolvimento, que compatibilize as atuais configurações econômicas do mercado capitalista com a proliferação de políticas públicas adequadas a esse novo contexto da acumulação capitalista. Assim como Mauriel (2008) acreditamos que a concepção de *desenvolvimento humano e social* do economista indiano pensa o desenvolvimento econômico e social como um processo de capacitação individual em detrimento das ações e análises totalizantes. Com sua idéia de *desenvolvimento com liberdade* cuja tese central reside na distinção entre as dimensões do ter (renda, bem-estar, bens, etc.) e do ser/fazer (oportunidades sociais e capacidades individuais) o autor oferece as condições teóricas para a elaboração e execução de políticas de desenvolvimento social que não questionam a atual dinâmica capitalista de extrema centralização da propriedade e de desigualdade social crescente em todo o mundo.

Por isso, para a concepção de *desenvolvimento com liberdade* não é necessário estratégias planejadas e universais para as políticas públicas de desenvolvimento econômico e social, mas antes políticas pontuais e específicas concebendo que o progresso pode ser condicionado por várias racionalidades desde que mantenha como meio e fim a abertura de oportunidades de liberdade para o desenvolvimento das capacidades individuais. Nessa nova concepção de desenvolvimento “social-liberal”, diferentemente das soluções social-democratas do passado, as políticas públicas tornam-se um complemento do mercado e não uma proteção contra os efeitos negativos deste. Como ressalta Mauriel (2008) nessa condição as políticas públicas cada vez mais deixam de ser portadoras de uma possibilidade de mudanças na redistribuição da renda e da propriedade e passam assumir um objetivo menor de compensação das desvantagens



individuais através da focalização de suas ações em grupos sociais “menos favorecidos” pelas oportunidades.

As propostas de Sen (2000) foram seguidas por outros intelectuais, técnicos e burocratas ligados a Organização das Nações Unidas - ONU que, a partir de meados dos anos 90, passa a aprofundar nos seus vários Relatórios de Desenvolvimento Humano (RDH) a nova concepção de desenvolvimento econômico e social inaugurada pelo economista indiano. Segundos as linhas que abrem o RDH de 1990 (PNUD, 1990, p. 04):

A verdadeira riqueza de uma nação é o seu povo. E o objetivo do desenvolvimento é a criação de um ambiente que permita às pessoas desfrutarem de uma vida longa, saudável e criativa. Esta simples mas poderosa verdade é muitas vezes esquecida quando se persegue a riqueza material e financeira.

É com esse objetivo que aparenta guardar a melhor das intenções que a ONU, diante dos péssimos resultados encontrados nos seguidos relatórios, assume cada vez mais novas medidas estatísticas que visam focalizar ainda mais a análise da pobreza no mundo. Seguindo as palavras do próprio Relatório de Desenvolvimento Humano de 1996:

Para ajudar os dirigentes políticos a compreender a natureza e a extensão da pobreza, os autores do Relatório deste ano consideraram um elemento da pobreza não relacionado com renda - a pobreza de capacidades humanas. Em vez de analisar a situação média das capacidades humanas, como faz o Índice de Desenvolvimento Humano, a nova **Medida de Privação de Capacidade (MPC)** reflete a percentagem de pessoas que carecem de capacidades humanas básicas ou minimamente essenciais, as quais são ou um fim em si mesmas, ou necessárias para elevar o indivíduo do nível de rendimento de pobreza e sustentar o desenvolvimento humano. O **MPC** reflete a proporção de crianças com menos de cinco anos com peso abaixo do normal (o indicador de nutrição mais criterioso e uma medida básica de saúde pública), a proporção de nascimentos não assistidos por pessoal de saúde especializado (medindo a reprodução saudável) e a taxa de analfabetismo feminina (medindo a capacidade de educação e conhecimentos).<sup>57</sup>

---

<sup>57</sup> PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Relatório sobre o Desenvolvimento Humano, 1996. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/hdr/hdr96/hdr1.htm#que>>. Acesso em: 10/01/2009.

Com isso, no início da década de 90 a ONU, através de seu Programa de desenvolvimento (PNUD), passa a ser a maior incentivadora e promotora na defesa do que ela própria passa a chamar de “Globalização com uma face Humana” (PNUD, 1999). Diante das péssimas condições de vida de bilhões de seres humanos no mundo a ONU elabora e divulga, em 2002, o chamado “Projeto do Milênio” que consiste na reunião de várias estratégias econômicas e sociais de desenvolvimento visando construir uma rede de ações internacionais que reverta até 2015 o quadro de pobreza, vulnerabilidade social e destruição do meio ambiente que insiste em crescer em todo o mundo.

Esse projeto é seguido em 2005 pela criação de um “Plano Global para Alcançar os objetivos do Milênio” que visa divulgar as ações elaboradas no plano do milênio para que os diversos governos assumam a responsabilidade de cumprir as metas fixadas no plano. Segundo o PNUD (2009) o projeto visa criar o ambiente político e econômico necessário para atingir as metas dos Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (ODM) ajudando aos países identificar e focalizar o principal público-alvo das políticas públicas.

O Projeto tem trabalhado com países em desenvolvimento, ajudando a identificar: quantas mães necessitam de acesso a clínicas médicas, quantas crianças necessitam de imunização, quantos professores devem existir em cada distrito, quantas bombas de água devem ser instaladas, entre outros, para que cada país entre nos eixos para 2015. Apoiado por exemplos testados e comprovados acerca do que já funciona no combate às muitas faces da pobreza, o Plano Global recomendará meios concretos para o avanço dos ODM no mundo em desenvolvimento e esboçará como os compromissos de ajuda dos países doadores podem auxiliar no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.<sup>58</sup>

Os objetivos e metas que compõem o conjunto de promessas de desenvolvimento humano e social do *Projeto do Milênio* da ONU são:

---

<sup>58</sup> PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Relatório sobre o Desenvolvimento Humano. 2009 Disponível em <http://www.pnud.org.br/milenio/> . Acesso em: 28/12/2008.

**Quadro 1 – Objetivos do Projeto de Desenvolvimento do Milênio da ONU**

<b>Objetivos</b>	<b>Metas</b>
1. Erradicar a pobreza e a fome	<p>a) Reduzir pela metade entre 1990 a 2015 a porcentagem de pessoas que possuem uma renda inferior a um dólar por dia.</p> <p>b) Reduzir pela metade a porcentagem de pessoas que passam fome</p>
2. Universalizar a educação básica no mundo	c) Assegurar que até 2015 os meninos e meninas de todo o mundo tenham acesso ao ciclo completo da educação básica.
3. Promover a igualdade entre os sexos	d) Eliminar as desigualdades entre os gêneros com relação ao ensino básico, preferivelmente para o ano de 2005 e em todos os níveis de ensino até final de 2015.
4. Reduzir a mortalidade das crianças menores de cinco anos	e) Reduzir em dois terços, entre 1990 e 2015, a mortalidade das crianças menores de cinco anos.
5. Melhorar a saúde materna	f) Reduzir, entre 1990 e 2015, a 3/4 a mortalidade materna
6. Combater o vírus HIV/AIDS, o paludismo e outras enfermidades	<p>g) Deter e começar a inverter a propagação do HIV/AIDS até 2015</p> <p>h) Deter e começar a inverter a propagação do paludismo e outras enfermidades até 2015</p>
7. Garantir a sustentabilidade do meio	<p>i) Incorporar os princípios de desenvolvimento sustentável nas políticas e programas nacionais e inverter a degradação dos recursos ambientais</p> <p>j) Reduzir pela metade a porcentagem das pessoas que</p>

ambiente	<p>carecem de acesso sustentável a água e a serviços básicos de saneamento.</p> <p>l) Melhorar consideravelmente para o ano de 2020 a vida de pelo menos 100 milhões de habitantes de favelas.</p>
8. Fomentar uma associação mundial para o desenvolvimento	<p>m) desenvolver ainda mais um sistema comercial e financeiro aberto, baseado em normas previsíveis e não discriminatórias. Incluindo o compromisso de lograr uma boa gestão dos assuntos públicos, o desenvolvimento e a redução da pobreza em cada país no plano internacional</p> <p>n) Atender as necessidades especiais dos países menos adiantados. Incluindo o acesso livre a tarifas e cotas das exportações dos países menos desenvolvidos; melhorar o programa de alívio da dívida dos países pobres muito endividados e o cancelamento das dívidas bilaterais oficiais e a concessão mais generosa de uma assistência para o desenvolvimento aos países que assumirem seu compromisso em reduzir a pobreza.</p> <p>o) Atender as necessidades dos países em desenvolvimento que não possuem litoral ou de pequenos Estados localizados em Ilhas.</p> <p>p) Enfrentar de maneira geral os problemas da dívida dos países em desenvolvimento com medidas nacionais e internacionais a fim de fazer com que a dívida seja sustentável a longo prazo.</p> <p>r) Em cooperação com os países em desenvolvimento elaborar e aplicar estratégias que proporcionem aos jovens um trabalho digno e produtivo.</p> <p>s) Nos países em desenvolvimento, em cooperação com as empresas farmacêuticas proporcionar acesso aos medicamentos essenciais a um custo razoável</p>

	t) Em colaboração com o setor privado assegurar que os indivíduos possam aproveitar os benefícios das novas tecnologias, em particular das tecnologias da informação e das comunicações
--	---

Fonte: "Objetivos do Projeto do Milênio" – PNUD/ONU, 1995

Como podemos perceber, no Quadro 1, descrito acima, os objetivos e metas relacionados no Projeto do Milênio da ONU, e divulgados para todos os governos dos países periféricos, assumem nas suas propostas de execução uma concepção de desenvolvimento que procura oferecer uma face humana para a economia de livre mercado implementando políticas de geração de oportunidades sociais focalizadas nos indivíduos incapacitados. Assim, entre as principais diretrizes de desenvolvimento do milênio da ONU estão presentes: a defesa da liberdade financeira e comercial; as propostas de parcerias público-privadas; a reinserção dos indivíduos no mercado de trabalho muitas vezes através de cooperativas que terceirizam sua produção; a sustentabilidade do meio ambiente, o atendimento a saúde e educação básica. Enfim, todas as prerrogativas de desenvolvimento econômico e social delimitadas pelos grupos de pesquisadores e intelectuais contratados pela ONU, visam unir a atual dinâmica da economia capitalista mundial a uma nova concepção de desenvolvimento humano e social que ao propor políticas sociais básicas e focalizadas pretende manter intocado o presente quadro de desigualdade social e a atual estrutura centralizada da propriedade.

Com a mobilização de um aparato institucional gigantesco a ONU através de seu órgão para o desenvolvimento o PNUD se transforma atualmente no grande instrumento de propaganda e divulgação da nova ideologia do desenvolvimento. Este órgão desenvolve atualmente 180 projetos em vários países do mundo e só no Brasil possui uma equipe formada por 68 profissionais e técnicos com alta especialização. A partir de uma mega estrutura institucional esse conjunto de tecnocratas e intelectuais são responsáveis em analisar a situação mundial das capacidades individuais, elaborar as políticas de combate a pobreza e fazer com que os diversos

Estados nacionais assumam as diretrizes para a implementação de uma rede de desenvolvimento humano e social que ofereça novas oportunidades para que os cidadãos pobres sejam incluídos na atual configuração da economia de mercado capitalista. Mas se a ONU participou ativamente da elaboração teórica da nova concepção de desenvolvimento econômico e social da burguesia internacional outras organizações multilaterais se unirão aos esforços de divulgação e aceitação das diretrizes gerais e da implementação das propostas de desenvolvimento que trazem novas promessas capitalistas.

#### **4.4 – O Grupo Banco Mundial e a conciliação entre o ajuste neoliberal e as novas diretrizes internacionais para o desenvolvimento**

A partir da década de 90 do século passado se tornou quase impossível tratar sobre as políticas relacionadas ao desenvolvimento dos países periféricos sem se reportar ao papel fundamental desempenhado pelo Banco Mundial. Mas que elementos históricos fizeram dessa instituição uma peça tão importante para a defesa e a propagação das novas diretrizes para o desenvolvimento econômico e social no mundo?

Podemos dizer que o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional são instituições irmãs. Surgidas, em 1944, essas duas instituições são o fruto da reunião de 45 países que juntos criaram o Acordo de Bretton Woods com o objetivo de controlar o apetite do capital financeiro. No plano original, ambas as organizações serviriam tanto para efetuar a política de “eutanásia do rentista” proposta pelo modelo keynesiano de regulação dos mercados, quanto recolher vultosos investimentos para impulsionar a economia mundial.

Na sua origem o Banco Mundial possuía um único ramo: o Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento – BIRD criado para auxiliar a Europa em seu plano de reconstrução após a Segunda Guerra Mundial. Mas é no período compreendido entre o final da década de 70 e início dos anos 80, do século passado, que o Banco Mundial atinge sua idade de ouro.

Com a crise mundial de meados da década de 70 e o início da escalada restauradora do capital nos anos seguintes, a instituição deslocou seu papel original, passando a atuar como umas das principais propagadoras do ajuste estrutural da economia internacional. A partir daí, o Banco Mundial ganha um novo formato organizacional, passando a constituir-se por quatro outros organismos que juntos formam o “Grupo Banco Mundial”. Além do BIRD, o Grupo Banco Mundial é composto: pela Associação Internacional de Desenvolvimento – AID, responsável na concessão de empréstimos aos “países mais pobres”; pela Sociedade Financeira Internacional – SFI, responsável pelo financiamento do setor privado dos “países em desenvolvimento”; pela Agência Multilateral de Garantia de Investimento – AMGI, que tem como função principal estimular os investimentos nos “países em desenvolvimento” e o Centro Internacional para Resolução de Divergências nos Investimentos – CIRDI, que gere os conflitos de interesses garantindo o retorno lucrativo dos investimentos financeiros privados realizados nos diversos países periféricos.

Atualmente, enquanto a Organização Mundial do Comércio (OMC) cuida da circulação dos fluxos comerciais, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) cuidam dos fluxos financeiros internacionais. Segundo Millet e Toussaint (2006) a gestão cotidiana do banco é assegurada pelo Conselho de Administração composto por 24 membros e constituído com base em regras idênticas às do FMI. Ou seja, dezesseis grupos de países podem escolher um representante que não seja da mesma nacionalidade que o representante do FMI.<sup>59</sup> Na explicação dos autores, assim como o FMI, o Banco Mundial é uma instituição antidemocrática, na qual o poder dos países centrais e especialmente dos EUA é garantido pelas disposições de escolha do presidente e de direito a voto.

O Conselho de Administração elege um presidente para um mandato de cinco anos. Existe uma regra, tácita e antidemocrática, segundo a qual esse cargo é reservado a um

---

<sup>59</sup> Ressalta-se que tanto a França, como o Reino Unido, conseguiram a proeza de nomear o mesmo representante para os Conselhos de Administração do FMI e do Banco Mundial, o que atesta tanto o caráter “flexível” das disposições legais de ocupação dos cargos como a proximidade e complementariedade de ambas as instituições. (Millet; Toussaint, 2006)

norte-americano designado pelos Estados Unidos. O Conselho de Administração limita-se a confirmar a escolha. [...] a distribuição dos direitos de voto baseia-se igualmente no princípio de US\$ = 1 voto. Cada um desses direitos corresponde a 250 votos, com um voto suplementar para cada parcela de capital detido [...] a regra da maioria de 85% também vigora no BIRD. Assim, os Estados Unidos detém da mesma forma um poder de veto muito importante. (MILLET; TOUSSAINT, 2006, p. 85).

Através dessa estrutura que garante a direção política da instituição sob o domínio dos países centrais e dos EUA, o Grupo Banco Mundial, em conjunto com o FMI, assumem ao longo das décadas de 80 e 90 a tarefa principal de desenvolver estratégias para forçar os outros países a aceitarem os termos dos ajustes estruturais liberalizantes. Uma dessas estratégias consistiu nos “empréstimos financeiros aos países em desenvolvimento” que assumiram a condição de principais responsáveis pelo endividamento das economias periféricas inserindo-as ao processo de mundialização do capital.

É exatamente nesse período que a direção do banco passa para o ex-combatente da guerra do Vietnã e ex-secretário de defesa dos EUA, Robert MacNamara. Segundo Ziegler (2002) o ex-secretário americano foi responsável pelo grande impulso institucional operado em meados dos anos 80. Ainda segundo o autor, sob a presidência de Robert MacNamara, o volume anual de empréstimos do banco passou de um bilhão para 13 bilhões de dólares, o número de funcionários foi multiplicado por quatro e o orçamento administrativo, por 3,5. Com a ajuda de seu tesoureiro, Eugene Rotberg, McNamara conseguia elevar em quase 100 bilhões de dólares os empréstimos concedidos aos vários mercados nacionais. É importante destacar que boa parte dessas quantias será recolhida através de bancos suíços e paraísos fiscais que dão guarida à maioria dos investimentos da grande oligarquia financeira mundial.

Nos anos 90, o Banco Mundial amplia ainda mais sua capacidade de investimentos, concedendo aos países do Terceiro Mundo créditos de longo prazo num montante superior a 225 bilhões de dólares. Segundo Ziegler (2002), nesse período avalizou a criação de várias infra-estruturas nacionais para créditos de investimento. Em alguns casos – como no Níger, por exemplo – também assumiu (em segunda posição, atrás dos doadores bilaterais) o



déficit orçamentário de países particularmente pobres. Também financiou, anualmente, centenas de projetos de desenvolvimento. Como ressaltar Ziegler (2002, p. 2)

Na terminologia da linguagem bancária, a entidade é conhecida, por toda parte, como o “credor de último recurso” (lender of last resort), aquele que está em posição de impor ao devedor as condições que quiser. Quem, senão o Banco Mundial, iria conceder o mínimo crédito a países como o Chade, Honduras, Malawi, Coréia do Norte ou Afeganistão?

Através da oferta de empréstimos vultosos para os países pobres da África e para os chamados “países em desenvolvimento”, como o Brasil, o Banco Mundial conseguiu endividar a maioria das economias periféricas. Segundo dados do próprio Banco Mundial<sup>60</sup> o total pendente da dívida de longo prazo dos chamados países em desenvolvimento era de aproximadamente US\$ 62 bilhões em 1970 e cresceu sete vezes atingindo US\$ 481 bilhões ao longo dos anos 80. A dívida total era de mais de US\$ 2 trilhões em 1996, um aumento de 32 vezes em relação a 1970. Aos empréstimos foram condicionadas uma série de reformas econômicas e sociais que visavam liberalizar a economia para os investimentos externos e retirar do cenário desses países o papel interventor do Estado. Chossudovsky (1999, p. 43) explica o ciclo de endividamento financeiro e imposição de “condicionalidades” das reformas elaboradas pelo Banco Mundial:

Há uma relação estreita quase simbiótica, entre política de administração da dívida e reforma macroeconômica. A administração da dívida restringe-se a assegurar que cada nação devedora continue formalmente a sujeitar-se a suas obrigações financeiras. Por meio da “engenharia financeira” e da cuidadosa arte de reescalonamento da dívida, o reembolso da principal, enquanto os resgates dos juros são tornados obrigatórios; a dívida é trocada por participação acionária e dinheiro “novo” é “emprestado” às nações à beira da falência para capacitá-las a liquidar os juros devidos sobre débitos “antigos”, de forma a evitar temporariamente a falta de pagamento, e assim por diante. Nesse processo, impera a lealdade formal de cada devedor. Os credores só concordam com a rolagem da dívida se a nação devedora aceitar as

---

<sup>60</sup> WORLD BANK, World Development Report. **From Plan to Market**. Washington: World Bank, 1996.

“condicionalidades políticas” que fazem parte dos acordos de empréstimos.

O objetivo é impor a legitimidade da relação do serviço da dívida enquanto as nações devedoras são mantidas numa camisa-de-força que as impede de lançarem um plano econômico nacional autônomo. De acordo com Ziegler (2002) utilizando-se das crises sucessivas McNamara criou um ciclo vicioso de endividamento forçando os países do Terceiro Mundo a aceitarem as condições subjacentes aos empréstimos do Banco Mundial e a transformarem suas economias tradicionais com o objetivo de maximizar a especialização econômica e o comércio mundial. Àqueles que recusassem a “assistência humanitária do banco” seriam abandonados à sua própria sorte. Segundo o autor,

Por sua iniciativa, inúmeros países não tiveram outra opção senão a de se submeterem às condições duras e humilhantes impostas pelo banco. McNamara já não destruía vilarejos, para depois os salvar, mas economias inteiras. Atualmente, encontram-se por todo o Terceiro Mundo enormes barragens afundadas na lama, estradas depauperadas que não levam a lugar algum, edifícios de escritórios vazios, florestas e campos devastados e dívidas monstruosas que jamais haverá condições de pagar. [...]. Por maior que tenha sido a destruição semeada por esse homem no Vietnã, ele se superou durante sua gestão à frente do Banco Mundial. (ZIEGLER, 2002, p. 2)

Através do estímulo ao endividamento o Banco Mundial e o FMI comandaram um processo coercitivo de subordinação dos centros de decisão dos países periféricos às diretrizes criadas pelos técnicos e burocratas alocados nos corredores dos organismos multilaterais. Por sua vez, essas novas diretrizes liberalizantes, aparentemente baseadas em critérios técnicos e consensuais, escondem toda a estrutura corporativa, autocrática e repressora do Grupo Banco Mundial que carrega consigo, ao longo das últimas décadas, a incumbência institucional de criar um ambiente político e econômico adequado a nova dinâmica de acumulação internacional capitalista. Como ressalta Chossudovsky (1999, p. 28, *grifos nossos*).

O mesmo cardápio de austeridade orçamentária,

desvalorização, liberalização do comércio e privatização é aplicado simultaneamente em mais de cem países devedores. Estes perdem a soberania econômica e o controle sobre a política monetária e fiscal; seu Banco Central e Ministério da Fazenda são reorganizados (freqüentemente com a cumplicidade das burocracias locais); suas instituições são anuladas e é instalada uma tutela econômica.

Como sublinha enfaticamente Chossudovsky (1999, p. 28) se estabelece “Um *governo paralelo* que passa por cima da sociedade civil é estabelecido pelas instituições financeiras internacionais [...]”. Essa espécie de transferência dos centros de decisão política dos países periféricos para as instituições financeiras internacionais tem sérios rebatimentos para a configuração atual da dominação burguesa.

Na década de 70, sob outra conjuntura histórica, Ernest Mandel (1982) já analisava essa capacidade de transferência dos centros de decisão com o objetivo de manter a dominação burguesa. Para o autor, na fase do capitalismo monopolista à medida que os social-democratas e, posteriormente, os comunistas alcançavam gradativamente várias cadeiras no parlamento esse órgão legislativo perdia cada vez mais sua função de definição das políticas de Estado. Como afirmava Mandel (1982, p. 338), a partir dessa época, “A tarefa de assegurar a continuidade da dominação política do capital foi gradualmente transferida do parlamento para os escalões superiores de administração estatal”.<sup>61</sup> Na atualidade, essa tendência de transferência dos centros de elaboração e implementação das políticas de Estado ganha uma nova e complexa configuração. Como apontou Mandel (1982), se na primeira fase do período monopolista, para fugir da ameaça dos partidos de esquerda, o capital transferiu os centros de decisão do parlamento para a alta burocracia, podemos afirmar que a partir da década de 90, com o processo de mundialização capitalista cada vez mais, para garantir uma “governabilidade” segura, as grandes decisões relativas à política econômica e social são

---

<sup>61</sup> Segundo Mandel (1982, p. 338) essa tendência de centralizar as decisões no aparato burocrático estatal acompanhou o desenvolvimento do capitalismo tardio e se expressou de diversas maneiras. Na Europa Ocidental através de uma espécie de tecnocracia formada por burocratas e especialistas e nos países capitalistas menos avançados através de ditaduras militares, bonapartismos e fascismo. “Se antes era rara a ação autônoma do aparato do Estado, com a finalidade de preservar o poder econômico da burguesia por meio de sua expropriação política enquanto classe, agora tornou-se freqüente, sob a forma de ditaduras, bonapartismo e fascismo.”

transferidas da alta burocracia estatal dos países periféricos para a “tecnocracia internacional” de instituições financeiras, como o Banco Mundial e o FMI. Esta tese é corroborada por Francisco de Oliveira (2006) que na análise da atual forma de dominação burguesa no Brasil afirma existir uma “forma de dominação política globalizada”. Nas palavras do autor, o que se imprime agora é de uma dominação de classe que externalizou seus centros de decisão:

Em primeiro lugar, como efeito e corolário da mundialização do capital, ou se quisermos utilizar o termo já consagrado – mas que induz a equívocos – trata-se de uma dominação globalizada. Mesmo no passado mais imediato, o nacional constituía-se na mediação necessária para a atuação dos capitais internacionais. Era a política nacional, *y compris* a política econômica, quem realizava a mediação. A internalização de decisões de Celso Furtado foi efetiva. Esse processo começou a mudar com a ditadura militar que, ao acelerar o processo de acumulação, tornou os recursos internos, econômicos e políticos, insuficientes para domar as novas forças do capital. Mas foi o neoliberalismo quem jogou a pá de cal na determinação interna da política, para extrovertê-la definitivamente. Agora, mesmo os interesses internos são mediados pelos recursos globais de capitais e de política. Numa palavra, a dominação de classe foi extrovertida. (OLIVEIRA, 2006, p. 286).

Mas essa “externalização das decisões de governo”, instaurada e imposta pelas instituições financeiras internacionais, não só desenvolve a coerção como instrumento de dominação de classe. Paralelo a criação desse processo coercitivo de subordinação e endividamento dos países periféricos, o Banco Mundial passa a publicar anualmente, desde 1978, seu Relatório de Desenvolvimento Mundial (*World Development Report*) que apresenta às nações periféricas um novo consenso em torno do modelo econômico adequado para alcançar a inserção no mercado internacional. Entre as principais diretrizes estão as propostas de liberalização da economia e de recuo da intervenção estatal com vistas a proporcionar o ambiente adequado para a escalada do capital financeiro internacional. Como ressalta o *World Development Report* de 1989:

Os sistemas financeiros de muitos países em desenvolvimento necessitam como sempre de reestruturação. A sua condição atual reflete uma abordagem de desenvolvimento adotada por

diversos países nos anos 1960 e 1970, uma abordagem que enfatizou intervenção governamental para promover a economia e o crescimento. Hoje muitos países estão revendo sua abordagem e passando a confiar mais no setor privado e nas forças do mercado. [...] A Reestruturação do sistema financeiro prevê uma oportunidade única para reconsiderar que tipos de instituições serão mais adequados para o ambiente econômico da década de 1990. Embora os bancos comerciais continuem a dominar os sistemas financeiros em muitos países em desenvolvimento, maior ênfase deve ser colocada na garantia da disponibilidade de um vasto leque de serviços financeiros. Muitos países devem desenvolver sistemas de poupança contratual e avançar mais no desenvolvimento de mercados de valores mobiliários. Os governos devem fornecer um ambiente regulamentar e fiscal que é neutro no que diz respeito aos diferentes tipos de atividades financeiras. As instituições financeiras informais têm-se revelado capazes de servir de forma sustentável os setores: doméstico, agrícola, e de microempresa. As medidas governamentais que ligam as instituições informais ao sistema financeiro formal de serviços irá melhorar e garantir um ambiente concorrencial adequado.<sup>62</sup>

Contudo, ao longo das décadas de 80 e 90, o plano de ajuste estrutural defendido pelo Banco Mundial e pelo FMI ao invés de guiar as economias periféricas para o caminho do desenvolvimento trouxe sucessivas crises econômicas e sérias complicações políticas. O processo de “apertar o cinto” das nações periféricas imposto pelos Planos de Ajuste Estrutural – PAE, patrocinados pelos credores, solapa gradativamente a capacidade dos países quitarem suas dívidas. Assim, o processo cíclico de sucessivos empréstimos e explosão da dívida externa em conjunto com a imposição da política de liberalização radical dos mercados proporcionaram verdadeiros desastres econômicos e sociais nos países periféricos. Segundo Millet e Toussaint, (2006) em 1986, ao adotar a estratégia de abertura dos mercados e dolarização da economia a Zâmbia viu os preços os produtos alimentares subir 120% em apenas alguns meses. Da mesma forma em 1989, a entrada em vigor do Plano de Ajuste Estrutural na Venezuela provocou um acelerado aumento no preço dos produtos de primeira necessidade e da gasolina (afetando vários outros artigos de consumo) que ocasionaram uma inflação de 200% no preço do pão.

---

<sup>62</sup> BANCO MUNDIAL Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial - Sistemas Financeiros e Desenvolvimento. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1989, p. 03.

Essas crises econômicas e sociais causadas pelo plano de ajuste estrutural geraram uma série de manifestações que se espalharam por vários países periféricos. Em 1989, as revoltas contra o aumento no custo dos alimentos se espalharam pelas ruas de Caracas, na Venezuela, ocasionando uma brutal intervenção do exército. Na Tunísia, em 1984, difundiram-se manifestações instigadas em grande parte pelos jovens desempregados da cidade de Tunis que protestavam contra o aumento dos preços dos alimentos. Na Nigéria, em 1989, as manifestações estudantis contra a política de ajuste estrutural resultaram no fechamento de seis universidades pelo governo. Em 1990, no Marrocos, várias revoltas populares e uma greve geral indicavam o nível de descontentamento das massas com as reformas governamentais patrocinadas pelo Banco Mundial e pelo FMI. E não poderíamos deixar de citar a revolta Zapatista de Chiapas no México, em 1993, entre outras rebeliões que se difundiram pelo planeta nessa quadra histórica.

Diante da visível perda de legitimação política do projeto de ajuste estrutural o Grupo Banco Mundial foi obrigado a reconhecer que as estratégias neoliberais não tinham concretizado suas promessas de desenvolvimento social apesar do sucesso na implementação de seu projeto econômico. Ao assumir plenamente a fórmula ortodoxa liberal e desprezar a importância da construção de um amplo consenso político em torno de seu projeto de reformas o Banco Mundial gerou insatisfações populares que logo transformaram as nações periféricas em regiões economicamente instáveis e politicamente contestadoras. Em 1990, o próprio John Williamson, homem que cunhou o termo *Consenso de Washington*, assumia que apesar de ajudar a realizar com louvor os 10 pontos<sup>63</sup> do plano de reestruturação dos mercados internacionais, o Banco Mundial vem ignorando a ampliação do nível de degradação social dos países periféricos.

---

<sup>63</sup> Williamson destaca dez propostas do receituário do “Consenso de Washington”: (1) disciplina fiscal, ou seja, redução dos gastos públicos, na tentativa de manter um superávit orçamentário; (2) prioridades de gasto público – reduzir o papel do Estado na economia, redirecionando o gasto para as áreas desinteressantes para o investimento privado – geralmente, bens públicos; (3) reforma tributária, tornando a tributação menos progressiva; (4) liberalização financeira, cujo objetivo máximo é deixar que a taxa de juros seja determinada pelo mercado; (5) manutenção da estabilidade da taxa de câmbio; (6) liberalização comercial; (7) abolição das barreiras à entrada de investimentos externos diretos no país; (8) privatização das empresas estatais; (9) abolição das regras que impedem a entrada de novas firmas do setor e (10) o sistema legal deve assegurar direitos de propriedade (WILLIAMSON apud, UGÁ, 2004, p. 56).

De olho nos indesejáveis *conflitos sociais* e na continuidade das políticas de liberalização dos mercados o Grupo Banco Mundial começa a considerar conveniente incorporar *novos elementos*, de natureza política e social, que garantam legitimidade as suas propostas de ordem puramente econômica. Apesar do tema *Pobreza* já aparecer desde o primeiro *World Development Report*, em 1978, é só no Relatório de Desenvolvimento Mundial de 1990 que o Banco Mundial passa a agregar sugestões que unem a continuidade das propostas de desregulamentação dos mercados com políticas específicas de desenvolvimento social e combate à pobreza. Cada vez mais o Grupo Banco Mundial passa a se afastar de uma imagem ortodoxa liberal, ligada exclusivamente ao *Consenso de Washington*, aproximando-se de uma perspectiva mais próxima a ONU/PNUD, no intuito de renovar as promessas capitalistas de desenvolvimento econômico e social. Uma prova desse esforço de mudança na imagem ortodoxa do Banco Mundial é um documento formulado em 1996 e intitulado: *Beyond the Washington Consensus: Institutions Matter* (1996) (Para além do Consenso de Washington: a importância das Instituições). Defendendo a importância de reformas institucionais que se agreguem as reformas econômicas esse documento realiza a seguinte análise:

[...] o processo de reformas econômicas apesar de ter proporcionado a desregulamentação dos mercados e a destruição dos modelos protecionistas de Estado, ações necessárias para o aumento do comércio global e dos fluxos financeiros, não trouxe consigo o crescimento econômico e a melhoria da qualidade de vida da população que vive nos países em desenvolvimento. [...] Em particular, a retomada do crescimento não foi acompanhada por uma oferta de trabalho no setor formal, o crescimento das exportações se concentrou apenas nas indústrias intensivas e as diferenças salariais entre trabalhadores qualificados e não qualificados parece ter se ampliado. Conseqüentemente, a distribuição de renda não melhorou em muitos países, e agravou-se em outros, o que resultou em taxas de pobreza que continuam inaceitavelmente altas. Além disso, entre os pobres e a classe média a insegurança econômica, ligada à precariedade e a renda, tendeu a aumentar. (WORLD BANK, 1996, p. 07)

É criado no Grupo Banco Mundial uma força tarefa (task force) inspirada nas propostas do intelectual Louis Emmerij, ex-diretor em Paris do Centro para o Desenvolvimento da OCDE, e assessor da presidência do BID. Segundo Emmerij (1994), para continuar levando à cabo as reformas sociais de que necessita, a América Latina deve voltar os olhos para o problema dos pobres sem, no entanto, necessitar da intervenção do Estado. Para Emmerij, trata-se de descentralizar ao máximo o setor público pela municipalização dos recursos oficiais e pela mobilização das organizações não-governamentais que, através de recursos estrangeiros, desempenhariam o papel do Estado. Emmerij (1994), sustenta que para garantir a governabilidade e a continuidade das reformas neoliberais, é necessário “desagregar o Estado”. Esta seria a única maneira de superar os entraves das burocracias nacionais e dos movimentos populares de resistência. Por isso, também sugere que o Banco Mundial assuma a liderança intelectual na definição de uma nova estratégia de desenvolvimento, cuja finalidade seria conformar um Consenso Hemisférico a respeito de um conjunto equilibrado de objetivos econômicos e sociais.

Nessa lógica o Grupo Banco Mundial passa adotar em conjunto com as reformas econômicas uma preocupação cada vez maior com o desenvolvimento de estratégias de “combate à pobreza”. Ao abraçar uma política de desenvolvimento econômico e social que pretende focalizar a intervenção das políticas de Estado nos mais pobres o Banco Mundial se une a outras organizações multilaterais (como a ONU) e passa a desenvolver critérios para conceituar e medir a incidência da pobreza. Assim é que a organização adere a uma concepção de pobreza baseada na “incapacidade de atingir um padrão de vida mínimo” (BANCO MUNDIAL, 1990, p.27). É a partir dessa concepção de pobreza que o Banco Mundial terá que necessariamente formular um conceito de padrão de vida mínimo e elaborar concepções e estratégias para oferecer oportunidades que possam estimular a capacidade dos indivíduos.

Na seqüência do relatório de 1990 o Banco Mundial define que o padrão de vida mínimo deve ser avaliado pela capacidade de consumo básico do indivíduo. Ou seja, a capacidade que tem o indivíduo de possuir renda e, com isso, acessar os recursos necessários tanto para satisfazer um padrão mínimo



nutricional como para permitir a participação na vida da sociedade. Assim, é que o Banco Mundial realiza pesquisas periódicas para calcular um valor mínimo de sobrevivência para cada país ou região e, em seguida, comparar esse valor encontrado com a renda de cada indivíduo. Aqueles que tiverem uma renda inferior a esse valor monetário pré-definido poderão ser considerados “pobres” e, por isso, potenciais usuários das políticas estatais. Em meados de 1990, essa *linha de pobreza* para os países periféricos equivalia a U\$ 75 / mês, hoje o Banco Mundial tem se referido a uma linha de pobreza de U\$ 1 (um dólar) *per capita* / dia como critério estatístico mais adequado.

Com relação às estratégias para estimular as capacidades individuais em acessar renda, o Banco Mundial, preocupado em harmonizar a atual dinâmica produtiva do capitalismo com um novo modelo de intervenção do Estado, relaciona essa política a dois conjuntos de ações: a) o oferecimento de oportunidades econômicas; b) e a prestação de serviços sociais básicos.

Assim, a primeira estratégia de luta contra a pobreza do Banco Mundial propõe políticas de desenvolvimento econômico que estimulem a criação de oportunidades de emprego e inserção produtiva para que os pobres possam ter acesso a uma renda. Como ratifica trechos do próprio documento:

[...] a busca de um modelo de crescimento que garanta o **uso produtivo do trabalho dos pobres e o provimento amplo de serviços sociais básicos aos pobres**, sobretudo de educação, assistência médica básica e planejamento familiar. (BANCO MUNDIAL, 1990, p. 3, grifos nossos).

Nesse objetivo de incluir produtivamente os pobres é que se encontram as propostas do Banco para o desenvolvimento local sustentável que através do estímulo a criação de cooperativas manufatureiras ou agrícolas possibilita a criação de postos de trabalho e a geração de renda no campo e na cidade. Um exemplo de enorme impacto são as experiências de desenvolvimento local e sustentável instigadas pelo Banco na zona rural da Índia.<sup>64</sup> Mas o que o Banco

---

<sup>64</sup> Sobre isso ver o documento: WORLD BANK, **Local Organizations in Decentralized Development: Their Functions and Performance in India**. Washington: World Bank, 2005.

Mundial não esclarece é que muitas vezes essas pequenas fábricas e cooperativas agrícolas são contratadas para prestarem serviços terceirizados a grandes empresas transnacionais que em busca dos salários baixos e da flexibilidade da contratação transferem cada vez mais suas indústrias para esses países. Logo abaixo uma manchete do Jornal Diário Económico de Portugal que exemplifica essa atual funcionalidade do desenvolvimento local e sustentável para a redução dos custos produtivos das grandes empresas transnacionais:

A Aerosoles (empresa portuguesa de calçados) investiu 3,5 milhões de euros na Índia, tem duas fábricas a produzir sapatos e solas: uma em Ranipet, outra em Pondicherry. O vaivém é constante. Dentro de três semanas, Alberto Sá regressa à Índia. Quer ver com os próprios olhos como estão a correr as coisas: um bom fabricante de sapatos tem de manter os pés assentes no chão. É essencial ver se está tudo bem cosido, bem colado, bem pintado, bem embalado. Em Ranipet, a 100 quilómetros da capital do estado de Tamil Nadu, a fábrica emprega mais de 160 pessoas e é igual à que a Aerosoles tem em Esmoriz, perto de Espinho: espaçosa, arejada, bem equipada, limpa, segura, organizada, eficiente. [...] Nem tudo é produzido na unidade de Ranipet. **Há uma dezena de pequenas empresas subcontratadas na região que trabalham para o grupo português.** Sukamal é um desses empresários subcontratados. Fisicamente, parece o Sandokan, embora menos atlético e sem fita na cabeça. O que Sukamal fabrica não seria rentável produzir na unidade principal. O edifício rectangular que construiu é o oposto da fábrica portuguesa. A sala onde estão as 70 operárias é apertada, cheira a cola, há restos no chão, a atmosfera é quente e húmida. O zzzzzz das máquinas de coser é cortante, sobrepõe-se às vozes das raparigas de sari que trabalham aqui de segunda a sábado, seis dias por semana, oito horas por dia. O pequeno empreendedor indiano contrata quem lhe apetece, desde que não sejam crianças. Essa imposição é feita pela Aerosoles. Para evitar ilegalidades e desleixos, os portugueses têm um controlador indiano em cada uma destas pequenas fábricas; além disso, fazem visitas surpresa. [...] Os tectos da fábrica são tão elevados como os objectivos de Rui Miranda, o administrador-delegado que a Aerosoles colocou em Ranipet. “Começámos a produzir há sete meses, mais três e estamos a todo o gás. Vamos chegar aos 3.500, 3.600 pares por dia.” De Ranipet os sapatos seguem de barco para os mercados europeu e sul-africano. A viagem completa-se em três semanas. As solas são mais finas: partem de avião até o Porto. Tudo somado, a operação indiana permite uma poupança que ultrapassa os 30%. Às vezes mais. Os salários, por exemplo, são um décimo do que se paga em Portugal. Nem sequer a

fábrica que têm na Roménia é tão competitiva. Na Índia, uma operária ganha pouco mais de 40 euros por mês, o preço de um par de sapatos sem luxos da Aerosoles. Além disso, só há nove dias de férias por ano, sem contar com os feriados. É por isso que a operação indiana ganha peso. A Aerosoles já fechou uma fábrica em Portugal e vendeu outra.<sup>65</sup>

A busca de um modelo de crescimento que inclua os pobres no mercado de trabalho acaba por se harmonizar e fortalecer a intensificação da extração de mais-valia e a precarização do trabalho. Além disso, o antigo argumento neoliberal em defesa da desregulamentação do trabalho ganha novo impulso com a defesa da inclusão produtiva dos pobres. Pois, segundo dois Relatórios sobre o Desenvolvimento Mundial (1990 e 1995) a partir de uma maior “flexibilidade” para contratar ou demitir trabalhadores as empresas privadas se tornam mais ágeis possibilitando o incremento nos empregos e, portanto, uma inclusão produtiva dos pobres. Assim, para a política do Banco Mundial os trabalhadores empregados devem pagar com a precarização das relações de trabalho em nome da “inclusão dos excluídos”.

Além de ressaltar a importância do incentivo ao crescimento econômico na redução da pobreza, quando se refere ao papel do Estado na política de desenvolvimento social propõe que os serviços sociais sejam focalizados. Assim, a segunda estratégia do Banco Mundial é oferecer políticas sociais, como educação básica e saúde, focalizadas na população considerada pobre. O documento de 1990 ressalta a relação entre o desenvolvimento desses serviços sociais focalizados com a redução da pobreza, pois eles possibilitam o “acúmulo de capacidades individuais” que no documento passa a ser denominado de “capital humano”<sup>66</sup>. Essa concepção de capital humano

---

<sup>65</sup> Disponível em:

[http://diarioeconomico.sapo.pt/edicion/diarioeconomico/edicion\\_impresa/destaque/pt/desarrollo/728144.html](http://diarioeconomico.sapo.pt/edicion/diarioeconomico/edicion_impresa/destaque/pt/desarrollo/728144.html). Acesso em: 12/06/2007.

<sup>66</sup> O capital humano é formado pela quantidade de competências que o indivíduo acumulou durante a sua vida e que possibilitam o acesso a uma determinada renda. Os teóricos do capital humano afirmam que as desigualdades relativas à renda podem ser explicadas pela falta de investimento próprio (sobretudo em educação). Assim, a saída para a desigualdade estaria no investimento das potencialidades humanas. Nas palavras do especialista Theodore Schultz: “apesar do fato de que os homens adquirem habilidade e conhecimento úteis seja algo evidente, não é evidente entretanto que habilidade e conhecimentos sejam uma forma de capital, que esse capital seja em grande parte um produto do investimento deliberado, que nas sociedades ocidentais cresceu num ritmo muito mais rápido que o capital convencional (não humano), e que seu crescimento pode ser o traço mais característico do sistema econômico.

direciona a maioria das propostas de desenvolvimento social do Banco Mundial, afinal, para esta instituição “o principal bem dos pobres é o tempo para trabalhar. A educação aumenta a produtividade deste bem. O resultado, no nível individual, é uma renda mais alta, como demonstram muitos estudos” (BANCO MUNDIAL, 1990, p.85). A lógica é que ao educar-se o indivíduo aumenta sua produtividade e sua capacidade de competir no mercado obtendo assim uma renda maior.

No Relatório de Desenvolvimento Mundial de 2000 / 2001 (BANCO MUNDIAL, 2005) a concepção de pobreza sofrerá algumas mudanças. A distribuição de renda deixará de ser a principal fonte de análise e a pobreza passará a ser entendida como um processo multifacetado. Com isso, nos anos 2000 o Banco Mundial passará a assumir as elaborações e concepções presentes nos relatórios da ONU e do PNUD sobre desenvolvimento humano e social. Ressalta-se também a partir daí uma forte influência das idéias em torno de um “desenvolvimento com liberdade”, elaboradas pelo economista Amartya Sen (2000). Ganha impulso neste primeiro relatório do novo milênio a preocupação com um novo conceito: o “empoderamento”. Segundo o Banco Mundial o termo explica de maneira diferente a mesma idéia de gerar oportunidades para o desenvolvimento de capacidades, porém englobando agora o papel das instituições no desenvolvimento da liberdade de escolha dos indivíduos.

O empoderamento (Empowerment) é a expansão dos recursos e capacidades das pessoas pobres para participar, negociar, influenciar e exercer o controle social das instituições que afetam suas vidas. [...] Empoderadas as pessoas tem mais liberdade de escolha e de ação. Esta, por sua vez, permite-lhes melhor influenciar o curso das suas vidas e as decisões que lhes dizem respeito.<sup>67</sup>

---

Se observou amplamente que os incrementos da produção nacional têm sido relacionados em grande medida com os incrementos da terra, horas de trabalho e capital físico reproduzível. Mas o investimento em capital humano é provavelmente a principal explicação dessa diferença”. É apropriado salientar o grau de mistificação desses teóricos que para sustentarem suas idéias não titubeiam em rebaixar as ricas capacidades e potencialidades humanas à condição coisificante de capital como se cada ser humano carregasse desde seu nascimento um estoque de capital e a quantidade acumulada determinaria o sucesso ou falência dessa suposta “empresa-indivíduo”. (SCHULTZ, Theodore. **O capital humano – investimentos em educação e pesquisa**. Rio de Janeiro: Zahar, 1971, p. 31)

<sup>67</sup> Disponível em: <http://go.worldbank.org/WXKIV52RB0>. Acesso em: 12/03/2007.

Em 2006 o Grupo Banco Mundial (2005) lança um novo documento intitulado *Desenvolvimento e Equidade*, nele estão elencadas as principais estratégias e ações para um projeto de desenvolvimento econômico e social compatível com as propostas do projeto do milênio lançado pela ONU. No documento o Banco Mundial resgata o conceito de *equidade* para sustentá-lo como um processo indispensável para se atingir o crescimento econômico sustentável. A fim de aumentar a *equidade* nos países em desenvolvimento, o Banco Mundial propõe uma política de desenvolvimento para além da redistribuição de renda ou propriedade e lança propostas destinadas a corrigir as persistentes “desigualdades de oportunidades”. Na verdade, o Banco Mundial, seguindo a linha argumentativa da teoria da Justiça de John Rawls<sup>68</sup>, defende uma proposta de desenvolvimento que realiza uma clara distinção conceitual entre igualdade e equidade.

Para Rawls (1993), assim como para o Banco Mundial, equidade não significa igualdade de renda, de propriedade, e até mesmo de situação de saúde ou qualquer outro efeito específico. Pelo contrário, equidade significa a busca de uma situação na qual as oportunidades abertas aos indivíduos sejam iguais, ou seja, na qual o esforço pessoal, as preferências e a iniciativa (e não as origens familiares, casta, raça ou gênero) sejam responsáveis pelas diferenças entre as realizações econômicas das pessoas. Nas palavras do presidente do Banco Mundial na época Paul D. Wolfowitz:

A equidade é definida em termos de dois princípios básicos. O primeiro é o princípio de oportunidades iguais: as conquistas na vida de uma pessoa devem ser determinadas principalmente por seus talentos e esforços, e não por circunstâncias pré-determinadas como etnia, gênero, história social ou familiar ou

---

<sup>68</sup> John Rawls é um dos mais conhecidos e celebrados filósofos norte-americanos. Falecido aos 81 anos, em 2002, é tido como um dos principais teóricos da democracia liberal contemporânea. No seu livro *Uma Teoria da Justiça*, de 1971 debruçou-se sobre um das resoluções mais espinhosas da teoria liberal: como conciliar direitos iguais numa sociedade desigual? Como harmonizar as ambições materiais dos mais talentosos e destros com os anseios dos menos favorecidos em melhorar sua vida e sua posição na sociedade? Ou seja, trata-se de um esforço intelectual para conciliar a idéia de igualdade num mundo cada vez mais afeito às desigualdades. Para uma introdução a teoria da justiça como equidade de John Rawls ver: MUSTAFÁ, Maria Alexandra. **Crítica à Teoria da Justiça como Equidade de John Rawls**. Presença Ética, Recife, v. 2, n. 2, p. 83-108, 2002. Para um aprofundamento sobre o conceito de equidade de Rawls ver: RAWLS, John. **Justiça como equidade: uma concepção política, não metafísica**. Revista Lua Nova, v. 25, 1992. E ainda: RAWLS, John. *Uma teoria da justiça*. Lisboa: Presença, 1993.

ainda país de nascimento. O segundo princípio é a prevenção de privação de resultados, especialmente em saúde, educação e níveis de consumo. (BANCO MUNDIAL, 2006, p. vii)

Assim, na concepção da instituição a equidade e a prosperidade são complementares. Segundo o documento, altos níveis de desigualdade econômica e política levam a instituições econômicas ou a “acordos sociais” que favorecem interesses pessoais com maior poder de influência. Esse favorecimento mina o potencial de crescimento do país e a redução da pobreza. Para o Banco (2006), a defesa da equidade tem o objetivo de criar oportunidades que aumentem as capacidades individuais para reduzir a pobreza. Essas políticas devem oferecer chances econômicas e políticas iguais. Muitas dessas políticas também ajudam a aumentar a eficiência econômica corrigindo imperfeições do mercado.

Dentre as políticas, destacam-se: 1) investimento nas pessoas mediante a ampliação do acesso a serviços de saúde e educação de qualidade, bem como provendo redes de segurança para os grupos vulneráveis; 2) expansão do acesso à justiça, terra e infra-estrutura econômica, tal como estradas, energia, abastecimento de água, saneamento e telecomunicações; 3) promoção da equidade nos mercados financeiro, trabalhista e de produtos, a fim de os pobres terem acesso facilitado ao crédito e ao emprego e não serem discriminados pelos mercados. Algumas diretrizes dessa estratégia de *desenvolvimento com equidade* guardam algumas características que merecem ser apresentadas:

### **1) Aumento das capacidades humanas** - através das ações de:

*1.1. Incentivo à primeira infância* – com o desenvolvimento de políticas de saúde e educação básica.

*1.2. Gestão do risco social* – com o incremento de uma rede de proteção social que ancorada no conceito de equidade pretende transformar a focalização e a seletividade numa nova e original concepção de “Universalidade”:

As redes de segurança geralmente visam a três grupos:

trabalhadores de baixa renda, pessoas consideradas incapazes para o trabalho ou para quem o trabalho é indesejável e determinados grupos vulneráveis. **Se as redes de proteção forem planejadas de maneira adequada às realidades locais de cada país, as intervenções individuais direcionadas para estes três grupos podem ser combinadas a fim de proporcionar um sistema de seguro público efetivamente universal.** Nesse sistema, cada família que sofrer uma adversidade e cair abaixo de um patamar de padrão de vida predeterminado seria elegível a alguma forma de apoio do Estado. (BANCO MUNDIAL, 2006, p. 13, grifos nossos).

**3) Impostos para a eqüidade.** Ou seja, adoção de uma política tributária que mantenha os gastos públicos sobre controle e elimine os impostos sobre a renda ampliando as tributações sobre o consumo individual de mercadorias.

O principal objetivo da boa política tributária é mobilizar recursos suficientes, distorcendo os incentivos e comprometendo o crescimento da menor forma possível. Como os impostos impõem perdas de eficiência, alterando as escolhas individuais entre trabalho e lazer, consumo e poupança, a maioria dos países em desenvolvimento tem possibilidade de ser mais bem servido evitando elevados impostos marginais sobre a renda e fundamentando-se em uma base mais ampla, especialmente para impostos sobre o consumo. Além disso, deve-se manter o controle sobre os gastos públicos, pois eles desempenham um papel relevante na promoção ativa da eqüidade. (BANCO MUNDIAL, 2006, p. 13)

**4) Justiça Terra e infra-estrutura** – Segundo o Banco Mundial “O desenvolvimento das capacidades humanas não aumentará as oportunidades se ainda houver pessoas que enfrentam remunerações injustas e desigualdade de direitos e de acesso a fatores complementares à produção.” (BANCO MUNDIAL, 2006, p.14). Vale destacar nessa diretriz o esforço realizado pela instituição para defender o acesso à terra sem necessariamente mexer na estrutura da propriedade fundiária existente. Segundo o Banco Mundial,

O melhor acesso à terra não precisa necessariamente passar pela propriedade. Em vez disso, a melhoria do funcionamento dos mercados agrícolas e o fornecimento de mais segurança de posse aos grupos de renda mais baixa podem ser uma área

mais frutífera para a política – como na zona rural da Tailândia e na zona urbana do Peru. (BANCO MUNDIAL, 2006, p. 14)

**5) Fornecimento equitativo de infra-estrutura.** – Nessa diretriz o banco ressalta a importância da população ter um amplo acesso à infra-estrutura, tais como: estradas, eletricidade, saneamento, telecomunicações, etc. Para o Banco Mundial essa infra-estrutura básica é essencial para qualquer tentativa de unir desenvolvimento com conquista de equidade. Mas ao mesmo tempo que identifica a importância desse acesso continua a defender a utilização do capital privado para oferecer esses serviços básicos a população:

Embora as privatizações de empresas de serviços públicos costumem ser atacadas por seus efeitos desiguais, a evidência indica uma realidade mais complexa. As privatizações na América Latina geralmente resultaram em acesso a serviços, especialmente em eletricidade e telecomunicações. (BANCO MUNDIAL, 2006, p. 14).

**6) Os mercados e a macroeconomia** – Para o Banco Mundial (2006, p. 15) “Os mercados são fundamentais para ajudar as pessoas a transformarem seus ativos em produtos[...]. Mas [...] quando as transações de mercado são influenciadas pela riqueza ou pela situação dos participantes, elas são tanto desiguais quanto ineficientes”. Assim, a atuação do Banco nessa área propõe algumas ações que proporcionem um maior acesso dos indivíduos ao mercado para que “diferentes grupos expandam seus ativos”. (Idem, idem).

6.1 – *Mercados Financeiros* – Nesse mercado que o Banco considera estratégico para o impulso a uma política de “desenvolvimento com equidade” a ação principal é: “A viabilização de um acesso mais igualitário a financiamentos pela ampliação de sistemas financeiros pode ajudar as firmas produtivas que antes não podiam obter financiamentos formais.” (BANCO MUNDIAL, 2006, p. 15). Nesse tópico podemos perceber com clareza a permanência da defesa pela liberalização dos mercados ainda presente nas diretrizes do Banco. A grande diferença é que agora essa estratégia é acompanhada por um discurso de desenvolvimento que tem como objetivo declarado a equidade econômica e social. Essa comprovação é ainda mais óbvia nas recomendações feitas pelo Banco (2006, p. 15):



As sociedades com grandes desigualdades de poder e riqueza, instituições precárias e sistemas financeiros controlados geralmente estão sujeitas a setores financeiros restritos voltados para os poderosos e escondem uma qualidade precária dos ativos. Abrir o sistema financeiro poderia ser considerado uma solução óbvia.

6.2 – *Mercado de trabalho* – nessa área de atuação o Banco Mundial (2006, p. 16) sugere:

O nivelamento do campo de ação nos mercados de trabalho consiste na busca do equilíbrio certo (específico do país) entre flexibilidade e proteção para oferecer condições iguais de emprego ao maior número possível de trabalhadores.

Assim, a política do Banco indica um nivelamento entre os setores forma e informal na busca por uma maior flexibilidade do mercado de trabalho. Identifica que em muitos países as leis trabalhistas ainda são bastante “rigorosas” e propõe a alternativa da construção de leis menos rígidas, de um seguro-desemprego mais flexível e pouco oneroso, baseado nos programas de renda mínima, e ainda, de políticas que incentivem a baixa remuneração do trabalhador tendo em vista ampliar a oferta de empregos:

A segurança do trabalhador é quase sempre fornecida por várias formas excessivamente rigorosas de legislação trabalhista, que de modo geral onera a contratação de trabalhadores, principalmente no caso de mulheres jovens e sem experiência – exatamente as pessoas que as leis tentam proteger. Em muitos países, há alternativas políticas menos distorcidas e mais inclusivas, o que torna o campo de ação mais equilibrado nos mercados de trabalho. Essas alternativas incluem esquemas de seguro desemprego (mais prováveis em países de renda média) e esquemas de emprego de baixa remuneração (idealmente com uma garantia de emprego), que podem ser aplicados com sucesso até mesmo em países ou Estados pobres. (BANCO MUNDIAL, 2006, p. 16).

No mesmo sentido o Banco ainda sugere uma maior abertura comercial dos países em desenvolvimento para potencializar as aptidões das empresas nacionais ao se unirem ao capital estrangeiro. Mas sugere cautela ao aconselhar que essa abertura comercial pode ser prejudicial para a equidade se

não vier acompanhada das reformas trabalhistas que flexibilizem o mercado de trabalho e de políticas de educação básica e qualificação do trabalhador.

A abertura ao comércio geralmente incentiva o prêmio por aptidões à medida que as firmas modernizam seus processos de produção (mudança técnica com base em aptidões, no jargão dos economistas). Isso pode ser prejudicial para a equidade se o contexto institucional restringir a capacidade dos trabalhadores de mudarem para um novo trabalho – ou limitar o acesso da população à educação. (BANCO MUNDIAL, 2006, p. 16).

Além dessas propostas de liberalização dos mercados encontram-se também algumas alternativas que visam liberar temporariamente a mobilidade da força de trabalho dos vários países tendo em vista regulamentar o processo de migração de trabalhadores dos países periféricos para os países centrais.

O relatório examina as opções de redução de iniquidades no funcionamento dos mercados globais, incluindo o seguinte: autorizar uma maior migração temporária para os países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). (BANCO MUNDIAL, 2006, p. 18).

*6.3 – Estabilidade econômica* – O Banco Mundial analisa que existem relações bidirecionais entre instituições injustas e crises macroeconômicas. Em muitos países instituições fracas permitem crise macroeconômicas sucessivas que atingem principalmente as pessoas mais pobres. Para resolver essa situação de instabilidade o documento do Banco Mundial propõe um certo controle sobre o mercado e também sobre os empréstimos e dívidas públicas e privadas. Mas, por outro lado, indica um controle que intensifica a proposta de liberalização ao ser realizado por agências reguladoras e Bancos Centrais autônomos.

Um programa político pode aumentar a equidade por meio de uma política fiscal anticíclica, criando redes de segurança antes de uma crise, reduzindo empréstimos arriscados e apoiando apenas os menores depositantes em saídas de emergência. Porém, em outras áreas políticas, essas respostas precisam do apoio de projetos institucionais que associem uma maior liberdade institucional à influência política (bancos centrais independentes e agências reguladoras autônomas) com mais

informações e debates em sociedade. (BANCO MUNDIAL, 2006, p. 17).

Através dessas diretrizes, sumariadas aqui, o Banco Mundial sugere no seu documento sobre *Equidade e Desenvolvimento* que vivemos num “mundo integrado nos quais pessoas, produtos, idéias e capital circulam livremente entre as nações”. (BANCO MUNDIAL, 2006, p. 17). Num mundo como esse a principal estratégia dessa instituição tem sido assessorar os países pobres e em desenvolvimento ajudando-os a encontrarem alternativas para a integração na nova “aldeia global” do capitalismo. Essas propostas representam um grande esforço teórico e ideológico da tecnocracia internacional para unir a continuidade do crescimento econômico capitalista, a liberalização dos mercados mundiais e a estruturação de um mercado mundial da força de trabalho barata e precária com políticas de desenvolvimento que reatualizem as promessas ideológicas de um futuro de justiça social e equidade para todos.

#### **4.5 - A CEPAL no Século XXI: da teoria do subdesenvolvimento à transformação produtiva com equidade.**

Como vimos no capítulo 2 uma das organizações multilaterais que melhor representou o pensamento desenvolvimentista latino-americano das décadas de 50 a 70 foi a Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL. Nesse período, compondo o quadro estrutural da ONU, a CEPAL – principalmente através do pensamento de Raul Prebisch e Celso Furtado – com suas elaborações teóricas em torno da *teoria do subdesenvolvimento* definiu e orientou muitas das estratégias e políticas de desenvolvimento econômico e social na região.

Com a expansão da crise capitalista mundial dos anos 70 a conjuntura recessiva chega a partir da década de 80 na América Latina e impõe sérias mudanças na configuração teórica, ideológica e política da CEPAL. Assim, os anos 80 representam uma virada na dinâmica de expansão industrial dos países periféricos e a entrada numa fase de estagnação. Segundo

Bielschowsky (2000, p. 57), os números mostram essa virada na lógica de desenvolvimento capitalista na América Latina:

[...] a taxa de crescimento média anual, no período 1981-90, foi de 1,2%, correspondendo a uma queda na renda *per capita* na região. O ajuste recessivo produziria volumosa produção de divisas para o pagamento do serviço da dívida, mediante expansão das exportações a 7% ao ano e a virtual estagnação das importações. Os choques inflacionários de desvalorização de câmbio jogaram algumas economias no estado megainflacionário e, juntamente com a recessão, produziram efeitos devastadores sobre as finanças do setor público, que estava endividado em dólares, em parte por “socialização” da dívida externa do setor privado.

Na época o clima ideológico internacional era de crescente predomínio da ortodoxia liberal que, como foi tratado por nós anteriormente, desemboca no receituário que, devido ao patrocínio explícito dos EUA, foi apelidado por Williamson (1993 Apud UGA, 2004) de Consenso de Washington. O argumento defendido por esse “consenso” defendia que os ajustes estruturais necessários em poucos anos fariam com que a América Latina voltasse às taxas de crescimento anteriores. Em um documento de 1984 a postura da CEPAL contrapôs o argumento ortodoxo apontando corretamente para uma longa etapa recessiva na economia nomeada pela comissão de “década perdida”.

Assim, a crise da década de 80 imporia condições de inviabilidade ao crescimento econômico deslocando o pensamento cepalino da defesa propositiva das políticas desenvolvimentistas para uma certa resistência a ortodoxia neoliberal que avançava com grande força na América Latina. Segundo Bielschowsky (2000), o texto mais representativo dessa fase do pensamento cepalino é “Políticas de ajuste e renegociação da dívida externa na América latina” (Apud BIELSCHOWSKY, 2000, p. 58). No documento a CEPAL defendia um acordo de renegociação da dívida externa com os credores e na contramão da ortodoxia apontava para a substituição do ajuste recessivo da balança de pagamentos por um ajuste expansivo. De acordo com Bielschowsky (2000, p. 59) o texto da CEPAL

[...] argumenta em favor da necessidade de realizar políticas de renda que permitissem enfrentar a rigidez à baixa dos salários e preços básicos, evitando, desse modo, que as políticas monetárias e fiscais contracionistas fossem prolongadas e socialmente duras.

Em meados da década de 80 a ênfase nas políticas de ajuste estrutural patrocinadas pelo FMI e pelo Banco Mundial gradativamente colocaria a perspectiva histórica desenvolvimentista da CEPAL em segundo plano, mas ainda não conseguiria imobilizá-la. Segundo Bielschowsky (1998) em 1985, por exemplo, a CEPAL lança um relatório que, bem ao estilo dos anos 60, procurava agregar uma análise econômica com uma perspectiva histórico-política que, apesar dos limites estruturalistas, proporcionava um interessante esclarecimento sobre uma nova dinâmica de desenvolvimento capitalista. No documento a análise cepalina indicava uma crescente subordinação do processo produtivo aos interesses do sistema financeiro e a necessidade de .

A medida que se extremaban estos cambios financieros El sistema productivo iba perdiendo parte apreciable de su poder económico y político. Se inauguró así un nuevo eje de ordenamiento de las economías nacionales. A um nivel extremo, podría afirmarse que los mecanismos de control de La economía nacional tendrían a reducirse dado que La composición de ciertas normas de funcionamiento del sistema económico internacional restringían El ámbito y La capacidad de decisión autónoma de los grupos locales. Los grupos dominantes se enfrentaron a La reorganización del sistema financiero para facilitar La implantación de una nueva modalidad de dependencia. Para asegurar su participación em El poder, como ya dijo, fue necesario que cambiaran em ocasiones su centro de actividad pasando del sistema productivo AL sistema financiero. (Apud BIELSCHOWSKY, 2000, p. 59)

A CEPAL já em meados da década de 80 percebia as transformações ocorridas no desenvolvimento capitalista através da nova fase de mundialização financeira do capital. A partir daí desenrolar-se-á um processo de transição que ao longo da década de 90 conduzirá o pensamento cepalino a uma nova concepção de desenvolvimento ancorada na “Transformação produtiva com equidade”.

Um dos textos que iniciou essa virada no pensamento cepalino foi *“Industrialização na América Latina da “caixa preta” ao “conjunto vazio”*,

elaborado por Fernando Fajnzylber. Trata-se de uma análise comparativa entre padrões de crescimento produtivo em países latino-americanos em relação a outras economias desenvolvidas ou “em processo de desenvolvimento”. O estudo a partir da análise do comportamento das economias latino-americanas entre 1970 e 1984 mostra que com relação ao desenvolvimento os países da América Latina dividiam-se em três grupos: 1. Um grupo que havia alcançado altas taxas de crescimento, mas mantido uma grande desigualdade de renda; 2. Outro grupo que havia alcançado uma renda relativamente bem distribuída, mas não havia crescido. 3 e um último conjunto de países que não tinham alcançado nem o crescimento econômico nem a distribuição de renda. Ou seja, ao contrário de países como a Coreia do Sul, as nações latino-americanas não haviam alcançado o modelo de desenvolvimento ideal; àquele que une crescimento e distribuição de renda. (BIELSCHOWSKY, 2000)

No geral as análises do referido texto mantém a tradição cepalina de unir estudos históricos e apreciações econômicas da conjuntura. Mas a novidade conceitual principal do texto, e que vai perdurar em outros estudos da década de 90, é o reconhecimento das insuficiências do modelo industrializante e desenvolvimentista defendido no passado e a inclusão de uma estratégia política de abertura comercial não encontrada nas elaborações cepalinas anteriores. Segundo Bielschowsky (2000, p. 61) o principal argumento para a mudança de rumos estava na inserção dos países periféricos no novo mercado internacional:

O objetivo fundamental era evitar o isolamento tecnológico em plena era de globalização produtiva e de revolução eletrônica e biotecnológica e acelerar o catching-up tecnológico, através de uma estratégia de expansão com elevação do coeficiente de exportação. Esta última seria baseada em contínua agregação de valor intelectual às exportações, via reelaboração de produtos primário-exportadores e via “nichos de mercado” industriais.

Através de um considerável giro de suas análises e diretrizes a CEPAL passava a aconselhar aos chamados “países em desenvolvimento” uma inserção baseada na abertura comercial e na exportação de produtos primários que possibilitassem um incremento no progresso técnico.

Além dessas novas diretrizes econômicas a CEPAL agrega ao seu arcabouço teórico-conceitual análises que passam a indicar adoção de novas estratégias que promovam uma junção entre desenvolvimento e equidade no objetivo de alcançar uma maior coesão social em torno das novas propostas de desenvolvimento. Segundo Fajnzylber (2000, p. 886, grifos nossos),

A seqüência que parece ser depreendida deste estudo é a da equidade, austeridade, crescimento e competitividade. Ela difere da teoria que começa pela competitividade e não destaca o conteúdo tecnológico dos produtos exportados, para depois esperar que o crescimento resulte do efeito dinamizador do mercado internacional, que terminaria na incorporação paulatina dos excluídos. Tanto a experiência quanto as considerações internas e externas, políticas e econômicas, mostram que **na América Latina, será cada vez mais difícil adiar o tema da equidade, ainda que isso implique colocar em discussão alguns temas ingratos do passado, que pareciam haver caducado com o advento da modernidade.**

Essa talvez tenha sido a maior autocrítica realizada pela CEPAL sobre o pensamento dual-estruturalista das décadas anteriores. Mas ao invés de ultrapassar as deficiências do pensamento cepalino do passado as novas análises e diretrizes da instituição indicam, na verdade, uma alternativa para a refundação das velhas promessas dual-estruturalistas. A partir daí abre-se uma nova agenda de debates no interior da CEPAL que pretende oferecer respostas ao desafio de redefinir as estratégias de intervenção estatal na América Latina nos novos marcos regulatórios do mercado mundial. Como sublinha Bielschowsky (1998, p. 62), “Uma vez mais a CEPAL reordenaria sua reflexão em obediência aos fatos históricos”.

O título do documento que representa a virada no pensamento cepalino chama-se: “*Transformação produtiva com equidade*”. Lançado em 1990, nele estão reunidas as novas diretrizes e estratégias defendidas pela instituição e não por acaso a inauguração de uma nova abordagem analítica denominada de “*neo-estruturalismo*”. Para Bielschowsky (2000, p. 63)

O “neo-estruturalismo” cepalino recupera a agenda de análises e de políticas de desenvolvimento, adaptando-as aos novos tempos de abertura e globalização. Avalia que no passado houve, em muitos países, demasiada complacência com a inflação e que os novos tempos exigem alterações na forma de

intervenção do Estado na economia, buscando-se ampliar sua eficiência.

Diante da conjuntura da década de 90 na qual se destacam: o rápido andamento de reformas comercial e financeira, o avanço das privatizações e o intenso processo de flexibilização do mercado de trabalho; o documento da CEPAL (1990) propõe uma série de mudanças no eixo do planejamento e das ações no âmbito da política de desenvolvimento econômico e social. Abaixo passamos a apresentar algumas das diretrizes definidas no documento *Transformação Produtiva com Equidade: a tarefa prioritária do desenvolvimento da América Latina e Caribe nos anos 90*, publicado em 1990.

1) *Uma nova política industrial baseada no progresso técnico e na exploração de produtos primários* – Como no passado a CEPAL ainda defende uma política de avanço industrial baseada na incorporação e difusão do progresso técnico, mas agora essa estratégia deve ultrapassar o contexto setorial e se vincular a exploração de produtos primários e a área de serviços devendo ser compatíveis com a preservação do meio ambiente.

A industrialização constitui o eixo da transformação produtiva, principalmente por ser portadora da incorporação e difusão do progresso técnico, mas também porque, na nova situação, deve ultrapassar o estreito contexto setorial em que foi abordada e se vincular com a exploração de produtos primários e a área de serviços, de maneira a integrar o sistema produtivo e tender para a homogeneização progressiva dos níveis de produtividade. A superação da compartimentalização setorial é uma das chaves da transformação produtiva e da nova fase de industrialização. (CEPAL, 2000, p. 895).

Nessa nova política de investimento industrial percebe-se tanto o abandono da tese clássica de Raul Prebisch (1998) sobre a “deterioração da balança comercial” através da exportação de produtos primários; quanto à defesa de uma política produtiva refém das resoluções sobre subsídios e quotas agrícolas e têxteis definidas pela Organização Mundial do Comércio (OMC) nas suas rodadas de negociação em que os países centrais, principais



defensores dos subsídios, possuem um forte e quase inquebrável poder de decisão.<sup>69</sup>

2) *Novo modelo de intervenção Estatal* – Segundo o documento da CEPAL o estilo de intervenção estatal deverá ser reformulado em relação às décadas anteriores. “Isso não significa, necessariamente, aumentar nem diminuir o papel da ação pública, mas aumentar seu impacto positivo na eficiência e na eficácia do conjunto do sistema econômico”. (CEPAL, 2000, p. 898). Nesse caso aparece como alternativa a construção de uma nova relação entre os agentes públicos e privados para garantir o crescimento e a coesão social.

[...] mudanças institucionais com orientações estratégicas também de longo prazo, nas quais se possa basear uma nova forma de interação entre os agentes públicos e privados, com via inescapável para atingir a equidade e a harmonia social. Na verdade, tal interação é vista como parte de um novo relacionamento global entre o Estado e a sociedade civil. (CEPAL, 2000, p. 896).

Essa nova concepção que procura maior eficácia na intervenção estatal através de uma articulação entre agentes públicos e privados está na base das propostas de desenvolvimento dos Programas de Parceria Público-Privadas

---

<sup>69</sup> As chamadas rodadas são na verdade negociações no âmbito do antigo GATT que desde 1995 passou a ser denominado de Organização Mundial do Comércio - OMC. A cada rodada é lançada uma agenda de temas que serão discutidos entre os membros da OMC para firmarem acordos. O Art. XXVIII do GATT prevê as rodadas como forma dos Membros da OMC negociarem e decidirem sobre a diminuição das tarifas de importação e a abertura dos mercados, por exemplo. No GATT (1947 a 1994) ocorreram 8 Rodadas de Negociação e na OMC em 2001 iniciou-se a Rodada Doha ainda em curso. Durante a Rodada Uruguai, os países desenvolvidos desejavam incluir na formatação jurídica do sistema as chamadas “áreas novas”: serviços, investimentos e propriedade intelectual. O Grupo dos 11 países em desenvolvimento (liderado por Brasil e Índia) opôs-se baseado no argumento de que não faria sentido incluir novos setores no sistema enquanto as tradicionais áreas agrícola e têxtil, de grande interesse para os países em desenvolvimento, permanecessem inexplicavelmente excluídas. Após cinco anos de heróica resistência, os países em desenvolvimento acabaram por ceder e aceitar as pressões dos países centrais, em face de uma campanha de desestabilização econômica movida com o auxílio ativo de alguns organismos multilaterais, notadamente o FMI (Fundo Monetário Internacional). Assim, a fase final da Rodada Uruguai foi caracterizada por uma grande omissão da parte dos países em desenvolvimento, o que permitiu aos países desenvolvidos moldar o sistema aos seus interesses e para seu benefício econômico. Enquanto as novas áreas eram incluídas no sistema com uma formatação destinada a promover a prosperidade seletiva nos países desenvolvidos, os setores agrícola e têxtil foram apenas nominalmente inseridos, já que as políticas de subsídios e quotas continuaram a vigorar nos países desenvolvidos.

Disponível em: [http://ultimainstancia.uol.com.br/ensaios/ler\\_noticia.php?idNoticia=38134](http://ultimainstancia.uol.com.br/ensaios/ler_noticia.php?idNoticia=38134) .

Acesso em: 13/02/2009.

desenvolvidos em vários países da América Latina com forte incentivo da CEPAL. No mesmo sentido, a diretriz em torno desse novo relacionamento global entre Estado e Sociedade civil garante um lugar privilegiado às ONGs na nova política de desenvolvimento da CEPAL.

3) *A importância da equidade e as novas propostas redistributivas* – Segundo as novas diretrizes institucionais da CEPAL coloca-se como imperativo a articulação entre desenvolvimento econômico e o conceito de equidade. Nessas condições a transformação produtiva com equidade não pode ser simplesmente o resultado da criação de um clima macroeconômico apropriado e estável, ou da aplicação de uma política de “preços corretos”. Segundo a CEPAL (1998, p. 896) “ela exigirá uma combinação do manejo macroeconômico com políticas setoriais, bem como a integração das políticas de curto e longo prazo”. Assim, é mister que o imperativo do crescimento econômico com equidade seja acompanhado por medidas redistributivas.

Por mais intenso que se revele o esforço de transformação, seguramente transcorrerá um período prolongado antes que se possa superar a heterogeneidade estrutural através da incorporação do conjunto dos setores marginalizados nas atividades de produtividade crescente. (CEPAL, 2000, p. 896).

De acordo com a tendência das concepções de desenvolvimento humano construídas pela ONU, a CEPAL, contrapondo sua antiga concepção de distribuição de renda através do desenvolvimento industrial e da ampliação do trabalho assalariado, passa a defender medidas seletivas de intervenção estatal. Essa nova concepção das políticas redistributivas prevê:

- a) Serviços técnicos, financeiros e de comercialização à micro e pequenos empresários;
- b) Programas maciços de qualificação destinados a microempresários, trabalhadores autônomos e agricultores;
- c) Reformas de diversos mecanismos de regulação que impedem a formação de microempresas;
- d) a adequação dos serviços sociais às necessidades dos mais pobres;

- e) o fomento a organização, a ajuda mútua e a representação adequada das necessidades dos mais desfavorecidos perante o Estado;
- f) o aproveitamento do potencial redistributivo da política tributária, tanto pelo lado da receita quanto no que diz respeito à orientação dos gastos públicos.

Ao seguir a concepção de desenvolvimento formulada pela ONU e através de uma peculiar concepção das políticas redistributivas, a CEPAL revê seu mito do desenvolvimento econômico como passaporte para o desenvolvimento social criando uma nova mistificação: a criação de políticas seletivas que prevêm a redistribuição de oportunidades e não a redistribuição de renda. Se no passado o pensamento dual-estruturalista da CEPAL defendia a industrialização intensiva e o avanço do trabalho assalariado como forma de superar o subdesenvolvimento agora o neo-estruturalismo cepalino afirma que para atingir um quadro eficiente de desenvolvimento econômico com equidade é necessário manter a liberalização dos mercados e construir políticas de intervenção estatal que garantam a coesão social através de ações seletivas e focalizadas em certos setores econômicos ou grupos sociais vulnerabilizados.

Hoje, vinte anos depois do documento de 1990, que lançou as bases da sua nova concepção de *“transformação produtiva com equidade”*, a CEPAL parece ter abraçado definitivamente o consenso internacional em torno das estratégias de desenvolvimento. Recentemente, em 2008, a comissão lançou um novo documento intitulado: *La transformación Productiva 20 años después: viejos problemas, nuevas oportunidades.*(2008). No texto repõem todas as diretrizes apontadas no antigo documento realçando as vitórias obtidas na luta pelo desenvolvimento econômico com equidade e a necessidade de aprofundar algumas proposições.

El logro de avances en la transformación productiva de los países de la región mediante la combinación de políticas económicas y sociales a lo largo de tres ejes fundamentales, como son el progreso técnico, El empleo productivo y la acumulación de capital humano, seguramente nos acercará a la meta del crecimiento con equidad que planteó la CEPAL hace ya casi 20 años. (CEPAL, 2008, p. 328)

Longe de representar a instituição que deu origem a grandes pensadores latino-americanos como Celso Furtado e Raul Presbich que mesmo com as limitações do pensamento estruturalista contribuíram para desvendar algumas características essenciais das economias periféricas; a CEPAL hoje se limita a divulgar análises e diretrizes que em sua maioria reproduzem um pensamento estanque e uníssono figurando como mais uma entre tantas organizações tecnocráticas responsáveis em forjar um consenso mundial em torno das novas promessas burguesas de desenvolvimento econômico e social.

#### **4.6 – Em busca do consenso perdido: a construção de um “novo” ciclo ideológico do desenvolvimento e a “contra-revolução permanente” no Brasil**

No Brasil a adoção das atuais diretrizes internacionais para a construção de um novo ciclo ideológico do desenvolvimento necessitou de múltiplas mediações que possibilitaram uma longa rearticulação política e ideológica das forças burguesas nacionais. A construção de um novo ciclo ideológico burguês que universalizasse com as outras classes o seu projeto particular para o Brasil demandaria um longo e conturbado período de reestruturações na economia e de acomodações político-ideológicas que guiarão o país, ao longo da década de 90 até os dias atuais, na busca pela tentativa de construção de uma hegemonia política burguesa.

A integração da periferia a atual configuração mundial que se abre na década de 90 foi uma das estratégias básicas da nova fase imperialista. Essa fatia do mercado internacional aparece como sendo o alvo principal do imperialismo financeiro na busca de superlucros para restaurar os ganhos de acumulação. Se esse processo de *mundialização* da economia e hegemonia política neoliberal resultou em profundas derrotas para os trabalhadores dos países centrais, essa dinâmica afetou ainda mais o conjunto dos trabalhadores que pertencem aos países periféricos. Não se trata de nenhuma novidade a

afirmação segundo a qual essas transformações ratificaram e aprofundaram a condição brasileira de economia reflexa no interior da economia capitalista internacional e perante os grandes conglomerados transnacionais.

O processo de adequação da economia brasileira aos novos modelos impostos ao mercado mundial foi o resultado de longas disputas políticas pela orientação do projeto nacional brasileiro. A batalha desenvolvida pelas forças políticas brasileiras pelo comando dos destinos da nação se deu ao longo da década de 90 em pleno processo de redemocratização do país e possuiu dois projetos de desenvolvimento claramente distintos.

Um desses projetos, defendido pelas forças progressistas – que reuniam alguns partidos políticos, movimentos sindicais e movimentos populares – pretendia superar tanto a atual fase de estagnação nacional, representada na década de 80 (“a década perdida”), como instaurar um novo projeto para o país, baseado na histórica desconcentração da renda, da propriedade e do poder político brasileiro. O projeto progressista de desenvolvimento almejava recuperar o crescimento industrial do país realizando, porém, uma ruptura com o caráter da “modernização conservadora” (FERNANDES, 1976), que acompanhou a evolução histórica brasileira dos anos 50, 60 e 70. Através de um projeto de desenvolvimento que aglutinasse em torno de si: a) um crescimento econômico com uma relativa autonomia perante o capital estrangeiro; b) seguido pela consolidação das reformas sociais necessárias (como a reforma agrária, por exemplo) c) e a socialização dos ganhos produtivos junto aos trabalhadores, via a consolidação de direitos sociais e o desenvolvimento das políticas de seguridade social inscritas na Carta Constitucional de 1988.

O outro projeto político que emergia do novo quadro político internacional e nacional, incorporava uma renovada articulação das várias frações burguesas (oligarquias rurais, da burguesia industrial e do capital estrangeiro) que agora sob a liderança do capital financeiro internacionalizado, pretendiam adequar o Brasil a nova fase de acumulação capitalista mundializada. O projeto de desenvolvimento nascido da rearticulação das forças políticas burguesas projetava uma ampla reconfiguração da economia nacional tendo em vista uma nova inserção no “irreversível processo de

*globalização* dos mercados mundiais”. O primeiro passo já havia sido dado pela *autocracia burguesa* com o endividamento externo, sustentáculo do *milagre brasileiro* e que abriu as portas para a financeirização da economia e das contas do Estado<sup>70</sup>. Caberia agora aos governos *democráticos* realizar o projeto neocolonial do novo imperialismo internacional.

Embora num primeiro momento, mais especificamente durante a década de 80, os movimentos organizados da classe trabalhadora terem conquistado vitórias importantes no campo dos direitos e da legislação social, culminando com a construção da Carta Constitucional de 1988, estes foram instantaneamente atacados pelas forças políticas conservadoras que já começam sua rearticulação política na conjuntura internacional da década de 90. Neste período, enquanto grande parte das forças progressistas comemoravam a conquista dos direitos sociais, o grande capital começava a aglutinar forças em torno de uma série de mudanças que reatualizassem as formas de controle e subordinação do trabalho ao capital. Estas intervenções apontaram para ações nas esferas da racionalização da produção, da intervenção estatal e do controle e recomposição política da subalternidade dos trabalhadores.

A partir do início da década de 90, intensificou-se o impasse existente entre os ganhos sociais prescritos na Constituição e a composição político-econômica resultado da correlação de forças no Brasil. A nova fase de acumulação capitalista necessitava de um outro modelo de Estado, compatível com a “nova ordem” político-econômica mundializada, bem diferente daquele referendado pela Assembléia Constituinte de 1988.

[...] ao tempo em que, no Brasil, criavam-se mecanismos políticos democráticos de regulação da dinâmica capitalista, no espaço mundial tais mecanismos perdiam vigência e tendiam a ser substituídos, com a legitimação oferecida pela ideologia neoliberal, pela desregulamentação, pela flexibilização e pela privatização – elementos inerentes à mundialização (globalização) operada sob o comando do grande capital. (NETTO, 1999, p. 77)

---

<sup>70</sup> No capítulo 2 expomos como o período autocrático burguês impulsionou a abertura do mercado nacional para a entrada de capital estrangeiro e o impulso necessário para a subordinação do mercado bancário nacional aos ditames do emergente mercado financeiro mundial.

Era tão nítido o divórcio existente entre a estrutura do capitalismo internacional e o ordenamento constitucional, que logo após ser elaborado e votado no parlamento nacional o projeto de nação presente na Constituição de 1988 era descrito pelo até então presidente José Sarney como um “projeto irrealizável”. O mesmo processo explica o que aconteceu, anos depois, com a consolidação da Lei Orgânica de Assistência Social – LOAS, em 1993, pelo então presidente Itamar Franco que ao se deparar com o conteúdo programático que garantia benefícios do Estado para todas as pessoas que estivessem em situação de risco, vetou uma parte dos artigos que compunham o projeto de lei original, com o argumento de que o Estado brasileiro nunca teria os recursos para desenvolver tal intervenção. Foi assim, que várias determinações jurídico-formais que garantiam ações estatais primordiais para superar o quadro histórico de desigualdade social e concentração de propriedade fortes cortes orçamentários e passaram a ter vários critérios seletivos com o objetivo de se tornarem “realizáveis”.

Passados os governos de Sarney, a aventura flibusteira do governo Collor e a conturbada gestão Itamar, que tiveram a função de “(...) deixar claro para a burguesia a necessidade de um projeto político orgânico e menos imediatista” (Netto, 1999, p. 78) a classe dominante nacional demandava um projeto político e ideológico que aglutinasse amplos setores da classe dominante brasileira. Um programa que superasse os fracassos dos governos passados, e que construísse um projeto nacional hegemônico sintonizando o país com os novos eixos da ordem mundial. Este projeto de reorganização política e ideológica da burguesia brasileira foi materializado, de forma velada, na figura de um intelectual, de um sociólogo reconhecido internacionalmente pela sua luta democrática no Brasil. Fernando Henrique Cardoso foi o homem que representou, desde a crise da ditadura, passando pela Nova república, e pelo processo Constituinte, a possibilidade de construção de uma nova hegemonia no comando burguês brasileiro. (NETTO, 2000).

Com a vitória eleitoral da coligação burguesa representada por FHC se construiu um governo de ampla aliança com setores da burguesia que, sob a

liderança do capital financeiro mundializado, estava disposto a realizar um programa de governo que colocava na ordem do dia a adequação da estrutura do Estado às exigências de uma nova inserção do país na economia internacional. Forja-se, com isso, o novo pacto das elites brasileiras, galgado em nome da liberalização dos mercados, da reestruturação dos processos produtivos e da chamada “Reforma do Estado”. O projeto das classes dominantes brasileiras, liderado pela coligação PSDB / PFL e operacionalizado pelo governo FHC passa a defender a superação de todas as antigas realizações do “projeto nacional-desenvolvimentista”. Como o próprio ex-presidente afirma na sua reveladora autobiografia:

O programa do PSDB, redigido ainda em 1988, foi o primeiro a admitir a necessidade das privatizações e o papel eventualmente positivo do capital estrangeiro. (CARDOSO, 2006, p. 157).

Mas também defendia outras atuações:

Por outro lado, além da estabilidade e do crescimento econômico, eu tinha duas outras obsessões: uma, óbvia para quem vinha de minha trajetória, a de que era preciso financiar adequadamente a saúde e a educação, especialmente a fundamental. Tínhamos que revolucionar essas áreas, sem o que, além do valor intrínseco de proporcionar aos mais pobres acesso à escola e aos hospitais e centros de atendimento, em um mundo globalizado jogaríamos como perdedores. Outra, a de promover uma reestruturação do Estado, para permitir os avanços sociais e econômicos desejados. [...] Tínhamos, portanto, e muito claro, um projeto para o Brasil. O refrão de setores das oposições foi que não havia um “projeto nacional”. Isso não era certo: havia um projeto, só que muito diferente do ambicionado por eles, [...] que se aferraram ao antigo projeto nacional-desenvolvimentista. (CARDOSO, 2006, p. 301).

Para desconstruir o ideário desenvolvimentista do passado o governo FHC utilizou-se do apoio incondicional de várias organizações midiáticas para divulgar, propagandear e estabelecer o consenso em torno de algumas linhas ideológicas, tais como: a satanização do Estado interventor e o ataque irrestrito as conquistas trabalhistas e sociais dos trabalhadores. Assim, como afirma José Paulo Netto (1999, p. 81).



A inviabilização da alternativa constitucional da construção de um Estado com amplas responsabilidades sociais, garantidor de direitos sociais universalizados, foi conduzida por FHC simultaneamente à implementação do projeto político do grande capital.

Organizado em torno dos interesses dos grandes especuladores financeiros internacionais o governo adotou uma política de ajuste econômico que consistia em três intervenções decisivas.

A primeira intervenção foi de estabilização financeira, com a continuidade do de estabilização da moeda (o Plano Real) que conseguiu manter a inflação sob controle, ficando esta com menos de 1,0% ao mês em 1997-98. Contudo, a ênfase exclusiva na moeda, a âncora cambial e a política de juros altos, para assegurar a volatilidade e os superlucros do capital financeiro, geraram uma queda do investimento que combinada com a reestruturação dos processos produtivos e o impulso do desenvolvimento tecnológico levou (e ainda continua a levar) a um aumento assustador do desemprego (BEHRING, 1998). Assim, todas as inovações que permitiram o controle da inflação foram na mesma medida responsáveis pela abertura indiscriminada das poupanças nacionais ao mercado financeiro mundial. Isto proporcionou a entrada definitiva do Brasil na roda viva do mercado financeiro internacional e palavras como Risco Brasil e superávit primário viraram jargões indispensáveis aos discursos da economia oficial.

Além da política de estabilidade, o projeto anti-desenvolvimentista de FHC gerou um intenso programa de desregulamentação da economia, com a abertura indiscriminada ao capital financeiro internacional e os ataques as garantias sociais dos trabalhadores.

Na comparação dos anos noventa com os oitenta, verificam-se aumentos indiscriminados na quantidade de empregados paulistas que passaram a trabalhar acima da jornada legal. Na indústria, o aumento de trabalhadores com jornada de trabalho superior a jornada legal foi de 2/3 e de 1/3 para o setor terciário privado. Em outras palavras, as empresas se modernizam ao mesmo tempo que utilizam maior tempo de trabalho daqueles que permanecem empregados. (POCHMANN, 1999, p. 35)

Por fim, o governo apostou em um programa nacional de privatizações ancorado em uma política agressiva de reforma do Estado, liderada pelo Ministério da Reforma do Estado – MARE. As privatizações tiveram como objetivo criar um mercado atrativo para as multinacionais estrangeiras às custas da liquidação das poucas empresas públicas construídas no período desenvolvimentista e que sustentavam grande parte da arrecadação feita para o fundo público estatal.

No interior de uma luta política e ideológica travada tanto nos espaços parlamentares como nas disputas no seio da sociedade civil, o discurso do governo FHC enfatizou a supressão dos direitos sociais e enalteceu o mercado como espaço privilegiado da regulação social. Ou seja, o Estado só desempenhará funções que o mercado não pudesse absorver. No dizer de Bresser Pereira (1997, p. 67), um dos principais ideólogos das reformas de FHC:

Essas reformas habilitarão o Estado a desempenhar as funções que o mercado não é capaz de desempenhar (...) o objetivo é construir um Estado que responda as necessidades de seus cidadãos [...]. Para isto, são mudanças essenciais: a reforma política, que dê maior legitimidade aos governos; o ajuste fiscal, a privatização, a desregulamentação que reduzam o tamanho do Estado e recuperem sua saúde financeira; e uma reforma administrativa que, combinada com a financeira, dote o Estado de meios para alcançar uma boa governança.

O Estado interventor é conceituado de *social-burocrático* (BRESSER, 1997) e criticado pelos ideólogos da reforma por ser grande demais e demasiadamente oneroso para os cofres públicos. O “novo Estado”, deve ser um

Estado social-liberal. [...] O Estado social-liberal será financiador ao invés de produtor de serviços não-exclusivos do Estado, que o mercado não pode recompensar adequadamente em função das economias externas que produzem [...] Será complementar ao mercado ao invés de substituto do mercado. Não produzirá bens e serviços, nem concentrará sua política econômica na proteção nacional, mas desempenhará um papel importante em promover a competitividade externa do país.” (BRESSER, 1997, p. 7).

Este novo projeto para o Brasil, patrocinado pelo governo FHC, demarca o giro operado pela grande burguesia e seus associados rumo a uma nova estratégia de desenvolvimento econômico social compatível com o novo contexto de mundialização capitalista e reestruturação dos mercados. Assumindo as diretrizes elaboradas e propostas pelos organismos internacionais o governo FHC combateu todas as propostas que apontassem para o fortalecimento de um ideário de desenvolvimento baseado na regulamentação do Estado, no avanço dos direitos sociais e na preservação das conquistas dos trabalhadores. A grande articulação burguesa em torno do governo FHC já sabia que não haveria mais espaço no interior do capitalismo para um projeto de desenvolvimento que articulasse uma conjugação entre crescimento econômico, aumento dos lucros e avanço das concessões aos trabalhadores. No interior desse processo todo o modelo de desenvolvimento e intervenção estatal proposto na Constituição de 1988 é combatido. Diante da crise a impossibilidade do Estado capitalista sustentar uma seguridade social universal no Brasil se constituiu na principal estratégia utilizada pela burocracia e pelo grande capital para formar “uma cultura que socializa conceitos e prognósticos sobre a inviabilidade de um sistema de seguridade público e universal” (Mota, 2000, p. 5).

Esses fatores abriram caminho para o processo que se seguiu de privatização e mercantilização de algumas áreas da política social que hoje convivem, paralelamente, com a oferta de serviços públicos não mercantis, conformando as condições objetivas sob as quais apresentar-se-á a realidade da proteção social do Brasil no século XXI.

Assim, o processo político e econômico brasileiro que se desenrolou da década de 90 até a entrada do século XXI, reflete a intensa luta do capital e seus respectivos defensores políticos para derrubar as barreiras que impediam o desenvolvimento de superlucros. Naturalmente esse processo requer uma luta acirrada e contínua contra qualquer possibilidade de ressurgimento de um projeto de desenvolvimento que pretenda forçar as contradições capitalistas e apontar para um outro caminho. Nesse sentido, o governo FHC ao abraçar o projeto de inserção subalterna do Brasil na nova economia capitalista

mundializada foi obrigado também a desenvolver um aparato político, ideológico e repressivo que reproduziu e intensificou a cultura política contra-revolucionária da burguesia brasileira. Não é a toa que a chamada era FHC significou um período contra-revolucionário de intensas batalhas e muitas perdas para os trabalhadores. Assim, a “contra-revolução preventiva” (FERNANDES, 1976) longe de ter seu final com o término do regime autocrático burguês consegue uma sobrevivência política e ideológica. Se apoiando na nova fase imperialista de intensificação das expropriações capitalistas o caráter contra-revolucionário da burguesia brasileira exhibe novamente sua capacidade de renovação política se trasladando de uma época na qual a coerção suplantara o consenso para um período democrático em que o consenso importa mais que a coerção. Nessas condições podemos afirmar que a burguesia mantém e renova seu caráter refratário a reformas redistributivas articulando um novo conjunto ideopolítico que reproduz no Brasil contemporâneo uma espécie de “contra-revolução burguesa permanente”. (IANNI, 1984).

Mas se, por um lado, o projeto da burguesia brasileira a partir da década de 90 tem a necessidade de atacar as barreiras à acumulação deixadas pelas conquistas no terreno democrático, o saldo do período de privatizações, liberalização de mercados, ofensivas aos direitos sociais, etc.. demanda uma articulação cada vez maior da burguesia com as novas concepções de desenvolvimento elaboradas pelos organismos multilaterais. O que está em jogo é a capacidade da burguesia brasileira construir o terreno político e ideológico adequado para reproduzir a nova dinâmica da economia capitalista mundial que aprofunda o histórico quadro de desigualdade e heteronomia da economia periférica brasileira. Diante da impossibilidade de continuar a defender as promessas desenvolvimentistas de alargamento das conquistas sociais relacionadas à ampliação do trabalho assalariado só havia uma alternativa política para continuar com as reformas neoliberais: Construir novas promessas de crescimento econômico e desenvolvimento social que se adequem ao novo ordenamento produtivo e reprodutivo da sociedade burguesa contemporânea. Assim, no sentido de edificar um novo consenso político é preciso que a burguesia brasileira socialize e defenda um novo ciclo ideológico

do desenvolvimento que ao renovar as promessas burguesas de um “futuro melhor para todos” ratifique a hegemonia política necessária para a condução dos rumos da economia capitalista.

Nessas condições é que, no segundo governo FHC, será lançado o Programa *Avança Brasil* (1999) com o objetivo de construir um novo projeto de desenvolvimento econômico e social para o país. O programa prometeu R\$ 317 bilhões em investimentos que seriam alocados em obras de infra-estrutura e no desenvolvimento de programas sociais. Além dos programas estratégicos, planos de ação integrada foram elaborados projetos de parceria público-privadas com o argumento de que para a solução de problemas complexos, demandava-se a conjugação de esforços e recursos das três esferas de governo e da sociedade. Segundo o documento de lançamento, o Programa *Avança Brasil* contava com 50 programas e projetos estratégicos.

Esses planos reúnem ações de grupos de programas e fazem convergir para os objetivos desejados um conjunto harmônico de intervenções de órgãos federais, estaduais e municipais. É o caso do Projeto Alvorada, estruturado para combater a pobreza extrema e a exclusão social, do Plano Nacional de Segurança Pública, que enfrenta a questão da violência e da criminalidade, e do Brasil Empreendedor, que promove o desenvolvimento das micro, pequenas e médias empresas para gerar mais empregos. (BRASIL, 1999, p. 3)

Portanto, o programa *Avança Brasil* (1999) do governo FHC, ao seguir as diretrizes das organizações multilaterais, teve como objetivo principal aliar a política econômica neoliberal do governo federal com o desenvolvimento de ações que agrupavam: intervenções pontuais do Estado, novas formas de parceria com empresas privadas e focalização das políticas sociais. Assim, o governo FHC dava o pontapé inicial para o abrandamento da ortodoxia neoliberal radical e a tentativa de retomar um novo consenso político que procurasse renovar as promessas burguesas presentes nas propostas de desenvolvimento econômico e social para o Brasil. Não é a toa que é neste período histórico que assistimos a ampliação sem precedentes dos programas sociais de renda mínima e da divulgação de novas concepções ideológicas como o empreendedorismo, a empregabilidade, entre outras.

Mas a conjugação de interesses políticos da classe dominante brasileira que, ao longo dos dois mandatos de FHC, conduziu as reformas necessárias à manutenção da acumulação capitalista, não logrou êxito na condução de um amplo consenso político das classes em torno de um novo projeto de desenvolvimento econômico e social. Apesar de ter sido responsável por uma conjugação histórica dos interesses das frações burguesas em torno do projeto do setor financeiro internacional, o governo FHC enfrentou sucessivas crises internacionais e uma forte oposição política dos setores populares fracassando nas suas tentativas de ampliar o leque de alianças em torno da continuidade do projeto político burguês. Isto barrou qualquer tentativa de construção e socialização de um projeto hegemônico que sustentasse a necessidade de manutenção da política econômica e da continuidade das reformas neoliberais. Embora tenha tentado, o governo do “príncipe dos sociólogos” desgastou seu potencial histórico de legitimação política e não conjugava mais os elementos necessários para encarnar o novo projeto de desenvolvimento econômico e social que seria um dos pilares de sustentação da construção de uma hegemonia burguesa no Brasil.

Só com a eleição de Luís Inácio da Silva para a presidência da república, se abrirá uma nova oportunidade histórica para uma ampliação do leque de alianças em torno do projeto burguês. As novas diretrizes de “desenvolvimento social e humano”, defendidas pelos organismos internacionais e agências multilaterais encontrarão na gestão presidencial do antigo líder sindical e maior representante da esquerda latino-americana o ambiente econômico e os elementos políticos e ideológicos necessários para sua implementação no Brasil.

Durante um longo período, mais especificamente na fase pós-ditadura, o Partido dos Trabalhadores – PT representou a conjugação das forças progressistas nacionais em torno de um projeto político que indicava a ruptura com a histórica desigualdade social e a reprodução da heteronomia na sociedade brasileira. Da mesma forma, no período dos dois mandatos de FHC, o PT liderou a oposição parlamentar e a resistência social aos ajustes estruturais na economia e às políticas neoliberais de privatização e de reforma do Estado.

Em 2002, Luís Inácio Lula da Silva é eleito através de uma heterogênea aliança política que aglutinou importantes setores do sindicalismo nacional, intelectuais, funcionários públicos, movimentos populares, frações da classe média e também importantes setores da burguesia brasileira. O governo Lula sustentava grandes expectativas em grande parte da esquerda e dos setores progressistas brasileiros. Porém, ainda na ante-sala do poder o governo petista acenou com a continuidade da política econômica de FHC<sup>71</sup> e depois da posse presidencial ratificou a conciliação com o projeto hegemônico da grande burguesia local e internacional.

Primeiro através de uma emblemática passagem de faixa presidencial que lembrou a velha formulação da “transição transada”, elaborada por Florestan Fernandes (1986), ao analisar a fase de redemocratização brasileira. Com o argumento de realizar uma passagem civilizada que demonstrasse a força da democracia no comando da nação, a transição entre os governos neutralizou e inviabilizou as críticas ao governo FHC. Segundo Dias (2003, p. 9),

Perdeu-se, assim, naquele momento, uma possibilidade efetiva de apresentar um primeiro balanço da situação real que o novo governo encontrou. O movimento tático obstaculizou fortemente o norte estratégico. O avanço social foi enfraquecido com essa trégua explícita ao antigo adversário. Lula repetia melancolicamente Montoro: dava um atestado de idoneidade ao governo anterior.

Apesar da apoteótica cerimônia de tomada de posse em que os trabalhadores quebraram o protocolo e ocuparam as ruas de Brasília para presenciar uma grande transformação no país, o governo Lula avistava o sentido oposto acenando para a conservação dos interesses dominantes.

---

<sup>71</sup> Basta lembrar alguns trechos da Carta ao Povo Brasileiro lançada em 2002 e que trazia vários pontos que já atestavam as intenções do então candidato do Partido dos Trabalhadores: “O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade. Premissa dessa transição será naturalmente o respeito aos contratos e obrigações do país. As recentes turbulências do mercado financeiro devem ser compreendidas nesse contexto de fragilidade do atual modelo [...]” (CARTA AO POVO BRASILEIRO, 2002, p. 2)

Com a composição dos ministérios e as primeiras medidas a esfinge do novo governo mostrava seus segredos. Paralelo a coligação política do período eleitoral a composição do ministério parecia ampliar ainda mais a articulação com os setores dominantes. Segundo Dias (2003) o ministério contemplou posições políticas muito diversificadas. A Agricultura e o Desenvolvimento ficaram sob controle dos empresários. O Ministério da Fazenda reafirmou e radicalizou, com o ímpeto de um “cristão novo”, o acordo com o FMI. O Banco Central manteve sua concepção de autonomia perante o governo e foi entregue a um legítimo representante da oligarquia financeira internacional, Henrique Meirelles, ex-presidente do Bank Boston, o segundo maior credor da dívida brasileira.

Reafirmada a autonomia do Banco Central ratifica-se também a já comentada lógica de exteriorização dos centros decisórios de poder. Livre de qualquer pressão da classe trabalhadora, os tecnocratas do BC podem agora conduzir a política econômica sem qualquer interferência das incômodas instâncias democráticas de decisão. Segundo Francisco de Oliveira<sup>72</sup> a autonomia do Banco Central brasileiro é uma tentativa explícita de anulação do debate político democrático. Um verdadeiro deslocamento dos centros de decisão da nação para não permitir mudanças e assegurar a continuidade da política econômica adequada aos interesses da burguesia local e internacional. Como costuma afirmar o autor: “elege-se o presidente para não governar.”<sup>73</sup>

Portanto, através dessa conformação de interesses, ao assumir o poder o governo Lula manteve a mesma política econômica do segundo governo FHC: metas de inflação, ajuste fiscal permanente, câmbio flutuante, etc. Entretanto, a conjuntura econômica exterior e a redução das restrições externas possibilitaram durante o período de 2003-2008 uma menor instabilidade macroeconômica. Segundo Gonçalves e Filgueiras (2007) a melhora da situação das contas externas é fruto dos crescentes superávits comerciais que ultrapassam, a partir de 2003, os déficits estruturais da balança de serviços e rendas.

---

<sup>72</sup> OLIVEIRA, Francisco. Em busca do consenso perdido. Folha de São Paulo, 19 fev. 2003, p. A-6.

<sup>73</sup> Idem



Entre os principais determinantes do desempenho da balança comercial, podem-se mencionar: a desvalorização cambial de 2002, o crescimento das economias americana e chinesa, que puxaram o comércio mundial, a recuperação da Argentina e a disparada nos preços das *commodities*. (GONÇALVES; FILGUEIRAS, 2007, p. 23).

Assim, o governo Lula reafirmou a política econômica herdada do governo FHC e apoiado no melhor desempenho conjuntural do setor externo e no apoio político de uma ampla base popular deu novo fôlego ao “modelo liberal periférico” legitimando-o politicamente e amalgamando com maior intensidade os interesses das diversas frações de classes que participam do bloco de poder dominante. Uma coligação de forças políticas dominantes na qual o capital financeiro adquire cada vez mais força. Como sublinham Gonçalves e Filgueiras (2007, p. 23).

Os governos Cardoso e Lula propiciam ao capital financeiro mais de R\$ 1 trilhão em juros da dívida pública, o que correspondeu, em média, a 8% do PIB no segundo governo Cardoso e a 8,2% no governo Lula. Neste, as elevadas taxas de juros praticadas acarretam pagamentos de r\$ 590 bilhões em juros, montante 61% maior do que o acumulado entre 1999 e 2002.

Ao reeditar a política econômica subordinada aos interesses financeiros internacionais o governo Lula reproduz também os baixos índices de crescimento da economia registrados nas últimas décadas. Segundo os mesmos autores (2007, p. 25),

No período 1890-2006, a renda real do Brasil cresce à taxa média anual de 4,5%. Durante o governo Lula (2003-2006) a taxa média anual de crescimento real do PIB é de 3,3%, ou seja, é inferior a  $\frac{3}{4}$  da taxa de crescimento de longo prazo. No mesmo sentido, [...] No período do governo Lula, o hiato médio anual (diferença entre o crescimento do país em comparação com o crescimento da economia mundial) é negativo (-1,5%), pois a economia brasileira cresce à taxa média anual de 3,3 %, que é menor do que a taxa de crescimento da economia mundial (4,9%).

Contudo, em comparação com a conjuntura histórica que enfrentou o governo FHC, principalmente no seu segundo mandato, o governo Lula atuou

numa conjuntura econômica internacional bastante favorável. Assim, o Brasil sai de uma situação péssima com o governo FHC para uma condição econômica não tão sofrível no governo Lula. Segundo dados da economia internacional:

A taxa secular de crescimento real da renda mundial – taxa média no período 1860 – 2006 – é 3,2% e no mesmo período a mediana das taxas de crescimento anual é de 3,8%. Durante o governo Lula (2003 – 2006) a taxa média de crescimento real da renda mundial foi de 4,9%. (GONÇALVES; FILGUEIRAS, 2007, p. 36)

As taxas de crescimento mostram que a economia mundial tem tido, no período 2003-2006 um desempenho muito superior a média. Ou seja, o desempenho da economia internacional tem sido muito favorável a uma mudança na política econômica. Foi essa conjugação de fatores que possibilitou ao governo Lula anunciar a hipotética consolidação de “um espetáculo do crescimento” na economia brasileira do século XXI. Claro que o crescimento econômico ficou longe de sustentar um momento espetacular, mas deu provas de que a “ideologia do desenvolvimento” ainda possui um forte potencial de aglutinação de interesses e estabelecimento de consensos políticos no Brasil contemporâneo. O governo e as classes dominantes já sabiam disso e procuraram tirar o maior proveito possível.

Tanto é verdade que, ao seguir as orientações do Banco Mundial, o governo Lula continua a renovar o velho discurso dos efeitos negativos do déficit previdenciário para as contas públicas passando a empreender ataques aos princípios da seguridade social pública e universal brasileira. Em 2003, com amplo apoio empresarial e sindical (principalmente das lideranças da Central Única dos Trabalhadores – CUT), o governo Lula promove uma reforma previdenciária que objetiva realizar as mudanças que a PEC 20/1998 do governo FHC não conseguiu empreender. Segundo Mota (2004), o governo Lula através de uma ampla coalizão política e da adoção de um discurso de “justiça social” operou uma clara mudança tática em relação ao governo FHC na condução da reforma previdenciária.

Em face do contexto ideopolítico que marcou a eleição do presidente Lula e do seu discurso de “fome zero” e “justiça

social”, novas armas foram sendo tecidas, quiçá com um apelo mais tático que o do seu antecessor. Tratou-se da ampla divulgação de uma contrapartida social do governo, expressa na divulgação enganosa e irresponsável de que os “excluídos” da previdência – os 40 milhões de trabalhadores sem cobertura – seriam beneficiados com essa reforma. (MOTA, 2004, p. 5)

Através desse discurso da “justiça social” a nova PEC 40/2003 ao estender as reformas burguesas ao regime dos servidores públicos aumentou o tempo de contribuição dos trabalhadores, diminuiu o valor dos benefícios e estendeu o espaço de acumulação financeira através da ampliação do mercado de previdência complementar realizando um retrocesso de 20 anos nas conquistas em torno da política de seguridade social brasileira.

É de extrema relevância ressaltar que, além das reformas da previdência significarem um desastre para as massas trabalhadoras, têm também aprofundado e enraizado a conjugação de interesses entre parcelas das lideranças sindicais e o capital financeiro internacional. A raiz para essa antes impensável conjugação de interesses entre dois representantes de classes sociais tão distintas está na conversão de grande parte das lideranças sindicais em verdadeiros administradores de fundos de previdência complementar. Segundo Oliveira (2003) essa conversão foi fruto de uma articulação entre alguns processos que estão no alicerce de consolidação do fundo público brasileiro.

Primeiro, é em parte o resultado da criação e expansão histórica dos grandes fundos de pensão estatais, como é o caso da Previ, do Banco do Brasil ou o Petros, da Petrobrás. Em segundo lugar, a expansão dos fundos é acompanhada pela participação das centrais sindicais, na condição de representantes dos trabalhadores, em vários conselhos de administração dos fundos de pensão como, por exemplo, o conselho do BNDES. Em terceiro lugar a própria Constituição de 1988 cria o Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT que gerido pelo mesmo conselho do BNDES se transforma, na década de 90, no maior financiador de capital privado a longo prazo no país.<sup>74</sup> Através da

---

<sup>74</sup> Segundo Oliveira (2003, p.110 ) “Em 1998/99, a média dos recursos do FAT no passivo total do BNDES foi de 37% e ao longo da década, elevou-se de 2% em 1989 para 40% em 1999, mostrando a dependência do banco estatal de desenvolvimento dos recursos de propriedade dos trabalhadores com carteira.Fonte: Relatório de Atividades do BNDES de 1994 a 1999. Por

articulação dessas determinações desenrolou-se um processo histórico em que as centrais sindicais brasileiras (principalmente a CUT e a Força Sindical) passaram a ocupar a condição privilegiada de mediadoras entre os principais fundos públicos e os grandes investimentos privados do país. Ao assumirem essa condição de administradores financeiros as grandes lideranças sindicais – e sua inerente mentalidade corporativista como diria Lenin (1982) – aos poucos aderem a uma forma de racionalidade econômica e financeira que prevê a utilização do dinheiro acumulado pelos fundos de pensão em investimentos no mercado financeiro com o objetivo de retornos lucrativos. Até certo ponto podemos até cogitar que a lógica de garantir mais lucros aos fundos de pensão tenha sido determinada por uma tática dos sindicatos em acumular ativos para realizarem suas lutas políticas, mas ao se guiarem por essa lógica do lucro a tática acabou por superar a estratégia e várias lideranças sindicais transformaram-se lentamente em verdadeiros administradores financeiros. Ou seja, mesmo não se transformando em verdadeiros capitalistas esse novo modelo de “aristocracia sindical”<sup>75</sup> assume um posto privilegiado no circuito de valorização do capital que o torna muito próximo da função social assumida pela oligarquia financeira. Assim como o capital financeiro a nova aristocracia sindical passa a desempenhar também a função de puncionar ou intensificar os processos de extração da mais-valia na produção capitalista. Sendo assim, no atual e complexo circuito de valorização capitalista no Brasil essa aristocracia sindical está bem mais próxima dos interesses do capital financeiro internacional do que dos interesses dos trabalhadores. Como afirma Oliveira (2003, p. 121)

[...] as capas mais altas do antigo proletariado converteram-se, em parte, no que Robert Reich chamou de “analistas simbólicos”: são administradores de fundos de previdência complementar, oriundos das antigas empresas estatais, dos quais o mais poderoso é o Previ, dos funcionários do Banco do

---

sua vez, a participação dos desembolsos do BNDES na Formação Bruta de Capital Fixo, vale dizer na inversão total, flutuou entre 3,25% em 1990 para 6,26% em 1998 e 5,93 % em 1999.”

<sup>75</sup> Se no interior da primeira fase imperialista Lenin (1982) identificava o surgimento de uma aristocracia operária que compartilhava dos interesses do capital financeiro, longe da formulação de nova classe social elaborada por Oliveira (2004), e baseado no pensamento lenineano prefiro chamar de “nova aristocracia sindical” essa parcela de lideranças sindicais que passam a administrar fundos de investimentos no Brasil.

Brasil, ainda estatal; fazem parte de conselhos de administração, como o do BNDES, a título de representantes dos trabalhadores. A última floração do Welfare brasileiro, que se organizou basicamente nas estatais, produziu tais fundos, e a Constituição de 1988 instituiu o FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador que é o maior financiador de capital de longo prazo no país, justamente operando no BNDES. Tal simulacro produziu o que Robert Kurz chamou de “sujeitos monetários”: trabalhadores que ascendem a essas funções estão preocupados com a rentabilidade de tais fundos, que ao mesmo tempo financiam a reestruturação produtiva que produz desemprego.

Como Oliveira (2003) identificamos no surgimento dessa nova “aristocracia sindical” um dos determinantes principais que, junto com outros elementos políticos, possibilitaram o contínuo deslizamento das propostas políticas combativas da CUT dos anos 80 para o campo corporativo representado pelo ideário do “sindicato cidadão” em meados da década de 90. Da mesma forma podemos afirmar que essas novas concepções e ações políticas sindicais não demoraram a espriarem-se pelo interior da corrente política predominante do Partido dos Trabalhadores – PT e configurar, ao longo da década de 90, como elemento principal do deslocamento ideológico experimentado pelo maior partido de esquerda da América Latina.

Essa determinação ao lado de uma série de outros elementos, explicam o giro ideopolítico do Partido dos Trabalhadores - PT e oferecem respostas para o apoio de uma grande parcela das lideranças sindicais da CUT à reforma previdenciária de 2003. Esta última ampliou significativamente os investimentos em fundos de pensão possibilitando inclusive aos sindicatos do setor privado construir seus próprios fundos de previdência complementar ampliando e enraizando as concepções capitalistas no seio das organizações históricas dos trabalhadores brasileiros. Retirando seu controvérsico e pouco explicativo conceito de “nova classe social” Francisco Oliveira (2003, p. 122) foi o responsável em desvendar os novos nexos de interesses entre a aristocracia sindical e as lideranças do PT e do governo Lula:

Ironicamente, foi assim que a Força Sindical conquistou o sindicato da então Siderúrgica Nacional, que era ligado à CUT, formando um “clube de investimento” para financiar a

privatização da empresa [...]. É isso que explica recentes convergências pragmáticas entre o PT e o PSDB, o aparente paradoxo de que o governo de Lula realiza o programa de FHC, radicalizando-o: não se trata de equívoco, mas de uma verdadeira nova classe social, que se estrutura sobre, de um lado, técnicos e intelectuais *doublés* de banqueiros, núcleo duro do PSDB, e trabalhadores transformados em operadores de fundos de previdência, núcleo duro do PT. A identidade dos dois casos reside no controle do acesso aos fundos públicos, no conhecimento do “mapa da mina”.

Por outro lado, se a conciliação de interesses entre aristocracia sindical e capital financeiro garante a continuidade dos ajustes neoliberais, outro desafio que se coloca é contrabalançar os efeitos nefastos do prolongamento dessa política econômica que prevê medidas impopulares como a mercantilização das políticas de seguridade social. Como construir um mínimo de consenso em torno de uma política econômica antipopular, subordinada as diretrizes do capital financeiro internacional e que continua aprofundando as ações antiinflacionárias de juros altos e depreciação do salário real?

Para superar esse desafio o governo Lula adere a mais uma das diretrizes dos organismos multilaterais ao desenvolver estratégias de intervenção estatal com o objetivo de construir um novo padrão de proteção social no Brasil. Com esse objetivo o governo Lula, intensificando uma tendência presente na era FHC, amplia os programas de assistência social baseados na transferência de renda aos indivíduos considerados pobres. Segundo Mota (2008, p. 133).

[...] as políticas que integram a seguridade social brasileira longe de formarem um amplo e articulado mecanismo de proteção, adquiriram a perversa posição de conformarem uma unidade contraditória: enquanto avançam a mercantilização e privatização das políticas de saúde e previdência, restringindo o acesso e os benefícios que lhes são próprios, a assistência social se amplia, na condição de política não contributiva, transformando-se num novo fetiche de enfrentamento à desigualdade social, na medida em que se transforma no principal mecanismo de proteção social no Brasil.

Nessas condições econômicas e políticas, o governo Lula passará então a desfrutar de um período de relativo equilíbrio econômico que conjugado com uma ampla união de interesses políticos e índices de aceitação popular cada

vez maiores<sup>76</sup> proporcionará o ambiente adequado à construção de um invejável nível de estabilidade política no Brasil. A burguesia brasileira, por sua vez, desacostumada a compartilhar o poder com setores sindicais e populares terá que rever seus posicionamentos históricos e passar a aceitar que um ex-operário e líder sindical conduza o projeto político capitalista para o Brasil do século XXI. Um projeto político burguês que almeja a continuidade da política neoliberal, mas que também enxerga no governo petista e principalmente na figura carismática de Luis Inácio Lula da Silva a oportunidade de realizar um resgate do ideário de promessas em torno do desenvolvimento econômico e social brasileiro. Um personagem que com sua história particular de vida simboliza os tortuosos caminhos do povo brasileiro. Da mesma forma que na década de 50, se tentou criar o mito de que só Juscelino Kubistchek, homem comum que virou presidente, poderia conduzir o crescimento industrial que traria consigo desenvolvimento brasileiro; a história de vida de Lula – menino pobre que sai do Nordeste, vira operário em São Paulo, lidera greves e depois torna-se presidente – passou a figurar como um mito indispensável para a nova concepção de desenvolvimento econômico com inclusão dos pobres.

Como podemos perceber nas atuais condições históricas da dominação política burguesa a classe dominante brasileira pela primeira vez na história abandona as *transições políticas bonapartistas* e recorre a uma tentativa de construção da sua hegemonia política. Como sublinha o professor Edmundo Dias (2003, p. 17),

Muitos serão tentados a pensar o governo como bonapartista. Não nos somamos a estes. Para que haja bonapartismo faz-se necessário que as forças em presença tenham um tal equilíbrio que necessitem de um árbitro o que, diga-se de passagem, não encontra sustentação no real. A arbitragem configura não a força do árbitro mas sua relativa debilidade.

---

<sup>76</sup> Segundo pesquisa realizada em 2008 pela Confederação Nacional da Indústria – CNI / IBOPE o governo Lula foi considerado ótimo ou bom por 69% da população, número que só teve precedente, nos últimos 24 anos da história política brasileira. A forma como Lula governa atingiu o índice mais elevado de seus dois mandatos, com 80% de aprovação, ficando o índice de confiança no presidente em 73%. Disponível em: <http://indexet.gazetamercantil.com.br/arquivo/2008/09/29/39/CNI:-Aprovacao-governo-Lula-se-deve-a-economia-e-emprego.html>. Acesso em: 15/12/2008.

Com a atual correlação de forças ao invés de desenvolver uma forma típica de intervenção política “pelo alto”, que nega a participação de setores populares na gestão do Estado, o que estamos assistindo, com o governo do PT, é um nítido processo de *transformismo* que enquanto passiviza os “setores radicais” aglutina outros importantes líderes sindicais e populares ao projeto da classe dominante brasileira. Seguindo a caracterização de Antonio Gramsci<sup>77</sup> (2002), a burguesia brasileira conseguiu assimilar seu opositor em uma única tendência moderada do aparato do governo.

Essa forma de absorção política de setores importantes que construíram a luta sindical e popular no Brasil em torno do projeto burguês, demonstra a maturidade e a atual capacidade das classes dominantes brasileiras em socializar seu projeto particular de dominação, apresentando-o como alternativa universal para toda a nação. Dessa forma, a “contra-revolução burguesa” não é interrompida, mas prolongada, adquirindo uma nova configuração, pois agora necessita da adesão de setores que se identifiquem como representantes populares para desenvolver um projeto que vai no sentido contrário das lutas e conquistas da classe trabalhadora no Brasil.

Não temos aqui a pretensão de esgotar todas as múltiplas determinações que constituem a forma particular de construção da atual hegemonia política burguesa no Brasil. Contudo, podemos destacar algumas linhas políticas que consideramos essenciais para a consolidação do atual projeto político de dominação burguesa no Brasil. Em primeiro lugar a tendência de deslocamento do controle político da economia para instâncias de decisão cada vez mais distantes do controle democrático. Nessa situação, a transferência das decisões de planejamento econômico para instâncias exteriores ao Estado (como, por exemplo, as instituições financeiras internacionais ou ainda a tecnocracia do Banco Central) torna-se reveladora. Segundo Francisco de Oliveira “as instituições democráticas e republicanas são o pão escasso do circo amplo para manter as energias cidadãos entretidas enquanto os grupos econômicos decidem o que é relevante” (OLIVEIRA, 2003,

---

<sup>77</sup> Em um dos trechos dos Cadernos Gramsci define esse processo: “O chamado transformismo é tão somente a expressão parlamentar do fato de que o partido Ação é incorporado molecularmente pelos moderados e as massas populares são decapitadas, não absorvidas no âmbito do novo Estado.” (GRAMSCI, 2002, p. 93)



pág. A-6). Em segundo lugar, as diversas formas de cooptação e de subserviência política das organizações sindicais e populares ao projeto burguês, que atualmente, são estimuladas por uma *aristocracia sindical* ligada a gestão dos fundos de pensão.

Contudo, a história política brasileira já mostrou que a hegemonia burguesa encontra sérias dificuldades em concretizar-se caso não procure construir um horizonte ideológico, mesmo que frágil e distante, de conquistas sociais e de crescimento econômico a socializar com as demais classes. Ou seja, na atual quadra histórica das lutas de classes torna-se imprescindível para a manutenção da expansão capitalista: *a construção de uma nova ideologia do desenvolvimento que se utilize de estratégias políticas como o discurso do crescimento econômico e da construção de oportunidades sociais para conseguir a adesão de amplos setores políticos em torno da implementação do projeto particular da burguesia brasileira.*

O objetivo é promover uma “grande coalização” em torno de supostos objetivos de desenvolvimento econômico e social que trarão benefícios para todos. A arquitetura e edificação desse amplo “pacto social” em torno da continuidade das mudanças políticas e econômicas necessárias a garantia do processo de acumulação capitalista no Brasil se dará em três dimensões principais: 1) no âmbito restrito das instituições responsáveis em elaborar as diretrizes de atuação da burguesia brasileira; 2) Na conformação de espaços governamentais abertos ao debate com as várias “organizações da sociedade civil” em que as diversas frações burguesas e setores populares possam pactuar uma agenda de consensos em torno de um projeto de desenvolvimento comum; 3) No planejamento das ações estatais que garanta a articulação necessária entre a continuidade da política econômica e a construção de estratégias seletivas de crescimento econômico e desenvolvimento humano e social.

Com o objetivo de apresentar e analisar as principais estratégias de desenvolvimento econômico e social elaboradas pela burguesia, pelos setores aliados e pelo Estado brasileiros é que apresentamos a seguir uma pesquisa documental realizada com três representantes dessas principais dimensões do novo ciclo ideológico de desenvolvimento no Brasil: 1) a Confederação

Nacional da Indústria – CNI que se configura historicamente como uma das principais organizações representante do pensamento empresarial brasileiro; 2) o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social - CDES espaço aberto pelo governo para a construção de um pacto social em torno das propostas de desenvolvimento; 3) O Programa de Aceleração do Crescimento – PAC que objetiva construir uma série de estratégias seletivas de intervenção estatal para adequar o crescimento econômico ao desenvolvimento social.

#### *4.6.1 - A CNI e o mapa estratégico da indústria: em busca das novas ações de desenvolvimento econômico e social*

Formada por 27 federações que representam todos os Estados do país, a Confederação Nacional da Indústria- CNI historicamente assumiu um importante papel como centro de aglutinação do pensamento burguês no Brasil. Seja com as primeiras formulações sobre desenvolvimento industrial realizadas por Roberto Simonsen, seja pela implementação de uma política de educação, qualificação e assistência ao operariado brasileiro, ou ainda pela incidência histórica da instituição nos debates políticos e ideológicos relativos ao desenvolvimento econômico nacional.

Da década de 50 até a década de 70, durante a fase de industrialização intensiva no país, a CNI elaborou e conduziu várias estratégias que visavam o crescimento econômico através do incremento industrial e da política de formação, qualificação e reprodução social da força de trabalho empreendida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem – SENAI e o Serviço Social da Indústria – SESI. Nesse período, a CNI centrou sua forma de intervenção na formulação de ações que fortalecessem os mecanismos de crescimento econômico, modernização do parque industrial e adequação da força de trabalho brasileira à “fase de expansão” do capitalismo mundial. Tratava-se de acomodar as indústrias nacionais a um período capitalista baseado na produção e consumo de massa que requeria por sua vez uma atuação empresarial adequada ao que ficou conhecido como modelo de acumulação fordista.

Mas a partir da “década perdida”, iniciada em 1980, a atuação da Confederação Nacional da Indústria – CNI sofrerá sérias modificações. Segundo pesquisa realizada por Rodrigues (1997, p. 23) desde a década de 70 a burguesia brasileira já assinalava o esgotamento do “modelo de substituição de importações” apontando para a abertura de uma nova etapa da economia brasileira: “Em matéria de estrutura industrial devemos reconhecer que o Brasil conseguiu erguer com extrema rapidez seu parque manufatureiro, mas agora precisa aprimorá-lo.” (NETTO, 1971, p. 23)

De acordo com Rodrigues (1997) na década de 80 e 90 os documentos da CNI partem do diagnóstico de transição para uma “economia capitalista globalizada” que produz o esgotamento do “modelo de substituição de importações”. Diante dessa análise de conjuntura a burguesia industrial brasileira, através da CNI, parte para a elaboração de novas estratégias tendo em vista construir uma política de desenvolvimento industrial condizente com a nova fase do capitalismo mundial. Em um dos documentos da CNI encontra-se a seguinte declaração: “O consenso para o estabelecimento de uma nova política industrial já está há muito maduro. [...] há o reconhecimento do esgotamento do modelo de substituição de importações.” (CNI, 1988 Apud RODRIGUES, 1997, p. 170).

A consolidação de um parque industrial complexo marca novos desafios para os líderes industriais brasileiros. Se de um lado não era mais necessário lutar para o nascimento de um conjunto industrial brasileiro, do outro a promessa de uma sociedade urbano-industrial que traria os frutos civilizatórios da modernização e do desenvolvimento social não se realizou. Segundo Rodrigues (1997) agora o desafio político e ideológico seria sustentar e socializar uma concepção coletiva de um Brasil industrializado, sonho que fora finalmente alcançado. Para a construção desse novo *ethos* de nação industrializada seria necessário à burguesia brasileira reconhecer que antigos problemas persistem e novas contradições surgem com a nova fase de internacionalização dos mercados. Para a burguesia brasileira o que nasce no horizonte do país é a necessidade de construção de um novo pacto social em torno das mudanças necessárias a inserção do Brasil na nova dinâmica de acumulação capitalista mundial. Em outras palavras, trata-se da elaboração e

universalização de um novo projeto de classe, ainda pouco definido neste período. Para a CNI as principais diretrizes desse novo projeto para o Brasil estão primeiramente elencadas no documento: *Competitividade Industrial: uma estratégia para o Brasil* (1988). Segundo o documento o grande objetivo dos industriais brasileiros é a construção de ações que permitam recriar o conjunto institucional brasileiro.

A tarefa que se impõe é a elaboração de uma estratégia que permita recriar a institucionalidade, incluindo o papel do Estado como agente produtivo e normativo, e a viabilização de novos instrumentos que reconheçam o esgotamento do modelo substituidor de importações e a existência de um parque produtivo complexo. (CNI, 1988, p. 11)

O reconhecimento da crise do modelo substituidor de importações impõe a edificação de novos instrumentos para adequar a economia brasileira ao futuro da economia internacional. Como esclarece o documento:

[...] Os novos instrumentos (de política industrial) devem possibilitar uma rápida incorporação do progresso técnico: o aumento da produtividade decorrente poderá garantir uma participação crescente do Brasil nos mercados mundiais bem como a expansão do mercado interno. (Idem, Idem,)

Como podemos perceber nas citações do referido documento, a burguesia brasileira, após a consolidação do parque industrial nacional, se volta agora para o objetivo principal de construir instrumentos institucionais e econômicos na busca pelos mercados externos. Assim, a nova meta estratégica industrial transforma-se na perseguição pela competitividade internacional e essa meta exige a reestruturação, tanto no que diz respeito aos processos de modernização da estrutura produtiva nacional, quanto no que concerne a mudança do aparato jurídico político do Estado brasileiro.

O documento ainda vislumbra um futuro extremamente pessimista para a economia nacional caso as medidas necessárias para a inserção da indústria

brasileira nos mercados internacionais não sejam implementadas com velocidade: “A economia mundial se encontra em rápida transformação acentuando o risco de alijar países como o Brasil dos frutos das novas fronteiras de expansão.” (CNI, 1988, p. 11).

Para a busca de competitividade no mercado internacional o documento traça diretrizes em torno de questões como: política tecnológica, a política do Estado, e a questão do financiamento empresarial. Com isso, as propostas políticas dos industriais somam-se ao ideário neoliberal de realizar os ajustes necessários para inserir a economia brasileira no “mercado globalizado”.

No interior do objetivo central da entidade de inserir competitivamente a economia brasileira no mercado internacional a estratégia de incorporação do progresso tecnológico revela-se como uma meta principal.

Esta maior integração a economia internacional deve estar orientada para explorar os mercados externos como fonte de expansão da produção industrial e para possibilitar mais intensidade nos fluxos de introdução das inovações tecnológicas. (CNI, 1988, p. 17)

De acordo com Rodrigues (1997) nesta época para a CNI o trinômio integração-tecnologia-competitividade será a nova panacéia para os problemas econômico-sociais brasileiros. Segundo o documento de 1988 o novo modelo de crescimento econômico auto-sustentado trará a solução para os antigos problemas da economia brasileira incluindo aí o histórico rebaixamento dos salários que sempre acompanhou os altos índices de lucratividade das indústrias.

Um aumento de produção com elevação da eficiência permite o crescimento do salário real, o que numa economia como a brasileira, de baixa renda per capita, resulta em expansão de demanda, imprimindo um processo de desenvolvimento auto-sustentado. (CNI, 1988, p. 11)

A competitividade aparece assim no cenário ideopolítico da burguesia brasileira como a única alternativa de expansão a ser trilhada pela economia nacional. Depois da ultrapassagem do Brasil agrário e a consolidação da indústria intensiva o mercado externo se constitui no novo objeto de desejo da classe dominante brasileira e o aumento de competitividade o único caminho para a resolução dos problemas nacionais.

Mas de acordo com o documento da CNI, de 1988, a busca pela competitividade da indústria nacional, única alternativa para a inserção do Brasil no mercado internacional, necessita de algumas ações importantes, como por exemplo: a Reforma do Estado, o incremento dos recursos humanos e da qualificação profissional, entre outros.

Na visão do documento da CNI (1988) a estrutura estatal se mostrou incapaz de planejar ações que conduzissem a economia brasileira na conquista de novos mercados externos. Para a CNI o Brasil possui um Estado anacrônico, moldado para uma etapa econômica que já passou, e que precisa sofrer “reformas modernizadoras”. Nas palavras do documento “o compromisso de se alcançar uma economia internacional competitiva requer a adaptação dos instrumentos das agências governamentais a este novo objetivo comum.” (CNI, 1988, p. 13).

Para a CNI a economia brasileira padece de um alto grau de isolacionismo resultado da histórica atuação do Estado na imposição de barreiras tarifárias e não-tarifárias, características do antigo modelo de substituição de importações, acabou por provocar uma significativa obsolescência tecnológica do parque industrial brasileiro. Com isso, apesar de apontar para uma dinâmica de contenção dos gastos estatais, diante da crise internacional, a CNI, para atingir o seu objetivo de incrementar a competitividade da indústria nacional, propõe inúmeras ações de subsídios fiscais e renúncias tributárias para diversos setores da economia brasileira. Diante da necessidade de incrementar os investimentos em P&D<sup>78</sup> e da

---

<sup>78</sup> O termo P&D (Pesquisa e desenvolvimento) ou I&D (Investigação e Desenvolvimento) tem um significado industrial e comercial importante que é independente da associação tradicional com pesquisa e desenvolvimento tecnológico. Em geral, atividades de P&D/I&D são conduzidas por unidades especializadas ou centros de pesquisa de empresas, universidades ou agências do Estado. No âmbito comercial e industrial o termo "Pesquisa e desenvolvimento" normalmente se refere a atividades de longo prazo e/ou orientadas ao futuro, relacionadas a

insatisfatória atuação do Estado nessa área, a CNI (1988, p. 18) propõe “[...] um tratamento fiscal especial para gastos correntes em P&D” de modo que as despesas das empresas privadas sejam “abatidas dos impostos cobrados em gastos de capital” (CNI, 1988, p. 18). Da mesma forma o documento propõe a criação de agências privadas de P&D através também da isenção fiscal. Assim, para a CNI a solução para a crise fiscal do Estado brasileiro está na destaxação da atividade industrial tendo em vista recuperar a dinâmica de crescimento econômico.

E as propostas de isenção de impostos estatais não se limitam a política de P&D. Essa estratégia também é indicada para o campo da política comercial com a “[...] implantação de uma ampla reforma tarifária, que indique uma isenção completa dos impostos sobre os produtos exportados e sobre os insumos.” (CNI, 1988, p. 24).

Mas a reforma do Estado proposta pelo documento da CNI de 1988 não se limita a isenções fiscais sobre setores estratégicos para o capital. As privatizações também aparecem como política fundamental ampliar o grau de eficiência da economia brasileira e reduzir racionalmente as intervenções estatais apenas em áreas estratégicas. Como sublinha o documento:

A agenda de privatização é fundamental em uma estratégia de maior eficiência para a economia brasileira, [...] abrindo a possibilidade de aprofundar a redução da participação do Estado. (CNI, 1988, p. 39)

Assim, a agenda da CNI pretende reduzir o papel do Estado da posição de prestador de bens e serviços para o novo posto de “agente de investimentos sociais e infra-estrutura.” (CNI, 1988, p. 40). Em outras palavras o Estado reconfiguraria sua intervenção passando de uma intervenção ativa nos serviços e bens públicos para uma intervenção baseada na facilitação dos investimentos privados. Enfim, para sair da crise e impulsionar o crescimento econômico e o desenvolvimento social o Estado brasileiro deve cobrar menos impostos ao

---

ciência ou tecnologia, usando técnicas similares ao método científico sem que hajam resultados pré-determinados mas com previsões gerais de algum benefício produtivo ou comercial. Disponível em: <http://www.inovacao.unicamp.br/> acesso em: 13/03/2009.

capital, aumentar os investimentos em setores estratégicos e desregular a economia.

Mas além das propostas estratégicas em torno do novo papel do Estado brasileiro para impulsionar o avanço tecnológico em busca da competitividade, o documento da CNI também chama a atenção para uma política de formação profissional e elevação do nível educacional da força de trabalho brasileira que adéqüe as capacidades individuais dos trabalhadores brasileiros às novas tecnologias necessárias ao incremento da produção nacional. Segundo o documento (CNI, 1988, p. 19):

O país por conta das falhas do sistema educacional não é capaz de maximizar a utilização de sua força de trabalho. A persistência de um elevado percentual de iletrados, assim como a formação muito rudimentar que é oferecida a parcela expressiva da população estudante impõe um limite estreito no seu aproveitamento.

Com isso, a elevação dos níveis de escolaridade da população brasileira é apontada pelo documento como outra estratégia primordial para elevar os níveis de competitividade da economia brasileira na nova configuração do mercado internacional. Para os empresários industriais a permanência do analfabetismo, a baixa cobertura da população escolarizada e a reduzida integração universidade/empresa criam dificuldades para o incremento na competitividade da economia brasileira e na capacidade do mercado nacional atrair investimentos estrangeiros. O esforço de criar uma força de trabalho qualificada e barata para assumir os novos postos criados pela reestruturação dos processos produtivos será representado principalmente pela sugestão de intensificar as políticas e programas sociais que diminuam o déficit educacional e promovam a universalização da educação básica no país.

De acordo com Rodrigues (1997) essa preocupação com a universalização da educação básica será acompanhada por um novo ideário das políticas de qualificação e educação profissional e uma nova concepção pedagógica que sepulta as análises baseadas nas relações entre capital/trabalho passando a adotar conceitos fortemente marcados pela subjetividade, gênero e etnia. Ou seja, a partir daí cada vez mais nas análises da burguesia industrial as desigualdades deixam de ser o resultado de uma



estrutura econômica e passam a ser o produto das situações individuais relativas a subjetividade e relações de gênero e etnia. (Rodrigues, 1997).

Nesse sentido é que surgirão no interior do empresariado brasileiro as primeiras propostas de focalização da intervenção estatal no desenvolvimento de oportunidades para o incremento do chamado “*capital humano*” brasileiro.

É necessário enfatizar que qualquer que seja a política tecnológica a ser implantada, seu insumo básico será o **capital humano**. Uma especial atenção á formação de quadros tecnologicamente aptos é necessária para a viabilidade desse esforço. (CNI, 1998, p. 12).

Como pudemos perceber o documento *Competitividade Industrial: uma estratégia para o Brasil* (1988) já traçava as principais estratégias defendidas e operacionalizadas ao longo da década de 90 pela burguesia industrial brasileira. O principal foco de ação política era a meta de aumentar a competitividade das empresas brasileiras, a fim de inserir a economia nacional na nova ordem econômica mundial, realizando, para isso, os ajustes econômicos e políticos necessários; muitos dos quais em estreita consonância com as propostas elaboradas pelo Consenso de Washington.

Passados 17 anos da elaboração do documento que definiu as principais diretrizes da política de desenvolvimento da burguesia industrial brasileira, a CNI, em 2005, sente a necessidade de renovar o planejamento estratégico das suas ações preparando uma nova carta de intenções políticas para o novo milênio. No documento intitulado: *Mapa Estratégico da Indústria – (2005 – 2015)* o objetivo é reafirmar o consenso político em torno dos ajustes estruturais anteriores, agregando novas estratégias para superar as dificuldades que surgiram ao longo do processo histórico e atingir o objetivo de construção e socialização do novo pacto de desenvolvimento econômico e social no interior da burguesia industrial brasileira. Como esclarece a própria apresentação do documento:

A indústria tem uma agenda. A sua visão de longo prazo está contida no Mapa Estratégico da Indústria (2007-2015). Neste documento, apresentamos as prioridades necessárias para gerar a ignição do crescimento. São prioridades identificadas a partir do Mapa. Este trabalho é o produto de contribuições de

numerosos empresários e organizações empresariais da indústria – federações e associações setoriais. É um trabalho em desenvolvimento. (CNI, 2006, p. 15)

O planejamento estratégico reúne diversos diagnósticos relativos ao desenvolvimento econômico e social oferecendo também propostas de ações em diversos setores da política e da economia nacional. Analisaremos a seguir as principais diretrizes para a atuação política da burguesia industrial na defesa de sua concepção de desenvolvimento econômico e social para o Brasil.

*a) Política comercial e de acesso a mercados*

Assim como no antigo documento de 1988 o planejamento estratégico da CNI para o século XXI reafirma o valor estratégico primordial da política de abertura econômica no Brasil. Agregando a essa antiga diretriz à necessidade de melhorar tanto as condições financeiras e de infra-estrutura das empresas domésticas, como os ganhos de competitividade que permitam reforçar as exportações e aprimorar a inserção do Brasil na economia internacional. Para a CNI a abertura econômica e as exportações foram o carro chefe do crescimento econômico recente do Brasil e, por isso, devem ganhar incentivos cada vez maiores:

As exportações vêm sendo o motor da economia brasileira desde 2001. A contribuição das vendas externas para o crescimento do PIB saltou de 0,7 ponto percentual, em 1999, para 2,9 pontos percentuais, em 2004. No ano passado, esse percentual registrou pequena queda, mas ainda assim as exportações mantiveram-se como a principal fonte de dinamismo da economia. (CNI, 2006, p. 143)

Além dos permanentes esforços da CNI para garantir produtividade e eficiência empresariais, segundo a entidade, as políticas de abertura comercial devem envolver: 1. Melhoria das condições domésticas de competitividade; 2. política cambial coerente com a estratégia exportadora, negociações para a

melhoria das condições de acesso a mercados externos; 3. e promoção comercial dos produtos brasileiros em mercados relevantes. (CNI, 2006)

## *2) Política de Inovação*

Outra antiga diretriz para o desenvolvimento, que o atual documento reafirma, é a inovação tecnológica como estratégia central para o incremento na competitividade das indústrias brasileiras. Segundo o planejamento estratégico (CNI, 2006, p. 120)

Por ser fonte primária do aumento da competitividade industrial e gerar impactos expressivos sobre as bases do crescimento econômico, a inovação deve ser elemento central da estratégia industrial brasileira. [...] A inovação nas empresas não se restringe a atividades de P&D. Ela resulta da aplicação do conhecimento para gerar novo valor às operações, ao introduzir mudanças tanto nos métodos e processos de produção dos produtos como na comercialização, gestão, logística e estratégia empresarial, fatores que impactam a capacidade competitiva.

Fato interessante é que o documento aponta que no Brasil, a rota mais utilizada pelas empresas para inovar tem sido a aquisição de máquinas e equipamentos. Ou seja, a inovação vem se dando preponderantemente em relação ao incremento da composição orgânica de capital na empresa, sem caracterizar inovações em face de processos produtivos ou produtos existentes no mercado. Para a CNI (2006), deve-se estimular novos tipos de inovações que ajudem a flexibilizar e aumentar a produção tornando-a mais eficiente<sup>79</sup>.

---

<sup>79</sup> Segundo o documento da CNI outros tipos de políticas de desenvolvimento poderiam estimular a inovação, tais como: 1. Ampliar o acesso aos mecanismos de fomento da atividade inovativa por meio da difusão e implantação de instrumentos de financiamento e subvenção. 2. Utilizar o poder de compra do Estado para estimular o desenvolvimento tecnológico nas empresas, seja na compra direta de fornecedores nacionais, seja no estabelecimento de requisitos de contrapartidas comerciais (offsets) em aquisições de produtos importados. 3. Direcionar para as empresas os recursos dos instrumentos de fomento à inovação e ampliar a participação do setor privado no processo de decisão sobre a sua alocação, em particular nos Fundos Setoriais. (CNI, 2006, p.120)

Para superar essa debilidade das ações de inovação a política industrial precisa **incentivar a implementação de programas específicos para a atração de investimentos estrangeiros e para o desenvolvimento de arranjos produtivos locais**, representando estes um caminho estratégico para a modernização e expansão das micro e pequenas indústrias. Já comentamos anteriormente o valor estratégico dos Arranjos Produtivos Locais – APLs tanto para a intensificação da extração de mais-valia como para o rebaixamento dos salários.

### *c) Política de Infra-estrutura*

O documento reconhece o saldo negativo das políticas neoliberais que durante vários anos restringiram drasticamente a intervenção estatal na implementação de serviços de infra-estrutura no país. No entanto, as propostas da CNI relacionadas às políticas de infra-estrutura não visam retomar a concepção de Estado interventor. Pelo contrário, o caminho indicado pelo documento é o desenvolvimento de três ações coordenadas: a) a seletivização da ação estatal apenas em áreas estratégicas, preferencialmente às que não oferecem mercados atrativos; b) a consolidação das Agências Reguladoras Estatais, com o objetivo de arbitrar os impasses e garantir o funcionamento adequado dos serviços c) a abertura de algumas áreas de infra-estrutura para o investimento de empresas de capital privado, principalmente os setores mais lucrativos.

A queda por vários anos do investimento público e a falta de um ambiente institucional e regulatório, que promova a participação privada, têm acarretado a crescente deterioração da oferta e da qualidade dos serviços de infra-estrutura do País. A obsolescência da infra-estrutura gera impactos importantes em toda a economia, aumentando os riscos e reduzindo a taxa de retorno dos investimentos produtivos. (CNI, 2006, p. 65)

Com essas propostas<sup>80</sup> o documento da CNI reafirma a importância da continuidade das políticas de privatização e também a concepção neoliberal de

---

<sup>80</sup> Podemos detalhar melhor algumas propostas citando o documento da CNI (2006, p. 65): “1) Criar marcos regulatórios estáveis e eficientes para gás natural e saneamento básico, além de

Estado que, apesar de continuar intervindo continuamente na economia capitalista, não possui a responsabilidade de oferecer bens e serviços, mas sim a incumbência de adequar e regular as condições ideais para o desenvolvimento do livre mercado. Assim, até mesmo na área da política de infra-estrutura a concepção, presente na atual estratégia de desenvolvimento econômico e social da burguesia brasileira, é a de um “Estado de exceção”<sup>81</sup> que atua apenas nos setores em que a iniciativa privada não tem recursos ou interesse.

Além das propostas de atuação seletiva do Estado figura também no documento da CNI a expansão da participação privada em infra-estrutura através das Parcerias Público-Privadas (PPPs). Para a CNI essa é uma das formas de atração de investimentos do capital privado para o setor e requer novamente a intervenção do Estado como árbitro instituindo regras estáveis e controlando instituições adequadas. O que a CNI não comenta é que essa imbricação oficial das relações entre o público e o privado na busca pelo crescimento econômico brasileiro pode aprofundar a histórica marca de apropriação privada dos bens públicos, tão presente na política brasileira, ocasionando sérias conseqüências para as contas públicas.

#### *d) Política Tributária*

As análises em torno da carga tributária brasileira é outro ponto do documento que ratifica uma luta histórica da burguesia industrial brasileira e oferece novas diretrizes para consolidar uma política tributária adequada aos novos rumos do capitalismo periférico brasileiro. Segundo o documento (CNI, 2006, p. 57) para que o país retome o crescimento econômico vigoroso é importante “a criação de um sistema tributário de qualidade, atualizado e orientado para o crescimento e a competitividade.” Numa nítida estratégia de

---

aperfeiçoar os marcos regulatórios do transporte, da energia elétrica e das telecomunicações. 2) Fortalecer as agências reguladoras com o reforço de sua independência e profissionalização de seus dirigentes. 3) Dar continuidade ao processo de transferência para a iniciativa privada da prestação dos serviços de infra-estrutura [...].”

<sup>81</sup> Para um aprofundamento da concepção de “Estado de Exceção” ver: OLIVEIRA, Francisco de; Rizek, Cibele Saliba. (orgs.) **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007.

universalizar o problema particular das empresas para todos os cidadãos brasileiros, o diagnóstico do documento aponta que:

De 1993 a 2005, a carga tributária brasileira aumentou o equivalente a um ponto percentual por ano. Em 1993, os brasileiros pagavam o equivalente a 26% do PIB, percentual que se elevou, em 2005, para cerca de 37%. O percentual de imposto pago pelos brasileiros, em 2005, aproxima-se dos valores praticados em países de maior nível de renda – como os da Europa ocidental – onde os serviços públicos prestados à população são reconhecidamente melhores e funcionam. (CNI, 2006, p. 58)

Para promover o que chama de “ampla reforma no sistema tributário brasileiro e adequá-lo às necessidades de competitividade e inserção internacional” (CNI, 2006, p. 62) a CNI propõe a realização de algumas ações que modificam a estrutura de taxas e impostos brasileiros. Muitas vezes essas mudanças aparentam um avanço na desburocratização ou simplificação do sistema, no entanto guardam em suas propostas sérios ataques aos orçamentos de vários serviços públicos essenciais. Dados do próprio Ministério da Previdência e Assistência social mostram que após a criação do SIMPLES<sup>82</sup> o Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS deixou de arrecadar cerca de R\$ 400 milhões, dinheiro suficiente para pagar 250 mil benefícios no ano<sup>83</sup>.

Contudo, outras ações menos disfarçadas assumem claramente o conteúdo de ataque ao orçamento da seguridade social como, por exemplo, a proposta de promover a separação do sistema previdenciário nacional do sistema de assistência social. Aprofundando ainda mais a fratura na estrutura orçamentária da seguridade social brasileira.

---

<sup>82</sup> Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte.

<sup>83</sup> Segundo a Associação Nacional dos Fiscais Previdenciários (Anfip) “[...] a arrecadação do INSS com o Simples, em seu primeiro ano de vigência, alcançou cerca de R\$ 900 milhões, quando se estima que, não fossem as distorções do sistema, sua receita poderia atingir R\$ 1,3 bilhão.” Disponível em: <http://www.conjur.com.br/1998-set-14/> Acesso em: 18/07/2008.

### *e) Política de Financiamento*

Com o objetivo de garantir que os grandes investimentos e créditos financeiros internacionais cheguem sem dificuldades aos cofres das indústrias brasileiras, o planejamento estratégico da CNI contraditoriamente defende uma política conservadora de liberalização dos mercados financeiros acompanhada por uma brecha progressista de rebaixamento nas taxas de juros. O diagnóstico é que as empresas estão sendo privadas dos investimentos necessários a seu crescimento.

Escassez, difícil acesso e custo elevado: essas são as condições de crédito para o setor privado, que impedem a alavancagem dos empreendimentos, comprometem a competitividade do produto nacional e restringem o crescimento. (CNI, 2006, p. 81)

De acordo com a análise da CNI a razão estrutural para a precariedade do crédito no Brasil é a canalização sistemática da poupança para financiamento de déficits públicos. Segundo o documento “A prática cristalizou-se na vida econômica do País a ponto de moldar as práticas de instituições financeiras, poupadores e tomadores de crédito.” (CNI, 2006, p. 81). Segundo a CNI o resultado é que aos tomadores privados de crédito, resta um financiamento caro e pouco atraente, fruto não apenas da escassez de recursos financeiros, mas também das “distorções burocráticas dos elevados gastos públicos que afetam a eficiência da intermediação financeira.” (Idem, idem). Assim, para abandonar essa situação de falta de financiamento a CNI defende quatro ações principais: 1. Desenvolver política econômica que conduza à queda da taxa de juros e à melhora da disponibilidade de financiamento. 2. Aumentar a eficiência na intermediação financeira, por meio do estímulo à concorrência e à desoneração tributária. 3. Estimular a expansão do mercado de capitais e ampliar o acesso das empresas a formas alternativas de financiamento não-bancário. 4. Ampliar a liquidez do sistema financeiro, estimulando a auto-regulamentação dos mercados secundários de dívida pública e privada. 5. Promover segurança jurídica e regulatória para credores, poupadores ou acionistas.

Com isso, se por um lado a CNI defende uma política progressista e anti-rentista de redução das taxas de juros, por outro, luta incessantemente para liberalizar ao máximo e desonerar a taxaço dos mercados de investimentos. Ou seja, apesar de defender políticas econômic de juros baixos que garantem a apropriaço por parte do capital industrial da maior parcela de lucros gerados no complexo circuito de valorizaço, a burguesia industrial está longe de se configurar como uma fraço de classe antagônica ao capital financeiro e ao lucro rentista. Pelo contrário, a CNI defende uma política de incentivo a expansão dos investimentos produtivos das instituições financeiras não-bancárias (como por exemplo, fundos de pensão) e de redução ou isenço tributária do capital financeiro. Como indica o documento da CNI (2006, p.85): “Reduções da carga tributária e da informalidade financeira trariam estímulos novos à abertura de capital, à formação de joint ventures, à emissão de títulos de dívida privada e a outros importantes instrumentos de financiamento.” Como já tratamos anteriormente mais do que nunca, no capitalismo contemporâneo, os interesses das frações capitalistas estiveram tão fortemente atrelados.

#### *f) Política de cortes nos gastos públicos*

Mas com certeza, para a CNI, o grande vilão da estagnação econômica e social brasileira continua sendo os altíssimos gastos públicos. O planejamento estratégico da entidade defende a idéia de que com o fim da inflação e das profundas crises na economia brasileira torna-se urgente um profundo ajuste fiscal com o objetivo de minorar sensivelmente os gastos públicos. Segundo o documento,

As despesas primárias do Governo Central cresceram de 18% do PIB, em 1997, para 22,5% do PIB, em 2005. Neste período – ano após ano, com exceção de 2003 – os gastos primários se expandiram proporcionalmente ao PIB. Além da tendência permanente de crescimento, a expansão do gasto público primário foi registrada em praticamente todos os seus principais componentes. Apenas as despesas com investimentos foram menores em 2005, se comparadas às realizadas em 1997. A expansão generalizada das despesas primárias mostra que a agenda de ajuste fiscal deve passar,



necessariamente, pelo controle dos gastos correntes. (CNI, 2006, p. 44)

Com o objetivo declarado de conter os gastos do governo brasileiro a CNI propõem desenvolver uma série de ajustes fiscais nos setores onde o gasto público primário mais tem se ampliado. E de acordo com as análises estatísticas da CNI o setor onde o gasto público tem mais crescido é exatamente a área relacionada ao sistema de seguridade social brasileiro. Segundo dados do planejamento estratégico:

Os benefícios previdenciários se constituíram no primeiro maior componente a pressionar a elevação dos gastos primários. Entre 1997 e 2005, as despesas com o Regime Geral de Previdência Social – RGPS passaram de 5,4% para 7,55% do PIB e mostram tendência permanente de crescimento, com expansão em todos os anos, desde 1997. (CNI, 2006, p. 44)

Para o documento da CNI, esse expressivo crescimento das despesas do RGPS, durante o período em que se buscou o ajuste fiscal primário do setor público, deve ser atribuído, basicamente, a quatro fatores: 1) aumento real do salário mínimo; 2) continuidade do processo de transição demográfica; 3) regras elásticas de acesso aos benefícios previdenciários e assistenciais; 4) aumento das despesas com auxílio-doença.

Com o objetivo de estancar essa suposta sangria de recursos públicos a CNI propõe sérios ajustes na própria estrutura orçamentária e de operacionalização dos benefícios previdenciários e assistenciais. Segundo a CNI (2006), dados mostram que se forem mantidas a política de concessão de reajustes reais ao salário mínimo e a vinculação deste com o piso previdenciário permanecerá a pressão sobre as despesas com a Previdência. Como afirma o documento: “Aumento real de 1,0% no salário mínimo provoca crescimento de aproximadamente 0,33% nas despesas do Regime Geral de Previdência Social.” (CNI, 2006, p. 45). Assim, para minorar os gastos públicos a CNI propõe uma medida extremamente impopular: a desindexação do salário mínimo ao valor dos benefícios previdenciários.

Da mesma forma a CNI avalia que uma suposta transição demográfica no país teve grandes efeitos sobre as despesas do RGPS que são potencializadas graças as “regras benevolentes de acesso aos benefícios”. Para a CNI, “a não-exigência de idade mínima para aposentadoria no Regime Geral de Previdência Social agrava ainda mais a tendência de deterioração das contas”. (CNI, 2006, p. 46). Assim, na contramão do estatuto do idoso, propõe a elevação da idade mínima de acesso ao benefício previdenciário para 67 anos.

Com relação aos benefícios assistenciais a CNI avalia que os benefícios garantidos pela Lei Orgânica de Assistência Social e pela Renda Mensal Vitalícia se constituíram na terceira maior fonte de pressão (0,5% do PIB) para a elevação das despesas primárias. Na análise do documento (CNI, 2006, p. 47), “Além de pressionar pelo aumento da despesa total, o aumento desse tipo de gasto leva a uma alocação menos eficiente dos recursos.” Assim, o documento dar a entender que por se tratar de um programa social que atende apenas idosos e deficientes não garante o retorno eficiente deste “investimento público”. Aqui o documento da CNI (2006), ao transpor a lógica do custo-benefício para o interior da concessão dos benefícios produz um resultado extremamente preconceituoso:

Um bom exemplo pode ser encontrado na distribuição de recursos para os programas Bolsa-Família e LOAS/RMV. Enquanto o primeiro programa contempla a ampliação do capital humano – pois, em certo grau, condiciona parte do benefício à presença de crianças na escola –, o segundo, focado na população mais velha, não possui essa característica com a LOAS/RMV, em 2005, foram de 0,48% do PIB, contra 0,32% aplicados no Bolsa-Família. (CNI, 2006, p. 47;48).

Nas suas propostas ao transpor a lógica fetichista do investimento em “capital humano”, para a política de assistência social a CNI passou a tratar o indivíduo como uma espécie de “bolsa de investimentos”, no qual o Estado torna-se credor financeiro e deve esperar o retorno na forma de desenvolvimento das capacidades individuais. Portanto, como na análise da entidade os Idosos e deficientes têm um grau de desenvolvimento das

capacidades individuais muito baixo, torna-se ineficiente depositar os investimentos estatais num programa social focalizado neste público-alvo. Para a CNI melhor seria investir o dinheiro público em programas sociais que ao realizarem articulações com a política de educação básica oferecessem oportunidades para os indivíduos desenvolverem suas capacidades de trabalho tendo em vista a maior oferta de força de trabalho qualificada. Esse é um dos trágicos resultados das atuais concepções fetichistas de desenvolvimento social baseadas no controvertido conceito de “capital humano”.

*g) política de desenvolvimento social do “capital humano”*

As determinações que explicam a ênfase atual no discurso do “capital humano” estão na necessidade cada vez maior das empresas terem a sua disposição não só uma superpopulação relativa apta fisicamente ao trabalho, mas, também, uma superpopulação relativa com uma qualificação básica para operar máquinas e apertar botões. Com o aumento de uma superpopulação de trabalhadores qualificados habilitados a assumir postos nas empresas capitalistas a lei do aumento da oferta sobre a demanda possibilita o rebaixamento ainda maior do salário. Assim, com o objetivo de intensificar a extração de mais-valia através do rebaixamento salarial o planejamento estratégico da CNI aposta contraditoriamente na universalização da educação básica e na facilitação do acesso através do desenvolvimento de programas sociais que tenham entre seus critérios a inserção educacional. Nessa perspectiva é que a universalização da educação básica e a ampliação do ensino superior, com a participação do capital privado, se transformam no novo discurso redentor da pobreza e das iniquidades.

O baixo nível educacional da força de trabalho é um dos principais limitadores do crescimento do Brasil. Com a aceleração da taxa de inovação tecnológica mundial, possuir mão-de-obra educada – capaz de absorver e melhorar as novas tecnologias – é crucial para o desenvolvimento econômico do País. (CNI, 2006, p. 131).

A perspectiva é desenvolver um nível de qualificação da força de trabalho compatível com as exigências dos grandes conglomerados transnacionais que dependendo do nível educacional atingido por cada país em desenvolvimento decide onde aplicar seus investimentos. Assim é que o nível de universalização da educação básica figura hoje como um dos critérios de atração dos capitais voláteis internacionais. Contraditoriamente, essa iniciativa da CNI de aumentar o nível educacional é seguida por propostas de desregulamentação e flexibilização das relações de trabalho.

#### *h) Relações de trabalho*

O documento propõe ajustes nas relações trabalhistas brasileiras. O objetivo é realizar uma ampla reforma que acabe com um suposto engessamento das leis trabalhistas que tanto oneram o empresário como dificultam a contratação de trabalhadores.

O desafio é fazer com que a força de trabalho qualificada “circule com mais liberdade pelo mercado de trabalho”. Segundo a análise da CNI (2006, p. 89) a regulação trabalhista brasileira, além de ser uma das mais rígidas do mundo, não cumpre suas funções mais importantes: proteger os trabalhadores e promover um ambiente favorável para o desenvolvimento das empresas. Hoje, mais da metade dos trabalhadores ocupados encontram-se na informalidade, com pouca ou nenhuma proteção.

Para a CNI a informalidade da economia é estimada em 40% do PIB, criando distorções alocativas e concorrência desleal para as empresas formais. Segundo o documento existem evidências fortes de que os excessos regulatórios contribuem substantivamente para o agravamento do problema. Por isso, o planejamento estratégico da entidade propõe: 1. Estabelecer sistema regulatório que garanta flexibilidade para a gestão das empresas e segurança para os trabalhadores; 2. Reconhecer a interdependência entre as reformas sindical e trabalhista e evitar fragmentação e inconsistência do conjunto; 3. Promover ambiente favorável à votação das reformas, com esclarecimento da sociedade e superação dos preconceitos. 4. Promover a auto-regulação e estabelecer mecanismos autônomos de solução para conflitos

nas relações de trabalho. 5. Promover instrumentos de incentivo à parceria e à convergência de interesses entre empregadores e trabalhadores. 6. Reduzir significativamente o segmento informal do mercado de trabalho. 7. Reduzir despesas com contratação, sem comprometer o financiamento da seguridade social e a formação de capital humano. 8. Criar um ambiente adequado para a proliferação de políticas de terceirização nas empresas.

Essas propostas visam desenvolver um ambiente político e jurídico-formal adequado para a construção de ajustes que trazem sérios ataques as organizações sindicais e a regulamentação do mercado de trabalho brasileiro. As propostas apontam claramente no sentido de criar uma cultura da “empregabilidade”<sup>84</sup> no Brasil. Ambiente no qual enquanto a massa trabalhadora, ao perder várias conquistas de proteção do trabalho, passa a vagar de emprego a emprego sem o mínimo de estabilidade, as empresas passam a ter à sua disponibilidade uma imensa quantidade de trabalhadores disponíveis, sempre prontos para serem demitidos assim que os ventos da economia mudam de direção. E a política de terceirização das empresas, por sua conta, oferecerá os novos postos de trabalho desprotegidos e precarizados:

O objetivo da terceirização não é isentar as empresas de responsabilidades com os trabalhadores. É uma ferramenta fundamental para dar flexibilidade à gestão e assegurar a sustentabilidade das empresas e, por conseqüência, dos empregos que gera, diretos ou indiretos. (CNI, 2006, p.94)

---

<sup>84</sup> Para um conhecido divulgador do termo: “Empregabilidade é a condição de ser empregável, isto é, de dar ou conseguir emprego para os seus conhecimentos, habilidades e atitudes intencionalmente desenvolvidas por meio de educação e treinamento sintonizados com as novas necessidades do mercado de trabalho. Um profissional com empregabilidade tem as suas chances de atuação ampliadas pela grande atratividade que exerce em contratantes potenciais, devido à sua contribuição ajustar-se às novas demandas empresariais”. MINARELLI, José Augusto. *Empregabilidade: o caminho das pedras*. São Paulo: Editora Gente, 1995).

*i) Política ambiental*

Preocupado com a ampliação do discurso político em defesa do meio ambiente e da proliferação das legislações ambientais que criam barreiras a exploração dos recursos naturais brasileiros, o documento da CNI lança algumas diretrizes para a relação entre empresas e meio ambiente na busca do que chama de desenvolvimento sustentável.

O interesse da Indústria é participar da construção do desenvolvimento sustentável. Um ambiente regulatório mais favorável ao investimento, com equilíbrio ambiental, estimulará o crescimento econômico e contribuirá para a conservação do meio ambiente. (CNI, 2006, p. 159)

O objetivo principal é definir algumas estratégias de atuação empresarial para minorar os impactos negativos das legislações ambientais sobre a exploração lucrativa dos recursos naturais brasileiros. Tanto no que diz respeito à negociação com o Estado para a liberação sobre alguns investimentos em áreas estratégicas, como também na tentativa de impedir que as legislações ambientais fortaleçam a burocratização e ampliem a lentidão dos processos de regulamentação jurídica dos empreendimentos privados. Para isso a CNI propõe: 1. Rever os marcos regulatórios de meio ambiente e torná-los mais estáveis, de forma que não inibam investimentos e garantam segurança jurídica aos empreendimentos. 2. Estimular boas práticas na utilização dos recursos naturais, por meio de incentivos econômicos-financeiros, adoção de instrumentos de planejamento e de sistemas de gestão ambiental nas empresas. 3. Simplificar os procedimentos para obtenção da licença ambiental, especialmente no que tange às exigências adicionais impostas pelos órgãos ambientais e à demora na análise dos processos. 4. Garantir ao setor industrial adequadas condições de participação nos fóruns de representação normativos de meio ambiente. 5. Refrear a exigência abusiva de medidas compensatórias sociais, no âmbito do licenciamento ambiental e levar em consideração as ações de responsabilidade social das empresas. (CNI, 2006, p. 159)

Enfim, as propostas que compõem o novo mapa estratégico da indústria brasileira (2005 – 2015) apontam para a consolidação de um conjunto de propostas que juntas pretendem consensuar e conformar as diretrizes de atuação política da burguesia brasileira garantindo uma capacidade de socialização e condução na política de desenvolvimento econômico e social do país. O plano estratégico dos industriais é desenvolver uma nova concepção de desenvolvimento adequada que recuperando as diretrizes dos organismos internacionais adéqüe propostas baseadas na realidade particular brasileira na defesa daquilo que chama de *desenvolvimento sustentável*. A idéia principal da burguesia industrial brasileira é fazer com que a continuidade dos ajustes estruturais da economia brasileira e sua política de cortes de gasto público seja sustentada por uma contraditória ampliação do desenvolvimento humano no Brasil. Nas palavras da CNI é preciso seguir o exemplo de países da OCDE (como Finlândia, Holanda e Noruega) que ao terem: ampliado o mercado de investimentos privados, seletivizado a intervenção estatal, criado agências reguladoras e cortado os gastos públicos excessivos conseguiram conquistar uma maior eficiência dos investimentos públicos e ao mesmo tempo ampliaram o IDH da população.

Movimentos de cortes de gastos públicos tenderiam a ser socialmente mal avaliados e, portanto, politicamente custosos, caso promovessem reduções no nível dos serviços prestados e no bem-estar da população. Dessa forma, tornar a aplicação dos recursos mais eficiente é essencial para a viabilização do processo de redução do tamanho do Estado. Segundo Tanzi (2005), países como Noruega, Canadá, Suécia, Bélgica, Holanda e Finlândia experimentaram expressivas reduções no gasto público enquanto seus índices de desenvolvimento humano (IDH) permaneceram em patamares elevados. (CNI, 2006, p.51)

O que na época não se apresentava aos olhos com o tempo a história tratou de mostrar. Atualmente, na crise dos mercados internacionais de 2008, a Finlândia foi a principal afetada. Por ter assumido com tanta radicalidade a política de cortes dos gastos públicos e de liberalização do mercado financeiro sustentou uma redução significativa nos postos de trabalho e um prognóstico

de desaceleração da economia para 2009<sup>85</sup>. Este é o protótipo das diretrizes políticas de crescimento econômico com aumento do IDH da burguesia brasileira.

De posse desse conjunto de diretrizes a burguesia brasileira ocupará os espaços em que se processam os debates públicos e as esferas governamentais de decisão com o objetivo de defender as suas propostas para a construção de uma nova fase de desenvolvimento econômico e social no Brasil.

#### *4.6.2 - O Conselho do novo Pacto Social: O CDES e a criação de uma agenda de desenvolvimento econômico e social no Brasil*

Um dos mais importantes espaços públicos de discussão sobre o novo projeto de desenvolvimento para o Brasil é o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES. Criado por iniciativa do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, em 1º de Janeiro de 2003, através de Medida Provisória N.º103/2003 e regulamentado em Lei N.º 10.683, de 28 de Maio de 2003, o CDES integra a Presidência da República, como órgão de assessoramento imediato do presidente Lula funcionando junto com a Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico e Social - SEDES, que está subordinada diretamente ao presidente. Por sua vez, a SEDES foi criada, pelo Poder Executivo, como órgão-meio, articulador e gestor das maiorias, tanto no que se refere ao apoio da sociedade quanto perante os órgãos do Poder Legislativo, sobre matérias que o governo entende serem de interesse público, ou sobre temas que pretende acordar ou obter maioria. Por exemplo, em questões polêmicas relativas às reformas estruturais, que estiveram e que se fazem presentes na agenda governamental. (CDES, 2006).

---

<sup>85</sup> A OCDE faz previsões de forte desaceleração das economias nórdicas: “A Finlândia, por exemplo, registrou queda no ultimo trimestre de 2008, de -1,3% de seu PIB, segundo o departamento de estatísticas desse país, que está oficialmente em recessão.” A OCDE ainda ressalta que: “Este país se beneficiou durante vários anos de um crescimento acima da média dos outros países da UE. Em 2007, seu PIB avançou 4,5%. Em 2008, no entanto, registrou uma desaceleração interanual de 0,9%.” Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/economia/2009/02/27>. Acesso em: 13/03/2009.



A idéia de criação do Conselho já estava esboçada na conhecida “carta ao povo brasileiro”, amplamente divulgada pelo PT na campanha que elegeu Lula presidente. Em um de seus trechos a carta afirmava que:

O novo modelo não poderá ser produto de decisões unilaterais do governo, tal como ocorre hoje, nem será implementado por decreto, de modo voluntarista. Será fruto de uma ampla negociação nacional, que deve conduzir a uma autêntica aliança pelo país, a um novo contrato social, capaz de assegurar o crescimento com estabilidade. (CARTA AO POVO BRASILEIRO, 2002, p. 2).

Da mesma maneira, um dos principais intelectuais do PT, o ministro Tarso Genro, utilizando de seus conhecimentos teóricos sobre Gramsci também esboçava a necessidade de se criar espaços políticos para a construção de “um novo bloco social dirigente” que não exclua nenhum partido, classe ou grupo social de sua composição. Na visão de Genro (2003) a composição desse novo bloco dirigente deve ter por objetivo a formação de um consenso social que ofereça sustentabilidade para o processo de transição a um novo modelo de desenvolvimento para o país.

O conselho de Desenvolvimento Econômico e Social é um gérmen de uma nova forma de controle e de interação do Estado com a sociedade, em que, pelo conflito e pela diversidade, se produzem políticas e, portanto, procura-se eliminar as relações burocráticas tradicionais que separam o Estado do cidadão comum. É uma estrutura não-estatal que dialoga com o Estado e com ele compõe relações: ou seja, cria elementos radicalização do processo democrático, mas radicalização não no sentido da histeria, mas no de um aprofundamento da democracia que se faz de maneira pactuada (GENRO, 2003, p.100-101).

Para Genro (2003) o que importa é criar uma cultura de negociação no país. De acordo com o intelectual petista, a história política brasileira possui uma cultura política de pactuação somente entre as elites. Não existe no Brasil uma prática de negociação entre as classes sociais para a formação de “blocos dirigentes” por meio do diálogo franco e do debate aberto. Segundo Genro (2003) a criação dessa arena de negociação política e democrática entre as

classes é o principal objetivo do governo Lula com a edificação do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social.

O CDES é formado por representantes<sup>86</sup> do governo e da sociedade civil.<sup>87</sup> O poder de decisão dos conselheiros é limitado pela negociação destes com a coordenação política do governo federal. Assim, a inclusão de um tema na agenda de debates do CDES, por iniciativa de algum conselheiro, irá depender muito do grau de pressão política e correlação de forças existente na negociação do tema.

De acordo com o documento do *Termo de Referência para a criação do CDES no Brasil* (SEDES, 2004) o objetivo de construir um “novo contrato social” passa por constituir parcerias estratégicas entre diferentes atores sociais e econômicos, em torno de elementos comuns que possam alavancar o desenvolvimento do país com maior justiça social. Para a SEDES (2004, p. 7)

É preciso promover essas parcerias, assumindo publicamente todas as contradições que possam existir, acordando ações e convergindo sobre pontos que permitam a realização de reformas, criando as condições para o crescimento econômico, com distribuição de renda, geração de empregos e oportunidades de trabalho.

O documento da SEDES (2004) utiliza o termo “concertação” para designar a quebra de barreiras ou de desentendimentos entre os chamados “atores” e “grupos sociais” através do processo de negociação em torno das estratégias pactuadas de desenvolvimento econômico e social. A concretização desse amplo pacto nacional exige uma composição que aglutine no interior do CDES as mais diversas representações das organizações e “atores sociais”. De acordo com o Decreto Nº4744, o CDES, presidido pelo Presidente da República, é integrado:

---

<sup>86</sup> “A composição do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social Brasileiro, como a da maioria dos Conselhos Econômicos e Sociais dos países europeus, conta com lideranças vinculadas a segmentos da produção econômica, mas também o integraram líderes originários de segmentos e setores sociais de espectro mais diversificado. A escolha de seus membros tem ocorrido sob a responsabilidade do Presidente da República, sem que estes sejam diretamente indicados por categorias ou organizações da sociedade civil a que pertencem. Portanto, aos conselheiros não é atribuída diretamente uma função de representação de seus pares, ou de sua categoria, mas esta lhes tem sido delegada de forma indireta, por meio da eleição aos cargos dirigentes das entidades da sociedade civil das quais fazem parte e em função das quais são escolhidos pela Presidência.” (KUNRATH, 2005, p.58)

<sup>87</sup> Ver anexo 2 – Lista de Representantes do governo e da sociedade civil no CDES

[...] pelo Secretário Executivo da Secretaria Especial de Desenvolvimento econômico e Social, que dispõe de status de ministro, e que é também o seu Secretário; por 12 ministros de Estado; e mais 90 cidadãos da sociedade brasileira. Todos os seus membros são escolhidos e nomeados diretamente pelo Presidente da República, segundo critérios de liderança e representatividade, para um mandato de dois anos, sendo facultada sua recondução por igual período. Fazem parte deste Conselho: representantes do governo, titulares da Casa Civil; Secretaria de Coordenação Política e Assuntos Institucionais; Secretaria de Governo e Gestão Estratégica; Secretaria Geral da Presidência da República; Gabinete de Segurança Institucional; Ministérios da Fazenda, Planejamento, Orçamento e Gestão; Desenvolvimento Indústria e Comércio Exterior; Meio Ambiente, Assistência Social; Trabalho e Emprego; e Relações Exteriores, tendo como suplentes dos Ministros de Estado os Secretários Executivos ou Secretários adjuntos das referidas pastas. Entre os cidadãos brasileiros, citam-se indivíduos de ilibada conduta e notório saber, representativos da sociedade brasileira, lideranças com experiência nos temas agendados para a “concertação”, com função dirigente em organizações sindicais, movimentos sociais, organizações não-governamentais e outros setores da sociedade civil, tendo como suplentes aqueles que forem previamente indicados pelos mesmos e designados pelo Presidente da República. (KUNRATH, 2005, p.58)

Para a análise oficial do governo essa ampla composição possibilita aglutinar os mais diversos representantes da sociedade civil brasileira estabelecendo uma dinâmica democrática e participativa. (SEDES, 2004). Para Kowarick (2003) “a diversidade de outros” constitui o ponto central para a consolidação do CDES e para a ultrapassagem de possíveis divergências existentes entre as reformas econômicas necessárias e alguns representantes do conselho. Mas uma análise do próprio Lucio Kowarick (2003) demonstra o significativo espaço ocupado pelas representações na composição do CDES. A pesquisa de Kowarick (2003) mostra que a primeira composição do conselho contou com uma grande quantidade de representantes do setor empresarial brasileiro. Os dados mostram que em 2003 o CDES contava com a representação de 45 empresários das mais diversas áreas (serviços, comércio, indústria e finanças) ocupando 50% dos acentos destinados a “sociedade civil” em detrimento a outros setores como o do trabalho que contava com a participação de 13 sindicalistas que ocupavam 14% das cadeiras; 14

personalidades (professores, universitários, etc.) ocupam 16% dos lugares; enquanto que 18 lideranças sociais vinculadas a entidades civis (religiosas, étnicas, culturais, etc.) estão distribuídas em 20% dos espaços restantes no conselho.

Com relação a sua forma de organização o CDES se reúne em sessões plenárias ordinárias, uma vez a cada dois meses. As reuniões são convocadas pelo presidente e sempre ocorrem com a maioria de seus membros. Além disso,

O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social poderá instituir, simultaneamente, até nove comissões de Trabalho, de caráter temporário, destinada ao estudo e elaboração de propostas sobre temas específicos, a ser submetidos à sua composição plenária, podendo requisitar, em caráter transitório, sem prejuízo dos direitos e vantagens a que façam jus no órgão ou entidade de origem, servidores de qualquer órgão ou entidade da administração pública Federal, necessários aos seus trabalhos.<sup>88</sup>

Essas comissões de trabalho são de caráter temporário e, criadas de acordo com as necessidades, reúnem-se com intervalos de tempo menores e de acordo com as exigências de trabalho. A tabela 1 abaixo apresenta os vários grupos temáticos criados em 2003:

---

<sup>88</sup> Conforme Lei 10.683, de 28 de maio de 2003, Capítulo I, seção II (Das Competências e da Organização), Art. 8º, Parágrafo 5º.

Tabela 1 – Grupos Temáticos criados pelo CDES em 2003

<b>Grupos temáticos</b>	<b>Data de criação</b>	<b>Subgrupos</b>	<b>Encontros</b>
<b>Reforma da previdência</b>	13/02/2003	4	4
<b>Reforma tributária</b>	13/02/2003	4	1
<b>Reforma Sindical e Trabalhista</b>	13/02/2003	3	4
<b>Reforma Plurianual</b>	10/02/2003	2	2
<b>Fundamentos Estratégicos para o Desenvolvimento</b>	10/02/2003	2	4
<b>Micro e Pequena Empresa-informalidade e autogestão</b>	10/02/2003	2	3
<b>Programa Primeiro emprego</b>	12/02/2003	1	1

Fonte: Relatório de atividades SEDES, 2003

Como podemos notar a maioria dos grupos temáticos criados giram em torno de propostas controvertidas nas quais a busca pela ultrapassagem das divergências, através da “concertação”, é o caminho para estabelecer um “pacto social” na construção de uma agenda de desenvolvimento para o Brasil. Nas palavras de um dos documentos do CDES:

O novo contrato social deva resultar de um processo político e cultural que, através do debate e da negociação, busca levar diferentes atores e grupos sociais a convergir para uma nova agenda comum de desenvolvimento com crescimento econômico, geração de emprego e inclusão social. O contrato social não dirime as naturais divergências próprias da sociedade, a respeito da produção e alocação de riquezas socialmente produzidas. Ao contrário, assumindo a legitimidade das disputas de interesse, busca, destas disputas mesmas, fazer emergir os grandes pontos em torno dos quais será possível definir projetos e pactuar regras que possam levar a resultados minimamente positivos para todos. (QUINTA CARTA DE CONCERTAÇÃO, CDES, 10/12/2003).

Assim, através da reunião de um grande aparato burocrático, que consegue aglutinar, na mesma entidade, representantes dos mais diversos interesses políticos, é construído um conjunto de ações e propostas para as mais diversas áreas visando levar adiante o “pacto social pelo desenvolvimento”. Estas propostas estão agrupadas no documento intitulado: *Agenda Nacional de Desenvolvimento – AND* (CDES, 2007). Segundo a apresentação do documento ele se caracteriza pelo:

Conjunto de diretrizes estratégicas orientadoras das ações de todos os atores sociais empenhados em combater as situações que nos impedem de sermos o País que gostaríamos. A Agenda aponta a direção desejada, indica o que deve ser superado, estabelece os valores que selecionam e dão consistência às escolhas a serem feitas ao longo do percurso, para que os objetivos sejam alcançados. A Agenda assinala o rumo a ser seguido, estabelecendo os compromissos a serem assumidos por todos os que se dispuserem a caminhar juntos em busca do destino comum, participativa e democraticamente definido. Por isso, é dinâmica, se ajusta aos tempos, tem compromissos cumpridos e incorpora novos. É uma proposta para empreender a construção coletiva de um novo País. (CDES, 2007, 11)

O documento elenca uma série de problemas que dificultam o processo de desenvolvimento do país:

- I. Extrema desigualdade social, inclusive de gênero e raça, com crescente concentração de renda e riqueza, parcela significativa da população vivendo na pobreza ou miséria, diminuição da mobilidade social;
- II. Dinâmica da economia insuficiente para promover a incorporação do mercado interno potencial, suportar concorrência internacional e desenvolver novos produtos e mercados;
- III. Infra-estrutura logística degradada, não-competitiva, promotora de desigualdades inter-regionais, intersetoriais e sociais;
- IV. Inexistência de eficaz sistema nacional público/privado de financiamento do investimento, estrutura tributária irracional, regressiva e penalizadora da produção e do trabalho;
- V. Insegurança pública e cidadã, justiça pouco democrática, aparato estatal com baixa capacidade regulatória/fiscalizadora;
- VI. Baixa capacidade operativa do Estado, dificuldade para gerir contenciosos federativos, desequilíbrios regionais profundos, insustentabilidade da gestão de recursos naturais. (CDES, 2007, p. 14).

Através da identificação desses problemas os vários grupos temáticos realizados no CDES desenvolveram uma série de estratégias para a superação das dificuldades e o estímulo ao desenvolvimento econômico e social. Abaixo elencamos algumas das principais propostas do CDES:

**I. Fazer a sociedade brasileira mais igualitária, sem disparidades de gênero e raça, com a renda e a riqueza bem distribuídas e vigorosa mobilidade social ascendente.**

a) Adotar a “eqüidade” como o critério a presidir toda e qualquer decisão dos poderes públicos. Incentivar a adoção do critério pela iniciativa privada. Estabelecer a obrigatoriedade de avaliação prévia de toda e qualquer ação governamental (envolvendo ou não recursos orçamentários e financeiros) quanto ao cumprimento do critério eqüidade. (CDES, 2007, p. 15).

b) Ampliar substancialmente a escolaridade média da população brasileira, com ênfase na universalização do acesso e conclusão da educação básica. (CDES, 2007, p. 15).

**II. Tornar a economia brasileira apta a incorporar todo o mercado interno potencial, com forte dinamismo e capacidade inovadora, competente no desenvolvimento de novos produtos e mercados.**

a) proposta de acordo para o investimento e inovação sistêmicos, base para o aumento global da produção, do emprego, da produtividade, da qualidade e da competitividade do conjunto da economia brasileira.

**III. Ter uma infra-estrutura logística eficiente e competitiva, integradora do território, da economia e da sociedade nacional.**

**IV. Construir um sistema de financiamento do investimento eficiente e eficaz, uma estrutura tributária simplificada e racional, com tributos de qualidade, progressiva e estimuladora da produção e do emprego.**

**VI. O aparato estatal opera eficiente e eficazmente, o pacto federativo funciona sem conflitos, há equilíbrio entre regiões, os recursos naturais são manejados de forma sustentável.**

Ao analisarmos ponto a ponto as propostas elencadas na agenda do CDES (2007) encontramos inúmeras coincidências, quase que orgânicas, tanto com relação às diretrizes das organizações multilaterais, quanto em conformidade com os projetos estratégicos da CNI. Fazem parte das ações elencadas pelo CDES: a concepção de equidade, a necessária reforma tributária que prevê apenas cortes nos gastos públicos ao invés de criação de tributos redistributivos, as políticas de focalização do Estado, o incremento da infra-estrutura focalizado principalmente nas ações para fortalecer o mercado exportador: transportes (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, etc.), a universalização da escola básica para garantir uma força de trabalho qualificada, entre outros. Coincidências que longe de representarem um processo fortuito ou casual demonstram a capacidade da burguesia gerar consensos em torno de suas projeto político particular de desenvolvimento.

As estratégias de desenvolvimento “pactuadas democraticamente” pelo CDES são, na realidade, a expressão dos objetivos particulares das classes dominantes brasileiras. Podemos dizer assim que o CDES é uma entidade que, incorporada ao aparato estatal brasileiro, possui como finalidade a eliminação de empecilhos políticos e a construção de consensos em torno das novas estratégias de desenvolvimento econômico e social. Um “pacto social” perseguido pelas frações burguesas desde o primeiro mandato do governo Lula e que hoje conseguiu criar um “novo bloco dirigente” (Genro, 2003) brasileiro que, ao assumir as diretrizes dos organismos multilaterais, tem conduzido hegemonicamente os destinos políticos e econômicos do país.



#### 4.6.3 - O Programa de Aceleração do Crescimento – PAC

*A minha intenção é estimular todos os setores do país a participarem deste esforço de aceleração do crescimento, pois uma tarefa dessas não pode ser uma atitude isolada de um governo – mas de toda a sociedade. Um governo pode tomar a iniciativa, pode criar os meios, mas para que qualquer projeto amplo tenha sucesso é preciso o engajamento de todos.*

*Luis Inácio Lula da Silva*

Com este chamamento ao “pacto social” o presidente da república abre o documento que promete empreender o “espetáculo do crescimento econômico” conduzindo o Brasil na direção do desenvolvimento com “justiça social”. Com o objetivo de recuperar as promessas de desenvolvimento econômico e social no seu segundo mandato o governo Lula, à moda dos grandes planos de metas para o crescimento do passado, lança em janeiro de 2007 o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. O programa possui medidas orientadas para a expansão da economia brasileira através da elevação dos investimentos em infra-estrutura no período 2007 – 2010. As promessas são de impulso do crescimento econômico, aumento do emprego e melhoria nas condições de vida da população brasileira. O PAC possui medidas destinadas a incentivar o investimento privado; aumentar o investimento público em infra-estrutura e remover obstáculos (burocráticos, administrativos, normativos, jurídicos e legislativos) ao crescimento. No caso dos investimentos públicos o programa se compromete com alguns projetos específicos. Já no setor privado, o PAC se atém às medidas de expansão do crédito e de desoneração fiscal. Entre os objetivos do PAC ainda encontram-se medidas que pretendem melhorar o ambiente de negócios e solidificar algumas diretrizes e parâmetros macroeconômicos.

Em sua apresentação o PAC procura enaltecer a condução da política econômica no primeiro mandato do governo Lula. A liberalização da economia

brasileira e sua conseqüente ampliação da participação do Brasil no mercado internacional, a acumulação de superávits, a política de austeridade fiscal, enfim, todas as estratégias desenvolvidas pela ortodoxia neoliberal, na ótica do governo federal, permitiram que o Brasil acumulasse reservas e estabilizasse a economia construindo “as bases para o crescimento com distribuição de renda”. (BRASIL, 2007, p. 2). De acordo com a análise que o governo realiza através do documento depois de passar pelo necessário ajuste econômico o país agora estaria pronto para o prometido “espetáculo do crescimento”:

Agora, é chegado o momento de ousar para crescer ainda mais. Crescer de forma sustentável e acelerada, uma vez que a economia brasileira tem grande potencial de expansão. Tal desenvolvimento econômico deve beneficiar a todos os brasileiros e brasileiras. Nesse sentido, o desafio da política econômica em 2007-2010 é aproveitar o momento histórico favorável e estimular o crescimento do PIB e do emprego, intensificando ainda mais a inclusão social e a melhora na distribuição de renda do País. (BRASIL, 2007, p. 2)

De acordo com o governo federal o PAC investirá no período de 2007 a 2010 o equivalente a R\$ 503,9 bilhões nas áreas de transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos. Este valor está dividido em R\$ 67,8 bilhões do orçamento do governo central e 436 bilhões provenientes das estatais e do setor privado. Segundo o documento de apresentação do PAC (2007) o conjunto de investimentos está dividido da seguinte forma: logística (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias); energia (geração e transmissão de energia elétrica, petróleo e gás natural e combustíveis renováveis); e infra-estrutura social e urbana (saneamento, habitação, transporte urbano, “Luz para Todos” e recursos hídricos. Com esse montante de recursos o documento (BRASIL, 2007a) pretende igualar o programa do governo federal aos grandes planos de desenvolvimento das eras Vargas e JK apresentando-o como “o maior programa estratégico de investimentos do Brasil nas últimas quatro décadas”. (BRASIL, 2007a, p. 3). Se Fernando Henrique Cardoso pretendeu sepultar de vez o “ideário desenvolvimentista” o governo Lula atento a capacidade aglutinadora do discurso desenvolvimentista pretende

restaurá-lo sob novas bases com o objetivo de erguer mais um pilar de sustentação ideológica para o “novo bloco dirigente” no poder.(GENRO, 2003).

Mas o discurso dos grandes investimentos, reunidos no PAC para impulsionar uma nova fase de crescimento econômico no Brasil, perdem sua dimensão ostentosa caso nos debruçemos com maior detalhe sobre a forma e o conteúdo das promessas do programa. De acordo com o próprio governo federal (BRASIL, 2007) a maior parte dos investimentos previstos pelo PAC, (88,4%) será financiada por empresas estatais e outras fontes públicas. O fato é que o montante desses investimentos públicos já estavam previstos nos orçamentos e nos planos de negócios dessas empresas antes do lançamento do PAC. Só essa constatação preliminar já torna o volume de recursos específicos destinados ao programa pouco expressivos.

A constatação da pouca expressividade dos volumes de recursos previstos pelo PAC ganha maior relevância caso levemos em consideração os baixos investimentos da União acumulados nos últimos anos. Diferentemente da análise oficial, a política econômica do primeiro mandato do governo Lula, longe de significar uma estabilidade que garante o ambiente de crescimento, representou a continuidade de uma política ortodoxa de cortes no investimento público. Dados de Gonçalves e Filgueiras (2007) mostram que no período 2003-2006 os investimentos são relativamente baixos. Segundo os autores (2007, p. 199), a taxa média anual de investimento da economia brasileira foi de aproximadamente 16% que, por sua vez, esteve associada a uma taxa média de crescimento do PIB, relativamente baixa, que girou em torno de 3,3% no período do primeiro mandato. Cálculos desenvolvidos pelos autores sugerem que para o país recuperar as taxas de crescimento a longo prazo na ordem de 5%, como previsto no documento do PAC (BRASIL, 2007a), terá que no mínimo aumentar a taxa de investimento para um patamar superior a 20%. De acordo com o estudo de Gonçalves e Filgueiras (2007, p. 1999):

Exercícios de simulação mostram que as taxas de crescimento previstas no PAC só têm consistência macroeconômica se a taxa média de investimentos for de 24,6% no período 2007-2010. Ou seja, O PAC supõe que a taxa média de investimento cresça 50% entre 2003-2006 e 2007-2010.

Os dados acima mostram o grande hiato existente entre o volume de recursos necessários para a economia brasileira atingir padrões de crescimento relativamente estáveis e os recursos destinados pelo PAC. Na verdade, para que o volume necessário de recursos fosse disponibilizado seria imprescindível uma mudança de rumos radical na política econômica brasileira quebrando com a ortodoxia neoliberal que durante os últimos 20 anos sustentou uma política, que para garantir os superlucros do capital financeiro internacional e de seus consortes brasileiros, baseou-se: nas metas de inflação e juros altos, no mega-superávit primário, na política monetária de câmbio flutuante e na ampla liberalização do mercado nacional. Se realizarmos uma comparação dos recursos destinados ao PAC e os que já estão comprometidos com os juros da dívida pública brasileira assumida pelo atual modelo de política econômica teremos uma idéia do que isso representa. Segundo Ávila (2007), em 2006 os gastos federais com juros e amortizações das dívidas interna e externa atingiram a marca de R\$ 275 bilhões valor equivalente a 37% do Orçamento anual. Essa quantia considerável do orçamento público que foi desviada para a acumulação privada dos credores da dívida brasileira<sup>89</sup> foi bem maior que os gastos com previdência social em 2006 (R\$ 193 bilhões) que atenderam 24 milhões de beneficiários do RGPS e mais de 1 milhão de inativos e pensionistas do serviço público federal. Segundo o autor, “Estes R\$ 275 bilhões, gastos com a dívida apenas em 2006, equivalem a mais da metade do valor anunciado para o PAC nos próximos 4 anos (R\$ 503 bilhões).” (AVILA, 2007, p. 01)

Dados de Gonçalves e Filgueiras (2007) mostram ainda que os principais investimentos do PAC com as empresas estatais federais e de outras fontes do recurso público expressam estratégias que já estavam garantidas em seus projetos específicos. Nesse caso o programa apenas reuniu em torno de si investimentos já garantidos nos orçamentos específicos das empresas e que ocorreriam independentemente da existência do PAC. Esta é uma boa

---

<sup>89</sup> Segundo a organização “auditoria da dívida cidadã” os atuais credores da dívida federal se dividem em: fundos de pensão: 17%; fundos de investimento: 27%; Bancos Nacionais e Estrangeiros: 49%; empresas não-financeiras: 6%. Disponível em: <http://www.divida-auditoriacidada.org.br> Acesso em: 17/03/2009.

estratégia para quem deseja chamar a atenção do público com a apresentação de grandes cifras aplicadas pelo Estado na economia.

De posse dessa baixa margem de recursos para serem investidos o PAC definiu as principais ações a serem realizadas nas áreas de: 1) infra-estrutura; 2) estímulo ao crédito e ao financiamento; 3) Melhora no ambiente de investimento; 4) Desoneração e aperfeiçoamento do sistema tributário; Medidas fiscais de longo prazo. Abaixo realizamos uma análise das principais ações governamentais elencadas no documento de lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC.

### **a) Infra-estrutura**

Para garantir o investimento em infra-estrutura e ao mesmo tempo manter a política econômica ortodoxa o PAC propõe em seu documento algumas ações básicas:

- Eliminar os principais gargalos que podem restringir o crescimento da economia;
- Reduzir custos e aumentar a produtividade das empresas;
- Estimular o aumento do investimento privado;
- Reduzir as desigualdades regionais (BRASIL, 2007b, p. 6)

Com o objetivo de reunir melhores condições de investimentos em infra-estrutura o PAC também agregou ao seu arcabouço antigas ações de projetos anteriores como: o *Avança Brasil* e o *Brasil em Ação*, ambas tentativas frustradas do governo FHC em recuperar o ideário de desenvolvimento que ele mesmo ajudou a sepultar ao continuar a empreender uma política econômica ortodoxa. Vale lembrar também que o próprio governo Lula já havia empreendido algumas experiências fracassadas de recuperação do crescimento econômico tais como: o Plano Plurianual 2004 -2007 e a política de Parcerias Público-Privadas (PPP).

Vale salientar também que as propostas de infra-estrutura, seguindo uma orientação já esboçada nas diretrizes da CNI, são nitidamente centradas no investimento às atividades de exportação de produtos primários e manufaturados. Destacam-se aí os investimentos relacionados ao objetivo de melhorar o escoamento da produção nacional para o comércio internacional de mercadorias tais como: construção e melhoria de rodovias<sup>90</sup>, recuperação e construção de portos e refinarias<sup>91</sup>, manutenção de pontes, investimentos na indústria e comércio de petróleo, melhoramento nas condições de produção e oferta de gás natural.

Vale salientar que algumas dessas obras de infra-estrutura previstas têm sérios riscos para o meio ambiente. Dois exemplos bem ilustrativos oferecidos por Ávila (2007) são: a construção da hidrovia Paraná-Paraguai e o complexo do Rio Madeira, formado pelas hidrelétricas do Jirau e Santo Antônio, que visa também a criação de um grande sistema de hidrovias e o projeto de transposição das águas do Rio São Francisco; ambos possuem forte impacto sobre o meio ambiente. Segundo Carlos Eduardo Frickmann Young, professor de economia da UFRJ,

[...] quando se percebe espacialmente a distribuição de projetos do PAC em relação à Amazônia, que é de 50% do território brasileiro, o que ele faz, basicamente, é criar sistemas de barateamento do custo de transporte das atividades agroexportadoras, tanto do ponto de vista ambiental quanto social. (YOUNG apud GONÇALVES; FILGUEIRAS, 2007, p. 205).

---

<sup>90</sup> “O PAC prevê investimentos públicos até 2010 para manutenção e recuperação de 42 mil km de rodovias e construção de outros 7 mil km. Dos R\$ 3,3 bilhões orçados para manutenção e adequação em 2008, o governo federal só executou 15,5%. A expectativa fica por conta dos investimentos privados. O próximo leilão de rodovias concederá o corredor formado pela BR 116 e BR 324, ligando Salvador-BA à divisa com Minas Gerais. O leilão está marcado para 21 de janeiro, salvo novos adiamentos. Por sua vez, o governo paulista prevê, em 2009, leiloar a construção e administração do trecho leste do Rodoanel. também está prevista para o ano a privatização das estradas que levam ao litoral norte do estado: Mogi-Bertioga, Tamoios e Oswaldo Cruz, assim como a litorânea SP-55, o apertado trecho paulista da Rio-São Paulo.”

<sup>91</sup> “Em Pernambuco será construída a Refinaria Abreu e Lima para processar 200 mil barris de petróleo pesado por dia, obra em associação com a PDVSA, estatal de petróleo da Venezuela. Os R\$ 10 bilhões aplicados na instalação da refinaria incluem melhoria de infra-estrutura portuária na região, construção de linha de transmissão de energia elétrica, dutos para escoamento de petróleo e derivados, entre outros.” Disponível em: <http://www.fomezero.gov.br> Acesso em: 20/02/2009.

Percebe-se, assim, que as ações de infra-estrutura do PAC, sob o discurso da aceleração do crescimento, têm subsidiado e incrementado fortemente a sede de exploração e expropriação dos recursos naturais brasileiros pelos grandes conglomerados transnacionais. Por isso, o governo federal há tempos vem gradativamente forçando o Ministério do Meio Ambiente a acelerar os processos que envolvem o licenciamento ambiental para empreendimentos ligados a construção de estradas e a produção energética<sup>92</sup>.

De outro lado, no sentido de manter a política de concessões ao capital financeiro, o PAC prevê investimentos na seguridade social que ficam muito aquém dos recursos previstos com o pagamento da dívida. Segundo Gonçalves e Filgueiras (2007, p. 201).

Os investimentos do PAC previstos para 2007 com recursos do orçamento fiscal e da seguridade social são de R\$ 15,8 bilhões. Ainda sob a responsabilidade da União estão programados mais de R\$ 8,7 bilhões de investimentos. O valor total de investimentos programados é de R\$ 24,4 bilhões e representa 17 % do pagamento líquido de juros da dívida pública em 2007. Essa proporção cai para 12,8% quando se considera a média do período 2007-2010. Ou seja, os investimentos federais em infra-estrutura representarão, em média, 0,6% do PIB, enquanto os pagamentos de juros absorverão 4,7% do PIB no segundo mandato de Lula.

Em suma, as ações de infra-estrutura do PAC, na sua maioria, têm como objetivo a continuidade da política econômica neoliberal e o favorecimento do escoamento da produção industrial, de minérios e também das *commodities* agrícolas, que beneficiam as empresas transnacionais orgânicamente ligadas ao agronegócio. Por outro lado, salientamos que os investimentos em reforma agrária passam longe dos objetivos do PAC, apesar de comprovadamente figurar como uma ação importantíssima tanto para impulsionar o

---

<sup>92</sup> Essa pressão entre outras questões acabou ocasionando o pedido de demissão da ministra Marina Silva. Com aponta o Greenpeace: "Pressionada por setores do agronegócio, governadores de estado e políticos da bancada ruralista, a ministra Marina Silva, do Meio Ambiente, entregou nesta terça-feira sua carta de demissão ao presidente Lula, de caráter irrevogável. Era a última pessoa no governo a defender o meio ambiente e uma política de desenvolvimento sustentável. Com sua saída, a ala do crescimento a qualquer preço, capitaneada pela ministra Dilma Roussef, venceu o cabo-de-guerra contra aqueles que buscavam conciliar desenvolvimento com sustentabilidade." Disponível em: <http://www.greenpeace.org/brasil/amazonia/noticias/> Acesso em: 13/03/2009.

desenvolvimento de condições mínimas de produção como para oferecer melhores condições de vida no campo ao desconcentrar a propriedade rural brasileira.

Mas mesmo sem levar em consideração o direcionamento das diretrizes econômicas para setores concentradores de renda, o PAC também fica longe de atingir seus objetivos de satisfação das necessidades de infra-estrutura do país. O confronto dos dados de investimento infra-estrutural do PAC com a necessidade de investimentos no país demonstra a insuficiência dos recursos aglutinados no programa. Ao compararem os recursos do PAC e a necessidade de investimento no país apontada pelo Plano Nacional de Logística e Transporte (PLNT) Gonçalves e Filgueiras (2007, p. 201-202) concluem:

Em todos os setores analisados há insuficiência de recursos, que varia de 19,5% no caso de aeroportos a 77,6% no caso de hidrovias. Para toda a área logística e de transporte, o investimento médio anual previsto no PAC é de R\$ 12,0 bilhões para o período 2007-2010, enquanto no PLNT o investimento médio anual necessário para evitar problemas ainda mais graves nessa área é de R\$ 18,2 bilhões no período 2007-2011. Ou seja os recursos do PAC representam um déficit de 33,9% em relação às necessidades de investimento na área de logística e transporte.

Vale sublinhar que essa situação não se refere apenas aos investimentos em logística e transporte se ampliando para outros setores de infra-estrutura.

#### **b) Estímulo ao crédito, ao financiamento**

Com o estímulo ao crédito e financiamento o PAC pretende desenvolver iniciativas que, segundo o governo, estimulem os investimentos privados em áreas estratégicas para o crescimento econômico. Entre as diretrizes que contemplam essa ação estão: 1) O desenvolvimento do mercado de crédito com parte essencial do desenvolvimento econômico e social; e 2) a



disponibilização do volume de crédito estatal para investimentos privados principalmente relacionados à habitação e infra-estrutura. Com essas diretrizes principais o PAC realiza as seguintes medidas:

- Concessão pela União de crédito à Caixa Econômica Federal (CEF) para aplicação em saneamento e habitação (R\$ 5,2 bi – MP).
- Ampliação do limite de crédito do setor público para investimentos em saneamento ambiental e habitação (R\$ 7,0 bi – Resoluções CMN).
- Criação do Fundo de Investimento em Infra-Estrutura com recursos do FGTS (R\$ 5,0 bi – MP).
- Elevação da liquidez do Fundo de Arrendamento Residencial (MP)

Entre essas medidas destaca-se a controvertida proposta que cria o fundo de investimentos do FGTS (FI-FGTS) através da medida provisória n.º 349 de 22/01/2007. A MP cria e regulamenta um fundo de investimentos financeiros em que os trabalhadores podem investir seu dinheiro do FGTS<sup>93</sup>. O objetivo é possibilitar a utilização de até 80% (21 bilhões até 2006) do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS dos trabalhadores brasileiros no investimento de obras em infra-estrutura (rodovias, saneamento, etc). A MP que cria o FI-FGTS não garante cobertura de crédito e estabelece que a rentabilidade dos investimentos será baseada no cálculo da TR + valorização de 3% ao ano, o que garante uma média de rentabilidade para o investidor de 6% ao ano.

---

<sup>93</sup> “A MP cria o Fundo de Investimentos do FGTS. O FI-FGTS se destina à aplicação de recursos do trabalhador, retidos na conta vinculada, em empreendimentos nos setores de energia, rodovia, ferrovia, portuário e saneamento, conforme decisão do Conselho Curador do FGTS. Com relação às aplicações feitas a partir do FI-FGTS, o parágrafo 1º, do artigo 1º da MP dispõe que “seus investimentos não têm a cobertura de risco de crédito estabelecida no parágrafo 1º, do artigo 9º, da Lei nº 8.036 de 11 de maio de 1990”. A MP autoriza ainda a aplicação de R\$ 5 bilhões do patrimônio líquido do FGTS para a integralização das cotas do novo fundo de investimentos, sob administração e gestão da Caixa Econômica Federal (CEF). Permite ainda que a CEF, mediante autorização do Conselho Curador do FGTS eleve para 80% do patrimônio líquido do Fundo de Garantia, registrado até 31/12/2006, o valor a ser aplicado em investimentos geridos pelo FI-FGTS.”

Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2007-jan-23/> Acesso em: 27/02/2009.

A proposta é tão controvertida que até mesmo a Força Sindical foi contrária a criação do fundo apontando riscos de prejuízo do dinheiro investido, o que acarretaria além de perdas individuais para os “trabalhadores investidores”, um verdadeiro esvaziamento dos recursos públicos do FGTS. O governo e a CUT contra-argumentam que em 40 anos de existência do FGTS nenhuma operação de financiamento em habitação ou saneamento precisou de cobertura de crédito. No entanto, é notório que no Brasil governos anteriores foram pródigos em usar recursos dos trabalhadores, sem haver devolução; por exemplo: o dinheiro da Previdência Social financiou obras de infra-estrutura como a Transamazônica, a Ponte Rio-Niterói e a Hidrelétrica de Itaipu. Mas para além dos riscos do mercado de investimentos a que estão expostos os trabalhadores a iniciativa de criação do FI-FGTS cumpre um objetivo não declarado: incluir na lógica rentista e parasitária do sistema financeiro uma parcela cada vez mais significativa de trabalhadores.

Além dessas medidas, para incrementar o financiamento privado, o PAC também se esforça na condução de outras ações, tais como:

- Redução da Taxa de Juros de Longo Prazo (de 9,75%, em dez/2005, para 6,5%, em jan/2007 – Resoluções CMN).
- Redução dos *spreads* do BNDES (para financiamento de investimentos em infra-estrutura, logística e desenvolvimento urbano decisão da Diretoria do BNDES).

Destaca-se a indicação do PAC com relação à queda das taxas de juros. As indicações do documento são de queda na taxa *Selic* nominal média de 11,1% para o período de 2007-2010. Ainda que o PAC defina uma queda da taxa de juros, não restam dúvidas que ela ainda é uma das mais altas do mundo. A título de ilustração, no período de 2005-2006 a taxa de juros média na Ásia e nos países da América Latina foi de aproximadamente 3% e 5% respectivamente. (GONÇALVES; FILGUEIRAS, 2007).

### **c) Melhora do ambiente de investimentos**

Tendo em vista a melhoria no quadro de investimentos e competitividade (outra diretriz apontada no planejamento estratégico da CNI) as estratégias do PAC indicam algumas medidas básicas:

- Medidas destinadas a agilizar e facilitar a implementação de investimentos em infraestrutura, sobretudo no que se refere à questão ambiental;
- Medidas de aperfeiçoamento do marco regulatório e do sistema de defesa da concorrência;
- Incentivo ao desenvolvimento regional, via recriação da SUDAM e SUDENE.

Como já comentado a primeira medida é o resultado de grandes pressões dos setores capitalistas e prevê uma “desburocratização” das regulamentações ambientais para facilitar os investimentos privados. O objetivo é retirar as barreiras impeditivas a intensificação da exploração privada de recursos naturais brasileiros.

As ações de aperfeiçoamento das medidas regulatórias envolvem principalmente a recriação da Sudam e da Sudene e a redefinição das competências das Agências reguladoras (ANAC, ANVISA, ANATEL, etc) visando a defesa do sistema de concorrência dos mercados privados. Não são incluídas no objetivo do PAC medidas que reduzam o abuso de poder econômico pelas empresas privadas que recebem concessões de serviço público, como por exemplo: as emissoras de TV, as companhias de telefonia fixa e móvel, as companhias elétricas e principalmente as concessões de obras públicas às empreiteiras. Aqui mais uma vez nos deparamos com medidas que visam direcionar o Estado brasileiro para uma atuação de mero regulador do mercado. O terrível saldo dessa atuação reguladora do Estado, através de agências reguladoras, é sentido pela população brasileira sempre que precisa acessar serviços públicos básicos na sua vida cotidiana. Outra constatação que envolve as ações de regulação é o incremento de uma histórica

interpenetração das relações entre ocupantes de cargos públicos responsáveis pela atuação das agências reguladoras e empresas privadas. Segundo o presidente do Tribunal Regional Federal da 5ª região, o desembargador Francisco Cavalcanti:

[...] as agências reguladoras acabaram se tornando um reduto político. Ele dá o exemplo da Aneel — Agência Nacional de Energia Elétrica que em 1997 virou reduto do PFL da Bahia de Antonio Carlos Magalhães. Ao senador coube indicar os ocupantes dos principais cargos de direção da entidade. Da mesma forma, os diretores da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e da Agência Nacional de Telefonia (Anatel), segundo o juiz, foram indicados pelo então presidente Fernando Henrique Cardoso também por critério político e não técnico.<sup>94</sup>

Além disso, ressalta-se, a título de exemplo, o recente caso do *caos aéreo* em que a agência reguladora da aviação civil mostrou-se incapaz de controlar as práticas comerciais e o abuso de poder das companhias aéreas. (GONÇALVES E FILGUEIRAS, 2007).

#### **d) Desoneração e Aperfeiçoamento do Sistema Tributário**

De acordo com o documento de apresentação do PAC o setor privado responde pela maior parcela de investimentos no país. Nesse sentido o PAC prevê medidas para aperfeiçoar o sistema tributário e a desoneração do investimento privado, sobretudo nas áreas de infra-estrutura e construção civil. A política de desoneração atinge principalmente à isenção de pagamentos de impostos como: Imposto de Renda-IR, PIS e COFINS e maior prazo de recolhimento. Como pode ser observado na Tabela 2 abaixo, além de infra-estrutura e construção civil, os incentivos atingem também os promissores setores de: TV digital, microcomputadores, aço e semicondutores.

---

<sup>94</sup> Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2006-nov-18/>. Acesso em: 18/11/2006

**Tabela 2 – Medidas de desoneração tributária do PAC**

	2007	2008
<b>Medidas já implementadas</b>	<b>5,2</b>	<b>8,9</b>
Reajuste da tabela do IRPF	1,3	2,5
Prorrogação da Depreciação Acelerada	0,9	0,9
Prorrogação da Cumulatividade do PIS/COFINS na Construção	0,6	0,6
Lei Geral das PMEs (SRF e Previdência)	2,5	4,9
<b>Medidas a implementar em 2007</b>	<b>1,4</b>	<b>2,6</b>
Prazo dos Créditos de PIS e Cofins em Edificações	1,2	2,3
Desoneração de Obras de Infra-Estrutura	n.e.	n.e.
Desoneração dos Fundos de Investimento em Infra-Estrutura	-	-
Ampliação de Benefício Tributário a Microcomputadores	0,2	0,2
Programa de Incentivo ao setor da TV Digital	-	-
Programa de Incentivo ao setor de Semicondutores	-	-
Desoneração da Compra de Perfis de Aço	0,1	0,1
<b>TOTAL DA DESONERAÇÃO</b>	<b>6,6</b>	<b>11,5</b>

Fonte: Ministério da Fazenda

Ao ratificar o modelo econômico de liberalização do mercado financeiro e cortes nos gastos públicos o PAC não tem outra saída para manter a economia capitalista funcionando a não ser tentar incrementar os investimentos privados através de incentivos fiscais ao passo que cada vez mais aumenta seu ímpeto em cortar gastos públicos essenciais.

#### **e) Medidas fiscais de longo prazo**

Nesse conjunto de propostas estão elencadas as medidas mais danosas ao pouco que resta da capacidade do Estado brasileiro em ofertar bens e serviços públicos à população. Estão reunidas aqui as novas estratégias do Estado brasileiro para avançar na sua mudança de concepção e intervenção política. O PAC ao argumentar que o crescimento econômico e social para

avançar necessita de um aperfeiçoamento da política fiscal prevê um conjunto de cortes nos gastos públicos do Estado brasileiro.

Os principais destaques da reafirmação da política de cortes nos gastos públicos são as medidas focadas na contenção de despesas do Estado. A primeira delas diz respeito à implementação do regime complementar para o servidor público federal, que de acordo com o próprio documento do PAC, dá continuidade a reforma da previdência iniciada com a emenda constitucional nº 41/ 2003.<sup>95</sup> Segundo Sara Granemann (2007) em fevereiro de 2007, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em reunião com os sindicatos dos servidores públicos federais, elaborou e entregou a minuta do Projeto de Lei que dispõe sobre o regime complementar do servidor público federal. Pelo Projeto de Lei as aposentadorias do setor público federal não poderão ultrapassar o teto estabelecido pelo Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Caso o servidor queira aumentar sua aposentadoria terá que contribuir para um novo órgão chamado Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público (FUNPRESP) que será um fundo de pensão fechado e estruturado com personalidade jurídica de direito privado. Esse avanço na privatização dos regimes previdenciários proposto no PAC teve efeito quase imediato sobre os grandes investidores financeiros internacionais.

Em 2003 [...] as páginas dos principais cadernos de economia dos jornais brasileiros noticiavam o entusiasmo do mercado financeiro, diante da expectativa de formação do maior fundo de pensão do país. (GRANEMANN, 2007, p. 52).

É interessante ressaltar que na aprovação da Emenda Constitucional 41/2003 que institui o fundo de pensão dos servidores públicos a legislação foi acometida por uma visível contradição: enquanto a Carta magna define a previdência complementar como de natureza reconhecidamente privada na

---

<sup>95</sup> No parágrafo 15 da EC 41/2003 se lê: “O regime de previdência complementar de que trata o § 14 será instituído por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, observado o disposto no art. 202 e seus parágrafos, no que couber, por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida.”

mesma lei o legislador definiu-a como de natureza pública. Segundo Granemann (2007) a evidência dessa contradição jurídica pode ser explicada pelo reiterado esforço do governo Lula da Silva em escamotear o processo de mercantilização da previdência com o objetivo de passivizar e convencer os trabalhadores e sua organização que as mudanças não apontavam para a privatização da previdência. Ao realizar tal acrobacia “impôs ao texto constitucional uma aberração jurídica talvez insolúvel: a instituição de um fundo privado de natureza pública” (GRANEMANN, 2007, p. 52).

A segunda medida diz respeito à grande vilã dos gastos públicos, na análise do governo federal: a previdência social brasileira. Com o argumento de controlar os gastos públicos tanto do regime geral quanto do regime dos servidores públicos, o PAC cria uma estratégia já bastante debatida e utilizada pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES: a construção de uma política de “concertação” através da criação de um Fórum Nacional da Previdência que conte com representantes das centrais sindicais, empresários e governo. Como vimos no subcapítulo anterior, a estratégia de “concertação” tem como objetivo dirimir conflitos que venham impedir a continuidade da política de reformas governamentais. O objetivo do Fórum é construir consensos que permitam o avanço de pontos polêmicos que atingem diretamente os interesses dos trabalhadores. Uma das metas a ser atingidas pelo Fórum prevê a manutenção das despesas com previdência até o patamar de 8,2% do PIB. Assim, para socializar o ônus político da mercantilização e do cortes de gastos com a previdência o Estado brasileiro cria um Fórum que discutirá “democraticamente” os destinos de milhares de trabalhadores, pensionistas e aposentados ligados aos regimes de previdência no Brasil. Como publica abertamente o jornal investnews de 24/01/2007:

O Fórum permitirá a reunião de amplos setores da sociedade para discutir medidas polêmicas, que o governo não consegue adotar unilateralmente. Entre elas, por exemplo, o aumento da idade mínima para aposentadoria e o fim da aposentadoria especial para as mulheres [...] Com o Fórum poderão ser encontradas soluções consensuais, fazendo com que o Congresso acolha as medidas. (INVESTNEWS apud AVILA, 2007, p. 4)

Outra medida prevista no PAC para controlar as despesas públicas é a limitação do crescimento da folha de salários da união. Essa ação institui um projeto de lei complementar que limita os gastos com funcionalismo público pelo período de 10 anos (a partir de 2007) criando um parâmetro composto pela agregação de 1,5% à variação do IPCA. Com essa medida, o PAC espera é reduzir continuamente as despesas com pessoal de 5,3% do PIB para 4,7% em 2010. (GONÇALVES; FILGUEIRAS, 2007). Na prática a estratégia do PAC congela os salários dos servidores públicos além de eliminar a possibilidade de recuperação das perdas passadas, uma vez que o próprio crescimento do número de servidores ou a progressão na carreira dos ativos já consome a maior parte da cota estabelecida de 1,5%. (ÁVILA, 2007).<sup>96</sup> É importante sublinhar que ao instituir a medida de contenção de despesas com os salários do funcionalismo público o governo deixou uma brecha para aumentar o salário de algumas categorias de servidores que são estratégicas para manter a burocracia estatal e incentivar a luta interna entre os próprios trabalhadores.

Ainda como medida de ajuste o PAC institui a *Política de longo prazo de valorização do salário mínimo*, com o objetivo de definir uma regra de ajuste para o salário mínimo no período de 2008 a 2011. Mas esta resolução, ao contrário do que o nome aparenta, determina uma norma que indexa o reajuste do salário mínimo pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor – INPC. O objetivo principal dessa ação do PAC é conter os gastos da previdência do setor privado (INSS), que, de acordo com os analistas do governo, caracteriza-se como núcleo principal dos gastos federais.

Mas ao atingir o objetivo imediato de controlar os gastos previdenciários o PAC realiza também as propostas de contenção do salário mínimo divulgadas pelas grandes instituições empresariais brasileiras (como a CNI). Essa contenção, mesmo que não diretamente intencional, oferece ao Brasil um lugar no rol de nações que disputam a vaga de país que dispõe da força de trabalho mais barata. Junto com a liberalização da economia brasileira o

---

<sup>96</sup> Em seu artigo Rodrigo Ávila (2007) lembra que “[...] em 1995, os gastos com pessoal equivaliam a 56,2% da Receita Corrente Líquida do Governo Federal. Em 2005, equivaliam a apenas 30,9% (segundo o Boletim Estatístico de Pessoal do Ministério do Planejamento, de março/2006).”



objetivo indireto é disputar com a Índia, China e Paquistão a transferência das grandes transnacionais dos países centrais. Este é uma das metas não declaradas do Programa de Aceleração do Crescimento. De acordo com os dados de Gonçalves e Filgueiras (2007, p. 207) o Brasil caminha firme no cumprimento desse objetivo.

Nos dois mandatos do governo Cardoso (1995-2002), o salário mínimo real cresceu à taxa média anual de 4,8%, enquanto no governo Lula (2003-06) essa taxa foi de 6,1%. Considerando todo o período 1995-2006, a taxa média anual de crescimento real do salário mínimo foi de 4,9%. No contexto do PAC, a taxa deverá cair para 4,7%.

Sempre é bom lembrar que segundo o DIEESE o salário mínimo necessário<sup>97</sup> no Brasil corresponde a R\$ 2. 075, 55 (para o mês de Fevereiro de 2009).

Em contraste com o corte de recursos públicos essenciais a população brasileira e com o rebaixamento dos salários dos trabalhadores brasileiros, o PAC institui medidas que apesar de aparentarem mudanças na prática mantém a mesma concepção ortodoxa neoliberal. Trata-se da manutenção de uma política de mega-superávits primários. Mas diferentemente do governo FHC que sustentava sem máscaras uma política fiscal de aumento contínuo nos superávits primários, o governo Lula procurará uma vez mais negociar míseras concessões de investimentos para avançar na sua política macroeconômica que sustenta uma verdadeira transferência de recursos públicos para os credores da dívida brasileira.

Para proporcionar o consenso político em torno das propostas de manutenção da política de superávit primário o PAC criou a única fonte adicional relevante de recursos do Orçamento Geral da União: o Projeto Piloto

---

<sup>97</sup> “O Salário mínimo de acordo com o preceito constitucional: “salário mínimo fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família, como moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, reajustado periodicamente, de modo a preservar o poder aquisitivo, vedada sua vinculação para qualquer fim” (Constituição da República Federativa do Brasil, capítulo II, Dos Direitos Sociais, artigo 7º, inciso IV). Foi considerado em cada Mês o maior valor da razão essencial das localidades pesquisadas. A família considerada é de dois adultos e duas crianças, sendo que estas consomem o equivalente a um adulto. Ponderando-se o gasto familiar, chegamos ao salário mínimo necessário.” Disponível em: <http://www.dieese.org.br/rel/rac/salminmar09.xml> Acesso em: 20/03/2009.

de Investimentos – PPI. Segundo Ávila (2007) este projeto fornecerá R\$ 52,5 bilhões de investimentos em obras públicas nos próximos quatro anos que vão deixar de ser contabilizados no superávit primário. Segundo dados do mesmo autor, com essa medida o PPI subirá dos atuais 0,2% do PIB para 0,5% do PIB o que reduziria o superávit primário de 4,25% para 3,75% do PIB. O governo Lula e grande parte da mídia nacional têm apregoado que o PAC reduziu o superávit primário e transferiu recursos para as despesas sociais. Contudo essa é mais uma forma acrobática do PAC de manter a política ortodoxa através de um verniz de desenvolvimento econômico e social. Primeiro, o PPI do PAC apenas conseguiu negociar com os credores da dívida o rebaixamento do cálculo do superávit primário para o patamar que ele se encontrava no governo FHC, ou seja, ele continua alto. Em segundo lugar, em troca os credores definiram que os investimentos relacionados ao PPI seriam disponibilizados apenas para empreendimentos públicos que gerassem necessariamente lucros financeiros principalmente por meio da cobrança de pedágios e taxas. Nas palavras de Ávila (2007, p. 5):

A maior parte destes investimentos se dá no setor de transportes, com a recuperação ou construção de rodovias. Após o Estado fazer os maiores dispêndios, estes empreendimentos podem ser repassados à iniciativa privada, que cobrará tarifas ou pedágio. É bom lembrar que o governo já anunciou que vai conceder à iniciativa privada 7 trechos de rodovias, onde serão instalados pedágios.

Podemos afirmar assim que o PPI apresentado pelo PAC como o grande gerador de investimentos exterior ao Orçamento Federal é na verdade uma forma velada de impulsionar as privatizações através de uma espécie de financiamento privado indireto. Esse financiamento indireto das privatizações oferece um novo sentido a um mesmo processo, ou seja, obscurece as novas e espúrias relações público-privadas para poder continuar a privatizar. Fazendo um paralelo com o pensamento de Jonh Rawls (1993) o celebrado PPI do PAC institui um “véu da ignorância” na política de privatizações do governo Lula.

É com esse objetivo de escamotear suas verdadeiras intenções que o governo Lula apresenta o PAC como um grande consenso político que reeditará no Brasil os grandes saltos de crescimento econômico do passado, e

com uma diferença importante: o desenvolvimento agora deverá vir de mãos dadas com a equidade e a justiça social.

Contudo, dados sobre desigualdade e desemprego indicam a continuidade no histórico processo de concentração de renda e degradação das condições de vida e trabalho da população brasileira. Para além de indicadores que apenas confrontam a renda do trabalhador com a renda média do conjunto de trabalhadores (como o índice de Gini), dados de Gonçalves e Filgueiras (2007, 210) que confrontam a remuneração dos trabalhadores com os ganhos dos capitalistas mostram que, em 2004, houve tendência de queda na participação dos salários na renda nacional.

Outro indicador que mostra a evolução da distribuição funcional da renda é o diferencial entre a variação do salário médio e o PIB *per capita*. No período 2003-2006 a variação média anual do salário real foi de -2,1% e a do PIB real *per capita* foi negativa (-3,9%). Ainda que inferior à perda (-4,2%) observada no período 1999-2002, esse resultado indica que, durante o governo Lula, a distribuição funcional da renda piorou, em detrimento do trabalhador.

Com o objetivo de oferecer respostas a esse problema de aumento na concentração de renda e degradação das condições de vida e trabalho é que os programas sociais focalizados baseados na transferência de renda (como é o caso do Bolsa Família) irão se transformar na grande vedete do desenvolvimento social do governo Lula.

[...] de acordo com os números divulgados hoje pelo ministério, um em cada quatro brasileiros é beneficiado pelo Bolsa Família. O crescimento no número de pessoas beneficiadas pelo Bolsa Família, que foi lançado em 2003 pelo governo Lula, foi de 48,7% entre setembro de 2005 (30,8 milhões de pessoas) e março deste ano. Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social, também cresceu o número de famílias atendidas pelo programa. O volume passou de 7,63 milhões de famílias, em setembro de 2005, para 11 milhões de famílias em março deste ano, ou seja, uma evolução de 44%.<sup>98</sup>

---

<sup>98</sup>Diponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL91371-5601,00.html>. Acesso em: 18/01/2009.

É assim que as ações de crescimento econômico desenvolvidas pelo PAC unem-se com a ampliação dos programas sociais focalizados nos pobres mercedores; com o objetivo de garantir a legitimação do “novo bloco dirigente” das classes dominantes e a continuidade da política econômica compatível com a atual fase de desenvolvimento capitalista.

Com o surgimento de uma nova e profunda crise internacional, alguns dados econômicos tem apontado atualmente para o declínio dos investimentos e para a entrada em um novo período de estagnação e turbulência da economia internacional. Assim enquanto o PAC prevê em suas metas um crescimento do PIB de 4,9% no período 2007-2010, algumas projeções como a do Banco Mundial, que costuma ser bem otimista com relação a seus credores, projeta para 2009 um crescimento de 2,8% na economia brasileira. Resta-nos saber até quando a correlação de forças entre as classes possibilitará a conjugação ideológica entre política econômica sem ganhos civilizatórios e intervenções estatais focalizadas; sustentando as promessas burguesas de desenvolvimento econômico e social legitimadoras da hegemonia política das classes dominantes no Brasil do século XXI.

## CONCLUSÕES

Os projetos políticos de classe são responsáveis tanto em dar coerência e sentido às ações classistas como possibilitar a universalização de uma concepção particular de mundo. Por isso, é que Marx sempre ressaltou a capacidade da burguesia emprestar às suas idéias o formato aparente de universalidade e apresentá-las a sociedade como se fossem as únicas idéias racionais, ou seja, as únicas universalmente válidas. Assim, para que uma classe assuma a posição de dominante é necessário que ela adquira também a condição de classe dirigente. Em outras palavras, para assumir a condução dos processos societários é necessário que ela não só exerça a força através de um forte aparelho repressor ou tenha em suas mãos o comando dos processos econômicos, é necessário que, além disso, a classe dominante também construa as condições para universalizar a sua ideologia particular com toda a sociedade.

Esse processo de universalização do projeto particular de classe, fundamental para o desenvolvimento das várias transições capitalistas, não se desenrola da mesma forma ao longo da história e na realidade particular de cada país. As condições históricas, econômicas, culturais, políticas e ideológicas da realidade concreta em que se processam as transformações capitalistas incidirão fortemente sobre a maneira pela qual a classe dominante incidirá nos processos histórico-sociais. Dessa forma, em cada fase histórica ou em cada realidade econômica, cultural e política particular a classe dominante forjará diferentes formas de orientar sua política e sua ideologia.

Nesse sentido “a burguesia” em si é uma abstração, para conhecê-la em todas as suas múltiplas determinações é necessário desvendar o complexo histórico e social em que ela interage. É por isso, que a burguesia européia após os processos revolucionários de 1848, e o surgimento do proletariado enquanto classe revolucionária, inflexiona sua forma de intervenção política e determina um novo tipo de dominação de classe em todo o mundo. É também pelo mesmo motivo que os modelos de dominação política burguesa se

desenvolveram de diferentes maneiras de acordo com as particularidades das diversas formações econômico-sociais. Dependendo do período histórico ou da realidade particular de cada país a dominação burguesa necessitou de mais ou menos repressão, de mais ou menos consenso. Assim, a partir da realidade concreta a burguesia de cada país desenvolveu ao longo da história as transformações necessárias ao desenvolvimento capitalista. Seja pelo golpe de Estado *bonapartista*, seja pelo transformismo das *revoluções passivas*, ou pelo caminho prussiano das revoluções pelo alto, a classe dominante universalizou de diferentes formas seu projeto particular de classe.

No Brasil, país de capitalismo periférico, as condições históricas da colonização, do escravismo e da industrialização hipertardia forjaram uma cultura política burguesa peculiar. A cultura política burguesa no Brasil ancorou suas determinações históricas tanto numa intervenção política preventivamente “contra-revolucionária” – tendo em vista ter nascido quando o proletariado já despontava no cenário mundial como nova força revolucionária – como numa concepção ideológica perpassada pela cultura colonial e escravista. Uma cultura política que adquire características peculiares, tais como: 1. a reiteração da subordinação aos países centrais; 2. a intensificação da exploração dos trabalhadores; 3. a aversão às concessões políticas, mesmo quando estas não ultrapassam o estreito limite do direito formal burguês; 4. e uma cultura de apropriação privada do Estado burguês que reduz sua capacidade de emancipação política. Essas características peculiares a cultura política burguesa são reproduzidas e continuamente repostas ao longo da história das lutas de classes no Brasil. Nas condições específicas em que se construíram as condições para a acumulação do capital no Brasil se ergueu um complexo edifício reprodutivo no qual a cultura, a política, a moral, a religião e a ideologia burguesas teceram um conjunto peculiar de determinações.

Até o surgimento do trabalho livre, em fins do século XIX, e a lenta constituição do mercado interno capitalista, a burguesia comercial brasileira, ainda atrelada às condições coloniais de mero “soldado da fortuna” da metrópole portuguesa ainda não necessitava ampliar e universalizar seu projeto político de classe com toda a sociedade para estabelecer sua forma de dominação. Bastava ao antigo “senhor de engenho” aglutinar em suas mãos o

poder econômico e reproduzir a cultura repressiva e autocrática dos exploradores portugueses para garantir a condução dos processos históricos.

Com a constituição de uma *economia mercantil-escravista cafeeira nacional* (Mello, 1998), com a posterior abolição da escravatura e com o processo revolucionário de independência – que culminou com o *caminho pelo alto* do grito de Dom Pedro – a burguesia comercial brasileira (formada principalmente por imigrantes e fazendeiros de café) acumulará poder econômico e força político para, através da independência e da abertura as nações amigas, erguer-se contra as implicações econômicas e políticas do estatuto jurídico colonial. Mas foi com a entrada definitiva do capitalismo em sua fase imperialista que foram dadas as condições para o crescimento do mercado interno e da posterior primeira etapa de industrialização brasileira.

Depois da *revolução de 1930* abriram-se as primeiras condições para a conciliação dos interesses burgueses em torno da industrialização e do desenvolvimento de um Estado burguês, com um sistema que engloba instituições políticas e econômicas, bem como padrões e valores sociais e culturais de tipo propriamente capitalista industrial. Mas no mesmo processo de modernização impulsionador da dominação econômica da burguesia industrial nascem as primeiras manifestações e greves operárias. Diante do pavor de ver reproduzido aqui as condições históricas que possibilitaram a classe operária o “assalto ao céu” de 1848 ou ainda a revolução bolchevique de 1917 as várias frações da burguesia brasileira identificaram seu inimigo comum e perceberam que para garantir seu domínio deveriam assumir não só a condução econômica mas também a direção política e ideológica do processo de modernização.

Os setores da classe dominante brasileira já sabiam que para tornarem-se uma classe dirigente numa moderna economia capitalista era necessário desenvolver e socializar uma concepção de mundo que permitisse tanto a fusão dos interesses conflitantes entre as diversas frações burguesas, como, também, a adesão das outras classes ao seu projeto de “modernização conservadora”. Impunha-se como condição para a classe burguesa dirigir o nascente processo de industrialização através da universalização de seu projeto particular com as demais classes. Em outras palavras, criar um aparato ideopolítico permitindo a construção de uma ideologia que apontasse um

caminho comum e universal para o estabelecimento das necessidades de toda a nação. Era necessário socializar um projeto burguês que ao oferecer a promessa de um futuro de desenvolvimento e progresso para o país indicasse as escolhas que deveriam ser feitas por todos em nome dos velados interesses particulares da burguesia brasileira.

Nas condições peculiares da periferia capitalista a concepção de mundo responsável em amalgamar os conflitos das frações burguesas e socializar o projeto burguês de modernização do país foi o que chamamos ao longo do trabalho de *ideologia do desenvolvimento*. Essa ideologia, como qualquer outra, será a grande responsável em fundir as diferenças no interior da classe burguesa e hegemonizar o debate nacional sobre as escolhas na economia e na política, garantindo que as alternativas sobre os rumos da nação permanecessem no interior do heterogêneo, mas limitado quadro ideológico burguês da *modernização conservadora*.

É, assim, que o grande debate instaurado entre as correntes burguesas liberais e desenvolvimentistas irão hegemonizar o debate nacional sobre as saídas para o desenvolvimento capitalista no Brasil. A construção desse quadro ideológico emergente, baseado numa *ideologia do desenvolvimento*, não necessariamente criou um bloco burguês único e invariável. Pelo contrário, criou, na verdade, um espaço de debates e disputas comuns no interior do pensamento burguês que possibilitou a construção de disputas teóricas e ideológicas entre as várias frações da burguesia brasileira, mas com o devido cuidado de não possibilitar o aparecimento de fissuras ou antagonismos críticos que quebrassem a unidade política do projeto burguês de modernização. Foi assim, que a burguesia brasileira construiu a sua unidade, ou seja, a sua fusão político e ideológica, através de uma ideologia comum, mas não necessariamente unitária, sem conflitos ou disputas.

A partir da fase de industrialização intensiva iniciada, na década de 50, essas disputas político-ideológicas no interior da burguesia, no mesmo sentido que abrem um fértil debate coletivo sobre os destinos da nação, limitam o debate nacional ao campo exclusivo das soluções burguesas. Um caso exemplar dessa dominação ideológica do debate burguês sobre desenvolvimento é a atuação do Partido Comunista Brasileiro – PCB que



apesar de conseguir manter uma forte influência no debate nacional da época, limitava muitas vezes seu poder de ação política ao campo exclusivo das alternativas de alianças com uma suposta “burguesia nacional”.

A partir das condições econômicas e políticas do Brasil dos anos 40 e 50 ganham densidade as promessas desenvolvimentistas burguesas que passam a repetir continuamente que o processo de industrialização conduzirá o Brasil na ultrapassagem do subdesenvolvimento, trazendo os frutos civilizatórios da universalização do trabalho assalariado e da ampliação da cidadania burguesa. Em torno das promessas de que a modernização e a industrialização do país trariam a solução para a miséria e os problemas do povo brasileiro a burguesia brasileira teceu as estratégias para forjar e universalizar uma ideologia que articulasse toda a sociedade em torno de um projeto compatível com seus interesses particulares.

Nesse sentido é que na fase histórica descrita, a burguesia brasileira pensou haver encontrado as promessas necessárias para aglutinar as massas populares e as classes intermediárias ao seu projeto político particular de classe. Com a *ideologia do desenvolvimento* a burguesia perseguia seu primeiro projeto de construção de uma hegemonia no país, indicando aos trabalhadores, bem como a toda sociedade burguesa, que a única possibilidade de desenvolvimento das potencialidades humanas estava nos direitos de cidadania e na capacidade de industrializar o país; atraindo capitais estrangeiros e ampliando o trabalho assalariado para o conjunto da população.

Mas, ao mesmo tempo que forjava seu projeto de “Brasil moderno” em torno do ideário e das promessas de desenvolvimento econômico e social, a burguesia brasileira abria um novo espaço de embates ideológicos e disputas políticas no Brasil. À procura de um projeto político que oferecesse identidade, sentido e direção para suas ações políticas os setores burgueses, mesmo sem intencionar, abriram um espaço relativamente democrático, onde a partir da década de 50 até meados nos anos 60, o projeto desenvolvimentista passaria a ser disputado entre as diversas classes e frações de classes da sociedade brasileira. Foi assim, que no processo de tentativas de construção de uma hegemonia burguesa no Brasil, através do projeto desenvolvimentista, que surgiram vários grupos ligados a setores médios e intermediários que se

debruçaram para construir e defender um projeto de desenvolvimento que previa algumas reformas para o país. Nessa disputa pela direção social do projeto de modernização os vários setores burgueses corriam o risco de ver sua dominação política ameaçada pelo surgimento de propostas de desenvolvimento que fugissem ao arco de alianças políticas burguesas.

Nessa quadra histórica é que surgem os grandes debates sobre a superação do subdesenvolvimento através da industrialização patrocinados, elaborados e conduzidos por diversas organizações e entidades, tais como: a CEPAL, a CNI e o ISEB. Apesar de toda a heterogeneidade presente nessas correntes do pensamento desenvolvimentista nos foi possível, ao longo do estudo, articular seu pensamento em algumas proposições comuns. Assim, embora as múltiplas análises e propostas assumam um caleidoscópio de orientações sem uma unidade imediata, as diversas correntes desenvolvimentistas unem-se em torno de alguns pontos fundamentais: 1. A industrialização intensiva é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro; 2. Não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas de mercado, por isso, torna-se necessário o planejamento estatal; 4. O planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção dessa expansão; 5. Por fim, o Estado deve ordenar a execução da expansão captando e orientando recursos financeiros, bem como, promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente.

Para as frações burguesas nessa grande coalizão ideológica estava consolidado o consenso político necessário em busca de uma transição lenta, gradual e segura, sem “incômodos revolucionários” ou “debates acirrados”. Uma transição para um Brasil plenamente industrializado que conservava os antigos privilégios das classes dominantes nacionais e estrangeiras. Em volta dessa unidade de proposições e percebendo o amplo consenso da sociedade brasileira ao projeto de modernização, os governos brasileiros, a partir de início da década de 50, passam a adotar o discurso do desenvolvimento industrial como superação do subdesenvolvimento e como caminho para a elevação do nível de vida do povo brasileiro.

Assim, a ideologia desenvolvimentista que teve sua gênese, ainda na década de 40, nos escritórios da CEPAL, é aceita pelos industriais brasileiros da CNI, aprimorada com as particularidades brasileiras pelos intelectuais do ISEB, e finalmente legitimada pelos programas e políticas do Estado brasileiro. Estava pronto para ser posto em prática um projeto político de desenvolvimento que, por um lado amalgamava as classes dominantes nacionais e estrangeiras e, por outro, pretendia promover uma aliança passiva das massas populares e dos setores intermediários ao projeto burguês de “modernização conservadora”. Nesse sentido é que o Estado brasileiro, a partir de início da década de 50, viabilizará e coordenará por diversas medidas político-administrativas o caminho para o desenvolvimento e intensificação da industrialização brasileira, trazendo consigo as promessas de uma elevação no padrão de vida e de um incremento no processo civilizatório da nação brasileira. Nos subcapítulos 2.6.1, 2.6.2, 2.6.3 trabalhamos alguns dos mais importantes planos de ação e estratégias do Estado brasileiro para impulsionar o processo de industrialização e modernização no país.

No entanto, a burguesia brasileira diante da possibilidade de costurar uma ampla aliança política que conduzisse o Brasil num caminho harmônico em direção a modernização, acreditou também poder dirigir o processo de crescimento econômico e aumento dos lucros nacionais e estrangeiros através de uma continuada superexploração do trabalho e da manutenção de uma extrema concentração da propriedade e da renda. Ao negar qualquer concessão aos trabalhadores em forma de reformas sociais estruturantes a burguesia brasileira criou intensas contradições políticas e sociais que acabaram por levar o desenvolvimento capitalista brasileiro e a tentativa de construção da hegemonia burguesa a uma encruzilhada histórica.

Preocupada com a crise econômica que se agravava e a nítida ameaça aos interesses da aliança burguesa (entre o capital industrial, agro-exportador e estrangeiro); a burguesia brasileira não vacilou em transfigurar sua estratégia política. Em articulação com as corporações multinacionais orquestrou primeiro uma política de desestabilização da economia brasileira e do governo Jango. Depois, deixou de lado a tentativa de construção de uma hegemonia, sob o arco da socialização da ideologia do desenvolvimento, e não titubeou em

romper com o estatuto democrático, novamente aderindo a uma solução política pelo alto que expôs todo a sua cultura política autoritária e contra-revolucionária. Foi assim, sob o discurso imperialista e ultrareacionário da ameaça comunista e da preservação dos interesses soberanos da nação, que a burguesia brasileira optou pelo caminho de uma “contra-revolução preventiva” (Fernandes, 1986) para salvaguardar seus interesses e continuar a desenvolver um projeto de “modernização conservadora” para o Brasil.

O golpe militar de 1964 e o regime político da “autocracia burguesa” que se seguiu, por um lado, garantiram a continuidade dos mecanismos de acumulação e de reprodução da ordem social estabelecida no Brasil, e por outro, puseram à nu, em todas as suas dimensões, o caráter autoritário e antireformista da burguesia brasileira.

Na realidade que se estabelece após o golpe de 1º de Abril, com a instauração da autocracia burguesa, a ideologia do desenvolvimento e sua aposta na adesão democrática e consensual da sociedade brasileira ao projeto burguês de “modernização conservadora” é substituída por um projeto político predominantemente coercitivo de pura dominação de classe. Nessas condições a consensual *ideologia do desenvolvimento* é substituída por uma ideologia que une a modernização necessária do capitalismo brasileiro com o ideário coercivo da segurança nacional, legitimando perante as classes intermediárias uma preservação autocrática dos interesses da burguesia local e estrangeira. Diante disso, o Estado autocrático burguês desenvolveu um conjunto de planos e ações do governo para sustentar a nova ideologia coercitiva do *desenvolvimento econômico e segurança nacional*. Ao longo dos subcapítulos 2.8.1 a 2.8.7, apresentamos as principais diretrizes e ações desses planos de desenvolvimento da autocracia burguesa.

O período autocrático burguês garantiu pelo aumento da repressão e da coerção ao projeto contrário, a continuidade da “modernização conservadora” e sua forma particular de desenvolvimento capitalista, subordinando a economia nacional ao capital estrangeiro e excluindo a participação das massas nos ganhos políticos e econômicos do processo de industrialização. A “autocracia burguesa” reforçou a capacidade de organização da classe capitalista nacional e suas articulações com a comunidade internacional de negócios. Com isso,

ela assegurou a consolidação da dominação burguesa de modo a criar a base política necessária a uma transição segura para o capitalismo monopolista, o que segundo Florestan Fernandes (1976), nunca constitui um processo simples por causa dos conflitos fracionais no interior do bloco burguês e da pressão das classes subalternas.

Foi com extrema competência política e consciência de seus interesses de classe que a burguesia brasileira preferiu, ao longo do processo histórico de consolidação do capitalismo periférico brasileiro, manter seus laços com o imperialismo mundial do que se lançar em aventuras nacionalistas e reformistas que poderiam pôr em cheque tanto a sua capacidade econômica de acumulação baseada na desigualdade social extrema, quanto a forma específica de sua dominação política. Ao contrário das análises que creditam um caráter débil para a burguesia brasileira, ela na verdade detém um forte poder econômico, social e político, de base e de alcance nacionais.

Esse é o legado econômico, político, cultural e ideológico do caráter particular da revolução burguesa no Brasil. Essas características conduziram as promessas ideológicas de desenvolvimento social e econômico ao longo da história de industrialização e modernização do Brasil. Com isso, o Brasil, em fins da década de 70, chegava a compor o seletivo grupo das oito nações mais ricas do globo, ou seja, em poucas décadas o país foi artífice de um fabuloso processo de desenvolvimento industrial e tecnológico. No entanto, esta mesma nação contou com uma cultura política burguesa que preservou tanto a subordinação aos ditames do imperialismo, como, também, a sua histórica marca de desigualdade social e superexploração do trabalho. Porém, as inflexões do capitalismo mundial às portas do século XXI exigirão transformações substantivas na dinâmica de desenvolvimento capitalista e abrirão uma nova etapa de reajustamentos e readaptações na dominação burguesa no Brasil.

O capitalismo contemporâneo perdeu o caráter expansionista que sustentou durante os “30 gloriosos anos” (1945-1975) e possibilitou sustentar suas promessas civilizatórias. Desde meados da década de 70, a dinâmica capitalista muda de direção. E em pleno século XXI, as burguesias dos diversos países, com o objetivo de derrubar as barreiras que impediam a

mundialização do capital, passam a atacar tanto as antigas promessas desenvolvimentistas da periferia, como a ampla rede de políticas redistributivas dos países centrais. De um processo de “Destruição Criadora” (SCHUMPETER, 1961), que guardava seu aspecto civilizatório num fantástico potencial produtivo, o desenvolvimento capitalista se transfigurou em uma verdadeira “Produção Destrutiva”. (MESZAROS, 2001) Nessas condições, as contradições internas do sistema são intensificadas e a gradativa disjunção entre produtividade e satisfação de necessidades coloca em cheque a continuidade da conciliação entre alto dinamismo produtivo e o expansionismo inerente ao capital. Agora para continuar se expandindo é necessário que o capital ative todo o seu potencial destrutivo e expropriador das riquezas humanas e naturais.

Nessa dinâmica surge um capitalismo mundializado que trás consigo uma nova fase imperialista de “partilha do mundo” e uma nova fração dominante no interior da burguesia: a oligarquia financeira internacional. Opera-se uma nova fusão de interesses econômicos e políticos entre as frações burguesas que agora guiadas pelo setor financeiro buscam estratégias para a restauração das taxas de lucro. Essas novas estratégias burguesas conduzirão o capitalismo para uma fase de transformação de todo o circuito de valorização do capital; desde a reestruturação do aparelho produtivo até os ajustes necessários na política de intervenção estatal. O objetivo é perseguir e impulsionar inovações no processo de valorização capitalista que possibilitem: o reordenamento da divisão internacional da produção, a reestruturação dos processos de produção, circulação e consumo de mercadorias, a intensificação da extração da mais-valia, e a criação de um mercado de capitais e investimentos liberalizado e internacionalizado.

Com o consenso político burguês e a expansão das políticas de desregulamentação do mercado financeiro internacional abre-se um período em que para aumentar seus lucros o capital deve continuamente intensificar todas as suas formas de expropriação. Entramos numa nova fase predatória do imperialismo em que as classes capitalistas, sob a liderança da oligarquia financeira, para continuarem acumulando devem concomitantemente construir mecanismos de expansão financeira e produtiva de um lado, e estratégias de

expropriação do trabalho e dos bens públicos por outro.

O saldo político, econômico e social das transformações impulsionadas pela nova oligarquia financeira mundial é um verdadeiro desastre para a classe trabalhadora de todos os países, especialmente das nações periféricas. Chegamos numa fase histórica em que o próprio avanço produtivo capitalista entra em antagonismo frontal com as antigas promessas burguesas de desenvolvimento e ampliação do “progresso”. Nessas condições adversas ocasionadas pela própria dinâmica destrutiva do capital é que surgem enormes desafios para a manutenção e legitimação da nova ordem internacional. O avanço da “acumulação por espoliação” (HARVEY, 2003) e, principalmente, a criação de um mercado mundial da força de trabalho barata e precária tem gerado sérias e explosivas contradições que põem em xeque o ambiente politicamente estável que as economias capitalistas necessitam para continuar a reproduzir seu sistema de acumulação.

Na nova dinâmica do capital que une mundialização financeira, produtividade econômica e intensificação das formas de extração de mais-valia, não há mais lugar para promessas que sequer pretendam apontar para uma “integração social” baseada na universalização do trabalho assalariado. Da mesma forma, sob a nova hegemonia burguesa da fração financeira do capital, não há mais espaço para concessões de serviços públicos universais, pois estes barram o desenvolvimento de um dos principais mercados de poupança que impulsionam a atual acumulação financeira: o mercado dos fundos de pensão.

No interior desse processo é que se encontram as bases para a edificação de novas propostas de desenvolvimento que visam retomar o potencial de criação de consenso em torno do projeto burguês. Começa a ser viabilizada a construção de um grande aparato institucional e organizativo da burguesia internacional, para elaborar e divulgar uma nova ideologia do desenvolvimento. Ou seja, a burguesia e seus intelectuais passam a construir e socializar um conjunto de valores particulares que universalizados com as demais classes sociais visam orientar as alternativas políticas e econômicas que conduzirão os processos históricos ao longo do século XXI.

Em grande parte esse novo conjunto de promessas ideológicas da

burguesia internacional demandará a constituição de uma gigantesca e internacionalizada rede “aparelhos privados da hegemonia” burguesa que, através da reunião de uma vanguarda – formada por: intelectuais, pesquisadores e burocratas bem pagos – passe a readequar as diretrizes de atuação política dos diversos Estados nacionais e redefinir as promessas burguesas contemporâneas de desenvolvimento econômico e social.

Foi com o intuito de desvendar os processos históricos e sociais que conduziram a construção desse novo ciclo ideológico do desenvolvimento que analisamos no capítulo 4 deste estudo as principais instituições, organismos multilaterais, entidades e programas estatais responsáveis em elaborar, socializar e realizar as novas propostas capitalistas de desenvolvimento econômico e social no Brasil. Na análise dos processos históricos e dos sujeitos responsáveis na construção desse novo ciclo ideológico do desenvolvimento econômico e social algumas determinações merecem ser destacadas.

Em primeiro lugar, chamamos a atenção para uma surpreendente semelhança das atuais elaborações e propostas sobre as políticas de desenvolvimento econômico e social. Uma visível homogeneidade que está presente em todos os documentos analisados na pesquisa e contrasta flagrantemente com o Brasil das décadas de 40, 50 e 60, em que os rumos da política de desenvolvimento, apesar de possuírem uma unidade e uma limitação, impulsionavam posicionamentos divergentes e debates acalourados dos diversos organismos de classe e entidades estatais.

O que transparece é que a burguesia internacional e seus intelectuais orgânicos criaram atualmente uma poderosa rede de aparelhos privados de hegemonia capaz de construir ideologias e estratégias de dominação política concatenadas mundialmente. Em parte essa constatação se aproxima da realidade, na medida em que nunca na história do capitalismo a burguesia possuiu um aparato burocrático, ideológico e manipulatório tão poderoso. Mas como não pretendemos reforçar aqui qualquer visão conspiratória das relações sociais pensamos que o caráter manipulatório do capitalismo atual, apesar de ter sofrido grande impulso nas últimas décadas, possui seu ponto fraco na capacidade de organização e universalização de projetos políticos alternativos.



Prova disso, são os governos de Evo Morales na Bolívia, Hugo Chaves na Venezuela, Rafael Correa no Equador, que têm construído estratégias para romper com o consenso mundial em torno das políticas econômicas de liberalização dos mercados. Assim, preferimos desenvolver uma análise que vê no encadeamento e na homogeneidade das diretrizes e propostas de desenvolvimento atuais uma articulação entre três determinações: 1. a mundialização capitalista, que proporcionou o incremento necessário à força política e manipulatória da burguesia internacional; 2 a passivização do projeto político socialista 3. o estreitamento das potencialidades civilizatórias do capitalismo no século XXI.

Por conta dessas três principais determinações a burguesia internacional logrou encadear um circuito mundial de elaboração e operacionalização de consensos políticos em torno de suas novas promessas de desenvolvimento econômico e social. Fazendo um paralelo com a atual fase mundializada do capital, o que existe atualmente é uma verdadeira “fábrica transnacional de ideologias” que exterioriza as decisões dos países periféricos e encadeia seus processos de “produção” ideológica em escala mundial. Um processo internacionalizado que vai da elaboração de novos conceitos pelos diversos intelectuais orgânicos; passa pela construção de diretrizes pela tecnocracia do Banco Mundial e de outros organismos internacionais como a CEPAL; é adequado às particularidades de cada país e transformado em propostas pelas entidades empresariais como a CNI; debatido e socializado em espaços públicos de “concertação” sob a condução das burguesias locais como o CDES; e finalmente é implementado por programas governamentais desenvolvidos pelo Estado como o PAC.

Assim, as condições atuais das lutas de classes, a capacidade dos organismos internacionais articularem-se com as burguesias locais e o atual estreitamento das possibilidades do capitalismo oferecer promessas civilizatórias e universalizadoras criaram o ambiente ideal para o estabelecimento de um consenso político em torno da nova ideologia do desenvolvimento. Abre-se assim um novo ciclo ideológico do desenvolvimento que tem como objetivo recompor as promessas burguesas através da criação de novas políticas de intervenção estatal que unam incremento na acumulação

capitalista com desenvolvimento social.

Para superar o desafio atual de unir “produção destrutiva” e promessas civilizatórias os ideólogos burgueses só terão uma saída. Sem poderem mexer na política econômica irão recorrer a uma máxima do pensamento da decadência burguesa: na impossibilidade de reformar o capitalismo reforma-se o conceito. Como é impossível aos ideólogos burgueses adequar o capitalismo a uma nova fase de crescimento econômico com relativos ganhos civilizatórios adequa-se o conceito de desenvolvimento à nova fase capitalista.

Do procedimento lógico-formal dos intelectuais burgueses surgirá uma nova concepção de desenvolvimento no qual o objetivo não é mais redistribuir a renda ou a propriedade entre os cidadãos de um mesmo país ou região, como propunha a social-democracia clássica, mas sim criar um ambiente que ofereça as oportunidades adequadas para que os agentes individuais saiam de sua condição de pobreza. Para a nova ideologia do desenvolvimento o que importa é garantir a equidade e não é combater a desigualdade entre as classes sociais. Por isso, a nova meta do desenvolvimento será oferecer oportunidades sociais, através de políticas públicas básicas e seletivas para que os agentes individuais incapacitados possam obter oportunidades para desenvolver suas capacidades humanas e galgarem uma melhor “inclusão” na economia de mercado. Nessa concepção é que ganham espaço entre as políticas de desenvolvimento análises e índices estatísticos que apenas medem o grau de incapacidade dos indivíduos sem realizar análises sobre o contexto de desigualdade social numa região ou país. No mesmo sentido é que conceitos como *equidade* e *capital humano* ganham grande notoriedade entre pesquisadores, burocratas e intelectuais ligados as agências de desenvolvimento ou a políticas governamentais.

A nova concepção de desenvolvimento guiará propostas que rebatem diretamente na formulação de políticas de intervenção estatal, tais como: a universalização da educação básica em detrimento da privatização de outras áreas do ensino; as várias propostas de reforma tributária que retiram do sistema o ideário redistributivo; a ampliação de programas de assistência social baseados na transferência de renda e na focalização; o incentivo ao empreendedorismo e as cooperativas de desenvolvimento local e a criação de

bancos populares. Por outro lado, essas políticas de desenvolvimento humano harmonizam-se perfeitamente com as políticas de liberalização dos mercados financeiros, de estímulo às exportações, de desregulamentação do mercado de trabalho, de cortes nos gastos públicos, de mercantilização de serviços e de privatizações. Por isso, essas políticas de desenvolvimento econômico e social requerem um Estado que ora desenvolva intervenções seletivas em atividades econômicas consideradas estratégicas para a acumulação de capital e ora atue como mero árbitro do mercado através das agências reguladoras.

Como mostramos na análise dos documentos do CDES e do PAC essa concepção de desenvolvimento guiará fortemente as propostas do governo brasileiro na atualidade. Não poderia ser diferente para um governo que representa a tentativa da burguesia brasileira em recompor suas promessas desenvolvimentistas e, com isso, criar no Brasil o consenso político necessário a construção de sua hegemonia.

Com o governo Lula e a operacionalização da nova ideologia do desenvolvimento, a continuidade do projeto político burguês no Brasil encontrou sua forma de legitimação. Se a aliança política burguesa em torno de FHC possibilitou sepultar o antigo ideário desenvolvimentista. Só uma aliança entre burguesia e aristocracia sindical poderia aglutinar os elementos ideológicos necessários para recriar uma ideologia do desenvolvimento compatível com a atual fase capitalista. Através de uma ampla coalização de forças políticas que une desde grandes banqueiros até líderes sindicais, a classe dominante brasileira, almeja a construção da sua hegemonia política. Mas na atual fase capitalista para que a burguesia brasileira construa sua hegemonia torna-se imperioso que ela não apenas renove suas promessas de desenvolvimento econômico e social, mas que faça isso travestindo-as com o simbolismo histórico de seu opositor.

Assim, na atual correlação de forças, ao invés de desenvolver uma forma típica de dominação política “pelo alto”, que nega a participação de setores populares na gestão do Estado, o que estamos assistindo, com o governo do PT, é um nítido processo de *transformismo* que, enquanto passiviza os “setores radicais”, aglutina importantes líderes sindicais e setores populares ao projeto da classe dominante brasileira. Trata-se de uma mudança

histórica na forma de dominação burguesa no Brasil e o surgimento de um novo “bloco dirigente” que vêm conduzindo os rumos da nação através de um nítido processo de *transformismo*. Como diria Antonio Gramsci (2002), a burguesia brasileira conseguiu assimilar seu opositor em uma única tendência moderada do aparato do governo.

No mesmo sentido, enquanto assimila seu opositor ao campo de aliados no governo, a burguesia brasileira resguarda a continuidade da sua direção política na condução do Estado ao deslocar o poder de algumas decisões essenciais das esferas parlamentares de governo para espaços tecnocráticos como o Comitê de Política Monetária do Banco Central - COPOM.

Porém, sublinhamos que a estabilidade política desse novo bloco dirigente burguês pode sofrer sérios abalos com a primeira grande crise capitalista do século XXI. Uma crise que não se limita a setores específicos do circuito de valorização e é o resultado inerente da atual etapa de acumulação mundializada do capital. Alguns autores como Chico de Oliveira e Meszaros têm apontado para uma crise que atinge o núcleo básico da acumulação: a realização do valor. A punção do capital financeiro tem intensificado cada vez mais os processos de extração de mais-valia através do rebaixamento do salário – com a entrada de milhões de trabalhadores chineses, tailandeses e indianos que ganham salários em torno de US\$ 0,60 por hora. A contradição que gera a crise atual é que o sistema capitalista necessita cada vez mais mundializar o trabalho precário e barato, mas, de outro lado, também precisa criar consumidores para as mercadorias produzidas. Nesse processo o capitalismo tem encontrado grandes dificuldades para gerar o mercado consumidor adequado que compre as mercadorias realizando o circuito de valorização. Durante um longo período os consumidores estadunidenses sustentaram a valorização do capital consumindo grande parte das mercadorias vindas da China, Tailândia e Índia. Com a crise que atingiu o mercado de créditos nos EUA a situação tende a se agravar. Num mundo que aumenta a produção sem aumentar o número de consumidores, que intensifica cada vez mais os processos de expropriação sem oferecer ganhos civilizatórios, dificilmente não ocorrerão abalos significativos no potencial hegemônico da burguesa.

Mas a principal condição para a desestruturação do projeto hegemônico da burguesia brasileira depende do potencial de rearticulação das forças políticas populares em torno de um projeto político radicalmente distinto das atuais promessas burguesas.

A atual articulação burguesa em torno do governo Lula ao tentar sob novas bases travestir-se com as roupas ideológicas do passado desenvolvimentista tem conseguido hegemonizar a condução política do novo projeto burguês. No entanto, como nos advertiu Marx (1987-88) a história só se repete duas vezes a primeira como farsa e a segunda como tragédia, resta saber em qual das duas se encaixa a atual estratégia ideológica da burguesia. Mas ao questão fundamental é que o destino da atual tentativa de construção da hegemonia burguesa será decidido no terreno da luta de classes. Só a correlação de forças políticas poderá responder qual o potencial de consenso e o prolongamento histórico da atual tentativa de construção da hegemonia burguesa no Brasil.

Finalmente, chamamos a atenção para uma importante diferença entre o antigo ciclo ideológico desenvolvimentista e as novas promessas do novo ciclo ideológico de desenvolvimento. Enquanto o primeiro pretendia desenvolver estratégias de intervenção estatal que se adequadamente redirecionadas poderiam trazer verdadeiras mudanças na histórica centralização da propriedade e da renda no Brasil, o segundo carrega propostas que não permitem qualquer transformação na estrutura da renda e da propriedade e por isso impossibilitam qualquer ganho relativo para a classe trabalhadora. Nesta diferença fundamental radica o motivo pelo qual na atualidade a disputa emancipadora pelos rumos da economia e da política no Brasil só pode se dá pela negação das atuais propostas burguesas de desenvolvimento e pela construção de um projeto político radicalmente diverso. Importa saber se as condições históricas das próximas décadas possibilitarão aos trabalhadores brasileiros ultrapassarem o atual quadro de passivização em que se encontram e reconstruírem um projeto de transição socialista que ao negar as ilusões do desenvolvimento burguês dispute no complexo terreno das lutas de classes os rumos do desenvolvimento histórico da humanidade.

## REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, L. P. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1984.

AMMAN, Safira. **Ideologia e desenvolvimento de comunidade**. São Paulo: Cortez, 2003.

ARAUJO, Carlos. **Análise da cadeia têxtil e de confecções do estado de Pernambuco e os impactos nela decorrentes do fim do acordo sobre têxteis e vestuário – ATV**. Recife:UFPE, Dissertação de mestrado, 2006.

AVILA, Rodrigo. **Programa de atendimento aos credores**. Disponível em: [www.comova.org.br/pdf/Cartilha-PAC.pdf](http://www.comova.org.br/pdf/Cartilha-PAC.pdf) . Acesso em: 14/08/2007. (2007)

BANCO MUNDIAL **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial - Sistemas Financeiros e Desenvolvimento**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1989.

\_\_\_\_\_. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial. A pobreza**. Washington, D. C.: Banco Mundial, 1990.

\_\_\_\_\_. **Relatório do Desenvolvimento Mundial - 2000/2001. Luta contra a pobreza**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 2001.

\_\_\_\_\_. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial - 2006. Desenvolvimento com Equidade**. Washington: Banco Mundial, 2005.

\_\_\_\_\_. **Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial - o Trabalhador e o Processo de Integração Mundial**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1995.

BEHRING, Elaine. **Brasil em Contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo, Cortez, 2003.

\_\_\_\_\_. **A política social no capitalismo tardio**. São Paulo: Cortez, 1998.

BENJAMIN, César. **Globalização e periferia: América latina em perspectiva histórica**. Mimeo, Belo Horizonte, 2002.

BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL**. Vol. 1 , Brasília: Record; CEPAL; COFECON, 2000.

\_\_\_\_\_. **Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL**. Vol. 2 , Brasília: Record; CEPAL; COFECON, 2000.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo**. Rio de Janeiro: contraponto, 1995.

BRAGA, Ruy. **Risorgimento, fascismo e americanismo: dialética da passivização**. In: DIAS , Edmundo (Et al). *O Outro Gramsci*. São Paulo: Xamã, 1996.

BRASIL, MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Programa Avança Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1999.

BRASIL. **PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC. (2007-2010)**. Brasília: Presidência da República, 2007.

BUKHARIN, N. **A economia mundial e o imperialismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1986.

CARDOSO, Fernando Henrique. **A arte da política, a história que vivi**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_. **Empresário Industrial e desenvolvimento econômico no Brasil.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Ideologia do desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CARTA AO POVO BRASILEIRO. 2002. Disponível em: [www.iisg.nl/collections/carta\\_ao\\_povo\\_brasileiro.pdf](http://www.iisg.nl/collections/carta_ao_povo_brasileiro.pdf) . Acesso em: 15/08/2003.

CDES, CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Agenda Nacional de desenvolvimento.** Brasília: Presidência da República, 2007.

\_\_\_\_\_. **Enunciados estratégicos para o desenvolvimento.** Brasília: Presidência da República, 2006.

CEPAL, COMISSÃO ECONOMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE. **La transformación Productiva 20 años después: viejos problemas, nuevas oportunidades.** Santiago, Chile: CEPAL/ONU, may. 2008.

\_\_\_\_\_. **Transformação produtiva com equidade:** a tarefa prioritária para o desenvolvimento da América Latina nos anos 1990. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). Cinquenta anos de pensamento na CEPAL. Vol. 2 , Brasília: Record; CEPAL; COFECON, 2000.

CHASIN. J. **O integralismo de Plínio Salgado.** Belo Horizonte: UNA, 1999.

CHESNAIS, François (org.). **A finança mundializada.** São Paulo: Boitempo, 2005.

CHESNAIS, François. **A mundialização do Capital.** São Paulo, Editora Xamã, 1996.

\_\_\_\_\_. Introdução geral. In: CHESNAIS, François (Coord.). **A mundialização financeira.** São Paulo: Xamã, 1998.



CHILDE, Gordon. **O que aconteceu na história**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da Pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial**. São Paulo: Moderna, 1999.

CNI, CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Competitividade industrial uma estratégia para o Brasil**. Rio de Janeiro: CNI, 1988.

\_\_\_\_\_. **Mapa Estratégico da Indústria – (2005 – 2015)** . Rio de Janeiro: CNI, 2006.

\_\_\_\_\_. Editorial. **Revista Desenvolvimento e Conjuntura**. Rio de Janeiro, 2, outubro de 1958.

COUTINHO, Carlos. Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

DIAS, Edmundo Fernandes. Democrático e Popular? In: **Revista Outubro**, n. 8, São Paulo: Instituto de Estudos Socialistas, 2003.

\_\_\_\_\_. **Hegemonia: racionalidade que se faz na história**. In: **O Outro Gramsci**. São Paulo: Xamã, 1996.

DIEESE, **Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-econômicos**. Anuário dos Trabalhadores: 2005. 6ª edição. São Paulo, 2005.

DOBB, Maurice. **A Evolução do capitalismo**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

EMMERIJ, L. **Tensions sociales et réforme sociale en Amérique Latine, comunicação apresentada no Fórum Internacional sobre as Perspectivas Latino-**

**Americanas, organizado pelo BID e o Centro de Desenvolvimento da OCDE,** Paris, 2-4, nov. 1994.

ENDLICH, A. M. **Novos referenciais de desenvolvimento e planejamento territorial: possibilidades para as pequenas cidades?** Revista Redes, v. 12 n. 2, maio/agosto, 2007. Disponível em <http://www.online.unisc.br/seer/index.php/redes/index> Acesso em: 29/04/2008.

ENGELS, Friedrich. **Anti-during.** Mexico: Grijalbo, 1968.

\_\_\_\_\_. Prefácio à 3ª edição alemã de 1885 de O 18 de Brumário de Luis Bonaparte. In: **MARX**, São Paulo: Abril; Nova Cultural, 1978.

FAJNZYLBER, Fernando. Industrialização na América Latina: da caixa preta ao conjunto vazio. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL.** Vol. 2 , Brasília: Record; CEPAL; COFECON, 2000.

FAORO. Raimundo. **Os donos do Poder: formação do patronato brasileiro.** Rio de Janeiro: Globo, 2001.

FERNANDES, Florestan. **A revolução Burguesa no Brasil.** Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro, 2ª edição, Zahar editores, 1976.

\_\_\_\_\_. **Nova República?** Rio de Janeiro: Zahar, 1986.

FONTES, Virginia. Marx, expropriações e capital monetário: notas para o estudo do imperialismo. In: **Revista Crítica Marxista**, nº 26, São Paulo: Revan, 2008.

FURTADO, Celso. **Desenvolvimento e Subdesenvolvimento.** Rio de Janeiro, Fundo de Cultura Econômica, 1961.

\_\_\_\_\_. **O mito do desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

\_\_\_\_\_. **Um projeto para o Brasil**. Rio de Janeiro, Saga, 1968.

GENRO, Tarso. Democratizar as relações entre governo e sociedade. In: CORREA, Jaime Montalvo (et al). **Novos espaços democráticos: diálogo social no Brasil e a experiência da Espanha**. São Paulo: Perseu Abramo, 2003.

GONÇALVES, Reinaldo. **Globalização e Desnacionalização**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

GONÇALVES, Reinaldo; FILGUEIRAS, Luiz. **A economia política do governo lula**. Rio de Janeiro: Contraponto:2007.

GORENDER, Jacob. **A burguesia brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Carcere**. Vol 3.Os intelectuais e a organização da cultura. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do Carcere**. Vol. 5. O risorgimento. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2000.

GRANEMANN, Sara. PAC: a afirmação do parasitismo do capital sobre o trabalho. In: **Revista de Políticas Públicas**, São Luis, Vol. 11, n. 1, janeiro/junho 2007.

HERMET, Guy. **Cultura & Desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2000.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Abril Cultural, coleção os economistas, 1985.

HOBBSAWN. Eric. **Las revoluciones burguesas**. Madrid: Guadarrama, 1964.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil (1930-1970)**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

\_\_\_\_\_. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

\_\_\_\_\_. **O ciclo da revolução burguesa**. Petrópolis: Vozes, 1984.

IPEA, **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. Boletim de Mercado de Trabalho. Informalidade. In: <http://www.ipea.gov.br/>. 2005.

JAGUARIBE, Helio. **Desenvolvimento econômico e desenvolvimento político**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

KEYNES, J.M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

KOWARICK, Lúcio. **O Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social: um processo em construção**. Disponível em: <http://www.cdes.gov.br/>. Acesso em: 19/02/2008. 2003

KUNRATH, Romerio Jair. **CDES: o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social do Brasil**. Porto Alegre: UFRGRS, Dissertação de Mestrado, Programa de Pós graduação em Ciência Política, 2005.

LAURELL, Asa Cristina. Avançando em direção ao passado. In: LAURELL, Asa Cristina (org.). **Estado e Políticas Sociais do Neoliberalismo**. São Paulo: Cortez, 1997.

LENIN, VI. O imperialismo, fase superior do capitalismo. In: **Obras escolhidas**, vol. 1. São Paulo: Alfa Omega, 1982b.

\_\_\_\_\_. **O programa agrário**. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

\_\_\_\_\_. Que Fazer? In: **Obras escolhidas**, vol. 1. São Paulo: Alfa Omega, 1982a.

LUKACS, Georg. **El asalto a La razon**. Barcelona: Grijalbo, 1976.

\_\_\_\_\_. **História e Consciência de Classe**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. **Marxismo e teoria da literatura**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1968.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: HELLER, Agnes. **Sociologia de la Vida Cotidiana**. Barcelona: Peninsula, 2002.

\_\_\_\_\_. **Socialismo e democratização**. Rio de Janeiro: editora UFRJ, 2008.

LUXEMBURGO, R. **Reforma ou Revolução?** São Paulo: Expressão Popular, 1999.

MANDEL, Ernest **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, Coleção "Os economistas", 1982.

\_\_\_\_\_. **A crise do capital**. São Paulo: Ensaio, 1990.

MANTEGA, Guido. **A economia política brasileira**. Rio de Janeiro: Polis;Vozes, 1987.

MARSHALL, Alfred. **Princípios de economia: tratado introdutório**. Vol.. I. 2ª ed., São Paulo: Nova Cultural, 1985. (Col. Os Economistas).

MARX, Karl. **A miséria da filosofia**. São Paulo: Global, 1985.

\_\_\_\_\_. **Formações Econômicas pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: paz e terra, 1977.

\_\_\_\_\_. O 18 de brumário de Luis Bonaparte. In: **MARX**, São Paulo: Abril; Nova Cultural, 1987-88.

\_\_\_\_\_. **O capital: critica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

\_\_\_\_\_. **O capital: critica da economia política**. Vol. IV, São Paulo: Nova Cultural, 1985-86b.

\_\_\_\_\_. **O capital: critica da economia política**. Vol. V, São Paulo: Nova Cultural, 1985-86a.

\_\_\_\_\_. **Para Crítica da Economia Política (introdução)**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Hucitec, 1999.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto do partido comunista**. São Paulo: Cortez, 1998a.

MAURIEL, Ana Paula Ornellas. **Combate à pobreza e desenvolvimento humano: impasses teóricos na construção da política social na atualidade**. Campinas: UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 2008.

MAZZEO, Antonio C. **Estado e Burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa**. São Paulo: Cortez, 1997.

MELLO, João Manuel Cardoso de. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

MESZAROS, Istvan. Desemprego e precarização: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. **O poder da Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.

\_\_\_\_\_. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MILLET, Demien; TOUSSAINT, Eric. **50 perguntas, 50 respostas sobre a dívida, o FMI e o Banco Mundial**. São Paulo: Boitempo, 2006.

MINELLA, Ary C. **Banqueiros Organização e poder político no Brasil**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: ANPOCS, 1988.

MOFFITT, Michael. **O dinheiro do mundo: de Bretton Woods à beira da insolvência**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da Crise e Seguridade Social**. São Paulo, Editora Cortez, 1995.

\_\_\_\_\_. O fetiche da assistência social. In: MOTA, Ana Elizabete (org.) **O mito da assistência**. São Paulo: Cortez, 2008.

\_\_\_\_\_. **Políticas sociais setoriais e por segmento: Trabalho**. Caderno CEAD, módulo 03 Política social, capítulo 3.6, Brasília: UNB, Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância, 2000.

\_\_\_\_\_. **Seguridade Social no cenário brasileiro**. Disponível em: <http://www.lpp-uerj.net/outrobrasil/> Acesso em: 15/08/2007.

NETTO, José Paulo. **Desigualdade pobreza e Serviço Social**. In: Revista Em Pauta, n. 19, Rio de Janeiro: Revan, 2007.

\_\_\_\_\_. Prefácio ao manifesto do partido comunista. In: **MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. O manifesto do partido comunista**. São Paulo: Cortez, 1998b.

NETTO, Thomás Pompeu. **Brasil e a iniciativa privada**. Rio de Janeiro: APEC, 1971.

NUSDEO, Fábio. **Curso de Economia: introdução ao Direito Econômico**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.

OLIVEIRA, Francisco de. **A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação burguesa no Brasil**. In: *Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales*. BASUALDO, Eduardo M.; ARCEO, Enrique (org.). CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto, 2006.

\_\_\_\_\_. **A economia Brasileira; crítica à razão dualista**. In: Seleções CEBRAP, nº 1. São Paulo: Brasiliense, 1975.

\_\_\_\_\_. **O ornitorrinco/crítica a razão dualista**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PEREIRA, Bresser. **O Estado Social-Liberal**. In: Cadernos do MARE, 1997.

\_\_\_\_\_. O novo desenvolvimento e a ortodoxia convencional. In: **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 20, n. 3, p. 5-24, jul./set. 2006.

PINTO, Alvaro Vieira. **Consciência e realidade nacional**. Rio de Janeiro, ISEB, Vol.I, 1960.

PNAD, **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**. IBGE, Volume 26, 2006.



PNUD, PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO  
**Relatório sobre o Desenvolvimento Mundial - O Desafio do Desenvolvimento.**  
São Paulo: Fundação Getúlio Vargas. 1991.

PNUD, PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO.  
**Relatório sobre o Desenvolvimento Humano.** ONU/PNUD, 1995.

PNUD, PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO.  
**Relatório sobre o Desenvolvimento Humano.** ONU/PNUD, 1990.

PNUD, PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO.  
**Relatório sobre o Desenvolvimento Humano,** 1996. Disponível em:  
<<http://www.pnud.org.br/hdr/hdr96/hdr1.htm#que>>. Acesso em: 10/01/2009.

PNUD, PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO.  
**Relatório sobre o Desenvolvimento Humano.** 1999.

POCHMANN, Marcio. Desempregados do Brasil. In: ANTUNES, Ricardo. **Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil.**São Paulo: Boitempo, 2006.

\_\_\_\_\_. **O trabalho sobre fogo cruzado.** São Paulo: Contextos, 1999.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação:** as origens de nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POULANTZAS, Nicos. **Poder Político e Classes Sociais.** São Paulo: Martins Fontes, 1977.

PRADO JR, Caio. **A Revolução Brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1978.

\_\_\_\_\_. **A Formação do Brasil Contemporâneo.** São Paulo: Brasiliense, 1976.

\_\_\_\_\_. **História e desenvolvimento:** a contribuição da historiografia para a teoria e prática do desenvolvimento brasileiro. São Paulo: Brasiliense, 1999.

PRESBICH, Raul. O desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (org.). **Cinqüenta anos de pensamento na CEPAL.** Brasília: Record; CEPAL; COFECON, 2000.

QUINTA CARTA DE CONCERTAÇÃO DO CDES. 10/12/2003. Disponível em: <http://www.cdes.gov.br/>. Acessado em: 19/02/2008.

RAWLS, John. Justiça como equidade: uma concepção política, não metafísica. **Revista Lua Nova**, v. 25, 1992.

\_\_\_\_\_. **Uma teoria da justiça.** Lisboa : Presença, 1993.

RÊGO, Walquiria D. L. **Questões sobre a noção de via prussiana.** In: Antunes, Ricardo (Et al). Lukacs: um Galileu no século XX. São Paulo: Boitempo, 1996.

RODRIGUES, José dos Santos. **O moderno príncipe industrial:** o pensamento pedagógico da Confederação Nacional da Indústria. Campinas: UNICAMP, tese de doutorado, 1997.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e Estrutura de O capital de Karl Marx.** Rio de Janeiro: EDUERJ; Contraponto, 2001.

SANTOS, Theotonio. **Conceito de Classes sociais.** Petropolis: Vozes, 1982.

SCHULTZ, T. **O capital humano:** investimentos em educação e pesquisa. Rio de Janeiro : Zahar. 1973.

SCHUMPETER, J. **Capitalismo, socialismo e democracia.** Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

\_\_\_\_\_. **Teoria do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Abril Cultural, 1982.

SCHWARZ, Roberto. As idéias fora do lugar. In: **Ao vencedor as batatas.** São Paulo: 34, 2000.

SEDES, SECRETARIA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Relatório de Balanço das Atividades do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social em 2004,** dezembro de 2004.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento com liberdade.** São Paulo: Companhia das Letras, 2000

SERFATI, Claude. O papel ativo dos grupo predominantemente industriais na financeirização da economia. In: CHESNAIS, François (Coord.). **A mundialização financeira.** São Paulo: Xamã, 1998.

SIMONSEN, Roberto. A planificação da economia brasileira. In: **a controvérsia do planejamento a economia brasileira.** Rio de Janeiro: INPES/IPEA, 1977.

\_\_\_\_\_. **Evolução industrial do Brasil e outros estudos.** São Paulo: Editora nacional; Editora da USP, 1973.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da burguesia brasileira.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

\_\_\_\_\_. **História do ISEB.** São Paulo: Ed. Grijalbo, 1977.

SOUZA, Paulo Renato de. **Emprego, Salários e Pobreza.** São Paulo: HUCITEC; FUNCAMP, 1980.

STIGLITZ, Joseph E. **A globalização e seus malefícios**. São Paulo: Futura, 2002.

TAVARES, M. da C. e SERRA, J. “**Mais além da estagnação**”. In: Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Zahar, 1972,

TEIXEIRA, Francisco. Escravos da ciência: os porões da crise do trabalho. In: MACAMBIRA, J. ; Santos, S. M. (orgs.). **Brasil e NE: ocupação, desemprego e desigualdade**. Fortaleza: IDT, Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

TEIXEIRA, Francisco; FREDERICO, Celso. **Marx no século XXI**. São Paulo: Cortez, 2008.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa: a árvore da liberdade**. Tomo I. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

TOLEDO, Caio Navarro. **ISEB: fábrica de ideologias**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

TOUSSAINT, Eric. **A bolsa ou a vida: a dívida externa do terceiro mundo**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

UGÁ. Viviane Dominguez. A categoria “pobreza” nas formulações de política social do Banco mundial. In: **Revista de Sociologia e Política**. Curitiba: Editora UFPA, 2004.

VASAPOLLO, Luciano. **O Trabalho Atípico e a Precariedade**. São Paulo, Expressão Popular, 2005.

VIANNA O. **História social da economia capitalista no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987.

VIEIRA, Evaldo. **Estado e Miséria Social no Brasil. De Getúlio a Geisel**. São Paulo, Cortez Editora, 1983.

VITAGLIANO, Luis Fernando. **A CEPAL no final do milênio**: a resposta ao programa de ajustes neoliberais. Campinas: Unicamp, Dissertação de mestrado, 2004.

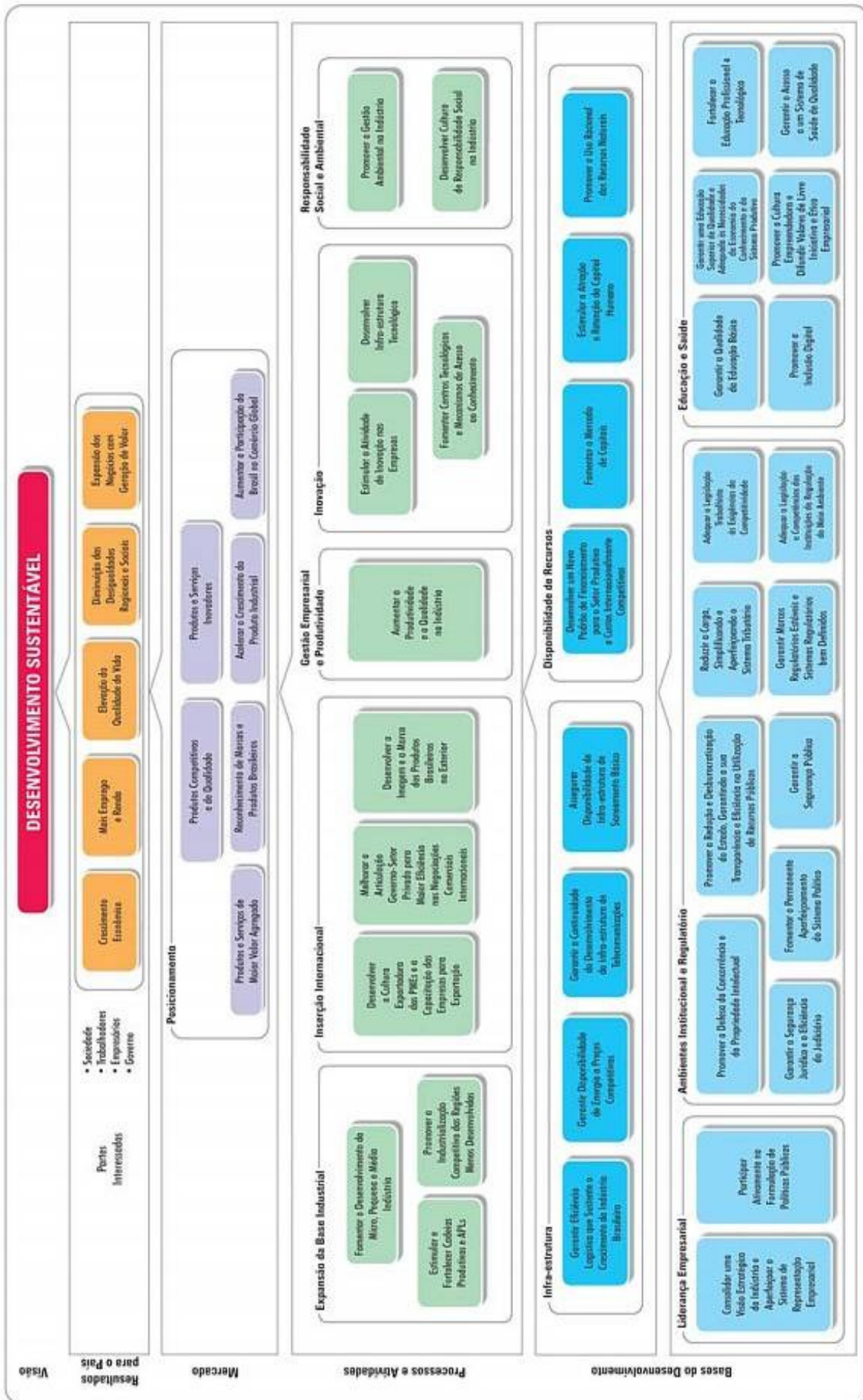
WORLD BANK, World Development Report. **From Plan to Market**. Washington: World Bank, 1996.

WORLD BANK. **The Beyond Consensus Institutions Matter**. Wasgington: World Bank, 1996.

ZIEGLER, Jean. Retrato do Banco Mundial. In: **Jornal Le Monde Diplomatique**, outubro de 2002. Disponível em:<<http://diplo.uol.com.br/imprima456>>. Acesso em: 23/12/2008.

## **ANEXOS**

Anexo 1 - Figura do Mapa Estratégico da Indústria (2007 – 2015) - Fonte: CNI.  
 Mapa estratégico da indústria: 2007-2015. Brasília, 2005. 121 p.



# Livros Grátis

( <http://www.livrosgratis.com.br> )

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)



[Baixar livros de Literatura](#)  
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)  
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)  
[Baixar livros de Matemática](#)  
[Baixar livros de Medicina](#)  
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)  
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)  
[Baixar livros de Meteorologia](#)  
[Baixar Monografias e TCC](#)  
[Baixar livros Multidisciplinar](#)  
[Baixar livros de Música](#)  
[Baixar livros de Psicologia](#)  
[Baixar livros de Química](#)  
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)  
[Baixar livros de Serviço Social](#)  
[Baixar livros de Sociologia](#)  
[Baixar livros de Teologia](#)  
[Baixar livros de Trabalho](#)  
[Baixar livros de Turismo](#)